HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 11

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

BIBLIOTHECA DO EXERCITO
Casa do Barão de Loreto
— 1881 —

Fundada pelo Decreto nº 8.336, de 17 de dezembro de 1881,
por FRANKLIN AMÉRICO DE MENEZES DÓRIA, Barão de Loreto,
Ministro da Guerra, e reorganizada pelo
General-de-Divisão VALENTIN BENÍCIO DA SILVA,
pelo Decreto nº 1.748, de 26 de junho de 1937.

Biblioteca do Exército Editora
Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar
20221-260 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel.: (55 21) 2519-5707 – Fax (55 21) 2519-5569
DDG: 0800 238 365
Endereço Telegráfico “BIBLIEX”
E-mail: bibliex@ism.com.br
Homepage: www.bibliex.eb.br

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado “revanchismo”.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e

— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.
— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

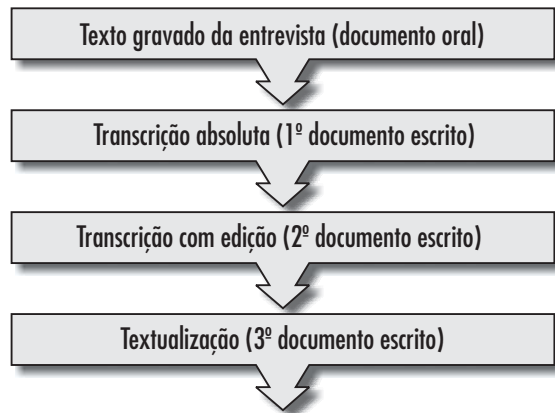
escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

Ai dos vencidos*

A poderosa mídia oficial que, durante mais de 20 anos, enalteceu e justificou a contra-revolução militar de 31 de março de 1964, cospe agora, com cara de nojo, no prato que comeu. Desde muito antes até pouco depois do período em que os militares estiveram no Poder, quando ainda tentava ser independente e tinha firme liderança, sempre afirmou que a derrubada de Jango e seus pelegos era em defesa da democracia contra um golpe de estado, cujo objetivo estava na submissão do Brasil a uma ditadura do proletariado. Os mesmos que admitiram ter até participado do movimento em entusiásticos editoriais enchem agora a boca para falar em retrocesso e não se cansam de maldizer as Forças Armadas.

Foi, de fato, um longo regime de exceção e, como tal, apresentou as falhas inerentes a qualquer sistema autoritário, em termos do inadmissível cerceamento de liberdades e dos muitos inocentes que se tornaram vítimas inevitáveis dos excessos cometidos. Mas não é este o motivo de nossos comunas rosnarem suas frustrações, mas sim porque eles sabem ser impraticável, hoje, concretizar suas antigas obsessões, graças àquela intervenção. Explica-se, assim, o ressentimento contra o Brasil fardado.

Quando os americanos liberaram documentos que explicam como a Casa Branca acompanhou os acontecimentos há 40 anos, as esquerdas se comportaram como se o Kremlin não estivesse fazendo a mesma coisa, da forma que podia, pelos verdadeiros golpistas. Ainda que tamanha obtusidade fosse factual, como esperavam que Washington visse o movimento militar? Evidente que era a favor, ora essa. Nem precisava nos entregar a papelada. Gordon contava tudo a Johnson? Claro; para isso servem os embaixadores. Os Estados Unidos eram a favor? Óbvio; porque americano

---

* Artigo publicado, em 7 de abril de 2004, no *Jornal do Brasil*, onde o escritor Antonio Sepulveda escreve às quartas-feiras.

nunca fez graça para comunista. Dispostos a ajudar? Certamente; pois era assim que as coisas funcionavam na guerra fria. Lembremo-nos de que os soviéticos não hesitaram em interferir na Hungria e na antiga Checoslováquia. Os americanos, afinal de contas, fizeram o quê? Nada, porque nada lhes foi pedido.

O fato inequívoco é que os brasileiros tratamos de tudo sozinhos num dos maiores consensos políticos da nossa história. O resto é hipocrisia de um bando de sacripantas que dizem haverem lutado contra a ditadura, quando, na verdade, foi a ditadura que lutou contra eles; e, por causa deles, cometeram-se erros deploráveis. Autoproclamavam-se idealistas, e o ideal que acalentavam era transformar o Brasil numa Cuba.

Acontece que havia gente de bem, que era contra aquela sublimidade toda e lutou para impedi-la. Reagiram com determinação. Nada mais. Quem acredita nessa lorota de que os meninos estavam a estudar postos em sossego, e os "marighellas" a cismar altas políticas, mas, de repente, descobriram que havia uma ditadura no Brasil e pegaram em armas? Negativo. Aquela gente tinha um propósito sinistro muito bem definido. E hoje sabemos que estavam errados.

Os militares agiram na hora certa e evitaram um cenário muito pior, dominado por um regime odioso que só causou o mal por onde passou. Assim fez o General Franco na Espanha, Pinochet no Chile, e assim fizeram os coronéis na Grécia. Agora, os marxistas tupiniquins podem dizer e escrever o que quiserem, porque, atualmente, são, todos eles, muito democratas. Mas o tempo não volta atrás. Perderam a única chance tangível que tiveram. Foram vencidos.

Antonio Sepulveda

General-de-Exército Mario Orlando Ribeiro Sampaio

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o de Informações da Escola Superior de Guerra (ESG).
- No exterior, fez o curso de Aperfeiçoamento de Informações (*Bundes Nachrichten Dienst*) em Munique/República Federal da Alemanha.
- Exerceu as funções de Instrutor na Escola de Sargentos das Armas (EsSA) e na Academia Militar das Agulhas Negras.
- Comandou o 1º Regimento de Reconhecimento Mecanizado (1ºRRecMec), depois 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado (15º RCMec), Campinho, Rio de Janeiro, RJ.
- Foi Adido das Forças Armadas na República Árabe do Egito.
- Como General-de-Brigada, foi Comandante da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Pelotas, RS; Comandante da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, MG e Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília, DF.
- Como General-de-Divisão, foi Diretor de Patrimônio, Comandante Militar do Planalto/11ª Região Militar e Vice-Chefe do Departamento Geral do Pessoal (DGP).
- Como General-de-Exército, foi Comandante Militar da Amazônia (CMA) e Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações (DEC), Brasília, DF.
- Em 1964, no posto de Major, servia no Estado-Maior do Exército.

Entrevista realizada no dia 25 de março de 2002.

Quero declarar a minha satisfação pessoal em poder colaborar com este Projeto de História Oral do Exército Brasileiro sobre os acontecimentos relativos à Revolução de 31 de Março de 1964. Pelo que já foi dito na leitura de meu *curriculum vitae*, na época eu era Major e servia no Estado-Maior do Exército, quando da eclosão da Revolução de 1964. Só tenho a dizer, nesse momento, que agradeço essa oportunidade de poder relatar tudo que for possível, que a minha memória ajudar, sobre o que pude colher como observação e ensinamentos, daquilo que foi esta nossa Revolução de 31 de Março de 1964.

Qual a sua experiência pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão, e durante o seu desenvolvimento?

Queria me reportar inicialmente aos pródromos, porque, a partir daí, tenho também participação do que se deu durante a Revolução. Tinha feito o meu estágio de Estado-Maior em Campo Grande, capital do então Estado de Mato Grosso, após o Curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), e lá fiquei por dois anos, até ser transferido para o Rio de Janeiro, para a Diretoria de Instrução. Isso foi de 1960 para 1961, e, logo depois, aconteceu a renúncia do Jânio Quadros, que acabou por levar, a meu ver, ao Movimento de 1964.

Com essa renúncia, fui transferido da Diretoria de Instrução para a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, que funcionava na esquina da Rua Uruguaiana com a Avenida Presidente Vargas, em um edifício cuja loja no térreo era a Casa da Borracha. Ali, recebi do Mário Andreazza as funções na Seção Anticomunista (SAC).

Lembro-me dele falando: "Sampaio, você tem que guardar nomes: João Amazonas, Jover Telles." Aqueles principais líderes, figuras daquele tempo, do comunismo, pertencentes à direção dos partidos ou organizações comunistas na época.

O tempo foi passando e procurei desempenhar as minhas atribuições na Seção. Acredito que, naquele período, tenha agradado aos chefes a minha maneira de proceder, de escrever e de relatar fatos.

Posteriormente, eu e mais uns quatro companheiros fomos distinguidos com um curso de aperfeiçoamento de informações, na Alemanha.

Durante esse período, aconteceram muitas coisas aqui no Brasil. Começou a se desenvolver aquela tendência do Governo Goulart, que foi o substituto do Jânio Quadros, de deixar se empolgar pelos líderes marxistas, e a coisa começou a "degringolar". Passamos a conviver com uma época que se tornou conturbada.

Terminado o curso, voltei para a Secretaria do Conselho, continuando o meu serviço, até que, em agosto de 1963, senti que não "estava agradando", e soube,

depois, que o General Assis Brasil, que era o Chefe da Casa Militar do Governo Goulart, tendo em vista informações que ele recebeu a respeito da minha atuação, achou por bem me tirar daquela Seção e me passar para outra, sem grande importância, em um andar embaixo.

Ele se dizia o chefe do esquema militar do João Goulart.

Esquema militar, exatamente, do estamento militar, que poderia ser a defesa do Governo.

Então, fui para essa outra Seção e um mês depois fui surpreendido com um Boletim que me exonerava da função, desligava-me do Conselho, mas não me dava um destino. Todos nós militares sabemos que, para uma transferência ser executada, são necessários três atos: o primeiro é a transferência propriamente dita, dando um destino, o segundo é a exoneração da função e o terceiro é o desligamento da Organização Militar em que se está servindo.

Em seguida, recebi ordens de sair imediatamente do prédio da Casa da Borracha, e só retornar para apanhar a minha caderneta de vencimentos, na portaria, sem entrar no prédio. Quer dizer, fui expulso da Secretaria do Conselho de Segurança. Em vista disso, apanhei os meus pertences e fui embora.

Já na rua tomei uma condução para a minha casa, na Tijuca. No meio do caminho fiquei pensando: “Bom, estou indo embora para casa, mas não sei qual o meu destino, onde é que vou receber o dinheiro para comprar o pão no fim do mês, não tenho para onde ir, não me disseram para onde eu vou”.

Quando passei em frente ao hoje Palácio Duque de Caxias, onde naquela época funcionava o Quartel-General (QG) do Ministério da Guerra, desci da condução e entrei, à paisana mesmo, no QG. Um colega até me viu e disse: “Sampaio, o que é que você esta fazendo aqui, à paisana.” Eu disse: “Ah, estou numa emergência, vou me apresentar ao Estado-Maior do Exército (EME).” E fui.

Fui recebido por um coronel, cujo nome não me lembro, que, após ouvir o relato do fato, me disse: “Mas é verdade o que o senhor está dizendo?” Eu disse: “É verdade, estou aqui à paisana, acabei de ser praticamente expulso.”

Ele então me disse: “Isso é uma coisa muito grave, vou dar ciência ao General Castello – o General Castello era o Chefe do Estado-Maior do Exército. Ele entrou, falou com o General Castello, voltou, e disse: “O General quer conversar com o senhor.”

Entrei no gabinete, ele me olhou, “com aquele jeito dele”, sem pescoço e disse: “É verdade o que eu acabei de ouvir?” Respondi: “Sim senhor, é verdade.” E ele: “O senhor está à paisana e veio...” E eu: “Sim senhor, já expliquei que eu trabalhava à paisana e, nas circunstâncias em que as coisas se puseram, tive que...”.

Ele continuou: "Não, o senhor fez muito bem, eu só queria perguntar se o senhor confirma tudo isso que o Coronel me disse." Respondi: "Confirmo sim senhor". Ele então disse: "Coronel, o senhor providencie um lugar aqui no Estado-Maior para o Major servir." O Coronel disse: "Vai para a 1ª Seção." E o General Castello: "Então, amanhã o senhor se apresente aqui, mas fardado". Ainda fez questão de dizer isso.

Fiquei no Estado-Maior do Exército de setembro de 1963 até a eclosão da Revolução, tendo ali assistido ao Comício da Central do Brasil no dia 13 de março e à Reunião dos Sargentos no Automóvel Clube do Brasil, no dia 30 de março, episódios que culminaram na Revolução. Esses são os acontecimentos que vivi, com relação aos pródromos; foi o que aconteceu comigo. A partir daí, é claro, não poderia ter outra perspectiva de ação do que ser contra tudo aquilo que estava acontecendo, pois comigo mesmo acontecera aquele absurdo: ser expulso de uma Unidade, de um Estabelecimento, de uma Organização, da maneira que fui.

Passado esse tempo, veio a Revolução. Na noite de 31 de março para 1º de abril, estava na minha casa, na Tijuca, ouvindo as notícias pelo rádio. A televisão naquele tempo ainda era meio difícil...

Ao saber que o General Castello estava reunindo um comando da Revolução na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), pensei: "Bom, vou me apresentar lá", mas sabia que para sair da Tijuca, no meu carro – que, aliás, era uma Kombi – com um outro colega, eu teria – naquele tempo não havia o Túnel Santa Bárbara – que passar pela Avenida Presidente Vargas.

Quando estávamos chegando, vi aquele alvoroço, uma turba, o pessoal na Central, gritando o nome do Jango, com aquelas bandeiras vermelhas, foice e martelo, e eu disse: "Bom, para eu passar agora, vou ter que imaginar um meio". A maneira encontrada foi gritarmos, eu e meu colega, das janelas da Kombi: "Jango, Jango", e, devagarzinho, conseguimos passar, e fomos para a ECEME, chegamos lá já escurecendo, era 1º de abril, no fim do dia.

Apresentamo-nos na Escola, à paisana, porque tinha essa circunstância de ter de passar pelo Centro do Rio de Janeiro. O fato é que o General Castello estava na Escola, chefiando grupos, para fazer a Revolução aqui no Rio de Janeiro.

O Comandante era o Mamede.

Exatamente. Após a apresentação, anotaram de onde eu vinha: "Sou do Estado-Maior do Exército". O fato é que, passadas algumas horas, eu e esse colega recebemos uma missão de ir até a Avenida Pasteur, no bairro da Urca, a pé, à paisana, para verificar indícios da chegada de um pequeno navio da Marinha que, segundo diziam, vinha com fuzileiros para atacar a Escola. Saímos andando e nada

vimos, encontramos até um coronel, cujo nome não me lembro, a memória é ruim, que disse: “O que é que vocês estão fazendo aqui?” Respondi: “Nós estamos com ‘tal’ missão.” E ele: “Não, eu já estive por ali também, não tem nada não.” Então, voltamos, demos a notícia, e continuamos lá na Escola.

À noite, não sei a que horas, um emissário me disse que o General Castello estava querendo falar comigo, então fui lá; ao chegar ele olhou para mim e disse: “O senhor à paisana.” Respondi: “Sim senhor, as circunstâncias são as mesmas, estou pronto para receber qualquer missão.” Ele disse: “Bom, quero o seguinte: o senhor foi lá do Conselho de Segurança, e conhece bem aqueles meandros.” Respondi: “Conheço tudo.” E ele: “Então a sua missão é ir lá, retomar o prédio do Conselho, o senhor pode, está autorizado a recrutar oficiais, alunos da ECEME.” Peguei uns 15, não me lembro mais, com outros companheiros que tinham condução, enchi a Kombi, e tocamos, de madrugada, para o prédio da Casa da Borracha.

Chegando lá, tudo fechado e apagado, bati na porta, demorou um pouco, acendeu uma luz, e veio um sargento, que me conhecia bem, pois eu tinha servido lá com ele. Abriu aquela portinhola de vidro, me viu, e disse: “Major, o senhor?” Eu disse: “Sou eu, vim retomar esse prédio aqui, tem alguém aí?” “Não senhor, me deixaram aqui sozinho, disseram que tinha não sei o quê, mas que eu ficasse aqui, que eu estou de serviço.” Eu continuei: “Então abra”. Ele abriu, eu disse: “Você vai resistir, alguma coisa?” E ele: “Deus me livre Major, contra o senhor”, e fez menção de tirar o revólver, porque ele estava armado. Os companheiros disseram: “Olha, cuidado que ele está armado.” Eu falei: “Não, ele não vai fazer nada.” De fato, ele disse: “Não, o senhor quer o meu revólver? Então respondi: “Não, quero entrar aí.”

Com isso cumpri a missão que era tomar o Conselho de Segurança. Telefonei para a Escola, dizendo que tinha cumprido a missão e estava aguardando ordens. Disseram: “O senhor aguarde ordens aí na Secretaria do Conselho, fique com uns três ou quatro oficiais e dispense os outros.” Esses foram os fatos, e, no dia 06 de abril, retornei para o Conselho de Segurança, através de classificação oficial, lá permanecendo e continuando com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI).

O senhor voltou ao lugar de onde fora expulso?

Fui expulso, mas voltei, deu-me uma satisfação muito grande, “lavei a alma”.

Esse foi o início da minha participação na Revolução. Nessa mesma noite, soube que o então Coronel Montagna, naquela época, depois General, foi quem recebeu a missão de ir retomar o QG da Costa (Quartel-General da Artilharia de Costa), em Copacabana.

Quais, no seu entender, foram às raízes da Revolução de 31 de Março de 1964?

Essas raízes, no meu entender, por tudo que sei, vêm de bastante tempo atrás, daquelas revoluções antigas, da Revolução da Escola Militar de 1922, 1924, 1926, do tenentismo, até 1935, quando houve a Intentona Comunista, primeira tentativa dos comunistas de implantar a ditadura marxista-leninista no Brasil.

Atacaram seus companheiros que morreram dormindo. Foi uma vil traição. Aí, começou o ódio contra aqueles homens, que foram traidores...

Ódio contra o comunismo, é claro, exacerbado ainda mais com esses fatos. Então, para mim, essas são as raízes mais profundas, acho que são dessa época.

Tivemos também outros períodos, já mais para frente um pouco, na época do Juscelino Kubistchek, depois começou aquele negócio dos sargentos pleitearem a possibilidade de serem eleitos deputados... E começou a haver, então, uma certa transformação na hierarquia, porque aquilo tudo trazia, em conseqüência, fatos que feriam a disciplina. No Exército sempre se disse: "As Forças Armadas são apolíticas, não pode haver partidos dentro do Exército", e tendo sargentos deputados, ou qualquer coisa que o valha, já se começava a subverter esse princípio. Então, no meu entendimento, as raízes são essas.

O senhor acha que a guerra fria teve alguma influência na nossa Revolução?

Acho que teve, porque, depois da Segunda Guerra Mundial, veio a guerra fria, e com uma intensidade muito grande, a propaganda esquerdista, vermelha ou bolchevista, que vinha da Europa, em particular, chegou até Cuba. Durante a guerra fria a dicotomia de ideologias – comunismo contra democracia – cresceu exatamente por causa do aumento da propaganda. A execução de atos aqui dentro e as infiltrações ocorreram por influência dessa propaganda. A Revolução foi uma maneira de se antepor a essa influência do Movimento Comunista Internacional, chamado MCI.

Havia, naquela época, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart? Estava bem caracterizado isso?

Havia, fora de qualquer dúvida, pela maneira como o Governo João Goulart estava conduzindo as suas ações, admitindo esses descalabros que feriam a disciplina, admitindo manifestações contra autoridades, demonstrando falta de vontade política de conter os excessos e a influência comunista, cada vez maior, com enorme infiltração nos sindicatos e confederações de trabalhadores, que passaram a ser entidades a serviço da subversão.

Os Ministros, inclusive os militares, temiam o CGT, o Comando Geral dos Trabalhadores, que mandava mesmo, tendo como secretário-geral Dante Pelacani,

cujas ordens faziam curvar-se o Ministro do Trabalho, Amauri Silva, que não realizava nenhuma nomeação para cargo de direção sem a aprovação de Pelacani.

Consta que usou o seu poder para a demissão do Ministro da Marinha, Silvio Mota, porque mandou prender aqueles marinheiros sublevados, após a vergonhosa rebelião feita no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, em Triagem.

Exatamente, e o Dante agia assim: "Não, esse não queremos, coloca esse."

E colocaram o tal de Paulo Mário, que era um decrépito e que se fez presente à reunião do Automóvel Clube do Brasil, a reunião da indisciplina.

Foi chamado para ser ministro, desmoralizado, fazendo questão de cumprimentar aquele cabo Anselmo na frente de todas aquelas autoridades. Imagine isso, chegamos a uma época de completa subversão da ordem e da hierarquia, indicando, claramente, que a intenção de João Goulart era transformar o nosso País numa república sindicalista, marxista-leninista.

Paralelamente, ativavam-se organismos que tinham um papel no processo de comunização do País. Refiro-me aos "grupos dos onze", criados pelo senhor Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, e que se espalharam pelo Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás etc., e as "Ligas Camponesas", do senhor Francisco Julião, no Nordeste, em Pernambuco principalmente.

E até no Centro-Oeste.

Além disso, o movimento de cultura popular, que foi uma criação do Miguel Arraes, do Gregório Bezerra, que era o homem que mandava nesse negócio, fazendo cartilhas preparadas no sentido de "fazer a cabeça" daquela juventude; inclusive, uma das publicações dessa cartilha se chamava "O tijolo", e nela constava o seguinte: "Como é que é feito o tijolo? É tirado da terra, a terra é do agricultor, que é pobre. E esse tijolo é feito por quem? É feito pelos operários, pobres. E para quê? Para fazer a casa dos ricos". É tudo uma seqüência para "colocar na cabeça" dos pobres que eles estavam sendo explorados pelos ricos; então, o exemplo era o tijolo, as coisas eram concebidas dessa forma.

Na época, qual era a posição da Igreja?

Uma parte da Igreja, uma minoria de pouca expressão era simpática aos comunistas, e por quê? Por causa da infiltração também nos quadros da Igreja. Na época, inclusive, ela organizou movimentos de juventude – a Juventude Operária Católica (JOC), a JUC, que era a Juventude Universitária Católica –, todos com uma finalidade muito nobre, mas que foram sendo infiltradas por elementos que passaram justamente a subverter tudo aquilo que ela tinha de bom em termo de religião, que é um fator de peso para a nossa sociedade.

E muita gente entrava ali enganada, os inocentes úteis.

Inocentes úteis. A grande maioria da Igreja temia a comunização do País. Os religiosos em geral eram contrários à agitação característica daquele período, a qual era incitada pelo próprio Governo.

O Olavo de Carvalho citou que ele começou sendo iludido numa organização que era católica, toda infiltrada, e a pessoa que realmente doutrinava nada tinha a ver com religião.

Exatamente. Muita gente de boa fé foi ludibriada.

Uma grande parte da Igreja que estava conosco, participou das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, o senhor se lembra?

Foi uma coisa sublime, porque a religiosidade do povo brasileiro falou mais alto. Então, foram organizadas essas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, um fato muito positivo que levou o Exército a se conscientizar de que o povo estava nas ruas exigindo uma inadiável tomada de posição.

Importante, porque despertou as Forças Armadas, porque o povo ali se posicionara definitivamente.

Ficou claro que o povo não estava compactuando com aquilo que o governo tentava fazer crer com a sua propaganda.

Existiam cisões dentro das Forças Armadas? Como era o ambiente dentro dos quartéis?

Na época, eu estava na Secretaria do Conselho ou no Estado-Maior do Exército (EME), não lidava diretamente com os corpos de tropa, mas tínhamos informações de que o ambiente nos quartéis, em primeiro lugar, era de perplexidade, com a juventude militar se perguntando: "Para onde vamos, onde vamos parar?" Havia uma clara infiltração esquerdista com o mesmo discurso de 1961, utilizado por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, no sentido de defender a legalidade do Governo, considerando que ele deveria permanecer, apesar da anarquia reinante. Então, havia divergências, mas eram pequenas, com relação aos efetivos tendentes a apoiar o governo. Essas minorias é que criavam atritos dentro dos quartéis, para testar o comandante, se ele teria ou não a capacidade de se fazer impor. A grande maioria não suportava mais a situação caótica que perdurava em todo o País.

Quais os fatos determinantes do desencadeamento da Revolução de 1964?

Em primeiro lugar, todos que se interessassem pelo Brasil, não só pela função que pudessem estar exercendo, mas como patriotas, analisassem a situação nacional, veriam que ela estava em franco declínio, porque a sua economia estava se destroçando nos três setores, primário, secundário e terciário, ou seja, na agricultura, na indústria e

nos serviços. A agricultura, dominada pelos sindicatos rurais e pelas "Ligas Camponesas", a indústria pelos sindicatos das classes, não podia produzir, ninguém podia trabalhar, era greve de todo lado, todo dia; a pior situação era nos serviços, sobretudo nos transportes que não funcionavam, tudo paralisado a toda hora, pela ação do CGT e do PUA, onde as facções mais comprometidas com os desvarios eram a dos ferroviários e dos estivadores, os quais impediam a todo momento, respectivamente, o trabalho nas ferrovias e nas atividades de carga e descarga dos navios nos portos.

Então essa era a situação do País que o povo estava custando a entender ou admitir. Como é que um Brasil tão grande, com tanto potencial para crescer e desenvolver-se, chegava a esse ponto? Era a pergunta que se fazia.

Depois, para colocar mais fogo na caldeira prestes a explodir, tivemos o Comício da Central do Brasil. Naquele comício, eu estava na janela lá da frente (o entrevistado se refere ao Palácio Duque de Caxias, onde funcionava o então Ministério da Guerra), assistindo àquele negócio: foi um estrondo, uma coisa, confusões, faixas, até a mulher do Presidente, Maria Tereza, estava no palanque, gente gritando "morte aos gorilas", referindo-se a nós militares contrários àquela baderna, mas com a presença, o que é o absurdo maior, do Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que disse que não ia àquele ato e acabou indo. O General Castello foi convidado e mandou dizer que não ia.

Embora fosse ainda major, sabia que muitos generais estavam chegando para o Castello e dizendo: "Mas General, como é que vai ser isso aí?" Então, ele distribuiu aquele manifesto, aquela circular, mandando que a gente se contivesse porque não era ainda chegada a hora, mas que ia chegar.

Depois tivemos a revolta dos marinheiros, onde a desordem atingiu as raias do absurdo, com ostensivo apoio do Governo. Em seguida, no dia 30 de março, veio a reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia/RJ, com a presença do Presidente da República, das autoridades militares, inclusive de vários ministros, dentre eles o da Justiça, Abelardo Jurema, e do novo Ministro da Marinha, Paulo Mário, que substituiu o Almirante Silvio Mota, destituído de suas funções, pelo Presidente, por ter se posicionado contra a baderna de marinheiros e fuzileiros. Os ministros presentes foram ovacionados pelo tático apoio àquela balbúrdia e àquela indisciplina.

Com tudo isso, a caldeira explodiu ou, como dizem muitos, ali estavam as gotas que faltavam para encher o cálice e derramar.

No meio daquela mazorca toda, naquele mês de março, a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", qualificada pelo inimigo interno de movimento reacionário, foi de fundamental importância?

Para mim, significou a concretização da vontade nacional, expressa através da família, porque, afinal de contas, foram as senhoras, com terço na mão, que a fizeram, e isso significava o quê? Que não era uma facção, não eram as Forças Armadas, era o povo, o povo todo se manifestando de forma cristã contra aquela baderna, organizada no sentido de conduzir o País para uma revolução bolchevista.

Então, as Forças Armadas foram intérpretes da vontade nacional?

Sem dúvida, foram intérpretes legítimos da vontade nacional, colocando nas ruas as tropas, as suas forças, as suas armas, no sentido de, justamente, materializar aquela vontade que foi expressa pelas "Marchas" e por tantas manifestações.

Havia, no seu entender, uma revolução de cunho comunista em andamento?

Sim, e pior de tudo, conduzido pelo próprio Presidente da República. Então, não havia dúvida nenhuma de que, se não houvesse uma reação como houve, hoje, talvez, fizéssemos parte de uma república sindicalista-comunista.

Qual foi a atitude do Congresso Nacional na Revolução de 31 de Março de 1964?

O Congresso tinha, como em todos os lugares, elementos a favor e contra.

Voltando no tempo, quando João Goulart retornou da viagem à China, existia uma reação contra a possibilidade de ele tomar posse, e votaram a emenda parlamentarista, na qual ele teve os seus poderes presidencialistas limitados.

No entanto, imediatamente após a posse, ele começou a fazer, juntamente com Leonel Brizola, pressão para a realização de um plebiscito e conseguiu derrubar o regime em vigor, valendo-se de uma enorme propaganda, realizada, inclusive, por artistas populares.

Então, a maioria do Congresso Nacional, na verdade, era contra governo subversivo?

Ah! Era contra, tinha alguns poucos elementos a favor, como sempre há, mas não conseguiram influir.

Como se portaram os sindicatos e aquelas entidades esquerdistas: UNE (União Nacional dos Estudantes), PUA (Pacto de Unidade e Ação), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), logo após o início da Revolução?

Pelo que pude, na época, observar, tenho a impressão de que o comportamento dessas entidades foi de terem sido apanhados de surpresa. Eles não contavam com uma reação como a que houve. Achavam que estava tudo pronto para dominarem a situação e foram surpreendidos, não só pelo próprio povo, através

daquelas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, como também pela ação imediata e pronta das Forças Armadas.

Pude, depois, até ver um episódio: o CGT foi o que reagiu mais, houve, na Avenida Rio Branco, uma escaramuça de elementos do CGT, que estavam dispostos a uma reação, mas aquilo foi dominado rapidamente.

Essas outras – UNE, PUA etc. – sumiram, não houve reação, devem ter ficado estupefatas e desapareceram.

Quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução?

Houve muita gente de grande valor.

Gostaria de destacar, porque é inegável, a figura do grande Marechal Denys, ele era daqueles revolucionários do tenentismo – um patriota incansável na luta pelo nosso Brasil.

Então, como líderes militares, destacaria o Marechal Odylio Denys, o General Castello Branco, inegável, e os generais que vieram lá de Minas, Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, os grandes pioneiros.

Veio de Minas, com o Destacamento Tiradentes, o nosso General Muricy, a quem o País muito deve.

Tinha a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), sob o Comando do Médici, uma liderança efetiva, excepcional.

Agora, do lado de São Paulo ficou uma sombra de hesitação: o General Kruel, Comandante do II Exército na época, demorou um pouco a se decidir.

Num plano mais embaixo, poderia destacar os coronéis Meira Mattos, Walter Pires, que depois foi Ministro do Exército, o Marechal Gustavo Cordeiro de Farias. Então, para mim, foram esses os líderes que podemos destacar do Movimento.

Como civis, governadores, citamos três: o Magalhães Pinto, de Minas; o Lacerda, aqui no Rio; e o Adhemar de Barros, em São Paulo, este, inclusive, teve uma influência muito forte na definição do Kruel.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, inclusive dos Estados Unidos?

Não houve, absolutamente, auxílio externo. Não há dúvida de que a preparação foi inteiramente nacional, interna. Agora, é inegável, porque trabalhei muito em informações, e sei que nada se faz que não tenha alguma ligação com uma coisa ou outra, e que o interesse dos Estados Unidos era de que não houvesse a comunização do Brasil, porque daqui se alastraria para toda a América Latina.

Interesse houve – inclusive, não restam dúvidas, de que tanto o Embaixador quanto o Adido Militar acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos – mas

dizer que deu qualquer apoio para fazer a Revolução, fez isso ou aquilo, é mais uma falácia dos nossos inimigos.

E o esquema militar do Assis Brasil, como é que ele desmoronou tão rápido?

Pois é, o Jango Goulart tinha uma fé, uma crença ilimitada nesse dispositivo militar, que estava sendo apresentado a ele pelo Assis Brasil, e, ainda, nas tais forças, vamos chamar anexas, que eram os sindicatos, as confederações de trabalhadores, o CGT, as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e os movimentos ditos de cultura que o levavam a achar que tudo estava preparado no sentido de que a força militar contrária não seria suficiente para dominá-los, para enfrentar a força que adviria do Ministro Jair, dos ministros militares em geral, e de outros chefes, como a do Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros, e que se dizia Almirante do Povo.

Assim, o Presidente e seus asseclas entendiam que a eles estava hipotecada uma força que julgavam imbatível. Esse entendimento levou o Presidente a acreditar que derrotaria as Forças que partiram de Minas, bem como não dar a menor atenção às considerações que lhe foram transmitidas pelo General Kruel. O Presidente foi iludido e por quê? Agora, entra uma parte que gosto muito, informações, porque quem não se informa, quem não tem informações, informações valiosas e confiáveis, está fadado a grandes insucessos! Todo governo precisa da boa informação, qualquer informação não adianta e, na verdade, aquele era um governo desinformado.

Para mim, o maior causador do fracasso desse esquema militar, vamos dizer assim, foi estar mal-assessorado, mal-informado.

No que tange às tropas que estiveram próximas de um confronto, como o senhor viu o aspecto chefia e liderança da nossa parte?

Os homens que estavam no comando, na liderança, eram homens já testados, com um valor militar insofismável, de chefes, de líderes. Então, podemos citar: Odylio Denys, Mourão, Muricy e Guedes, militares que estavam à frente das forças de Minas Gerais, eram homens reconhecidamente capazes, lideranças comprovadas, honestos e de real valor profissional, mormente no aspecto de não temer riscos. Sem dúvida nenhuma, eles conseguiram convencer os seus inimigos prováveis, que eram os homens aqui do I Exército, de que a guerra deles era perdida, quer dizer, eles, com a liderança que mostraram, conseguiram evitar um possível derramamento de sangue.

Por causa de quê? Por causa da liderança deles, por isso é que conseguiram que o Destacamento Cunha Mello, que saiu aqui do Rio de Janeiro, após chegar lá, retraísse, voltasse, como voltou o General Âncora, que foi a Resende e observou que a causa daquele governo estava perdida, e no encontro com o Kruel e o Médici

sentiu que não dava e foi embora, mas por quê? Porque havia líderes autênticos do outro lado, dispostos a dar um basta ao sofrimento do povo brasileiro, cansado de tanto populismo inconseqüente.

As Forças Armadas robusteceram a união e a coesão após 31 de março de 1964?

Sem dúvida, porque houve a manifestação unânime de pensamento das Forças Armadas. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica viram que eles todos tinham o mesmo pensamento com relação ao problema.

A mídia apoiou o Movimento?

A mídia, na época, apoiou o Movimento, tenho ainda os recortes de jornais, das revistas. A imprensa em sua absoluta maioria apoiou a Revolução de 31 de Março e a maioria dela até o fim do Governo Médici continuou apoiando – como o *Jornal do Brasil*, o *Estado de São Paulo*, o *Correio da Manhã, Diário de Notícias,* todos favoráveis, todos com a mesma visão. *O Globo* apoiou o nosso Movimento até o momento em que deixamos a condução da política. Hoje, sem a menor explicação, trocou de lado. É a rede que gosta de estar ao lado do Poder!...

E as revistas – Fatos e Fotos, O Cruzeiro, *a* Manchete.

Todas, sem exceção, estampavam sempre aspectos favoráveis à Revolução.

Os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Considero que eram governos em que os presidentes eram militares. Não era um governo militar, porque para se chamar de governo militar, no meu entendimento, teria que haver quase que um banimento dos outros poderes – o Legislativo, o Judiciário, o que não aconteceu.

O Congresso estava funcionando, só havendo uma vez em que foi preciso endurecer, foi em 1968, com o Costa e Silva, com o AI-5, por causa do tal Márcio Moreira Alves, que fez aquela pergunta: "Até quando o Exército será um valhacouto de torturadores?" E, em seguida, dois ou três dias depois, fez aquela manifestação, concitando as mães e namoradas a boicotar a Parada de Sete de Setembro, porque os jovens estudantes que foram convidados eram os mesmos que eram metralhados e torturados pelos algozes, que eram as Forças Armadas. Então, chegou a um extremo que não dava mais para agüentar.

Até hoje é um inimigo figadal nosso, embora tenha procurado, depois, uma aproximação conosco, o que, a meu ver, em nenhum momento, devemos aceitar.

Sem dúvida. É um homem que sabe escrever, mas é o mesmo elemento daquela época, e está sempre dizendo: "Pois é, no tempo da 'ditadura militar', na época dos 'anos de chumbo' etc. e tal."

Quais foram os acertos da Revolução, sobre os quais hoje não se fala?

Há muitos acertos, tenho de sintetizar: houve a restauração da autoridade durante os vinte anos que tivemos no Poder, o que não existia antes da Revolução; tivemos a redução da inflação, que era de quase 100%, para 12%; o pagamento do funcionalismo, que estava sempre atrasado, passou a ser feito em dia. Criou-se a Previdência Social, o Funrural, beneficiando o brasileiro que não tinha direito a nada.

Na esfera econômica, tivemos a criação da Eletrobrás, com a construção daquele sem número de usinas hidrelétricas. As exportações brasileiras passaram de 1,5 bilhão para 37 bilhões de dólares. E o programa de construção de moradias com o Banco Nacional da Habitação? Foi, realmente, uma maravilha!

O Porto de Santos era um antro de grevistas; os navios ficavam esperando dias e noites, porque não podiam descarregar, tendo-se que indenizar a permanência deles lá parados. Era uma subversão completa, que terminou com a abençoada Revolução de 31 de Março.

Estradas asfaltadas: tínhamos 3 mil quilômetros e fomos para 45 mil quilômetros; estruturaram-se grandes empresas construtoras, como a Camargo Correia, a Mendes Júnior e tantas outras, que depois foram até fazer serviços no exterior.

A criação da Embratel, as nossas comunicações telefônicas deram um salto impressionante; antigamente, o sujeito pedia uma ligação interurbana e levava horas, às vezes passava de um dia para o outro e não conseguia falar. A partir da Revolução, você passou a pegar o telefone e falar. Telebrás, a mesma coisa. O petróleo, de uma produção de 75 mil barris por dia, passamos para 750 mil barris por dia.

Esses são os pontos, dentre tantos outros, que me ocorrem destacar da Revolução.

E quais foram os erros?

Os erros, como tudo, não se pode admitir que não existiram.

Destacaria, por exemplo, alguns excessos da Revolução, de participantes, não como missão que tivessem recebido, mas pelo espírito, talvez, dos executantes, tivemos excessos e nós sabemos que houve; excessos que existiram, é bom que se diga, de ambos os lados.

Um deles foi a censura, que tinha de existir, porque era uma ferramenta que logo após a Revolução precisava ser aplicada para conter os excessos e fazer face às reações que já estavam começando a existir; mas a censura foi um pouco demorada e começou a influir na "cabeça" do povo, de que as Forças Armadas ou a Revolução estavam, de fato, querendo cercear as liberdades. Para mim, esse foi um dos erros da Revolução. Interessante que, dentro da Universidade, a Revolução deixou tudo

na mão dos contrários e, por isso, estamos pagando até hoje. Faltou, no setor da educação em geral, uma ação efetiva dos governos revolucionários.

Outro foi o prolongamento do tempo de permanência no Poder.

O próprio Castello Branco, nas suas manifestações, logo depois de assumir, dizia que o grande objetivo era a normalização.

Em seqüência, o Costa e Silva – que depois teve aqueles problemas todos, que exigiram a decretação do AI-5 – e o próprio Médici queria que tudo se normalizasse, de forma até poder entregar o Governo aos civis, o que só foi possível com a "abertura", iniciada pelo Geisel, e concluída pelo Figueiredo.

Esses, no meu entendimento, constituem os erros que a Revolução cometeu.

O seu currículo registra uma passagem pelo CIE (hoje Centro de Inteligência do Exército), qual a missão que ali lhe cabia?

O CIE era o órgão principal de informações do Exército. Para a execução da tarefa que ele tinha de cumprir, contava com as 2as Seções dos grandes escalões: Exércitos, Divisões e Brigadas e, também, do escalão Unidade.

As informações seguiam os canais de comando e chegavam ao CIE, que fazia a consolidação. Essa consolidação era realizada diariamente, e, no primeiro despacho do dia, o Ministro, na época o General Walter Pires, era informado por mim do que tinha se passado nas últimas 24 horas. Essa era a missão do CIE.

O CIE recebia, também, informações de outros órgãos semelhantes, das outras Forças: o Cenimar (Centro de Informações da Marinha) e o CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica). O fato é que as três Forças tinham um sistema que era de transmissão, integração e difusão entre si. Tudo isso, no final, era enviado ao SNI (Serviço Nacional de Informações), porque tínhamos ligação com esse órgão principal das informações no País, que mantinha o Presidente da República informado. Então, havia a parte militar, até onde a nossa função chegava para atender ao escalão Ministro, e a complementação com o SNI.

Então, no Sistema Nacional de Informações, se fôssemos fazer um organograma, o SNI coordenava as três Forças Armadas e mais os órgãos de informações dos ministérios civis, todos integrados.

Era o sistema de informações, que hoje não existe.

Que hoje não existe. Veja o que fez o "seu" Collor com a idéia de vingança, "revanchismo", tendo sofrido as conseqüências desse ato, porque se ele tivesse um sistema de informações não teria havido o que houve com ele.

Existe agora a Abin (Agência Brasileira de Inteligência), que no meu entendimento é um arremedo do que era o SNI, porque ela não tem os elementos,

não tem a capacidade e não sei se tem as verbas – porque isso era inclusive um dos motivos de crítica, já que o SNI recebia verbas especiais, sobre as quais não se prestava conta para ninguém.

Falou-se em integração das Forças Armadas. Então, por exemplo, em caso de prisões, tínhamos que atuar em prisões de elementos que não fossem do Exército?

Não. O CIE (Centro de Informações do Exército) não atuava, não era órgão executivo, era órgão de informação, como também o próprio SNI, que só informava.

A Polícia Federal ou a Polícia de Segurança informada é que agia com relação às prisões.

Às vezes "sobrava" para os comandantes de quartéis, a guarda de presos?

Recebi presos no RecMec, um estudante, revoltadíssimo, e eu conversei com esse rapaz. Pois bem, ele disse, no final das minhas conversas com ele: "Coronel, nunca pensei que era assim, jamais imaginei que teria a atenção do Comandante." Eu aduzi: "Rapaz, você foi iludido, você está aqui porque alguém colocou na sua cabeça falsas premissas. Agora você viu como é que nós agimos, vamos almoçar lá no rancho." E ele continuou: "Mas, Coronel, eu não sabia que o Exército era assim." E eu completei: "Pois é rapaz, puseram isso na sua cabeça, não somos assim como lhe disseram; não queremos o mal de ninguém, queremos é o esclarecimento da mocidade, da juventude, para que não seja alvo exatamente desses comunistas."

Esse, rapaz, quando foi solto, saiu meu amigo. Eu mesmo influenciei para sua liberdade. Ele veio me abraçar, e depois nunca mais tive contato com ele, mas deve ter se conduzido melhor na vida.

Perdemos a batalha da comunicação social ou não quisemos nos engajar nesse importante setor?

Acho que perdemos a batalha da comunicação social, e é preciso dizer por quê: o nosso feitio de homens que vestem farda não é estar se vangloriando, de estar contando... Além disso, por educação, temperamento, por formação, essa é a palavra, por formação, somos assim.

O estudo e a evolução do programa psicossocial diz que temos de fazer a nossa propaganda, o psicossocial diz isso, a divulgação. Agora, o que acontece? Acontece que quando fomos conhecer bem isso, a mídia já estava dominada pelas esquerdas, completamente dominada, e nós, com os nossos recursos, não temos um elemento próprio de divulgação, de peso, não para modificar o pensamento do público interno, mas do externo, porque este é o preparado pela grande mídia.

Para o público interno, temos, me parece, e ele é eficiente, o Noticiário do Exército, temos publicações, temos os nossos boletins, que para o público interno satisfazem. Agora, daí para fora, a mídia domina, com todas as possibilidades que dispõe a imprensa.

Como o senhor viu a abertura nos governos Geisel e Figueiredo?

Geisel acabou com o AI-5, em maio de 1978, acabaram aquelas sanções, inclusive penas meio fortes relativas à censura. Nessa época, começou a abertura, de forma gradativa, e isso naturalmente influenciou a sociedade. A abertura foi completada no Governo Figueiredo, embora um tanto tumultuada, fruto, inclusive, de sua enfermidade; então, a coisa não teve o caminhar, vamos dizer assim, organizado como se esperava.

A luta armada desencadeada no campo, na cidade, buscou orientação e apoio externo onde? Qual era a orientação? O que eles queriam?

A luta armada, no meu entendimento, visava à retomada daquelas condições em que estávamos anteriormente e a tomada do Poder, a fim de fazer do Brasil uma república comunista e, para alcançar esse objetivo, havia apoio de Cuba, de Moscou, da Cortina de Ferro, da Coréia do Norte. Então, eles contavam com esse apoio que vinha de fora.

O AI-5 foi necessário?

Acho que foi necessário. Não existia mais clima para que voltássemos – até porque já tínhamos experiência – ao período de antes da Revolução. Havia uma tendência de se fomentar a desmoralização das autoridades e das Forças Armadas, a subversão e a corrupção voltavam numa verdadeira escalada, chegando a um ponto em que não dava mais para agüentar, culminando com aquela ofensa, feita de uma forma tão contundente pelo tal Márcio Moreira Alves. E a maneira de fazê-lo foi: "Vamos colocar um ponto final nisso, e a maneira veio com o AI-5."

As Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir qualquer vantagem na época?

Não. Exatamente ao contrário. As Forças Armadas não se aproveitaram da posição que assumiram, de governo, de comandar o País, e a modéstia, que caracteriza sempre o militar nas suas ações, ficou expressa pelos presidentes da Revolução, que foram os generais que assumiram, através de eleições indiretas, feitas pelo Congresso.

Os recursos eram dados para o desenvolvimento e a segurança sempre ficava num plano secundário.

Para dar o exemplo, os governos da Revolução nunca ofereceram vantagens para as Forças Armadas, porque a prioridade era o desenvolvimento.

Qual a sua avaliação, resumidamente, desses vinte anos de Revolução?

Foram vinte anos de progresso econômico, de conquistas nos serviços públicos e no bem-estar social; resumidamente é o que acho.

Qual a sua avaliação a respeito da anistia?

A anistia vem sendo aplicada de uma forma unilateral. Anistia significa esquecimento dos fatos havidos, perdão para os dois lados. Se houve excessos que eles fossem esquecidos, e suas conseqüências também.

E o que é que está havendo? Foram organizadas comissões de julgamento dos atingidos pela Revolução, para as quais todas as benesses são legadas, o mesmo não acontecendo com os homens que defenderam o Estado contra a guerrilha urbana e rural – os grandes injustiçados nesse processo descabido. O dinheiro da Nação está premiando terroristas e seus familiares – um total contra-senso.

A indenização da viúva do Lamarca – quem é Lamarca? Traidor, mau-caráter, assassino e desertor, o que, nas Forças Armadas, mais abominamos —, que foi levado pela mídia a ser considerado herói nacional, recebe pensão de general, enquanto os nossos capitães, soldados e aqueles sargentos que foram mortos, nem indenização estão recebendo, como o nosso soldado, depois Sargento Mário Kozel Filho, que morreu estupidamente, de guarda, porque os terroristas do bando de Lamarca jogaram um carro-bomba, pelo portão dos fundos do quartel do II Exército, no Ibirapuera, em São Paulo.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo revolucionário desgastaram a imagem da Revolução?

O Presidente Figueiredo, com a doença, teve prejudicada a sua atuação como governante.

A economia estava sendo conduzida de forma aceitável, apesar do segundo choque do petróleo que atingiu em cheio o seu governo, mas a possibilidade de continuidade do processo revolucionário já não existia. Eu estava comandando o Planalto nessa época, sofri lá com os problemas. O Tancredo ficou doente e não conseguiu assumir e o governo acabou nas mãos do Sarney. O desfecho, infelizmente, não foi o desejado.

Houve também aquela "briga" de eleição direta ou indireta, e o Figueiredo disse que ele era a favor das diretas, mas o partido não era, ficou mal para o partido...

Exato, teve essas convulsões na parte política e reflexos na parte econômica, é claro.

Acho que ele foi um homem corajoso, um homem decidido, mas politicamente ele...

Não era o indicado, nunca foi. Ele foi meu instrutor, tive muito contato com ele. Depois disso, no SNI e, quando ele era o Presidente, lá no CIE. Eu tinha muito contato com o General Figueiredo. Excelente companheiro, cabeça privilegiada – ele era primeiro de turma de Escola Militar, de EsAO, de Estado-Maior, era tríplice-coroado – mas, politicamente, era uma "cavalaria daquele nosso tempo". Ele estourava como fez lá em Santa Catarina, em que o estudante foi lá falar qualquer coisa, xingou, e ele já desceu do palanque para brigar. Quer dizer, politicamente, ele não era o indicado para o cargo de Presidente. Mas tinha capacidade, tinha, porque era muito inteligente, e acompanhava os problemas nacionais intensamente. Agora, não tinha a filigrana de saber conduzir as coisas politicamente. Ele era "militar mesmo", daquele negócio reto, direto. Qualquer coisa que não fosse exatamente como queria, ele não aceitava.

E o "revanchismo", existe?

Está aí presente nas formas mais diversas. Já nos acostumamos a ouvir essas expressões: "anos de chumbo", "ditadura militar", e que tudo que tem de ruim nesse Brasil foi por causa das Forças Armadas e do Exército em particular. É o "revanchismo", inclusive, com a conseqüência de vermos hoje, ocupando posições de destaque, elementos que, na realidade, foram banidos porque já não eram bons, ou que tinham idéias contrárias ao que era o pensamento nacional. Bandidos e terroristas. Então o "revanchismo" veio e, quando há oportunidade de menosprezar, de diminuir, de denegrir a nossa atuação, eles têm, por causa da mídia, todos os elementos para escrever e multiplicar aquilo por "não sei quanto".

Com a queda do Muro de Berlim desapareceu o comunismo? Qual é a situação do comunismo no Brasil?

É uma falácia dizer que o comunismo acabou, não acabou, está aí bem vivo, está presente. Você viu essa propaganda que estão fazendo na televisão do PC do B? É de estarrecer, usam a juventude para falar, e falam abertamente em "ditadura militar". O que acabou foi a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Cada um daqueles países satélites continuou com seu partido comunista. Continuam com força os partidos comunistas chinês e o da Coréia do Norte. O de Cuba se arrasta sem o apoio que antes dispunha da União Soviética.

Como o senhor vê os elevados níveis de aceitação da imagem do Exército, junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião?

Vejo como o resultado evidente de que o povo, a sociedade, no seu julgamento, apesar de todo o "revanchismo", de toda a mídia contrária, sabe enxergar a

realidade, porque quando ocorrem as calamidades ou outro fato qualquer, quem é que atua? São as Forças Armadas: o Exército, a Marinha, a Aeronáutica.

Os caminhões do Exército são vistos transportando medicamentos, alimentos, salvando o pessoal flagelado nas calamidades públicas. As regiões carentes do interior, como a do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, vêm recebendo cestas básicas transportadas pelas nossas viaturas, com toda presteza e honestidade. Então, tudo isso aí, mais o que a mídia vem mostrando, aos "borbotões", de desonestidade, corrupção – de governadores, de juízes, que tinham que julgar e recebem propina, roubam –, mas, por outro lado, o povo não vê o nome de um general, de um coronel, de uma patente maior das Forças Armadas envolvida em qualquer escândalo desses. Isto contribui para a elevada imagem de nossas Forças Singulares.

Os presidentes militares saíram do governo como entraram: pobres, ninguém se locupletou, isso caracteriza bem a Revolução.

Saíram como entraram, exemplo vivo de acurada formação moral e espírito público.

Qual a sua mensagem final para o Projeto da Revolução de 31 de Março?

Só queria aduzir o seguinte: estou muito satisfeito que esteja sendo realizado este Projeto de História Oral, como foi o da Segunda Guerra Mundial, porque acho que, por tudo isso que nós já dissemos e que a mídia esconde, passamos a contar com uma primeira ferramenta que faça chegar à sociedade e ao povo de um modo geral as verdades sobre os fatos, seja na guerra, seja na Revolução de Março de 1964, que nós estamos tratando. O objetivo final é produzir alguma literatura a respeito disso, que se faz necessária, e que vá dar à sociedade, à população, a oportunidade de conhecer a verdade, porque estamos falando aqui não só de acertos, mas também de erros, estamos falando em defeitos, em coisas que talvez não devessem ter sido feitas, mas que foram, estamos reconhecendo, portanto, também os nossos equívocos.

E é bom que seja feito assim como está, porque se fosse possível, por hipótese, fazer isso através da mídia, certamente o efeito seria contrário, porque as deturpações representariam o lugar-comum, como estamos assistindo no que publicam sobre os vinte anos da Revolução.

Portanto, quero parabenizar o Projeto. Era o que eu tinha a dizer.

General-de-Divisão Anápio Gomes Filho

- Natural da Cidade de Niterói, RJ.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx); o de Informações da USAINTS/ Estados Unidos da América; o de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), da Escola Superior de Guerra (ESG); e o de Operações na Selva, do Centro de Operações na Selva e Ações de Comando (COSAC).
- Serviu nas seguintes Unidades: 6º Regimento de Artilharia Montada, Cruz Alta, RS; 1º Grupo de Obuses 155, Rio de Janeiro, RJ; Forte Barão do Rio Branco, Niterói, RJ; 8º Grupo de Artilharia 75 a Cavalo, Santana do Livramento, RS; 2º Grupo de Obuses 105, Itu, SP; 5º Grupo de Canhões 90 Antiaéreo, Campinas, SP.
- Como Oficial Superior foi Oficial de Estado-Maior do Comando da 2ª Região Militar, São Paulo, SP; Oficial da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ; Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, RJ; Chefe de Seção da Diretoria de Cadastro e Avaliação, Rio de Janeiro, RJ; Comandante do 5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, Curitiba, PR; Chefe do Estado-Maior da 12ª Brigada de Infantaria, Caçapava, SP; Vice-Presidente Executivo da Comissão de Desportes do Exército; Chefe do Estado-Maior da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, Marabá, PA; e Chefe da Assessoria, 1 do Departamento de Material Bélico, Brasília, DF.
- Como General, foi Comandante da Artilharia Divisionária/4, Pouso Alegre, MG; da Artilharia Divisionária/1, Vila Militar, RJ, Comandante da 12ª Região Militar, Manaus, AM; e Diretor de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos (DACED), Rio de Janeiro, RJ.
- Em 1964, no posto de Major, integrava o Estado-Maior do Comando da 2ª Região Militar, São Paulo, SP.

Entrevista realizada no dia 29 de abril de 2002.

É uma satisfação estar aqui presente para poder colaborar neste Projeto que reputo de máxima importância para o Exército e para a nossa história. É uma maneira que temos para desfazer as mentiras, as calúnias, as inverdades que constantemente são veiculadas pela imprensa. É uma satisfação, portanto, poder colaborar, como já disse, com este Projeto do maior significado para a posteridade.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Em 1964, eu era Oficial do Estado-Maior da 2ª Região Militar, em São Paulo. Quando lá cheguei, em 1963, o Comandante da Região era o General Lyra Tavares, que ficou pouco tempo, sendo logo substituído pelo General Olympio Mourão Filho.

Com o General Mourão, logo após ele assumir, passamos a ter reuniões conspiratórias presididas por ele, com alguns oficiais do Estado-Maior da Região. Quero aqui destacar o nome de dois deles que foram os padrinhos dos mais novos que lá estavam, foram o Coronel Policarpo e o então Coronel Augusto Cid Camargo Osório, depois General. Lá em São Paulo, tínhamos essas reuniões na parte da manhã, porque, naquela época, o expediente iniciava às 11h. O General Mourão nos reunia pela manhã quando fazia exposições a respeito da situação, do pensamento dele; fizemos, inclusive, estudos e planejamentos para, se fosse o caso, montarmos um grupo de resistência na Serra da Bocaina, a meio caminho entre o Rio e São Paulo.

Mas o General Mourão queria ir para Minas, para uma Região Militar com tropa, porque não havia unidades de combate na 2ª Região Militar; e ele acabou sendo transferido para a 4ª Região Militar/4ª Divisão de Infantaria, em Juiz de Fora.

Aqui, convém lembrar uma história que ele nos relatou em uma visita que fez a São Paulo após a Revolução. Disse-nos que fora informado por pessoas amigas que estava sendo acompanhado, vigiado em São Paulo, porque estaria conspirando contra o Governo. Então, em meados de 1963, nas comemorações da Revolução Constitucionalista de 1932 de São Paulo, ele e alguns oficiais compareceram à Assembléia Legislativa para a sessão solene e lá estava também o General Peri Constant Bevilaqua, que comandava o II Exército. Quando um dos oradores começou a criticar o Governo, naquele exato momento, o General Mourão fez um sinal para os seus oficiais, ficou de pé, e abandonou o recinto, em sinal de protesto aos ataques que o Governo estava sofrendo por parte daquele orador. Era a maneira que ele encontrou para mascarar a sua posição diante daquela corrente ligada ao Governo, contrária a ele e ao seu desejo de ir para a 4ª RM/DI e, com aquela iniciativa, ele acabou sendo transferido, como queria, para Minas Gerais.

Em São Paulo, também passamos a ter contato com elementos civis e este contato nos foi proporcionado por intermédio do Tenente-Coronel Rubens Resstel que, radicado em São Paulo, tinha um grande círculo de relações. Naquela ocasião, fazíamos reuniões nas casas de civis. Dessas reuniões, também participavam oficiais das guarnições do interior; em viaturas que nos eram cedidas oficiais da capital se encarregavam de buscar e levar de volta os participantes.

Com a saída do General Mourão, foi para o comando da Região o General Bandeira, não o General Bandeira lá do Nordeste, outro General Bandeira, mas não tinha a mesma linha do General Mourão.

Em substituição ao General Peri Bevilaqua, assumiu o comando do II Exército o General Amaury Kruel e aí tive uma participação, que acredito tenha colaborado para o bom andamento das coisas porque me dava muito bem com o então Major Vinícius Kruel, sobrinho do General, com quem conversava muito. Na época, houve um problema disciplinar com alguns graduados e o General Kruel tomou uma atitude firme, e eu, em conversa, com o então Major Vinícius, disse-lhe que essa atitude do seu tio repercutiu muito bem no meio da tropa aqui de São Paulo. E ele perguntou: "Como você sabe disso?" "Porque estou há mais tempo aqui do que você, servi em Itu, Campinas, e tenho bastante conhecimento da área, enquanto você está chegando agora. Conversávamos muito e fui adiantando algumas informações que certamente seriam passadas ao Comandante do II Exército, mas silenciei a respeito das nossas reuniões conspiratórias. Eu lhe dizia que: "Se seu tio se mantiver nessa linha de respeito à disciplina e se posicionar claramente contra a baderna, que era a tônica do momento, ele terá toda a tropa de São Paulo ao seu lado.

O General Comandante da 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI) era o General Aloísio Miranda Mendes e o General Zerbine era o Comandante da Infantaria Divisionária da 2ª DI (ID/2). Disse com muita clareza e muita ênfase para o Major Kruel que, se o seu tio, o General Kruel, ficasse nesta linha, com ou sem esses dois Generais, ele teria a tropa com ele.

Foi se avolumando aqueles movimentos anárquicos das esquerdas, principalmente aqui no Rio, até que eclodiu o Movimento com o General Mourão no dia 31 de março.

Muitos lembrar-se-ão da fidelidade do General Amaury Kruel, aos seus princípios e da sua lealdade ao então Presidente João Goulart, tentando demovê-lo até o último minuto de prosseguir por trilhas perigosas e mal-acompanhado. Como não conseguiu, prevaleceu o interesse nacional, fazendo com que o II Exército, sob o seu comando, aderisse à Revolução Democrática.

Daí em diante, minha participação, como membro do Estado-Maior da 2ª Região Militar, designado pelo Coronel Policarpo, que era o meu Chefe direto, foi no

sentido de coordenar, junto aos fornecedores de combustível, o abastecimento, por parte dos postos, das viaturas do Exército que se deslocassem. Passei, portanto, a trabalhar com esse pessoal civil.

No dia 2, o Coronel Policarpo mandou que eu me apresentasse ao Coronel Cid Camargo Osório, depois General, que já estava no Estado-Maior do II Exército, porque quando o General Bandeira assumiu, eles se desavieram e o Coronel Cid, então, para não sair da área, foi transferido para o II Exército. Cumprindo ordens do Coronel Policarpo, apresentei-me ao Coronel Cid, que me deu a missão de deslocar-me para Curitiba, de helicóptero, para acompanhar as tropas de São Paulo que se dirigiam para o Paraná, porque parte das tropas paulistas não engajada se deslocou para o Sul.

Uma vez definida a posição da 4ª RM no Rio de Janeiro e das forças no Vale do Paraíba, parte das tropas do II Exército foi para o Paraná, o Grupo de Artilharia 155, de Jundiaí, o Grupo de Quitaúna, deslocando-se, também, pela Regis Bittencourt, na direção de Curitiba, o 4º Regimento de Infantaria (4º RI).

Fomos para Cumbica, tomamos um helicóptero e nos deslocamos ao longo da rodovia SP-PR monitorando a tropa que seguia em direção ao sul. Pousamos para verificar a situação de um trator do GO 155 que havia fundido o motor; prosseguimos até Registro, onde reabastecemos, no P Sup que lá havia sido montado.

O mau tempo não nos permitia seguir para Curitiba, que era nosso destino, mas, diante da nossa insistência de prosseguir, o piloto, Capitão Henrique, propôs alcançar o litoral e, pela linha da costa, chegar a Paranaguá; já anoitecia quando decolamos para prosseguir. Fizemos rápida parada na Ilha do Mel, onde havia uma guarnição do Exército, e enviei mensagem para a 5ª Região Militar.

Em Paranaguá, fomos recebidos pelo Capitão dos Portos, além do Capitão da Polícia Militar e do administrador do Porto que nos levou para jantar.

No outro dia de manhã, segui de carro para Curitiba pela antiga estrada da Graciosa, com a finalidade de entrar em contato com o Governador Ney Braga para tratar do problema do abastecimento, porque, naquela época, não havia ainda a Refinaria de Araucária, e o combustível do Paraná ia de São Paulo.

Assim que começamos a reunião com o Governador, recebemos a notícia de São Paulo de que a situação já estava totalmente controlada, inclusive no Sul, e eu deveria voltar. Consegui, então, transporte aéreo lá na base de Bacachiri para me levar até Paranaguá e de lá tomamos o helicóptero e retornamos a São Paulo. Essa foi a minha participação na Revolução.

A ação de João Goulart foi tão nefasta que uniu os brasileiros contra ele, o povo, na sua grande maioria, e o Exército como um todo, praticamente.

No dia 4 de abril, voltando da missão, fui ao Quartel-General do II Exército quando encontrei o General Lindolfo Ferraz Filho, Comandante da AD2 (Artilharia Divisionária da 2ª Divisão de Infantaria), pelos cantos. Olhei, cumprimentei-o, ele havia sido meu instrutor na Escola Militar, estranhando que estivesse por ali. Depois, conversando com o Major Kruel, soube que o General Kruel ficara muito aborrecido com ele, porque estando de férias ali por perto, demorou três dias para chegar. Ele não perdoou e não o recebeu.

Poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

Já falei alguma coisa a respeito, mas, em resumo, podemos dizer o seguinte:

– liberalidade, vista grossa e omissão durante o Governo Juscelino Kubitschek;

– traição à maioria dos seus eleitores pelo senhor Jânio Quadros, incluindo o episódio Che Guevara, um sinal verde para os comunistas;

– tomando as rédeas do Poder, o senhor João Goulart levou o País a um verdadeiro caos. O Presidente, apoiado pelo Brizola foi um dos maiores incentivadores da quebra da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas. A sua aparente fraqueza era parte do jogo para atingir o caos e, com isso mudar a Constituição, inclusive na marra, como diziam, de acordo com seus interesses.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Havia sim, incontestavelmente. Todos se queixavam da caótica situação econômica, e, aqueles que percebiam, se mostravam temerosos com o avanço das atividades dos comunistas e a força que eles ganhavam no governo.

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja, com relação ao governo deposto em 1964?

A maior parte do clero comungava com o temor da população, frente ao descalabro econômico e à ação dos comunistas, mas, logo depois da eclosão da Revolução, já se fizeram notar os "padres e as freiras de passeata", que apoiavam as atividades dos comunistas. Na verdade, havia religiosos profundamente ligados aos comunistas, aliás, até hoje.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? Poderia citar exemplos?

O ambiente no meio militar era de perplexidade diante da complacente posição do Ministro do Exército e da atitude de alguns chefes militares que, por

ambição, apatia ou mesmo convicções políticas, apoiavam o rumo nitidamente esquerdista-comunista do Governo do senhor João Goulart.

As tentativas de criar cisões nos quadros das Forças Armadas foram flagrantes e insidiosas. Recordo aqui a sedição de sargentos da Marinha e da Aeronáutica, em Brasília; o episódio dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, do Rio de Janeiro; o Almirante Aragão nos braços das praças; o comício da Central do Brasil e a reunião do Automóvel Clube do Brasil, quando o Governo das aberrações, dos desvarios, dos desatinos, começou a cair.

No Quartel-General da 2ª Região Militar, onde eu servia, o ambiente era bom e posso afirmar que a maioria dos subalternos e sargentos era fiel aos princípios da nossa Instituição e não aceitavam as tentativas de lançar a desunião no seio do Exército.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

Além dos que já citei, há outros episódios a considerar como a atividade dos "grupos dos onze", das "Ligas Camponesas", do Comando Geral dos Trabalhadores, que era o Comando das Greves, responsável por infernizar o País a todo momento, inclusive com greves de apoio a outras greves, as chamadas greves de solidariedade.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

Tudo que não for "esquerdóide" ou "comunistóide", será tachado de reacionário pelos inimigos da Revolução de 31 de Março de 1964, os eternos derrotados. As Marchas foram uma demonstração inequívoca de insatisfação e de repúdio à orientação do Governo do senhor João Goulart, contestada pela população unida, de terço na mão, pela liberdade, pela democracia e contra o totalitarismo que estava por se implantar no País.

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

A grande maioria apoiou a Revolução, seja por princípio, seja por conveniência.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNTI etc.), logo após o início da Revolução?

Embora contrárias à Revolução, passaram um bom tempo sem engendrar atividades de reação, até porque a maioria dos seus líderes fugiu, o que é muito comum nos comunistas. Quando as coisas apertam, eles desaparecem.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Civis – Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ney Braga Juracy Magalhães etc.

Militares – General Mourão Filho, Castello Branco, Odylio Denys, Costa e Silva, Carlos Guedes, Emílio Médici, Lyra Tavares e outros.

A Revolução de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Até onde alcança o meu conhecimento do 31 de Março de 1964 foi de preparação exclusivamente interna e, sinceramente, não acredito que algum chefe militar tenha procurado apoio ou o beneplácito de algum elemento externo.

Quanto aos civis, nada posso opinar, mas a Revolução, como um todo, não teve nenhuma ligação com o exterior, como também não foi orientada pelos EUA ou por quem quer que seja.

Como os comunistas e seus afins sempre estiveram subordinados a Cuba, Praga ou Moscou, é natural que tentem ofuscar a nossa vitória com mentiras e calúnias, na tentativa de esconder o fracasso, a fragorosa derrota.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

Simplesmente não havia "esquema militar". Os chefes militares do suposto esquema – a maioria por vaidade, ambição e não convicção política – pavoneavam, mas não detinham o controle de nada. Apesar dos esforços feitos e das balelas, o Exército não foi contaminado e se manteve unido no momento crítico.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)?

Havia confiança nos chefes e coesão em torno deles, é o que posso afirmar, quanto ao II Exército, onde eu servia; e, pelas informações obtidas, posso dizer que o clima era o mesmo no seio da 4ª RM e AMAN.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto, em seu entendimento? Por quê?

O Exército empregou tropa com conscritos ainda em formação, logo nada mais correto do que o emprego dos cadetes, profissionais, exemplarmente prepara-

dos, dada a situação de emergência que o País enfrentava. A participação da AMAN foi decisiva para a rápida e consagradora vitória da Revolução.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Parte da tropa do II Exército se deslocou para o Paraná, como reforço para eventual confronto com elementos do III Exército, o que felizmente não aconteceu. O Sul, muito ao contrário do ocorrido na renúncia do senhor Jânio Quadros, não se amedrontou com os arreganhos e ameaças do senhor Brizola e, unido, ficou ao lado do Exército revolucionário.

Ao contrário de 1930, dessa vez foram os mineiros e não os gaúchos que tomaram o Rio de Janeiro. A vinda para o Rio da tropa de Minas e do General Mourão – indiscutivelmente o detonador do Movimento – teve mais o propósito de marcar presença, já que, no Rio de Janeiro, a maioria da tropa estava nas mãos de gente nossa.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de Março de 1964? Por quê?

Sim, porque percebemos, com evidência e profundidade, os perigos que rondavam a Nação, o que mostrou a necessidade de as Forças Armadas se unirem para manter os objetivos conquistados e permanecer atentas às reações do inimigo solerte. A infiltração comunista na Igreja, no meio estudantil, no operariado, na imprensa e em repartições do Governo nos serviram de alerta: ou nos uníamos para resistir e combater em melhores condições ou seríamos tragados por eles.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Não. A Revolução de 31 de Março de 1964 foi uma patriótica reação do Brasil contra a ideologia comunista que maus brasileiros, auxiliados e orientados por Cuba, Praga e Moscou, tentavam impor à Nação.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

Na maioria sim. *O Estado de São Paulo, Tribuna da Imprensa, Jornal do Brasil* e o, hoje, famigerado *O Globo* apoiaram o Movimento. Muitos outros jornais também o fizeram, mas não tenho como precisá-los. A Rede Globo, por exemplo, deixou de fazê-lo por interesses inconfessáveis, quando a Revolução deixou o Poder, ou seja, a partir de janeiro de 1985.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar a diferença?

Os presidentes foram militares, mas os governos jamais. Foram poucos os militares que ocuparam cargos na administração pública e a ingerência militar ficou limitada às ações de segurança e ao combate aos atos de terrorismo, seqüestros, assassinatos e guerrilha.

Quais as raízes da Revolução de 1964?

Precisar as raízes não me atrevo, mas tenho para mim que o que aconteceu em 31 de março de 1964 foi uma reação, sobretudo, da parte esclarecida da sociedade e das Forças Armadas contra as atividades dos comunistas, seus afins e inocentes úteis que, às escâncaras, à vista de todos, impuseram, com atrevimento, as suas regras nocivas nos diversos setores do Governo para destruir a nossa democracia.

A guerra fria teve influência no Movimento de 1964?

A guerra fria, na verdade, influenciou, muito fortemente, mas nas atividades dos comunistas os quais, sentindo a firme e arrogante posição da União Soviética e o apoio por ela dado a Cuba e ao Leste europeu, se robusteceram e passaram a agir com mais desenvoltura. Convém lembrar que desde o Governo do senhor Juscelino Kubitschek eles vinham criando asas e durante o Governo João Goulart se lançaram ao vôo, cada dia mais alto.

O curto interregno do senhor Jânio, o traidor, também lhes foi favorável.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964? O senhor poderia citar os principais?

A mídia está dominada pelo que chamo de "a canalha", comunistas-esquerdistas, recalcados e aproveitadores; a essa gente não interessa destacar os acertos, pois a palavra de ordem é mentir, caluniar. Sobre tudo que foi bom – silêncio total. A regra é denegrir. Como diziam os caudilhos nos entreveros de 1893: "Quem o inimigo poupa, na mão dele morre."

Os anos da Revolução foram um período áureo para a economia brasileira, onde:

– o parque industrial foi grandemente ampliado e modernizado, com a implantação de indústrias de alta tecnologia, inclusive a indústria petroquímica;

– o Brasil, que entrou na Revolução como exportador de produtos primários, tornou-se exportador de produtos manufaturados, que passaram a dominar a pauta de exportação;

– nossa balança comercial, apesar da recessão mundial e das crises do petróleo, sempre foi positiva; em 1983, o saldo chegou a 6 bilhões de dólares e, em 1984, a "Nova República" foi recebida com um saldo de 13 bilhões de dólares, que logo se encarregou de malbaratar.

Vivemos um notável desenvolvimento do PIB, que começou, em 1968, com o crescimento de 9,3% e chegou, em 1973, a mais de 13%. Nessa série, não houve crescimento menor que 9% – um verdadeiro milagre resultante de planejamentos governamentais bem executados. É bem verdade que não foi acompanhada de uma melhor distribuição de renda, mas que não deixou de melhorar bem, convindo lembrar que, à época, o crescimento da população se fazia com taxas bem mais elevadas que as de hoje. Vale, ainda, citar os seguintes setores extremamente beneficiados:

– energético com a criação do pró-alcool;

– telecomunicações;

– energia hidrelétrica;

– malha rodoviária;

– Ponte Rio-Niterói (Ponte Presidente Costa e Silva);

– Zona Franca de Manaus;

– universidades;

– construção de residências para as classes média e pobre, através do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Não houve desnacionalização nem privatizações, o que hoje existe e é uma vergonha, com verdadeira doação do patrimônio nacional ao capital estrangeiro.

O senhor acha que a Revolução de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Sim, dentre eles citamos:

– a Ferrovia do Aço, no Governo Geisel, sem finalidade clara;

– a falta de elaboração de uma sólida e rigorosa legislação para coibir as orgias e irresponsabilidades dos municípios, estados, universidades, fundações, empresas governamentais e outras organizações;

– inexistência de uma legislação sobre controle de natalidade e paternidade responsável;

– a não unificação das polícias militar e civil;

– não atuou com a devida atenção nos setores da saúde e, principalmente, da educação, que ficou inteiramente nas mãos da esquerda, criando-se, por aí, o grupo revanchista, que ataca injustamente a Revolução, sobretudo "a canalha" que hoje domina a mídia e sobre a qual já me referi.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

Não acho que os governos revolucionários tenham perdido a "batalha da comunicação social". Na época, houve a necessária e conveniente comunicação social, mas o que não se pode é querer relacionar fatos de vinte ou mais anos passados com o "massacre" da mídia atual contra a Revolução, conseqüência do domínio da Imprensa pela esquerda derrotada e pelos rios de dinheiro que vêm de fora para este desiderato.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.) praticadas por extremistas?

Alguns comunistas e muitos desajustados de mal com a vida, com a família, recalcados, frustrados e pretensos "Che Guevaras" tentaram combater a Revolução com assaltos, seqüestros, assassinatos, atos terroristas e ações de guerrilha. Alardeavam que combatiam a opressão em busca da liberdade, da democracia, bens inexistentes na terra dos seus patrocinadores.

A diversidade dos grupos subversivos mostra bem o delírio, a perturbação mental, o desatino dessa gente, a falta de unidade ideológica, de uma ação de comando unificada, deixando transparecer a existência de uma disputa entre eles, na busca de destaque, de notoriedade.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Decididamente não concordo com esse ponto de vista, porque é falso e tendencioso. A essa gente falta autoridade moral para falar em canais para manifestação dos opositores. A sua escola e os seus propósitos eram totalitários e internacionalistas, avessos ao diálogo.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

Diante da situação existente, entendo que sim. Castello Branco, sem dúvida um grande Presidente, e o próprio Costa e Silva não foram suficientemente rigorosos no combate aos núcleos subversivos. Os acontecimentos na França, em 1968, animaram os derrotados daqui, que partiram para a luta armada, obrigando o Estado a reagir.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informação e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Sim, foi necessária. Jamais esquecerei os companheiros que participaram da luta contra a subversão. Rendo minhas homenagens a todos eles, lembrando que muitos se feriram, ficaram mutilados ou foram mortos, mas evitaram, no Brasil, o que se vê, hoje, com extrema tristeza e preocupação, na Colômbia.

Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artísticas etc.), com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais de segmentos da sociedade brasileira? O que o senhor tem a declarar quanto a isso?

Houve sim. O cerceamento das liberdades foi uma conseqüência do recrudescimento da propaganda e das ações subversivas. Acho que não devemos nos envergonhar e nem nos penitenciarmos pelo que aconteceu, afinal, manda quem pode e obedece quem tem juízo. Não temos que dar satisfações a uma corja, repito corja, que sempre esteve ao lado de ditadores ferrenhos e sanguinários, como Fidel Castro, e, que, hoje, cinicamente, se arvora em crítica da Revolução de 31 de Março de 1964.

Como o senhor vê essa terminologia "ditadura militar", "anos de chumbo", "golpe", utilizada, hoje em dia, pela dita corja?

Como já disse anteriormente a "canalha", caluniando e mentindo, vai passando às novas gerações a imagem de que houve uma "ditadura militar", um período de "torturas" e "repressão" – estão no papel deles, tolos fomos nós.

O atual Governo comunga com a "canalha", pois logo no início o "rei" nomeou uma comissão – uma esdrúxula comissão para premiar os seus amigos, assassinos, terroristas e guerrilheiros.

E o candidato oficial às próximas eleições também faz parte da "canalha", pois, na sua propaganda, afirma cínica e debochadamente que foi "perseguido pela ditadura de 1964 e se exilou no Chile!"

E, agora, gente que se diz nossa, vem com a balela, com a calhordice de nos dizer "Vamos esquecer o passado", quando o outro lado só fala e tira proveito dele. Nós fomos e somos realmente tolos!...

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura", desde o Governo Geisel?

Vi uma abertura atabalhoada, sem comando efetivo e sem que fossem tomadas precauções para o futuro. Nós, os vencedores, tudo entregamos ao inimigo, que hoje nos pisoteia, nos ofende, nos calunia.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

Em parte, acho que sim. O Presidente Figueiredo não foi feliz, mas é necessário dizer que, no tocante à abertura, herdou desacertos do Governo Geisel.

Geisel, Golbery e outros desgastaram, realmente, a Revolução, com certeza mais do que o Figueiredo.

Em 1978, como Chefe do Estado-Maior da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, em Marabá/PA, fui proibido de comparecer ao aeroporto para recepcionar o Presidente Geisel. Ele contava com a presença do bispo "comunistóide" da diocese, se não me engano Dom Alano; está esperando por ele até hoje. A 23ª Brigada era secundária...

Houve, principalmente, a partir de 1990, e existe, hoje, o chamado "revanchismo", em relação aos militares?

Como já tive oportunidade de dizer, nós os vencedores, tudo entregamos aos nossos inimigos, logo não podemos nos surpreender com o "revanchismo", as calúnias e as mentiras.

Com a queda do Muro de Berlim, desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

O comunismo já havia sido banido do Chile – valhacouto dos "exilados" brasileiros – melhor no Chile do que em Cuba...

Com a queda do Muro de Berlim e o desaparecimento da URSS, o radicalismo dos comunistas brasileiros chegou a amainar um pouco. Sem a sua "mesada", Cuba entrou em estado de falência, perdeu a arrogância e as condições de treinar e exportar agitadores. Às voltas com seus graves problemas, a Rússia se esqueceu do Leste europeu e o deixou à própria sorte, o mesmo acontecendo com relação à Argélia.

O comunismo é uma utopia, um atraso de vida, uma ignorância, vai sofrendo modificações, mas não creio que desapareça. Entre nós, o PCB já mudou de nome e o PCB do B, nas suas propagandas, ao lado do vermelho, da foice e do martelo, já exibe, para mascarar, o nosso verde e amarelo.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Acho reconfortante e animador, sinal de que a "canalha" da mídia não está alcançando os objetivos desejados.

O que gostaria de aduzir mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, que devesse ficar registrado para a história, por meio deste Projeto Oral do Exército Brasileiro?

Gostaria de dizer, neste fecho, reiterando minhas palavras iniciais, que vejo esse Projeto como da maior importância, particularmente, daqui a dez, vinte, cinqüenta anos, porque estes livros estarão à disposição de historiadores, pesquisadores e brasileiros em geral, que poderão confrontar a versão verdadeira dos fatos aqui narrados, sem o propósito de inventar e de mentir, com essas

calúnias e inverdades que são veiculadas pela imprensa de hoje, como tenho dito, dominadas pela canalhice, sim, porque são realmente canalhas!

Quero ressaltar o fato de que quando este governo entrou, logo no início, nomeou uma comissão e deu a chefia da mesma a um dos seus amigos com a finalidade de premiar os assassinos, assaltantes, guerrilheiros, terroristas vivos ou mortos, amigos dele, do rei, e clientes do chefe da comissão.

Posso garantir, com toda a consciência que a grande maioria das acusações contra a Revolução são caluniosas.

A respeito dos vinte anos de acertos que mudaram a face do Brasil, nem uma palavra hoje em dia. O capital estrangeiro e a ação dos revanchistas inveterados determinaram que o silêncio seja total.

Por isso, enfatizo, ao término desta minha entrevista, que a possibilidade de levar a verdade aos jovens de nossas Forças Armadas, à Universidade e ao maior número de pessoas dos diversos segmentos que compõem a população brasileira fica na dependência da difusão de obras como esta, criada pelo Projeto de História Oral do Exército, e que vai mostrar o que foi, realmente, a Revolução de 31 de Março de 1964.

General-de-Divisão Sergio Ruschel Bergamaschi

- Natural da Cidade de Veranópolis, RS.
- Pertence à Turma de 1954 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), ano em que foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Engenharia e recebeu o prêmio de viagem a bordo do Navio-Escola Almirante Saldanha.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o de Fortificação e Construção do Instituto Militar de Engenharia (IME).
- Trabalhou como Engenheiro Militar, na construção da Rodovia BR-277, no trecho compreendido entre Ponta Grossa e Guarapuava.
- Exerceu as funções de professor do Instituto Militar de Engenharia (IME), de Assessor do Gabinete do Ministro do Exército e de Assistente do Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e do Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações.
- Comandou o 2º Batalhão de Engenharia de Construção, Teresina, PI.
- Foi Oficial do Estado-Maior da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada, Petrópolis, RJ, Chefe de Gabinete da Diretoria de Obras de Cooperação, do Departamento Geral de Serviços, e Subchefe do Estado-Maior do Comando Militar do Leste.
- Como General-de-Brigada, comandou o 2º Grupamento de Engenharia, Manaus, AM, foi Adido Militar nos Estados Unidos da América e no Canadá e Diretor de Assuntos Culturais.
- Como General-de-Divisão, foi Comandante da 2ª Região Militar, em São Paulo, SP.
- Em 1964, no posto de Capitão, era Professor em Comissão do Instituto Militar de Engenharia, Praia Vermelha, RJ.

Entrevista realizada no dia 8 de abril de 2002.

É com muita satisfação que venho aqui para fazer esse breve depoimento de minha participação, melhor dizer da Engenharia de Construção na área da segurança e do desenvolvimento. E responder a mais algumas perguntas que o senhor quiser me fazer.

General, que missão, voltada concomitantemente para os campos da segurança e do desenvolvimento, gostaria o senhor, como Comandante de Batalhão de Engenharia na época do Governo do Presidente João Figueiredo, de abordar aqui nesse início de sua entrevista?

Meu General, no início do Governo do General Figueiredo, já em vigor a política do General Geisel de abertura lenta e gradual, começou a haver movimentos de perturbação da ordem no Baixo Araguaia, na região de Xambioá. O assunto estava no âmbito do Conselho de Segurança Nacional, e foi criado o Grupo Executivo de Terras do Baixo Araguaia – o GETAT, sendo seu Presidente o Doutor Íris de Oliveira.

O grupo foi inspirado no GETSOP (Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná), criado há muitos anos por problemas semelhantes.

Conversando com o General Venturini, este disse ao Dr. Íris: "Por que ele não pedia ao Exército para colocar um destacamento de Engenharia para trabalhar naquela área tão carente de infra-estrutura e de estradas." Assim, surgiram os primeiros contatos e a proposta foi apreciada pelo Chefe do Departamento de Engenharia e pelo Diretor de Obras de Cooperação, respectivamente General-de-Exército Antônio Ferreira Marques e General-de-Divisão Rubens Mário Brum Negreiros, que acolheram bem a idéia, condicionada a aprovação à realização de reconhecimentos e avaliação. Foi selecionado o 1º Grupamento de Engenharia, com sede em João Pessoa, na Paraíba, para o cumprimento da missão. Era seu Comandante o General-de-Brigada Roberto França Domingues, que a acolheu com entusiasmo.

Foram feitos os reconhecimentos preliminares com a minha presença na qualidade de Comandante do 2º Batalhão de Engenharia de Construção (2º BEC), de assessores meus e de assessores do Comando do Grupamento. Fomos para a região de Xambioá, fizemos os reconhecimentos e os levantamentos que nos asseguraram que havia viabilidade para o que se pretendia.

Logo foi feita uma reunião em Brasília com as presenças dos generais Antonio Ferreira Marques, Rubens Mário Brum Negreiros e Roberto França Domingues, da minha também e de assessores do Grupamento e do Batalhão.

Foram, então, discutidos os problemas. O General Marques e assessores apresentaram várias ponderações e dificuldades que poderiam surgir para que a obra fosse levada a bom termo, e todos os óbices levantados foram prontamente respondidos

pelos representantes do Grupamento e do Batalhão, o que levou o General Marques a comentar: "Vocês de Construção são muito rápidos para resolver os problemas". Isso aqui fica como homenagem ao nosso pessoal da Engenharia de Construção.

Que merece mesmo!

Então, foi celebrado um convênio com o GETAT e esse convênio foi assinado lá no meu Gabinete, em Teresina, e editado em setembro de 1980. Por força desse convênio, recebi na hora dois cheques: um de duzentos milhões de cruzeiros e outro de vinte milhões. Os duzentos milhões de cruzeiros eram para as obras e instalações, compra e recuperação de equipamentos, e os vinte milhões de cruzeiros eram para assistência social. Tratava-se de muito dinheiro na época. Compramos uma série de equipamentos, como, por exemplo, quatro tratores D6, tratores de médio porte, motoniveladoras, carregadeiras, mototransportadores, caminhões, caminhonetes, cavalos-mecânicos, pranchas para transporte do equipamento, comboios de lubrificação, lanchas e outros equipamentos.

Mobilizamos, então, o pessoal. No planejamento, constava empregar um destacamento com base numa Companhia de Engenharia Reforçada, comandada por um major do QEM (Quadro de Engenheiros Militares), mais um capitão de Engenharia, quatro tenentes, um tenente-médico, um tenente-dentista, um tenente QAO, previstas 93 praças, sendo que 18 sargentos e 17 cabos. Além disso, ainda, foram previstos 262 civis, formando, realmente, uma tropa expressiva.

Esses civis eram da área, General?

Alguns levados do Batalhão e outros seriam contratados na área, inclusive serventes. O pessoal mais especializado teve que ser levado ou convocado...

Quer dizer, isso foi uma forma de aumentar o nível de emprego na área e diminuir a agitação, porque a pessoa começa a arranjar emprego, não fica ociosa; esse trabalho da Engenharia é importante por isso também, porque absorve mão-de-obra.

Sim, sem dúvida nenhuma. A Engenharia de Construção se presta muito para esse tipo de operações. Os planejamentos de aquisições e de lotação dos efetivos foram quase completamente efetivados e foram suficientes para levar a bom termo as obras. O primeiro Comandante desse destacamento, faço aqui uma homenagem, foi o Major QEM Edson Jesus de Paiva e Silva, já falecido infelizmente...

Edson Jesus de Paiva e Silva.

Para o início das instalações, foi organizado um destacamento precursor que já levou equipamentos diversos. Foi com muita dificuldade que chegou à área, uma região muito carente de meios, de pontes etc., e foi necessário muito esforço para lá chegar com o material. Uma das primeiras coisas que esse destacamento precur-

sor fez foi arrumar as ruas da cidade que receberam saibro e foram patroladas. O destacamento foi comandado pelo 1º Tenente Jorge Ernesto Pinto Fraxe, oficial muito competente e dedicado.

Que maravilha!

E a resposta da população? Nos dias que se seguiram, pintaram a maioria das casas, em sua maioria de madeira. A vila ganhou nova aparência.

Começaram, então os trabalhos. A maioria dos projetos havia sido feita ou estava sendo feita pela Seção Técnica do Grupamento.

Foram construídos o aquartelamento, hospital, escola e residências para alguns elementos que não poderiam morar em barracões. Um outro aspecto a destacar é que o projeto de urbanização manteve quase a totalidade da vegetação. Era um babaçual muito bonito.

A localidade onde foi instalado o Destacamento foi São Geraldo do Araguaia – PA, que é vizinha a Xambioá, do outro lado do Rio Araguaia.

Uma beleza não é?

Infelizmente, não pude assistir a tudo, porque cinco meses depois, estava passando o comando da Unidade.

O senhor foi na verdade o pioneiro, iniciou o projeto.

Exatamente, pioneiro e talvez o único que tenha condições de trazer essas informações, porque os outros já entraram com a obra em andamento, deixando de conhecer esses detalhes iniciais da missão. Felizmente, a missão foi coroada de êxito.

Esse Destacamento veio a se chamar Destacamento Rodrigo Octávio em homenagem a um grande General que tanto defendeu a área amazônica. Outra coisa interessante é que a Companhia de Engenharia foi reforçada por um Pelotão de Equipamento, para fazer a manutenção do material, uma Seção de Assistência Social, com Setor de Saúde, Hospedagem e Armazém; um Setor de Administração, com Contabilidade, Pessoal, Compras, Aprovisionamento, além de uma Seção de Informações e uma Seção de Ligação com o Fundo Rural.

General, a travessia do Araguaia ali, como é feita, existe balsa?

De balsa.

No Tocantins, já havia ponte, mas ali era usada uma balsa. O Rio Araguaia é muito bonito!

Está muito bem.

Bom, resumindo essa parte, é importante destacar o valor da presença do poder do Estado. A nossa presença influiu muito, tranqüilizou a área, melhorou a assistência social.

Na primeira fase da obra, estava prevista a implantação de uma primeira ligação da Fundação Brasil Central ao entroncamento com a Rodovia Transamazônica, a BR-230, com um ponto de passagem obrigatório em São Geraldo do Araguaia, numa extensão aproximada de duzentos quilômetros. Houve posteriormente outras etapas para os trabalhos.

Minha atuação ocorreu na instalação do Destacamento. Deram prosseguimento às obras os sucessivos comandantes do 2º BEC, os coronéis engenheiros militares QEMA Antônio José Blanco e Arby Ilgo Rech.

Na primeira visita de reconhecimento àquela região, contatei um dos dois padres franceses que atuavam na área (já não lembro qual) – os Padres Aristiles Camiou e Miguel Lemois.

O sucesso da atuação do Destacamento acabou, tudo indica, provocando nova onda de conflitos, levando ao episódio da expulsão dos padres do País (de grande repercussão na imprensa) durante a Presidência Interina do Vice-Presidente Aureliano Chaves, enquanto o Presidente Figueiredo estava sendo operado em Cleveland, nos EUA.

Infelizmente, o Destacamento teve vida curta e as instalações foram transferidas para a Polícia Militar do Pará.

Vou encaixar aqui uma idéia que venho alimentando. Vou aproveitar a "dica" para registrá-la. Julgo que essa experiência de São Geraldo do Araguaia deveria ser estendida para a Transamazônica. A área adjacente da Transamazônica é muito carente e precisa ser desenvolvida. São terras férteis, na região das cachoeiras dos rios, próximas a locais próprios para a geração de energia elétrica. A rodovia dará condições para, a partir da região ocidental do Acre, ter acesso ao Pacífico e a seu mercado.

Esse trabalho na Transamazônica naturalmente será objeto de oposição dos grupos ecológicos e de todos que terão interesses contrariados por nossa atuação naquele mercado.

Quanto aos problemas ecológicos, tenho um registro interessante a fazer. Em 1992, quando Diretor de Assuntos Culturais, participei, em Curitiba, de seminário promovido por uma ONG que trata da preservação dos sítios históricos e naturais. Falaram na floresta amazônica, e eu me levantei meio encabulado, estava à paisana, era General-de-Brigada e o único militar entre civis. Criei coragem e disse: "Acho que precisamos ocupar a região da Transamazônica, escoando para área parte do contingente de população, de mão-de-obra que acaba indo para as favelas. Dar assistência técnica para eles produzirem, vivificando assim as áreas adjacentes à rodovia. Para me precaver, disse que, quanto à floresta, há maneiras de impedir que ela seja destruída."

Então, o professor Aziz Ab'Saber, da Universidade de São Paulo, bastante conhecido nacionalmente, disse que eu tinha razão, e que a floresta, inclusive, pode se recuperar com o tempo, pois ela tem grande poder de recuperação.

Quando menino, na rua em que eu morava, havia uma família Abi Saber. Creio que a grafia era essa. Os rapazes chamavam Latife e Ricardo. Era uma família grande...

Eles são sírios, de origem síria. Era um pessoal com o qual nos dávamos bem.

O Professor Ab'Saber mostrou-se muito distinto e afável no trato...

General, que outras realizações da Revolução gostaria o senhor de destacar por tê-las conhecido de perto?

Olha, tomei conhecimento de muitas realizações, mas destacaria o Programa Rodoviário Nacional, muitas obras foram feitas. A ligação Cuiabá-Rondônia, por exemplo.

Cuiabá-Rondônia que entrou pelo Acre.

Depois foi pelo Acre adentro até Cruzeiro Sul, a cidade mais a oeste do Brasil, próxima à fronteira com o Peru.

É a BR-364.

Sim, é a BR-364. Acrescentaria a BR-163, Cuiabá-Santarém e a BR-174, Manaus-Caracaraí-fronteira da Venezuela.

Importantes obras, todas da Engenharia Militar, não é isso General?

Sim, todas importantíssimas e da nossa Engenharia Militar...

Do nosso 2º Grupamento de Engenharia de Construção.

Sim, do 2º Gpt, que depois vim a comandar como General-de-Brigada.

É o Grupamento Rodrigo Octávio.

Exatamente, que depois veio a se chamar Rodrigo Octávio, em homenagem a esse General que tanto fez pela Amazônia.

Tenho um carinho especial pela área, porque quando cheguei com a Brigada das Missões do Rio Grande do Sul, em Tefé...

Ah, sim, você conhece bem a Amazônia.

Inicialmente, fiquei no Grupamento de Engenharia, durante um mês e pouco, e inauguramos uma placa naquela Grande Unidade para marcar a nossa passagem por ali antes de fazer o lance do Comando da Brigada para o destino final, período em que nos preparamos em Manaus, para nos juntarmos com o Escalão Avançado, a Companhia Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva que já se encontrava em Tefé. Então, recebi um apoio valioso do 2º Grupamento e eles nos hospedaram, abrigaram os pioneiros, ali em Manaus, por iniciativa do General Freitas, que comandava

o Grupamento. Ele viabilizou a continuidade dos nossos trabalhos na área, colocando sua administração ao nosso dispor.

Exatamente. Então, o General Freitas foi quem o recebeu naquele momento difícil. Ele comandou o 2º Grupamento, se não me engano, em 1992 e 1993.

Ele me deu todo o apoio com a sua infra-estrutura. Acompanhei, depois, lá em Tefé o trabalho da Engenharia feito em Urucu – em proveito da Petrobras – os reconhecimentos iniciais, as idas do Comandante do Grupamento. Eu o recebi em Tefé e visitei as obras rodoviárias ligando os vários poços de petróleo e o principal na área central. Vi todo o trabalho bonito da Engenharia e, agora, ultimamente, uma Companhia do 8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC), terminou o nosso quartel em Tefé, o Posto de Saúde, os arruamentos, as casas dos oficiais e sargentos.

Uma companhia do 8º BEC.

Exatamente, do 8º BEC.

Sediado em Santarém, no Estado do Pará.

Fez o quartel, fez os arruamentos todos, cabendo-lhe, posteriormente, recuperar a avenida que liga a cidade ao aeroporto que ganhou o nome de Avenida dos Expedicionários, a qual passa na frente do nosso quartel e das nossas residências, que distam cerca de 1 km do Aeroporto.

Coube a essa Companhia do 8º BEC fazer a ampliação do Aeroporto de Tefé, um trabalho da maior relevância porque passou a permitir ali o pouso de qualquer tipo de aeronave. Então, há uma integração muito grande com a Engenharia, e o 61º Batalhão da Brigada, que foi para Cruzeiro do Sul, instalou-se no quartel do 7º BEC, que se mudou para Rio Branco, o qual, embora já extinto, veio a ser reativado pelo Ministro Tinoco, por solicitação do General Pacheco, Comandante Militar da Amazônia, em 1992, atendendo a uma exposição de motivos da nossa Brigada.

O General Pacheco pediu ao Ministro Tinoco para reativar o 7º BEC de modo a continuar, inclusive, o trabalho na 364 no Estado do Acre, o difícil trabalho de manutenção daquela rodovia, na época até Sena Madureira, para aproveitar uma verba do Ministério dos Transportes.

Em direção ao Peru...

Exatamente! Então, foi uma ligação muito estreita com a nossa Engenharia e ficou um pelotão do 7º BEC nos ajudando, apoiando o 61º Batalhão de Infantaria de Selva que vindo do asfalto, no Rio Grande do Sul, de repente se viu na selva, numa área totalmente diferente da que atuava anteriormente.

Onde é que estava o 61º?

O 61º estava em Santo Ângelo...

Foi, então, um senhor deslocamento!

Foi para lá pelo Rio Juruá, vindo de Belém, em face da BR-364 estar interrompida – no trecho entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul; então, ele não pôde usar aquela rodovia, que funcionou, muito bem, na época da Revolução, mas, depois, começou a haver problemas, por falta de manutenção, principalmente das pontes, o que a deixou interrompida e, aí, o pessoal teve que vir de Belém, pelo Rio Amazonas, até Manaus, e, daí, pelo Solimões, passou por Tefé e desceu pelo Juruá até Cruzeiro do Sul, uma viagem longa e ali se juntou ao 7º BEC, à nossa Engenharia, que ensinou tudo para a gente.

A Engenharia fazia tudo na região – travessia do Juruá, tratamento de água – temos muito que agradecer ao 7º BEC. Lutamos pelo seu renascimento com um forte argumento – já havia uma Companhia em Rio Branco, então tudo apontava para a solução de juntar o Batalhão àquela Companhia e foi o que aconteceu. Está lá vivo até hoje com toda força, fazendo o seu trabalho muito valioso no Acre, enquanto o 5º BEC faz em Rondônia. Queriam que o 5º BEC trabalhasse também para o Acre, o que seria problemático. Então, os dois Batalhões estão lá, ajudando o desenvolvimento do Brasil; isso tudo a gente viu de perto, por isso a gente admira demais a Engenharia.

General, a imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade que vem sendo medido através de pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Respondendo à pergunta, eu diria que, nesses dois anos que permaneci em área da jurisdição do Governo do Estado, pude observar o seguinte: vão demorar muitos anos para que o Brasil venha a ter quadros para administrar o País como o Exército preparou os seus. Essa preparação começa com os soldados e cabos e se estende para as graduações e postos acima. Dá gosto de ver a desenvoltura dos nossos soldados, a forma como operam nossos sargentos. O gabarito das Escolas de Sargentos (EsSA) e o Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Cruz Alta, os cursos de formação de Cabos (CFC), nossos cursos para Oficiais – AMAN, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), por tudo isso, acho que vai levar muito tempo para o Brasil ter quadros administrativos do nível dos nossos. Os militares que passam para a reserva e que vão atuar nos mais diversos setores, em geral, agem com muita desenvoltura e correção...

Seriedade.

As pessoas confiam em nós.

Está muito bem, o senhor abordou muito bem a questão.

Então, é por isso que as pesquisas apontam as Forças Armadas e o Exército em particular como as instituições de maior credibilidade no País, mais de 80%, acima de todos os outros.

Exatamente.

Encontrei esses dias um conhecido, que foi meu aluno no IME, e pergunteilhe a respeito de um companheiro da turma anterior a minha – o Coronel Roehl, como é que vai? "Ele está muito bem, sempre atuante. É professor muito conceituado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Diretor do Curso de Engenharia Civil, e atua na Pastoral da Família." Este é um bom exemplo do elevado desempenho do nosso pessoal.

Eclético, é verdade, o senhor abordou um aspecto importante. Foi a primeira consideração desse tipo feita aqui, mostrando esse outro lado, que é o lado prático da vida no desempenho de suas atividades, onde a gente pode aquilatar bem o valor do homem, através do exercício de suas funções.

General, o senhor gostaria de registrar algo mais para o nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?

Bom, acho que essa experiência deve ser ampliada para outros aspectos da participação do Exército no desenvolvimento e na segurança do País... Quando eu era coronel servi no EMFA. Um capitão-de-mar-e-guerra fuzileiro naval, um diplomata e eu fomos, a convite da Escola de Estado-Maior da Nigéria, fazer uma palestra na escola, em Kaduna, sobre a contribuição das Forças Armadas para o desenvolvimento do País. E, aí, pudemos abordar a grande contribuição dos militares. Da parte do Exército, notadamente nas várias áreas da Engenharia e das Comunicações. Estas, por exemplo, deram origem ao sistema Embratel, que foi criado pelo nosso pessoal formado pelo IME.

Exatamente.

O próprio ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) foi originário de uma especialidade lá da Escola Técnica do Exército (que depois veio a se chamar IME).

Julgo, portanto, que o Exército tem muitos campos em que pode vir a dar sua contribuição.

Pois não. Inclusive, General, me permito aqui acrescentar que essa sua idéia já é vitoriosa, porque se resolveu trabalhar com a Engenharia no Projeto de História Oral, ora iniciado, de modo a mostrar o que tem sido a Engenharia Militar dentro dos diversos setores; o IME, as fábricas, os arsenais, os parques, a Engenharia de Construção, a participação dos nossos engenheiros na vida econômica do País. Esse impulso dado às telecomunicações, transportes etc. deve-se em muito ao nosso pessoal técnico, sempre chamado a cooperar nessa área da Ciência e da Tecnologia.

Veja, por exemplo, no setor da energia elétrica, em plena crise de energia, o comentarista da Globo, Arnaldo Jabour, numa das suas crônicas, criticou a Revolu-

ção de 1964, por haver construído as grandes usinas de Itaipu, de Tucuruí, não me lembro bem por que razão, possivelmente por algum problema ocorrido nas estiagens. Como pode alguém pensar tal absurdo!...

Esse sujeito é um fracasso! Como é que ele não consegue enxergar que a falta d'água, momentânea, não tem nada a ver com essa forte consciência de que a hidrelétrica é o melhor meio de produção de energia, inclusive não polui, superior, em todos os aspectos, às termoelétricas, que devem ser vistas como complementares.

Realmente, fala sem conhecimento de causa.

No Brasil, há muito pândego falando de coisas sérias. Então, me parece que aí foi o caso bastante clássico do revanchista desesperado tentando denegrir obras inteiramente consagradas.

Gostaria de acrescentar também os dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, verdadeiras maravilhas que a Revolução criou. A gente sabia, o que ia se fazer. Podia, até, não fazer tudo, mas muito se fez.

Sabíamos quais os caminhos a seguir. O planejamento na Revolução de 1964 foi a mola mestra dos sucessos alcançados.

Muito foi feito, muito mesmo. O que faltou, sim, foi divulgar o que se realizou, aspecto da maior importância.

O General Ivan de Souza Mendes foi meu chefe quando trabalhei na Assessoria de Planejamento, no Gabinete do Ministro, depois ele foi para a Casa Militar da Presidência da República e foi Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Certo dia, ele disse para um grupo de oficiais, entre os quais eu me encontrava: "Não sei como nós entregamos todas as nossas bandeiras para os adversários." Então, muitos acham que, sem dúvida nenhuma, a Revolução de 1964 pecou pela comunicação, faltou comunicação.

Exatamente, faltou comunicação.

Nós temos aquele negócio de hierarquia, não é? De austeridade...

É assim a nossa formação.

Muito rígida.

Não quer falar de si.

Então, nós não conquistamos a mídia e a mídia não nos aprecia.

Isso porque eles foram formados dentro da nova concepção da doutrina comunista que é a concepção de Antonio Gramsci que destaca a participação ativa, não mais dos operários, mas dos jornalistas, que influem decisivamente na opinião pública, e dos professores, que podem modificar comportamentos, atitudes.

Realmente, a estratégia gramscista orienta a revolução comunista no sentido de destruir as Forças Armadas, valendo-se basicamente de intelectuais, professo-

res, que podem fazer a cabeça de seus alunos, e dos jornalistas, que conduzirão a sociedade de acordo com os interesses da ideologia do Partido único.

Trabalharam e trabalham com os formadores de opinião. Atuaram, dessa forma, para que, consoante a concepção de Gramsci, a vitória militar seja esvaziada pela conquista das mentes.

Vemos a que ponto chegou essa bagunça da violência e sexo desenfreado.

Dizem que isso é democracia: mas não é, absolutamente. Isso chegou a um ponto, difícil de se imaginar a que chegasse. Esse descalabro a que nós chegamos é uma ofensa ao jovem, aos nossos filhos, aos nossos netos porque, em qualquer horário, não há mais respeito nenhum. As mensagens danosas chegam a todas as faixas etárias! Isso só quem sabia que iria acontecer eram os discípulos de Gramsci, porque sua estratégia conduzia para esta realidade sombria e negativa.

General, sua mensagem final para o nosso Projeto.

Quis trazer para o Projeto da Revolução de 1964, associando às coisas boas que a Revolução nos legou, o trabalho da Engenharia Militar, para lembrar a sua atuação em locais afastados como no caso de São Geraldo do Araguaia, mostrando o pioneirismo da nossa Engenharia, assim como a capacidade do Exército, através do seu trabalho, de neutralizar as ações maléficas, provenientes da teoria marxista-leninista, para dizimar democracias e implantar o totalitarismo. Então, há este outro aspecto – o Exército tem realizado, também, através do seu trabalho, a vivificação de áreas despovoadas, principalmente nas faixas de fronteira, tem contribuído para o aumento do nível de emprego, absorvendo mão-de-obra ociosa, tem, enfim, muito realizado pelo Brasil, tanto no campo do desenvolvimento como no da segurança.

Encerro destacando a importância deste Projeto que o amigo e outros oficiais estão conduzindo, como um antídoto para as mentiras e leviandades que vêm sendo escritas pelos inimigos da Revolução – verdadeiros revanchistas de plantão – em jornais, livros e revistas.

Nesta oportunidade, o meu aplauso para aqueles companheiros que estão escrevendo sobre o tema, entre eles os generais Del Nero e Coutinho, cujos livros farão parte de minha biblioteca. Soube que estão percorrendo o Brasil para difundi-los. Este é o caminho. A história não pode ser escrita pelos vencidos. Esta tarefa, como sempre foi, cabe aos vencedores.

General-de-Brigada Plinio Pitaluga

- Natural da Cidade de Cuiabá/MT.
- Pertence à Turma de 1934 da Escola Militar de Realengo, ano em que foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Cavalaria.
- Foi, durante a Segunda Guerra Mundial, nos postos de 1º-Tenente e Capitão, Subcomandante e Comandante do 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado (Esquadrão Tenente Amaro).
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Exerceu as funções de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Comandou o 13º Regimento de Cavalaria, em Jaguarão/RS, e o 1º Regimento de Reconhecimento Mecanizado (1º RRecMec), hoje 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado (15º RCMec), Campinho, no Rio de Janeiro/RJ.
- Pertenceu, como Oficial de Estado-Maior, ao Gabinete do Ministro do Exército. Foi Adido Militar junto à Embaixada do Brasil na Argentina.
- Como General-de-Brigada, comandou a 4ª Divisão de Cavalaria, atualmente, 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada – Brigada Guaicurus, em Campo Grande/MT.
- Em 1964, no posto de Tenente-Coronel, estava na Circunscrição de Recrutamento de João Pessoa/PB.

Entrevista realizada nos dias 10 e 11 de setembro de 2002.

Inicialmente, caro companheiro, agradeço a você e à sua organização esta oportunidade que me dá para, mais uma vez, recordar um passado talvez um pouco distante.

Tratando-se de uma dissertação informal, evidentemente poderão ocorrer omissões ou alguma falha natural. E, também, de salientar um aspecto especial desta entrevista dada nesta sala, num hospital, onde me encontro há quase três meses em face da fratura da perna tomando um banho apressado em casa.

Como conseqüência, a recuperação sempre demorada quando se tem uma idade avançada. Este é um aspecto bastante importante, porquanto estou atingindo em janeiro próximo, 93 anos de idade. A situação me deixa bastante triste, porque não dizê-lo, se estou privado de participar de vários eventos importantes na vida do País, sobretudo quando nos encontramos às vésperas das eleições. Talvez não possa levar o meu voto, porque não estou conseguindo andar, mas este evento que se aproxima se constitui numa alegria para nós, porque a Força Expedicionária Brasileira, ou seja, o Brasil na Segunda Grande Guerra, lutou muito pela democracia; a democracia que estava ameaçada no mundo, e, hoje, estamos vendo que ela, apesar de tudo, é praticada.

A situação na qual o senhor se encontra valoriza muitíssimo esta entrevista, demonstrando, mais uma vez, o espírito de colaboração e de amor ao Brasil, que defendeu na guerra e o faz na paz. Dou meu testemunho que a lucidez e o discernimento que caracterizam elevou em muito este depoimento, ajudando a manter viva a memória histórica e a verdade.

No limiar desta nova etapa, vamos recordar o seu comando no 13º Regimento de Reconhecimento Mecanizado, em Jaguarão. Foi um ano difícil porque coincidiu com a renúncia do Jânio Quadros. Como que o senhor viveu esse período, no Rio Grande do Sul, início da década de 1960, mais precisamente o mês de agosto de 1961, renúncia do Jânio?

Antes, estava servindo em Realengo na DEE – Diretoria de Ensino e Especialização, como Chefe da 3ª Seção.

Já estava há muito tempo fora da tropa. Achando que devia voltar para a tropa, pleiteei livremente uma unidade hipo, porque as unidades motomecanizadas estavam numa miséria muito grande por falta de peças, falta de carros, a maioria indisponível e todos muito antigos e eu queria, pelo menos, uma unidade que pudesse funcionar com base em cavalos, comendo capim, que me traria a satisfação de ter uma tropa para trabalhar, independendo de peças de reposição e de combustível, que também era escasso.

Sempre fui um homem do cavalo. Pratiquei pólo e todos os esportes a cavalo, de maneira que pleiteei uma unidade de Cavalaria como a que servi no ano de 1940,

em Bagé. De Bagé, fui para a Escola de Moto e, lá, para Recife, Estados Unidos e, ao voltar, fui para a guerra.

Queria ir para um Regimento a cavalo, o 8º de Uruguaiana, onde servi como Aspirante, ou o 12º, de Bagé. Mas, havia alguns problemas em Jaguarão, cidade que eu conhecia regularmente, pois, embora vivendo em Bagé, tinha relações esportivas com a unidade de Jaguarão, por causa do pólo e por causa das manobras. Confesso que não era um regimento que me atraísse.

Não era o regimento dos seus sonhos?

É. Eu queria ir para o regimento onde ficara mais tempo. Seria ou o 8º ou o 12º. Não conhecia bem o ambiente político local. Naquela ocasião, o III Exército era dominado por elementos considerados mais da esquerda. Encontrei uma área no Rio Grande do Sul bastante diferente do resto do País, que estava preocupada com a atitude do Jânio. Jânio não merecia confiança. Senti na conversa com os oficiais da guarnição e de outras guarnições que visitei para fazer palestras ou participar de competições de pólo. Estava achando que a situação era desfavorável. Tive uma atitude de reserva, mas comentando com os oficiais que a legalidade era nossa. Nós que éramos os donos da legalidade. Quando o Jânio surpreende o País com a sua renúncia.

Achei que era o momento oportuno de evitar a continuidade com o Jango, que não era um comunista, mas estava sendo guiado pelos comunistas e que o Brasil ia entrar numa fase difícil. A atitude de não dar posse ao Jango era uma atitude de legalidade, porque ele já vinha sendo trabalhado por forças que estavam preparando a revolução de natureza comunista. As publicações mostram claramente que estavam tentando uma revolução sindicalista-comunista. E nós estávamos acompanhando tudo isso, de modo que, estando no Rio naquela ocasião em férias, voltei para Jaguarão, por uma questão de lealdade, para mostrar ao pessoal o perigo que estava por vir. Dizia a eles: não há nenhuma ameaça agora, mas, daqui a dois anos, vamos ver. Tal a certeza que tinha das conjunturas do momento e de depois a respeito do comportamento do Jango, que ficava, para mim, muito claro que o amanhã seria, sem dúvida, muito pior do que aquele instante que vivíamos, porque o presidente que iria assumir não era um homem capaz, já tendo se mostrado, anteriormente, quando ministro despreparado para a função que exercia.

Quando fui informado pelo III Exército para não mais cumprir ordem do Ministro da Guerra, ordens de Brasília, respondi: "Não, eu cumpro ordem também de Brasília. Depois dei conhecimento aos Comandantes da Brigada e da Divisão de

Bagé. Como me foi dito que estava livre para fazer o que quisesse, fui embora para o Rio de Janeiro, onde me apresentei.

O senhor falou bem, pressentindo o que seria aquele homem como Presidente da República. E acabou sendo, apesar do parlamentarismo, forma encontrada para diminuir os seus poderes. Com o plebiscito, voltou-se ao regime presidencialista. Lembro-me da publicidade feita pelos artistas com o "diga não ao parlamentarismo". Assim, gostaria de ouvir do senhor a chegada ao ano de 1964 e, depois, o período que o senhor esteve no 1º Regimento de Reconhecimento Mecanizado no Rio de Janeiro, abrangendo, justamente, os pródromos da Revolução e a eclosão.

O Brasil entrou numa fase de desconfiança e incerteza. E nós já estávamos acompanhando todo esse movimento há muitos anos. Já vínhamos nos preparando para circunstâncias novas.

Desde 1935, com a Intentona Comunista.

Tudo isso foi se acumulando. O Exército foi sentindo o peso dos acontecimentos. Sempre tínhamos o objetivo de não permitir que essas forças, que estavam se preparando e se aglutinando com outras forças, transformassem o Brasil numa república sindicalista.

Nós não fomos surpreendidos absolutamente. Porque, dentro de um sistema de compreensão mútua e de incerteza do que poderia trazer à família brasileira, não podíamos aceitar uma revolução com o sacrifício de milhares de pessoas por causa de uma visão completamente distorcida de alguns elementos. Então, em 1964, nada conseguiram devido às nossas preocupações, protegendo o meio militar e impedindo que o Brasil fosse dominado por forças impostas pelo MCI (Movimento Comunista Internacional). A Revolução de 31 de Março de 1964 não foi para nós uma surpresa. Era a realidade que vinha marchando, conduzida, muitas vezes, por homens do próprio governo.

Nós não estávamos preparados para enfrentar o que hoje chamam de "anos de chumbo", mas que se constatou pela realidade. O Brasil, através de suas Forças Armadas, foi obrigado a se preparar para enfrentar as situações difíceis criadas por homens a serviço da ideologia comunista que atentaram, mais uma vez, contra a democracia e, uma vez mais, acabaram derrotados, dessa feita, no confronto armado, no quadro das guerrilhas urbana e rural.

General, quais foram os episódios mais característicos que levaram à Revolução? Lembramos, por exemplo, do comício do dia 13 da Central do Brasil. O senhor recordaria outros episódios determinantes do Movimento de 1964?

Há muitos episódios que caracterizaram o andamento para esse nosso fortalecimento. Fortalecimento da área, sobretudo da juventude militar. Dos majores, capi-

tães e dos tenentes. Mas os acontecimentos de março que se caracterizavam pela natureza demagógica, foram, além do comício do dia 13, o episódio dos marinheiros, depois o dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil. Não havia mais dúvida de que estávamos à porta de uma grande luta.

Então, tudo isso me deu a certeza de que, se não houvesse aquela campanha das áreas políticas, religiosas e sociais, a ameaça dos sindicalistas faria o Brasil mergulhar num mar de lama ou num mar de sangue e era preciso evitar isso. Assim, a Revolução de 1964 foi a salvação do Brasil!

Os antigos comunistas consideram essa nossa atitude a mais interessante e inédita no mundo, uma revolução sem sangue.

Sem sangue, exatamente. O nosso General Leônidas estava dizendo isso no jornal: "Evitamos a comunização do País, que ele chamou de 'cubanização', sem a perda de uma só vida." Então, General, gostaria que o senhor nos dissesse como viu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que me parece repercutiu profundamente entre os militares.

Essas marchas se caracterizaram, sobretudo, pela mobilização do espírito religioso. A de São Paulo a mais profunda, a de maior significado, e, conseqüentemente, complementou os outros argumentos para a reação. Eu que era Tenente-Coronel na época me perguntava: "O que vocês estão fazendo? Por que vocês não estão nas marchas?" Com isso, incentivando o comparecimento do pessoal. Se não queremos derramamento de sangue, temos que nos juntar a elas. Uma revolução a gente sabe começar, mas não sabe como ela termina. Tenham paciência, pois o Brasil ainda precisa compreender melhor o perigo que vem por aí, quando, então, a adesão será total, o que facilitará a queda do atual Governo naturalmente, sem maiores conflitos.

Sem dúvida. A adesão às Marchas da Família foi decisiva, inclusive para levar às Forças Armadas o recado da absoluta maioria do povo brasileiro, de que aquele era o momento!

General, o senhor chegou a observar claramente a ação do Movimento Comunista Internacional para criar cisões nos quartéis, jogar oficiais contra sargentos, sargentos contra oficiais, atuando particularmente sobre os graduados?

Na ocasião da Revolução, estava em João Pessoa, na Circunscrição de Recrutamento, porque não era elemento de confiança da cúpula militar ligada ao Governo.

É interessante observar que não davam comando de tropa aos anticomunistas, como o senhor e outros, por suas posições de reação às medidas tomadas por um Governo fraco e manipulado.

Na CR, tive o mesmo comportamento que adotei quando comandava o 15º. Fizemos a revolução lá. Fui chamado pelo General Syzeno Sarmento, Chefe de Gabinete do Costa e Silva para vir comandar o 1º Regimento, que depois transformou-se no 15º RCMec, de Campinho.

Lá, encontrei um ambiente muito desagradável. Quase houve morte entre subtenentes e sargentos. Pedi que um oficial fosse fazer inquérito para melhor conhecer o Regimento e transformá-lo numa unidade de segurança dos generais Castello Branco e Costa e Silva. Lá passei dois anos. Houve reação à posse do Negrão de Lima para o Governo do Rio de Janeiro, mas, contornada.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando se deflagrou a Revolução?

A Revolução foi aprovada porque se acreditou na sua sinceridade. As suas atitudes eram coerentes e não eram contra o povo, nem contra a democracia. Constituiu-se em uma força de coerência e de segurança para o povo brasileiro.

General, quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março?

Hoje, fica um pouco difícil destacar todos os líderes civis. Não podemos nos esquecer, no entanto, dos líderes civis, como o Magalhães Pinto, em Minas Gerais; o pessoal da Bahia, com o Antonio Carlos Magalhães; Adhemar de Barros, em São Paulo; e o Carlos Lacerda, no Rio.

Entre os militares, a Revolução não foi feita por um homem, foi feita por um pensamento.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento interno ou teve alguma participação externa?

Ações externas não houve absolutamente. A Revolução foi nossa.

Exatamente General. Ela realmente foi interna como todo mundo aqui tem falado. O próprio General Vernon Walters, que esteve com o senhor na guerra, disse que não houve nenhuma participação americana. Evidentemente, que acompanharam, observaram como uma nação líder.

General, a que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal esquema militar que tanto se falava, de apoio ao João Goulart, do tal Assis Brasil? Como que esse pessoal foi derrotado tão rapidamente, sem dar um tiro?

Porque a maioria absoluta do Exército, as Forças Armadas e o povo brasileiro estavam do outro lado.

Quais os principais acontecimentos determinantes da Revolução desde as suas raízes?

Todos nós estávamos preocupados com a situação política e social do Brasil. Decidimos acompanhar de perto as atividades dos elementos que gostariam de impor ao Brasil uma nova forma de governo, um novo regime.

Assim, poder-se-ia acrescentar, nas raízes, os acontecimentos de 1935 e 1937, com vocação totalitária, e outras infiltrações que vinham ocorrendo. As propostas apresentadas para uma modificação radical da nossa economia e da política agrária, por exemplo. Enfim, desejavam transformar, em pouco tempo, a nossa democracia num novo regime, numa nova forma de governo, com características totalitárias.

Tudo isso se constituiu nos fatores mais antigos, que depois foram completados nos períodos mais próximos da Revolução. A situação foi evoluindo através do tempo, graças à anuência dos governos, às infiltrações e às ameaças. Um conjunto de causas e efeitos que não nos surpreenderam, porque vínhamos acompanhando o desenrolar dos acontecimentos. Perigosas, bem montadas, bem trabalhadas e com suporte do exterior, sobretudo da Rússia.

A audácia dos comunistas chegou a ponto de atingir as Forças Armadas na sua estrutura de hierarquia, de disciplina e do respeito às leis, em atitudes descabidas, agressivas, demonstrando que a Revolução ocorreu em seu ponto culminante, no limite da tolerância. Desencadearam as dissensões dentro das Forças Armadas, com promessas iníquas, ações hostis dos sindicatos, sobretudo a reunião no Automóvel Clube do Brasil, tudo isso construiu uma posição radical contra o Brasil democrático. Não se podia esperar mais, nem ter condescendência com aqueles homens que vinham, paulatina e audaciosamente, cavando a destruição do nosso regime democrático.

Depois que a Revolução foi institucionalizada, depois que ela se firmou, pergunto se as Forças Armadas tiveram a sua união robustecida, aumentando a coesão entre seus integrantes?

Sim. Antes, as Forças Armadas tinham fraturas, ainda que pequenas, dentro de si mesmas. Como aconteceu na era do Jânio Quadros. E, também, em 1955. Em 1964, todas as facções se uniram, para deter o avanço de uma infiltração bem conduzida e financiada por recursos vindos de fora do Brasil.

A imprensa apoiou o Movimento?

Pode-se assegurar que a totalidade da mídia apoiou o Movimento. Do contrário, não teria se expandido com tanta força e velocidade.

Interessante que a mídia, que apoiou plenamente o Movimento, como o senhor asseverou, vem, nessa última década, procurando omitir todos os acertos e realizações da Revolução, adotando outra posição. O que o senhor gostaria de falar a respeito dos acertos e das realizações da Revolução de Março de 1964? O que nós fizemos em prol do Brasil durante os vinte anos de Revolução?

Essa é uma pergunta que dá absolutamente o sentido da Revolução. O que ela conseguiu nesses vinte anos nos diversos setores de atividade, justifica plenamente as atitudes tomadas. A Revolução veio para evitar uma transformação social incompatível com os nossos princípios, salvando a democracia. Houve, por exemplo, o AI-5 que nada mais era do que uma medida para dar à Revolução a força necessária para prosseguimento na caminhada democrática. O progresso se verificou em todas as expressões do Poder Nacional, na área dos transportes, das comunicações, da energia, da habitação, sob a luz da democracia, porque não deixamos de ter eleições, não cessaram as atividades do Congresso Nacional. Evidentemente, os perdedores negam os efeitos positivos da Revolução. A mídia que passou para o outro lado, ataca o período revolucionário. Não temos nas mãos o sangue de companheiros nem ódio em nossos corações; não pensamos no "revanchismo". A Lei da Anistia mostra a nossa preocupação em dar ao Brasil uma recomposição calcada no seu destino histórico.

A Revolução no seu entender cometeu algum erro? O que o senhor gostaria de destacar a esse respeito?

Seria inédito apontar qualquer movimento, no mundo, sem erro. Todos eles apresentam aspectos negativos ou malconduzidos, inclusive pela pressa e, por vezes, devido à inexistência de uma estrutura.

Não tenho, hoje, elementos capazes de apontar alguns desses erros, mas eles existiram e não deixamos de reconhecer. Talvez o tempo de duração da Revolução de vinte anos tenha sido um desses principais enganos. Por outro lado, esse tempo mais longo pode ser atribuído às forças que surgiram para contestar a Revolução, com armas nas mãos. Por exemplo, as guerrilhas; falsas guerrilhas, porque os homens que as fizeram não conheciam, apesar de terem se preparado no estrangeiro, a sua técnica. Escolheram mal a região de atuação, distante das reais de contato com o exterior. Revolução, da maneira que pretenderam, não se faz sem o apoio de fora. A área escolhida ficava tão distante de Belém que seria muito difícil de lá advir o apoio que se fazia necessário. Foi baseada somente na audácia e no espírito de aventura, sob uma visão restrita, de idealistas impregnados pela ideologia comunista, que não conheciam nada sobre guerrilha, mesmo com participantes orientados no exterior.

General, o terrorismo ou a guerrilha urbana, que praticou assaltos a quartéis e a bancos, levou também ao AI-5?

Tudo isso, assassinatos, toda essa ação terrorista provocou uma reação que veio através do AI-5. As ações terroristas não significam só matar, roubar, assaltar e seqüestrar. Buscam, principalmente, levar o pânico à população. Então, evidentemente, ali estavam as bases da insegurança sentida pelo povo e combatidas pela Revolução.

A luta armada desencadeada no campo em local mal escolhido para a guerrilha rural, como o senhor salientou, e a guerrilha na cidade buscava o quê?

Tinha por objetivo criar pavor e insegurança na população. E, que, evidentemente, não conseguiram pelas medidas tomadas a tempo pelo Governo. O Governo teve habilidade e serenidade para contornar outras exigências, soltando presos em troca da libertação de diplomatas seqüestrados, facilitando a ida para o exterior de elementos comprometidos com a revolução socialista a ser instalada no Brasil, objetivo estratégico dos grupos voltados para a luta armada.

Hoje em dia, fala-se muito em "ditadura militar" e "anos de chumbo". A mídia repete isso para todo o mundo. Isso faz parte do "revanchismo"? Existe "revanchismo"?

Sim, existe o "revanchismo". Enquanto todos nós ficamos certos de que fizemos muito mais pelo Brasil e sem ódio, eles mantêm aceso, ainda hoje, esse "revanchismo". Tudo que se faz contra a Revolução eles procuram explorar ao máximo, por uma mídia bem apoiada pelo capital internacional. Tratam de destruir, cada dia mais, as idéias sadias e os resultados da Revolução, porque a ação deletéria não terminou, continua por outros meios e está presente na nova estrutura da guerra contra o Brasil.

Durante a Revolução, as Forças Armadas auferiram alguma vantagem?

Desconheço qualquer vantagem que as Forças Armadas tenham conseguido nesse período. Pelo contrário, ela trouxe vantagens para o povo, vantagens àqueles que acreditam nos princípios da democracia.

Não houve assim qualquer troca de favores, qualquer troca de vantagens para os militares que continuaram pobres e dedicados aos seus deveres constitucionais.

A imagem do Exército vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. Como o senhor vê, hoje, esse alto índice de aceitação das Forças Armadas, apesar do "revanchismo"?

Isso significa e comprova que as medidas que foram tomadas, algumas delas consideradas apressadas e injustas, satisfizeram plenamente a opinião pública. E a

maioria do povo reconhece aqueles que tiveram a coragem, física e moral, de sair em defesa das nossas instituições. Isso é uma prova de que as medidas foram à altura das nossas esperanças. Dai, decorre a idéia fixa de destruir, a qualquer tempo e a qualquer modo, o que foi construído pela Revolução.

Após a Revolução de 1964, mais precisamente em 1968, o senhor foi promovido a general e vai exercer o cargo de Adido Militar na Argentina. Quais os principais fatos que o senhor gostaria de salientar daquele período que transcorreu entre 1967 e 1969?

Foi um período que passei fora do Brasil, mas com os olhos voltados para o nosso País. Através de correspondências, de troca de informações e dos estudos correlatos das ações na Argentina, no Chile e no Uruguai para atingir o Brasil.

Foi uma fase difícil em que alguns elementos, sobretudo de São Paulo, extremamente ativos, resolveram tomar partido sempre com o mesmo objetivo – comunizar o nosso País. O Brasil poderia ter sido envolvido numa seqüência de atos de terror partindo também da Argentina, do Uruguai ou do Chile. Houve muito contato entre as Forças Armadas brasileiras e argentinas, como também entre os comunistas desses dois países. Evidentemente, o Adido Militar é o representante das Forças Armadas em outro país para permitir a troca de informações legais, sem qualquer outro espírito de “revanchismo”, mas, sobretudo, de segurança, porque a luta vinha de longe, de Cuba, interrompida na Bolívia, com a morte de Che Guevara pelo Exército boliviano, e que seguiu para a África. Então, tudo isso exigia do Adido Militar um conhecimento perfeito da história da sua terra.

General, de 1969 a 1972, vamos vê-lo de volta ao Mato Grosso à frente da 4ª Divisão de Cavalaria, a atual 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. O que o senhor gostaria de registrar para o Exército a respeito de sua passagem por essa Grande Unidade.

Estava afastado da tropa há muito tempo e pleiteei voltar a comandar qualquer Grande Unidade. Fui então contemplado com a ida para Mato Grosso para comandar a 4ª Divisão de Cavalaria, assim denominada na época. Tive várias satisfações. Primeiro, voltar a minha terra. Sendo cuiabano, e o Estado do Mato Grosso não tendo sido ainda dividido, dava a alegria de ver o nosso rincão com outros amigos presentes. Uma outra, voltar à tropa, trabalhando o espírito e perguntando a mim próprio, como conduzi-la. Encontrar uma maneira de levá-la a ter uma vida institucional, exercitando as suas atividades básicas, manobras e a disciplina. Enfim, dar-lhes o sentido da atividade-fim. Realizamos três grandes manobras. A grande manobra de 1969, com todas as unidades do sul do Mato Grosso, deslocadas para Campo Grande. Dois Regimentos de Cavalaria, um Regimento de Artilharia, elemen-

tos de Engenharia etc. Deslocamentos de quatrocentos quilômetros a cavalo, com as viaturas precárias da área, de Ponta Porã, Aquidauana, para defender uma área liberada ao norte de Campo Grande. Foi a manobra do sacrifício.

Fizemos uma operação, com forças vindas de Cuiabá e de Corumbá. Depois, uma outra na região sudeste do Estado, em direção à fronteira de São Paulo na chamada "Manobra da Presença", em que o Exército praticamente se apresentava, pela primeira vez, naquela área de reserva dentro de um esquema de emprego de todas as suas unidades em apoio à população.

Era uma Ação cívico-social, batizada de Aciso pela Força Terrestre.

Exatamente. E a última manobra foi no final do meu comando. Foi a manobra levada a efeito na área do Pantanal com duas situações, uma de guerra irregular no Pantanal, ao sul de Bela Vista, chegando até ao Rio Paraguai. E a outra fase, uma manobra de guerra convencional, com tropas que prosseguiram por Aquidauana, Miranda, até a área do Porto de Mangana, no Rio Paraguai, na travessia do rio, para evitar a invasão de forças inimigas à Cidade de Corumbá. Foi a manobra chamada "Léguas de Saudade", porque exigia trabalho de reconhecimento de uma faixa de terreno muito grande, por muitas léguas, muito interessante, sob o ponto de vista social, como também do ponto de vista militar. Daí, então ter sido chamada "Léguas de Saudade".

Com isso, pudemos realizar um grande apoio à população civil e às colônias indígenas. A Divisão de Cavalaria ficou mais conhecida, mais estimada, justamente pelo sentido de dar ao povo brasileiro, ao povo de Mato Grosso – uma região tão grande e tão destituída de mercado de trabalho para sua população – um efetivo apoio, envolvendo diversas atividades, sobretudo de saúde, na área médica e odontológica. Serviu para garantir a presença do Exército naquela imensa região e assegurar, na prática, a nossa posição de defender os princípios da Revolução de 1964.

O senhor gostaria de dizer mais alguma coisa do seu período na ativa, lembrar algum fato que não tenha sido apresentado?

Há inúmeros fatos. Ressalto o apoio total que procurei dar aos estudantes, facilitando a vida deles, muitas das vezes em transporte, mostrando o valor do estudo, da cultura, para os responsáveis pela Revolução. Tive também a audácia de passar alguns dias em São Paulo, estudando as organizações de apoio à infância abandonada. Tudo isso com o sentido da preocupação social; não se tratava absolutamente de fazer demagogia, mas de buscar soluções para problemas reais e tão presentes nessa faixa etária da população, não soluções definitivas, porque a amplitude desses acontecimentos era tão grande que não se podia conseguir, em pouco tempo, uma solução concludente, terminante; buscava-se, sim, o encaminhamento desses problemas.

Na verdade, o senhor foi para a reserva, mas nunca ficou inativo, mantendo uma vida de luta, em grande parte dedicada à Força Expedicionária Brasileira, aos ex-combatentes. Então, gostaríamos de ouvir o senhor nessa fase não mais fardado, mas atuando firmemente à frente do Conselho dos Ex-Combatentes.

Desde que voltei da guerra em 1945, me empenhei em atender a Associação de Ex-Combatentes. Funciona num prédio antigo ali na Lapa, no Rio de Janeiro. Era o prédio da Liga de Defesa Nacional. Lá, se formou a Associação. No ano seguinte, já como aluno da Escola de Estado-Maior, passei a ser secretário dessa Associação.

Esse interesse nasceu olhando a atenção que a França sempre dedicou aos homens que integraram e enalteceram as fileiras de Napoleão. Da mesma forma na Guerra do Paraguai, cujos ex-combatentes recebiam apoio na Ilha de Bom Jesus. Assim, morando no Rio de Janeiro, ou em outras cidades, em Goiás, São Paulo, Minas Gerias, sempre procurei desenvolver essa atividade, buscando justamente apoiar o ex-combatente. Depois, fui eleito presidente do Conselho de Ex-Combatentes. Tal fato vem nos impondo uma necessidade maior de penetrar no âmbito da legislação para que se possa evitar as injustiças. É verdade que o Brasil não preparou os seus filhos para o retorno da guerra, como outros países o fizeram. A pobreza, a falta de uma alimentação adequada e de um atendimento essencial foram uma constante entre os que participaram da guerra. O ex-combatente não teve o seu valor reconhecido, não teve nenhum privilégio, absolutamente. Há outros que defenderam a falsa legalidade, que defenderam a falsa guerrilha e a esses, sim, proporcionaram vantagens enormes que, nem de longe, tiveram os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. Dentre os ex-combatentes, não há elementos egoístas; não querem favores, mas sofrem pelo total esquecimento a que foram relegados.

Ultimamente, o senhor foi chamado para chefiar uma comissão que trataria da elaboração de um monumento ao Movimento de 31 de Março. Esse monumento, depois, se transformou numa bonita placa que foi afixada na entrada do Clube Militar. Integraram essa comissão homens de valor, que estiveram a seu lado, como o General Fábrega, os coronéis Hélio Mendes e Caruso, entre outros destacados companheiros. O senhor gostaria de dizer alguma coisa sobre esse trabalho que confiaram ao senhor e que resultou na placa inaugurada no ano passado?

A idéia de se fazer um monumento ao Movimento de 1964 era bem antiga. Um amigo meu, o Coronel Caruso, escreveu um artigo no *Jornal do Brasil* a esse respeito. Deu aquela idéia e o Clube Militar aceitou o desafio. Nomeou uma comissão para estudar o assunto. Escolhemos o local para construí-lo, de preferência ligado às Forças Armadas, como, por exemplo, na Praia Vermelha, mas não tivemos um apoio total, porque havia aqueles que diziam não ser oportuno ainda. Enquanto isso, os elementos

do outro lado, faziam memoriais aos seus. Então, tive a idéia de fazer uma placa, face à dificuldade de fazer o monumento; escolhemos a frase, mas com a idéia de que essa placa fosse reproduzida nas áreas e organizações militares, trazendo um resultado positivo, não da minha iniciativa inicial, mas lançando uma marca, um desafio aos outros homens de hoje a continuar com a colocação de outras placas no mínimo nos Grandes Comandos e nas Grandes Unidades, e fazer o monumento, que poderia ser na Praia Vermelha, ou dentro da Escola Superior de Guerra ou no Forte de Copacabana, locais por nós propostos. Infelizmente, a idéia principal não vingou, mas a placa está lá com as frases que eu peço que você faça reproduzir na nossa entrevista.

Vamos atender, com muito prazer, sua solicitação, colocando, nesse ponto de sua entrevista, uma cópia de uma foto da sugestiva placa.

General Pitaluga, nós, abriríamos, ainda, a palavra ao senhor para qualquer complementação que queira fazer, vinculada à sua história de vida e às suas vivências.

Vale lembrar que o Conselho de ex-Combatentes realiza de dois em dois anos a sua Convenção. Nessa Convenção, foi eleita uma diretoria nova e apreciado o assunto do interesse da época. Neste ano, a Convenção será realizada em Valença, sede do Esquadrão que tive a honra de comandar na guerra, chamado hoje "Esquadrão Tenente Amaro". Essa Convenção vem lutando com dificuldade. Nesta ocasião, faço um apelo a todos aqueles que acreditam, de fato, que o Brasil fez bem em participar da guerra que deu apoio a essa Convenção, ao Prefeito, ao Comandante da Área, ao Major Douglas, para que a Convenção, a ser realizada em Valença, venha a ter muito sucesso. Valença, uma cidade pequena, alegre, montanhosa, que lembra bem as montanhas da Itália e o Esquadrão se constitui numa unidade muito estimada naquela localidade, por onde já passaram outras unidades militares.

Este apelo, que faço justamente àqueles que dão ao Exército Brasileiro a sua simpatia, tem a finalidade de levar aos nossos companheiros de Valença o apoio indispensável para realizar esta Convenção, muito especial, porque marca a nossa homenagem a Caxias, que viveu e morreu ali, nos arredores de Valença. Caxias é o Patrono dessa Convenção. Que lembrem, naquela área, da figura de Caxias e do Tenente Amaro, um simples Tenente que se fez herói por acreditar nas idéias democráticas. É o apelo que faço.

Que mensagem final o senhor gostaria de deixar para o nosso o Projeto de História Oral do Exército?

A respeito de um movimento de tal magnitude, como o 31 de Março de 1964, é difícil dar uma última palavra. Desejo, no entanto, apresentar, como verdade, a liberda-

Homenagem
Ao Movimento Democrático
31 de Março

Forças democráticas brasileiras, em histórica mobilização cívico-militar, impediram, patrioticamente, em 31 de março de 1964, a submissão do Brasil aos ditames totalitários do movimento comunista internacional.

O memorável acontecimento permitiu a salvaguarda da democracia e a condução do País a um ciclo de extraordinário desenvolvimento.

Esta placa expressa também o nosso eterno reconhecimento aos civis e militares sacrificados, desde 27 de novembro de 1935, na defesa da ordem, da liberdade e da democracia.

Clube Militar
31 Mar 2002

de que dela adveio. Constatar que pessoas que foram comunistas, estão escrevendo hoje, sobre aspectos e peculiaridades importantes a respeito da Revolução, o que mostra que ela pode ser considerada, no mundo, *sui generis,* pelo poder que reuniu, por sua importância, pela impetuosidade e, sobretudo, pelo seu caráter humanista. Isso, então, é a força da Revolução. E que a mocidade esteja voltada para o sentido certo da democracia, não temendo os aventureiros que surgem de um lado e do outro, na ânsia de aparecer, de ganhar poder e de obter outras vantagens.

O Brasil que tem, no seu Exército, a sua força, uma força que vem do Serviço Militar obrigatório, que devemos defender, para não deixar que transformem a nossa Força Terrestre numa legião, esquecendo que o Exército não pertence ao Governo, pertence à Nação.

Aqui vim, não nas melhores condições, para dizer que continuamos na esperança de que o Exército prossiga na defesa da democracia, que nunca possa ser substituído por legiões. O Serviço Militar obrigatório faz com que o cidadão, além de aprender a arte da guerra, venha também receber importantes lições de civismo. Vai também aprender a amar o Brasil e obter novas condições físicas, para integrar o grande movimento que a Instituição realiza. Muito obrigado.

General Pitaluga, nós que lhe somos extremamente gratos, reconhecendo, de público, o esforço que o senhor despendeu ao longo desta histórica entrevista, na qual o Exército, mais uma vez, pôde constatar o vigor de sua capacidade intelectual nos seus 93 anos.

General-de-Brigada Niaze Almeida Gerude

- Natural da Cidade de Codó, Maranhão.
- Exerceu as funções de Auxiliar de Instrutor do Curso de Intendência da Academia Militar das Agulhas Negras; de Tesoureiro, Almoxarife e Aprovisionador do 2º Batalhão Rodoviário, Lages, SC; de Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR, RJ) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e de Oficial de Gabinete do Ministro do Exército.
- Foi Chefe da Divisão do Fundo do Exército, da Diretoria Geral de Economia e Finanças; Chefe do Estabelecimento de Material de Intendência da 7ª Região Militar; Chefe da Assessoria de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, do Departamento de Material Bélico, e Chefe da Pagadoria Central do Pessoal.
- No exterior, foi Tesoureiro do Batalhão Suez, Rafah, Palestina.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os da Escola de Motomecanização, hoje Escola de Material Bélico, e da Escola Superior de Guerra.
- Em 1964, no posto de Major, era aluno do 1º Ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Entrevista realizada no dia 07 de novembro de 2001.

Com muito gosto, recebi e aceitei o convite para participar deste Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março. É com muita satisfação que o faço. A Revolução Democrática de 31 de Março de 1964, que salvou o Brasil de uma verdadeira catástrofe, tem sido propositadamente distorcida. Há anos que a mídia e que muitos professores de escolas – primárias, secundárias e superiores – vêm deturpando o verdadeiro sentido da nossa Revolução de 1964.

Depois desse preâmbulo do General Niaze, passamos a perguntar ao nosso colaborador que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Na realidade, a minha participação nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, começou em 1961 quando, indignado pela falta de reação, naquela época, aos fatos graves que estavam acontecendo no Brasil, idealizei e realizei, em 27 de novembro de 1961, às 17h, junto ao Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, com o pseudônimo de José Carlos Gomes, a primeira reação pacífica popular anticomunista da década de 1960.

Ela teve o objetivo de alertar a opinião pública brasileira contra a infiltração comunista no País; contra a corrupção e a subversão que ameaçavam a vida nacional; levantar o moral do povo para uma possível luta e para protestar contra a política exterior do Brasil, principalmente a de apoio a Cuba.

Na ocasião, era eu capitão-aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Organizei o comício contando com a cooperação de membros da família de minha esposa, que era grande; do doutor José Carlos, da Confederação Nacional do Comércio; da Liga Feminina Anticomunista; do jornalista Álvaro Americano, dos jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* e, também, do Palácio Guanabara.

Contei com a segurança oferecida pelo doutor Boré, do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS. Tive apoio de Dom Jaime Câmara, do Monsenhor Bessa, doutor Cecil Boré e da Confederação Nacional do Comércio. O comício contou com a participação de associações religiosas, Liga Feminina Anticomunista e do povo em geral. Usaram da palavra Niaze Gerude, sob o pseudônimo de José Carlos Gomes, Dona Dulce Magalhães, Herculano Carneiro, Paulo Sérgio Carneiro, Angel Aparecido, refugiado cubano, Padre Pancácio Dutra e Erodines Saraiva.

Quando fui falar com o jornalista Álvaro Americano sobre a minha idéia, ele me perguntou se eu tinha experiência em realizar comícios. Respondi-lhe que não tinha nenhuma, mas possuía uma grande vontade de começar alguma reação pacífica. Ele me declarou que eu não conseguiria pôr nem quinhentas pessoas junto ao Monumento.

Contudo, devido ao meu trabalho, aos trabalhos dos cooperadores junto a Dom Jaime Câmara, com quem tive uma entrevista pessoal, às associações religiosas de muitas igrejas católicas da cidade, publicações de convites em jornais etc., o comício foi um sucesso, conforme comprovam fotos publicadas no *Diário de Notícias* e no *Diário Carioca*, ambos de 28 de novembro de 1961, e no livro, de minha autoria, *O Movimento Revolucionário de 1964* e a *Verdade dos Fatos*, páginas 12 e 13. Deixo aqui, na pasta do colaborador, os principais documentos relativos ao comício de 27 de novembro de 1961.

Em novembro de 1963, realizei, na Diretoria Geral de Intendência, para oficiais, sargentos e funcionários civis, uma palestra, das programadas pelo Estado-Maior do Exército, sobre a luta em defesa do povo contra a investida comunista.

Desempenhei as seguintes atividades durante o período de 31 de março a 12 de maio de 1964: missões extraordinárias de observação de movimentos anormais entre a Zona Sul e o Centro da Cidade do Rio; participação no golpe de mão ao QG da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar; ida ao Palácio Guanabara para obter armamento para a defesa da Praia Vermelha; guarda pessoal na residência do General Castello Branco, com outros oficiais da Escola de Estado-Maior, na noite de 8 de abril; busca ostensiva em residências suspeitas; entrega de documentos na 2ª Seção do Estado-Maior do Exército e DOPS. Execução de serviços de censura na Italcable, Radiobras, Radional, Telerádio, nos dias 4, 5, 6 e 20 de abril. Serviço de permanência no edifício da Praia Vermelha de 9 a 14 de abril e, na ECEME, dias 28 de abril e 3 de maio. Missões diversas: à disposição do DNER, de 16 a 24 de abril.

General Niaze, quais foram as principais reações que levaram ao Movimento de 31 de Março de 1964?

Pouca gente ignora a idéia do domínio, em todo o mundo, exercido pelo comunismo, desde que a doutrina comunista foi delineada em 1848, por Frederick Engels e Karl Marx, doutrina aplicada, na prática, por Lênin e Trotski.

Marx, impregnado de um materialismo histórico, convicto de que o homem devia ser o único Deus, o novo Messias, julgou-se capaz de realizar mudanças radicais, transformações sociais, optando pela luta de classes, certo de que tal luta conduziria a ditadura do proletariado, período de transição para eliminação de todas as classes.

Desejava Marx, como Engels, levar as suas idéias a todo mundo. Para dominá-lo, poderia ser aproveitado o jogo das leis econômicas, capazes de provocar a concentração de renda e o pauperismo, geradores de crises e precursores de catástrofes no capitalismo, suposições de Marx e Engels ou, segundo os dois, por meio da violência, destruindo a ordem social existente, prevista no Manifesto

Comunista de 1848, que levaria a uma nova ordem final, calcada na idéia "operários de todos os países uni-vos!"

A Rússia, dominada pelos comunistas em 1917, organizou-se e passou a pôr em prática o domínio mundial através do comunismo.

Vamos tratar apenas das principais organizações que conduziam à subversão. Existia toda uma rede de indivíduos e organizações adeptos do comunismo, sistematizados em: instrumentos de ação internacionais, com centros de irradiação da subversão; organizações de "frente" internacionais e agentes de influência internacionais; instrumentos de ação nacionais, com organizações subversivas nacionais; organizações de "frente" nacionais e agentes de influência nacionais. Órgãos de apoio, com governos de países socialistas, representantes diplomáticos e organizações comerciais, culturais, de amizade, órgãos de propaganda etc., de países socialistas.

A Terceira Internacional ou Internacional Comunista, chamada por Stálin, de Kominform, com objetivo de coordenar os partidos comunistas de todo o mundo, continuou sendo realizada pelo Comitê Central do PC da União Soviética, principal centro irradiador da subversão.

A Quarta Internacional, fundada em 1938, em Paris, por Trotski, que seguia as idéias de Marx e Lênin, mescladas ao principal escrito de Trotski – o *Programa de Transição*. Muito radicais, eram adeptos da forma violenta de luta, mas no âmbito urbano. Sua tática preferida era a da greve geral insurrecional, pontilhada de conflitos urbanos, onde as massas insufladas, organizadas, doutrinadas e armadas se confrontavam com as forças de repressão.

Organizações de "frente" internacionais, para mascarar as suas verdadeiras intenções, destinavam-se a obter o controle de determinados agrupamentos sociais sem despertar suspeitas de que esse controle fosse exercido pelos comunistas. Alguns exemplos: Conselho Mundial da Paz, Federação Sindical Mundial, União Internacional de Estudantes etc. Todos esses grupos se faziam representar em seus diferentes países por meio de "seções".

Agentes de influência internacionais, como literatos, cineastas, compositores, cientistas etc., embora não pregando ostensivamente o comunismo, levantavam mundialmente certas bandeiras tipicamente comunistas ou no mínimo anticapitalistas.

Ainda existiam instrumentos de ação nacionais, como organizações subversivas e organizações de "frente" nacionais, órgãos de apoio e outros. O Konsomol, cuja finalidade era a arregimentação e educação da juventude, estava presente no Brasil através de um Secretariado.

Os partidos comunistas proliferavam por todos os países e a infiltração era permanente. No Brasil, havia um Comitê Nacional, Comitês Metropolitanos, Célu-

las Fundamentais, Comitês Distritais, Comitês de Bairro, Células de Empresas, Células de Bairro.

A infiltração, já no início da década de 1960, era impiedosa, principalmente nos sindicatos, nos órgãos estudantis, "Ligas Camponesas", imprensa falada, escrita, televisionada etc. Tal infiltração procurava, dentro da tática de dividir para enfraquecer, enfraquecer para dominar, lançar uns contra os outros, inclusive nas Forças Armadas, onde militares e até políticos tentaram jogar sargentos contra oficiais, contra a ordem constituída e contra a lei, com o objetivo de esmagar as tradições brasileiras e transformar o Brasil em colônia do império soviético.

Com todo esse aparato em funcionamento, com a baderna já instalada há bastante tempo, o governo dava integral apoio à subversão, à anarquia, às greves, inclusive participando de comícios e atos de desordem. Influenciava, também, nomeando conhecidos comunistas para ocuparem empresas estatais de porte, além de realizar campanhas de desmoralização de chefes militares não comprometidos com o esquema governista e partir para um atentado contra a vida do Governador da Guanabara Carlos Lacerda, ferrenho anticomunista, por tropas pára-quedistas ("Operação Mata Lacerda"), aproveitando-se da implantação do estado de sítio, que seria conseguido no Congresso Nacional. A ordem nesse sentido partiu do Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, para o General Pinheiro, o famoso "Faz Tudo", pertencente ao tal esquema militar. Felizmente, o plano não deu certo.

À medida que o tempo passava, já no final de 1963 e início de 1964, toda a preparação para a luta violenta manifestava-se, na prática, com recrudescimento das campanhas pela reforma agrária, servindo tal reforma de pretexto para os movimentos subversivos, o que acontece até hoje, com o beneplácito do governo. Ao fechamento do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e ao incremento de invasões de terras e de saques urbanos, somavam-se os comícios, visando à agitação e à provocação. Como reação ao movimento comunista, surgiram o Manifesto dos Professores Universitários, criticando a atitude frouxa do Governo diante da comunização do País; as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Manifesto do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Castello Branco, que foram as principais reações que levaram ao Movimento desencadeado em 31 de março de 1964.

O senhor poderia nos fornecer mais alguns dados acerca do panorama político brasileiro a partir da renúncia de Jânio Quadros até o 31 de Março?

A irresponsável e inesperada renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, deixou atrás de si o caos político e econômico. O vice-presidente substituto legal do renunciante viajava pela China comunista em missão fraternal e

não era bem-visto pelas Forças Armadas do País, devido a sua incompetência e a sabida e aberta aliança com pelegos, extremistas, estudantes esquerdistas e agitadores, entre os quais Leonel Brizola.

No Sul, foi desencadeada a chamada Campanha da Legalidade, liderada por Brizola. Enquanto, no Rio, governadores estaduais, em consonância com os ministros militares, impuseram a instituição do regime parlamentarista visando a reduzir a capacidade de decisão presidencial. Aceitando a imposição dos chefes militares, João Goulart assumiu a Presidência.

O parlamentarismo, sabotado pela ação inescrupulosa de Goulart e dos extremistas que o apoiavam, acabou mostrando-se ineficaz. Surgiu a campanha para a da antecipação do plebiscito e os comunistas se valeram do fato para manipular as massas em todo o País. O Presidente, sem formação de estadista e por interesse pessoal, permitiu que o País se transformasse em campo de experiências de brutal agitação e grande demagogia.

A partir dos últimos meses de 1961, e durante todo o Governo de João Goulart, a chamada guerra revolucionária foi obtendo grande vulto, chegando a atingir as raias do absurdo, em termos de ação subversiva, em fins de 1963 e início de 1964. As greves se proliferavam, estimuladas pelo próprio Governo.

O Ministério da Educação transformou-se num grande reduto comunista. Caíram, ainda, em mãos comunistas a Petrobras e outros órgãos autárquicos importantes. O Ministério da Justiça fazia o jogo dos extremistas da esquerda, principalmente no Estado do Rio de Janeiro, onde ocorriam invasões de terra e onde havia um pólo comunista muito atuante, que era a Fábrica Nacional de Motores.

Na Paraíba, houve mortes durante invasões de propriedades rurais. Em Pernambuco, o Deputado Francisco Julião, seguido por outros agitadores, realizava marchas sobre os engenhos, fazendas e tumultuava o quadro político com as "Ligas Camponesas". No Rio Grande do Sul, houve várias tentativas de invasões de propriedades, como em Osório e Torres, ações que foram repelidas pelo governo estadual. Em Goiânia, foi realizado o congresso dos camponeses sem terra, quando foi pregada abertamente a revolução comunista.

Em 1962, os comunistas dominaram a União Nacional dos Estudantes (UNE) e criaram o Pacto de Unidade e Ação – PUA –, envolvendo num comando único todos os sindicalistas dos setores ferroviário, rodoviário, marítimo e aeroviário, organização que atuava decisivamente para paralisar o sistema de transportes, sobretudo no Rio de Janeiro.

A desordem econômica e a queda da produção, decorrentes da demagogia oficial, a falência da agricultura, a desorganização das finanças, tudo comprometia

a existência do País como Nação soberana, surgindo a possibilidade de nos tornarmos uma grande Cuba.

Circulavam notícias alarmantes a respeito das organizações denominadas "grupos dos onze", que eram grupos de combate criados por Leonel Brizola, verdadeiras células vermelhas para a luta, para a guerrilha. Sucediam-se congressos de estudantes, incitados por agentes do Brizola, que envenenavam jovens inexperientes, engajando-os em ações do Movimento Comunista Internacional – o MCI.

Vários acontecimentos, entre motins e tensões sociais, trouxeram tremenda inquietação e enorme violência que se avolumavam no País, atingindo a máxima intensidade no mês de março de 1964. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) emitia manifestos e instruções, seguindo diretrizes do PC que, com suas greves, paralisavam quase totalmente a Nação. A disciplina militar deteriorava-se, a inflação crescia inexoravelmente, enquanto se sucediam greves irregulares quase que diariamente.

Jornais, revistas e livros marxistas, muitos editados em Moscou e Pequim, vendidos livremente em bancas de jornais e livrarias, cresciam assustadoramente. Em alguns teatros, eram exibidas peças imorais ou de cunho marxista. O tumulto e a desordem recrudesciam. Luís Carlos Prestes, acompanhado de líderes do CGT e de outros políticos esquerdistas, discursava abertamente, defendendo a necessidade dos comunistas chegarem ao Poder, aproveitando a oportunidade de já se encontrarem no Governo.

Em 12 de setembro de 1963, em Brasília, sargentos da Marinha e da Força Aérea rebelaram-se contra decisão do Supremo Tribunal Federal, que mantivera a inelegibilidade de sargentos, exigindo o deslocamento de tropas do Rio de Janeiro para sufocar o movimento na Capital Federal.

Goulart negociou diretamente com o PC a formação de uma Frente Popular, coordenada por Santiago Dantas, e que visava à unificação das forças esquerdistas. Tudo parecia pronto para a instalação da República Sindicalista passando, logo que possível, definitivamente, ao sistema comunista.

Em 13 de março de 1964, por sugestão do PCB, foi realizado um grande comício nas imediações da Central do Brasil, no Rio. Em torno do palanque, a massa humana assistia, na verdade, à comunização da Pátria, alguns agitando bandeiras vermelhas e cartazes ridicularizando os oficiais do Exército que se colocavam contra os comunistas, chamando-os de gorilas. Esse espetáculo, guardado por carros de combate do próprio Exército, foi degradante, tendo à frente os inimigos da democracia.

Poucos dias mais tarde, um grupo de marinheiros, liderados pelo tal cabo Anselmo, revoltou-se e promoveu agitada reunião no Sindicato dos Metalúrgicos

do Rio de Janeiro. Tropas do Exército cercaram o edifício e após horas de confabulação prenderam os insurretos, mas João Goulart determinou que os mesmos fossem libertados e demitiu o Ministro da Marinha.

A ordem presidencial para a liberação dos marinheiros presos, a presença do comunista Hércules Corrêa e outros, nos quartéis, para verificar o cumprimento da ordem do Presidente, e a passeata vexatória que se seguiu, com marinheiros desuniformizados carregando o Almirante Aragão nos ombros, atingiram violentamente os brios dos militares – oficiais, sargentos e soldados – ferindo a dignidade das Forças Armadas.

No dia 30 de março, o Presidente compareceu a uma assembléia com cerca de dois mil sargentos no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia. Assistiu aos diversos discursos dos graduados e, por fim, ele próprio fez um inflamado pronunciamento que atentava diretamente contra a hierarquia e a disciplina militar.

O temor geral do que poderia acontecer promovia a união e a reação dos contrários ao estado de deterioração, de anarquia, de inépcia, de desmoralização e de corrupção que levava, em ritmo acelerado, à implantação da ditadura comunista.

Homens e mulheres levantaram as suas vozes em defesa do Brasil ameaçado e, entre eles, destacava-se Carlos Lacerda, Governador da Guanabara e, por isso, tentaram matá-lo. Surgiram muitos focos de conspiração nos Estados dos quais participavam governadores, oficiais-generais, militares de outros postos e graduações, e civis de diversos setores da sociedade, motivados por ideais democráticos.

As mães de famílias, as mulheres brasileiras legítimas e incontestes herdeiras das heroínas de Guararapes, com o rosário nas mãos, lideraram e promoveram, em algumas Capitais, gigantescas passeatas, denominadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Era o clamor público, era o apelo às Forças Armadas para que reagissem, para que salvassem o Brasil do caos, da anarquia, do comunismo. Municípios menores também fizeram suas Marchas, particularmente no interior do Estado de São Paulo.

Em 20 de março de 1964, o General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, dirigiu uma circular-manifesto aos generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e organizações subordinadas, sobre a grave situação por que passava o Brasil, servindo de motivação para a luta em defesa da Nação.

General, havia, portanto, no seu entender um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Como já foi dito, o Presidente João Goulart, além de não ter uma formação de estadista, amargava uma desconfiança generalizada da população ordeira deste

País e das suas instituições sérias e responsáveis. Cresciam os vagalhões da demagogia que ameaçavam fazer naufragar o Brasil no caos.

Como já foi visto, a inflação tornava-se galopante ao meio de greves ilegais, sabotagens, tumultos, ao que se somavam agitações encomendadas. Preparavam-se guerrilhas e invasões de propriedades rurais. Os comunistas já controlavam os sindicatos, a UNE, os diretórios acadêmicos. Os estudantes agitavam politicamente o País.

Eram reais as infiltrações vermelhas nos ministérios, no próprio Palácio do Governo, nas classes políticas, no meio artístico, nos veículos de comunicações e outros. Além de todos esses fatos, milhões de cruzeiros eram canalizados pelo próprio governo para fins escusos e desapareciam no poço sem fundo da corrupção, que campeava.

A hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas sofriam sérios arranhões, pois até elementos estranhos entravam em quartéis para verificar o cumprimento de ordens superiores, além de outros fatos graves que ocorriam. O tráfico de influências era grande. Através da Pricopolítica, o Movimento Comunista Internacional (MCI), com aquiescência do Governo, apertava o cerco sobre o Brasil. Os políticos vermelhos, a serviço do comunismo internacional, utilizavam todos os processos a seu alcance, como a persuasão, as privações, a violência física, o sexo, a degradação moral e a alienação mental, para obterem o domínio sobre a vontade da população.

Não era sem razão que as bancas de jornais exibiram em profusão jornais, revistas e livros imorais e subversivos e também diversos teatros apresentavam, com freqüência, peças explorando a subversão e a imoralidade.

Assim, estava sendo preparado o caos, como já foi dito para favorecer a tomada do Poder, com grande insatisfação da parte sadia da população – absoluta maioria – que desejava viver em um Brasil com ordem e progresso, dístico de sua bandeira.

Qual era, de um modo geral, a posição da Igreja católica com relação ao Governo deposto em 1964?

Bem, não se pode falar da posição da Igreja, a partir do advento do comunismo, sem se referir à impiedosa infiltração que ela sofria, responsável por parte de algumas de suas atitudes.

A religião católica, assim como outros credos, não ficou imune à nefasta ação da poderosa arma de que se utilizava o império vermelho para liquidá-la. Lênin, por sinal, já enfatizava que, para acabar com a religião, era muito mais importante introduzir no seio da Igreja a luta de classes do que atacá-la de frente. Por isso que a infiltração, que começara há muitos anos – pois já em 1949, o

Monsenhor Foulton Sheen, bispo auxiliar de Nova York, denunciava a existência, no Ocidente, de mil padres infiltrados, formados na Cortina de Ferro – tentava desagregar, criar focos antagônicos entre os fiéis, sobretudo nos meios eclesiásticos e religiosos; separar os bispos em blocos de "conservadores" e de "progressistas", a fim de vencer a Igreja por dentro.

Esqueceram os comunistas que Jesus, quando fundou a sua Igreja, disse que as "portas do inferno não prevaleceriam contra ela". Marcel Clément, em editorial de 5 de abril de 1957, de *L'Omme Nouveau*, referindo-se ao movimento de infiltração surgido na Polônia, afirmou que os comunistas se esforçavam em dividir e debilitar a Igreja para nela introduzir a dialética.

Tudo isso explica a longa e paradoxal permanência, nas funções que ocupavam, dos senhores Casaldaglia, Adriano Hipólito, Hélder Câmara, Evaristo Arns e tantos outros. A revista espanhola *Que Pasa*, em determinada época, acusava o Brasil de possuir 53 bispos comunistas.

A Teologia passou a ser um dos principais alvos da infiltração e tal fato esclarece por que a salvação do homem sofreu tão forte distorção, passando do plano teológico para o plano político, sob a designação de "Teologia da Libertação".

Designação, por sinal, coincidente com a "libertação dos povos", citada por Stálin, quando se referiu ao papel da guerra revolucionária, em conferência pronunciada na Universidade de Sverdlov, em abril de 1924. Stálin falou em libertação dos povos, logo ele, o líder comunista que mais atacou a liberdade do homem, matando milhões de pessoas. Mas a liberdade de que falava era para a introdução do comunismo.

Exatamente, liberdade para o comunismo e não liberdade do homem, como nós entendemos. É o terrível jogo de palavras!...

Exatamente. Em 1968, portanto após o Movimento revolucionário de 1964, o Papa Paulo VI dizia: "Estamos sendo tentados de historicismo, de relativismo, de subjetivismo, de neopositivismo que, no campo da fé, criam um espírito de crítica subversiva e uma falsa persuasão de que, para atrair e evangelizar os homens do nosso tempo, temos que renunciar ao patrimônio doutrinário acumulado durante séculos pelo Magistério da Igreja e de que podemos modelar, em troca do conteúdo dogmático, um cristianismo novo, à medida do homem e não à medida da autêntica palavra de Deus."

Grandes recursos econômicos fluíam para as universidades católicas com a finalidade de infiltrá-las.

A Igreja como um todo, a Igreja estruturada no mistério da fé que emana de Cristo, é claro, não apoiava os desmandos, a anarquia, a tentativa de impor ao

Brasil a ditadura do proletariado, já considerada pela própria Igreja "intrinsecamente perversa".

O sectarismo da Igreja-povo, voltada para a libertação material, levou vários membros da sua hierarquia não só a apoiarem intelectualmente essa nova postura, mas também a agirem em consonância com ela, além dos que chegavam do exterior com o firme propósito de colaboração com as esquerdas.

Na Arquidiocese do Rio de Janeiro, por exemplo, traindo a confiança do Cardeal D. Jayme Câmara, anticomunista, católico verdadeiro, o cônego Távora, o Padre Hélder e Dom Jorge Marcos ofereciam os seus préstimos ao movimento comunista.

O primeiro confiara a Chico Mangabeira, o da Aliança Nacional Libertadora, a direção de um Movimento Social Cristão, isto é, entregava na "boca do lobo" operários católicos desavisados; o segundo, ao mesmo tempo que procurava conquistar para si a devoção das damas da alta sociedade, concertava planos de subversão com Anísio Teixeira no Ministério da Educação; o terceiro, através do *Correio da Noite,* dava cobertura, no Rio de Janeiro, às agitações do Presidente da Juventude Operária Católica (JOC), em conluio com os comunistas do Sindicato dos Metalúrgicos.

Em todas as circunscrições eclesiásticas, abriam-se os quadros da Ação Católica para a penetração de agentes comunistas. Empurrava-se para a UNE a juventude católica, não para combater o comunismo, mas para aliar-se a ele.

Em 1964, pelegos comunistas de Jango e Brizola defenderam a "Nova Igreja". Padres e bispos bajulavam comunistas, todos numa simbiose espantosa. Foram abertas as portas dos conventos aos agitadores que se confundiam com os padres sem batina, nos corredores.

Já se encontrava convulsionado o Nordeste com as "Ligas Camponesas" e outras atividades subversivas e ainda Dom José Távora cuidava das cartilhas de iniciação ao bolchevismo para agricultores.

A CNBB dominada, em sua maioria, por "progressistas", adotou a estratégia do nacionalismo clerical e funcionava, em certas ocasiões, mesmo sem bispos, porque uma dezena de pelegos se arrogava no direito de falar pelo Episcopado. Quase todas as ordens religiosas estavam gangrenadas, até a Companhia de Jesus, um dos pilares da velha Igreja.

A verdadeira Igreja resistiu e, após o Movimento revolucionário de 1964, 12 arcebispos e bispos, no meio de uma maioria muda, dirigiram uma carta de apoio ao Presidente da República, a qual continha entre outras expressões a de que "estavam convictos de que as soluções devem ser inspiradas pelos princípios católicos entendidos segundo o seu legítimo significado e não interpretados torcidamente de maneira a dar a impressão de que a doutrina católica não é senão uma modesta

expressão, em termos religiosos, do que ensinaram Karl Marx e outros "doutores" do comunismo e do socialismo".

"Com estas afirmações, diziam os 12 bispos e arcebispos, vão os nossos votos de inteira cooperação do poder espiritual com o civil e o militar para a grandeza do Brasil cristão." Assinaram: Dom Geraldo de Proença Signaud; Dom João B. Costa; Dom Delfim Peres; Dom Antonio Mayer; Dom Manuel Cintra; Dom José Veloso; Dom Antonio Soltera; Dom José D'Angelo Neto; Dom José Vasques Dias; Dom Guido Castelo; Dom Bernardo Muller e Dom Jakson Prado.

Quais os principais acontecimentos no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas? Como era o ambiente nos quartéis na fase pré-revolucionária?

O verdadeiro poder de um Estado reside em suas Forças Armadas, em sua capacidade de reação militar a qualquer provocação, em seu poderio bélico e nuclear, o que, hoje, o Governo não leva em consideração.

Este governo, meu General, não leu Maquiavel que nos ensinou, em O Príncipe, que: "É preciso ser leão para amedrontar os lobos e raposa para reconhecer as armadilhas", mostrando, ainda, que: "É tolice jogar a espada fora, quando os outros estão apenas ocultando as suas".

Com toda certeza não leu Maquiavel e por isso desconhece que as Forças Armadas são a própria essência do poder que emana do povo, preparadas e com características, sentimentos, objetivos e anseios deste mesmo povo.

Sabendo disto, os comunistas, bem orientados de fora, atentaram contra a sua estrutura, buscando destruir a base hierárquica que as fundamentam, que as conformam.

Ninguém tem dúvida de que houve tentativa, sim, de criar cisões nos quadros das Forças Armadas. Houve, inclusive, abertura de portões de alguns quartéis, como já foi dito, para que elementos políticos, civis e militares, comprometidos com as esquerdas revolucionárias, fossem iniciar a doutrinação, especialmente, de graduados e soldados.

O motim dos sargentos em Brasília e a insubordinação das praças da Marinha, lideradas pelo cabo Anselmo no Rio, são exemplos da tentativa de criar cisões nos quadros.

A hierarquia estava sendo abalada, a ponto de marinheiros terem saído em passeata, no Rio de Janeiro, carregando o Almirante Aragão nos ombros. A situação se deteriorou tanto que marinheiros chegaram a atirar oficiais ao mar, o que retrata a grave situação no Ministério da Marinha.

Esses extremistas de esquerda continuam prestigiados pelos neoliberais que, hoje, governam o País, os quais, no fundo, são da mesma laia que aqueles inconseqüentes agitadores que se empenhavam pela cisão dentro de cada Força.

Os neoliberais que hoje se encontram no Poder – a esquerda entreguista fiel à doutrina do Fundo Monetário Internacional (FMI), que impede o crescimento da nossa economia e do mercado de trabalho – estão prestigiando todos aqueles que morreram no confronto armado com o Estado por meio de vultosas indenizações. É uma forma de atenuar o remorso por terem estimulado os jovens a tamanha inconseqüência... Por isso, eles estão premiando essa gente toda com somas fabulosas. Condenam da boca para fora o terrorismo atual e, ao mesmo tempo, indenizam os terroristas de ontem. É o contra-senso mais evidente que se conhece!

E querem ter credibilidade... Impossível!...

Quais os principais acontecimentos que o senhor gostaria de destacar como determinantes no desencadeamento da Revolução?

Como já vimos, anteriormente, o objetivo do comunismo internacional era escravizar os povos livres ao Império Soviético, através de uma ditadura imposta pelo partido comunista daquele país que queria ser único em todos os países – a ditadura do partido único.

Para tanto, a União Soviética contava com uma rede de organizações, inclusive no Brasil, que atuavam de diferentes maneiras, de acordo com as peculiaridades de cada País. Aqui contavam com centros de irradiação da subversão internacionais e nacionais. Organizações de frente internacionais e nacionais, representações diplomáticas, órgãos de propaganda e outros.

Tal rede já havia feito o seu trabalho de sapa e provocado a criação aqui de diversas organizações subversivas, que deviam atuar com a colaboração de sindicatos, estudantes e pessoas dos diversos segmentos da sociedade e do Governo, no sentido de levar o País à anarquia generalizada, tomar o Poder e implantar a ditadura do proletariado.

Embora já se delineasse, desde a posse de João Goulart, a necessidade de uma virada de mesa para "recolocar o Brasil nos trilhos", alguns acontecimentos contribuíram para o desencadeamento do Movimento de 31 de Março de 1964, como:

– o manifesto à Nação lançado por mais de quatrocentos professores universitários, acusando o Governo Federal por sua atitude complacente diante da comunização em marcha acelerada;

– invasões de terras com simultâneos atos de violência em Pernambuco, Minas Gerais, Goiás e no Estado do Rio;

– tomada pelos comunistas, em eleições espúrias, do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e do PUA (Pacto de Unidade e Ação);

– denúncia do Cardeal Dom Jayme Câmara sobre a existência de uma conspiração para uma revolução popular brasileira;

– as greves quase diárias;

– a rebelião dos sargentos da Marinha e da Força Aérea, ocorrida em Brasília, contra a decisão do STF, que denegara a ilegibilidade dos sargentos;

– engenhos invadidos, em Pernambuco, pelas "Ligas Camponesas";

– a indisciplina que já grassava nas Forças Armadas;

– o comício da Central do Brasil no Rio, no dia 13 de março de 1964;

– as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, com seu clamor às Forças Armadas para que reagissem, para que salvassem o Brasil do caos e do comunismo;

– a revolta dos marinheiros lideradas pelo cabo Anselmo;

– a Circular-Manifesto do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Humberto de Alencar Castello Branco;

– a atuação dos líderes, militares e civis, que conspiravam no sentido de barrar a calamitosa ação da subversão no Brasil, como o Marechal Odylio Denys, os generais Cordeiro de Farias, Muricy, Mourão Filho, Carlos Guedes e Jayme Portella e os governadores Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Luiz Cavalcante, Ildo Menegheti, Ney Braga – militar exercendo função civil – Fernando Correia da Costa, os ex-participantes dos grupos de Aragarças e Jacareacanga, como Tarcísio Nunes Ferreira, Veloso, Burnier, Teixeira Pinto, Lameirão, Paulo Victor, Luiz Mendes, Ferreira, Charles Erba, Roberto Sayão e outros;

– a reunião da desordem no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, no Rio de Janeiro, em 30 de março, onde João Goulart pregou abertamente a subversão no âmbito das Forças Armadas. Foi a gota-d'água.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março?

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram, sem dúvida nenhuma, intérpretes da vontade nacional, o que ficou comprovado com as grandes manifestações de total apoio e regozijo pela vitória, sem sangue, do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964, como ficou mais conhecido.

Publicaram os jornais da época vibrantes demonstrações de apoio popular à Revolução de 1964, atestando o quanto o povo brasileiro vibrou com a queda de João Goulart. Além das manifestações de massa, do povo simples, patriotas dos mais variados segmentos da sociedade aplaudiam em todo lugar e ofereciam os seus

préstimos aos vitoriosos, como aconteceu em Copacabana logo após a tomada do QG da Artilharia de Costa, em que o povo, espontaneamente, se oferecia para ajudar na montagem de barricadas e em outros serviços. As fotos que deixo em minha pasta-arquivo mostram esse apoio espontâneo, inclusive flagrantes espetaculares das Marchas da Família com Deus pela Liberdade em vários Estados e no Rio, esta com cerca de um milhão de pessoas, chamada de Marcha da Vitória, por ter sido realizada nos primeiros dias de abril, após a estupenda vitória da Revolução.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado esquema militar do Governo Federal assim que se desencadeou a Revolução de 1964?

Creio que isso pode ser atribuído a alguns fatores que ocorreram logo após o desencadeamento do Movimento revolucionário. A proclamação feita pelo General Mourão à Nação e às Forças Armadas, após o Destacamento Tiradentes, comandado pelo General Muricy, haver alcançado a ponte sobre o Rio Paraibuna, denunciando o Governo por subversão e afirmando que Goulart deveria ser afastado do Governo que não soubera honrar.

A proclamação do Governador Magalhães Pinto acentuando que Minas se empenharia com todas as energias de seu povo para restauração da ordem constitucional comprometida.

O pronunciamento do Governador Adhemar de Barros de que Minas não se encontrava só no Movimento, garantindo a participação do General Kruel, Comandante do II Exército, confirmada por este que enfatizou ser sua luta contra os comunistas e seu objetivo romper o cerco do comunismo que comprometia a autoridade do Governo da República.

Confabulam as forças que provinham de Minas com as mandadas do Rio para combatê-las. Os oficiais de ambos os lados conversam, prevalecendo o bom senso que leva às principais defecções do lado do Governo. Os jornais de 1º de abril, do Rio, estampam manchetes favoráveis ao Movimento e de repúdio ao Governo. Na Guanabara, o Governador Carlos Lacerda encontrava-se entrincheirado em seu palácio, com a PM e muitos voluntários civis e militares, devido ao informe de que os fuzileiros navais o atacariam.

A Escola de Comando e Estado-Maior transformou-se num quartel-general ostensivo da contra-revolução, acolhendo diversos oficiais de outras organizações militares. O General Costa e Silva fez contatos, articulou forças, conseguindo importantes adesões.

O Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, General Médici, com todo o seu efetivo de oficiais, cadetes e praças, preparou-se para o enfrentamen-

to, ao lado da contra-revolução, o que foi fundamental para a vitória do movimento armado no Vale do Paraíba.

No eixo Rio–Belo Horizonte e Rio–São Paulo, as defecções a favor do Movimento revolucionário se evidenciaram no dia 1º e as tropas da Guanabara retornaram, a partir de 2 de abril, para os quartéis, enquanto as de Minas chegaram ao Rio, acantonando no estádio do Maracanã.

O QG da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar foi tomado por oficiais-alunos da Escola de Comando e Estado-Maior, sob o comando do então Coronel Montagna. O episódio embora modesto, ganhou grande dimensão devido à confusão feita pelos que divulgaram a notícia, emprestando-lhe efeitos psicológicos notáveis para os destinos revolucionários. Inclusive diziam que era o Forte de Copacabana que teria sido tomado. As notícias transmitidas pela TV Rio, liberadas logo após o golpe de mão, e pelas estações de rádio tiveram a mais ampla repercussão no então Estado da Guanabara e nos demais Estados da Federação.

Chegaram, também, ao conhecimento de João Goulart, bastante aumentadas, dando a este a impressão de que a situação logo se tornaria insustentável no Rio, o que fê-lo decidir abandonar o Palácio Laranjeiras, também com receio das forças de Lacerda, e embarcou para Brasília.

As inexpressivas forças do governo desfazem-se e Goulart, de Brasília, segue para Porto Alegre e, finalmente, para o Uruguai – desfecho melancólico de um falso caudilho que se aliou a comunistas e oportunistas para acabar com a democracia no Brasil.

General qual a sua apreciação quanto ao aspecto de liderança e chefia das tropas que desencadearam o Movimento de 1964?

Há uma variação bem grande em relação às forças a favor e contra o Movimento Revolucionário de 31 de Março. Os oficiais que comandavam as forças da contra-revolução, inclusive da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), tinham muito mais motivação e suas lideranças não sofreram arranhões.

Contudo, quem comandava unidades mandadas combater as que se deslocavam em direção ao Rio de Janeiro teve sérios problemas em se fazer obedecer porque a oficialidade era predominantemente contra o governo anárquico que se instalara no Brasil, contra a comunização que o Governo se dispunha instalar no País.

Os generais Mourão, Guedes e Muricy, em Minas Gerais, e o General Médici, no Vale do Paraíba, foram as grandes lideranças a destacar, além do velho Marechal Denys, cujo papel no Movimento armado em 1964 foi decisivo.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN a favor da Revolução, tendo o General Médici à frente, foi correto em seu entendimento?

Sim, foi muito correto. Naquela situação em que se encontrava o País, o emprego de quaisquer unidades, normais ou de elite, era extremamente válido, ainda mais em se tratando do Corpo de Cadetes, bem mais preparado e apto para prestar uma valiosa contribuição à causa democrática, ameaçada por um governo títere.

Em relação a este assunto, sugiro que seja ouvido o Coronel Ivany Henrique da Silva, instrutor do curso de Engenharia da AMAN na época e que escreveu o livro *Heróis a Lutar*, sobre os cadetes na Revolução de 1964.

O Coronel Ivany, que participou diretamente dos acontecimentos na AMAN, diz textualmente, no Capítulo 1 de seu livro: "A corajosa decisão do Comandante da Academia – General-de-Brigada Emílio Garrastazu Médici – de empregar o Corpo de Cadetes para enfrentar as tropas leais ao governo foi, a meu ver, uma decisão histórica. Importante é destacar que foi uma opção pensada, planejada e consciente, sem qualquer resquício de improvisação."

Ao acompanharmos o relato de tudo o que aconteceu naqueles dias históricos, poderemos deles retirar um magnífico exemplo de amor à Pátria e de senso de responsabilidade.

Quais as operações militares que o senhor gostaria de destacar e os seus principais objetivos estratégicos?

Olha, embora a capital do País fosse o Planalto Central, Brasília, para onde algumas tropas se deslocaram, o Rio de Janeiro continuava sendo a capital política e a caixa de ressonância de todos os eventos nacionais de envergadura. Ela correspondia ao objetivo mais importante do Movimento revolucionário. Era sobre o Rio que as Forças de Minas e de São Paulo se dispuseram a marchar e marcharam. Mas também, após o domínio de suas áreas, outras forças marchariam em direção a Curitiba, Porto Alegre e Recife.

General, as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão após o 31 de Março?

Inegavelmente, pois antes havia um trabalho sistemático para dividir as Forças Armadas, estabelecer a indisciplina, destruir a hierarquia. Com propostas deliberadas de enfraquecê-las, buscou-se quebrar o ânimo de seus componentes, de modo que os mesmos não reagissem.

Os exemplos são diversos, mas basta citar a revolta dos sargentos da Força Aérea de Brasília, a subversão da ordem na Marinha de Guerra, a revolta dos marinhei-

ros e fuzileiros no Rio de Janeiro, a cerimônia que institucionalizou a indisciplina e a desordem no Automóvel Clube do Brasil, também no Rio.

Sem dúvida alguma, após 31 de março de 1964, afastados os elementos dissidentes e os agitadores, contrários aos padrões de conduta e de pensamento das Forças Armadas, a união e a coesão se robusteceram fortemente.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

A meu ver não. Foi um Movimento legítimo para restabelecer a ordem, a governabilidade e evitar a tomada do Poder por meio da revolução comunista...

E a mídia como se portou? Ela apoiou o Movimento?

Sim, tanto a falada como a televisionada, quanto a escrita. A TV Rio, por exemplo, imediatamente após a tomada do QG da Artilharia de Costa começou a divulgar os fatos e com grande entusiasmo, atribuindo-lhes maior dimensão do que eles realmente tiveram.

Falou-se erradamente em tomada do Forte Copacabana, o que chegou aos ouvidos do ainda Presidente Goulart que ficou muito assustado, talvez pensando que o palácio onde se encontrava pudesse ser atingido por granadas disparadas pelo referido Forte. Tal fato transmitido, também por estações de rádio, foi muito útil aos objetivos do Movimento.

Inúmeros jornais manifestaram solidariedade ao Movimento, estampando grandes manchetes de apoio em suas primeiras páginas, tecendo grandes elogios ao desfecho da longa crise em que se debatia o País, até a queda do inconseqüente Goulart.

Alguns exemplos: *O Globo*, de 30 de março de 1964: "Como dissemos muitas vezes, a democracia não deve ser um regime suicida que dê a seus adversários o direito de trucidá-la para não incorrer no risco de ferir uma legalidade que esses adversários são os primeiros a desrespeitar." De 2 de abril de 1964: "Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos." *O Jornal do Brasil,* de 31 de março de 1964: "Nenhum regime resiste à desordem nas suas Forças Armadas. Isto não é programa de governo. É um projeto de caos." *Correio da Manhã,* de 31 de março de 1964: "Não é possível continuar neste caos em todos os sentidos, em todos os setores, tanto no lado administrativo, como no lado econômico e financeiro." *O Estado de Minas,* de 5 de abril de 1964: "Os militares não deverão ensarilhar as suas armas antes que emudeçam as vozes da corrupção e da traição à Pátria."

Portanto, muito diferente de hoje, quando os interesses fazem a Imprensa desdizer tudo aquilo que disse! Para conhecer a verdade, é só consultar esses jornais daquela época, os quais, hoje, insistem em transmudar a história.

No seu entender, está correto o termo revolução ou como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964?

De acordo com o "Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa", de Aurélio Buarque de Holanda, o termo revolução significa sublevação, mudança violenta da forma de governo. Toda mudança repentina e radical das instituições fundamentais do estado e da sociedade realizada pela força. É isso que diz Buarque de Holanda. E o termo revolucionário quer dizer excitar a revolução, sublevar, instigar a revolta, agitar moralmente. Era justamente o que o Governo anárquico de João Goulart estava preparando com os comunistas nacionais e apoiado pelos comunistas internacionais; estava sublevando, instigando a revolta, caminhando a passos largos para a revolução comunista, com o fim deliberado de implantar a ditadura do proletariado, a ditadura dos sindicalistas, a ditadura dos paredões, como em Cuba.

As Forças Armadas desencadearam, portanto, uma revolução para impedir a eclosão de outra revolução. O termo correto, conseqüentemente, é contra-revolução, ou seja, movimento que fez abortar uma revolução em marcha. Contudo, ficou mais conhecido com o nome de Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964.

Quais foram os principais benefícios trazidos pela Revolução de 31 de Março?

Numerosos benefícios; o País passou a ser a oitava economia do planeta, deixando o 48º lugar que ocupava anteriormente; quase decuplicou a potência energética instalada; grande incremento do comércio exterior; extraordinário desenvolvimento das telecomunicações e serviços de correios e telégrafos; um enorme crescimento de matrículas no ensino superior e de residências para as classes média e pobre, com base no Banco Nacional da Habitação (BNH); redução da inflação de 100% para apenas 23%; acordo nuclear com a Alemanha; instalação de diversos programas e projetos desenvolvimentistas como o Mobral, Provale, Prodoeste, PIN, Polo-Amazônia, Programa de Produção de Minerais Energéticos Nucleares; desenvolvimento dos setores industriais de base; criação do sistema internacional via satélite; aumento expressivo da capacidade de refino de petróleo; construção e pavimentação de milhares de quilômetros de rodovias; construção da Ponte Rio-Niterói (Ponte Presidente Costa e Silva) e outros.

E quais os erros cometidos pela Revolução?

A meu ver a Revolução cometeu diversos erros, como é natural a toda pessoa humana, a todo governante. O primeiro período – Governo Castello Branco – que normalmente teria que enfrentar as maiores dificuldades, os maiores obstáculos, justamente por ser o primeiro, se autolimitou no tempo, ao estabelecer apenas um

ano de duração, período por demais insuficiente para realizar tudo o que se fazia necessário para pôr o País em ordem.

A prorrogação por mais um ano, perfazendo o curto período de dois anos, encontrou ainda a oposição do grande líder Carlos Lacerda, com todas as suas conseqüências, criando mais dificuldade para o Governo. A meu ver, o primeiro período não deveria ter sido inferior a quatro, cinco ou talvez seis anos.

Delegação de atribuições ou de poderes aos governadores dos estados para também indicarem elementos a serem cassados. As cassações, a meu ver, deveriam ter sido todas muito bem estudadas por um órgão central, subordinado à Presidência da República.

As cassações deveriam ter sido limitadas a elementos que processassem o credo vermelho, mas que apoiassem efetivamente ou realizassem atos subversivos, como terroristas ou guerrilheiros, atentando contra a ordem e o governo revolucionário, através da luta armada ou incitação à mesma ou ainda fossem comprovadamente corruptos.

Não deveriam ter atingido um Lacerda e outros políticos só porque pensavam de maneira diferente.

O Poder revolucionário não deveria ter se estendido por tanto tempo também. O mais correto no meu entender era ter havido eleições diretas após o término do Governo Médici, quando o Poder seria entregue a um civil, certamente aliado da Revolução, pertencente ao partido da situação – que dava respaldo político ao Governo.

Então, as Forças Armadas continuariam a atuar em legítima defesa da ordem, da democracia, mas com a Nação sob o comando de um civil, eleito diretamente. Naquela ocasião, as manifestações terroristas, já se encontravam sob controle das Forças Armadas, praticamente neutralizadas. O Governo revolucionário não teria sofrido os efeitos e o desgaste do proposital choque do petróleo, segundo diz Lyndon LaRouche no livro "Máfia Verde", EIR, Rio de Janeiro – 2001 – 2ª Edição. "Aquele choque de 1974 foi proposital para evitar o desenvolvimento dos outros países."

Foram, portanto, negativos para a Revolução, o choque do petróleo ocorrido em 1974 e o demasiado tempo de permanência no Poder.

O governo revolucionário, também, não se preocupou em formar líderes políticos civis, com boa formação moral, para assumir os altos cargos dos Três Poderes para dar seqüência à atividade política, com o fim do período de presidentes militares.

Para tanto, poderia ter sido criado um curso especial de política e liderança na própria Escola Superior de Guerra. O aumento do tempo do Governo do Presi-

dente Figueiredo de cinco para seis anos foi negativo porque o levou a mostrar-se cansado, desinteressado e sem ânimo. Não teve o Governo Figueiredo a clarividência de proporcionar eleições diretas, permitindo à oposição levantar tal bandeira a seu favor.

A anistia ampla, geral e irrestrita, a cargo desse último governo, dito militar, foi para mim um grande erro. Elementos que fizeram subversão, terrorismo, guerrilhas, que assaltaram, roubaram, seqüestraram e mataram não poderiam voltar para cargos públicos, não poderiam voltar como se nada tivessem feito, inclusive para se candidatar a cargos eletivos.

O que se observa hoje? Ex-terroristas, ex-assaltantes de bancos, ex-seqüestradores, ex-guerrilheiros e até os que cometeram assassinatos e "justiçamentos" estão ocupando elevados cargos no Executivo, no Legislativo e até no Judiciário, lamentavelmente.

Por que os sucessos econômicos conseguidos pela Revolução não têm a devida e justa divulgação?

Inicialmente por conta da mídia, completamente infiltrada há muito tempo por esquerdistas cassados e descendentes que guardam um incontido ressentimento contra o Movimento de 1964, surgido com absoluto apoio da população. Eles fazem questão absoluta de não divulgar os enormes benefícios que a Revolução trouxe ao País, assim como qualquer fato importante ocorrido na época dos presidentes militares. Os inimigos da Revolução de 1964, principalmente os ditos intelectuais e os professores esquerdistas, usam, sobretudo, a mentira "orquestrada", repetida, para atacá-la. O fato ocorre porque quase 100% dos jornalistas no Brasil pertencem à esquerda revanchista, fazendo na Imprensa o mesmo jogo que a maioria dos professores nas escolas de todos os níveis, principalmente no ensino superior, o que é fruto da atuação dos comunistas, em obediência à estratégia gramscista, a ser seguida particularmente nas faculdades de Comunicação Social (Jornalismo e Relações Públicas).

Respeitando o patrulhamento ideológico e com receio de contrariar ouvintes ou eleitores que vêm há anos recebendo informações completamente distorcidas dos fatos que se passaram, a esquerda revanchista (derrotada em 1964 e no período de 1968 a 1973) impede a devida e justa divulgação de todos os grandes feitos da época.

Por último, em razão da anistia, completamente equivocada, instalaram-se nos três Poderes da República, ex-cassados, ex-subversivos, ex-terroristas, ex-guerrilheiros, ex-seqüestradores e até ex-assassinos que não têm nenhum interesse que aqueles sucessos sejam divulgados.

Se o povo tomasse conhecimento da verdade, isto é, das grandes realizações da Revolução, neste período de 1964 a 1984, creio que muita gente seria banida do País pelo próprio povo – que, apesar de simples e ordeiro, se revoltaria contra tamanho embuste.

A chamada batalha da comunicação social foi perdida pelos militares ou esses deixaram, por princípio, de atuar no campo da comunicação social, da comunicação de massa?

Desde os tempos ainda dos governos revolucionários que a mídia, dominada pelas esquerdas, não só atacava o Movimento como mentia e distorcia os fatos, os acontecimentos, as grandes conquistas, obtidas com trabalho, honestidade e competência.

Enquanto isso, os governos revolucionários não só deixaram de fazer a devida difusão dos seus acertos, dos seus apurados planejamentos, dos seus muitos e variados empreendimentos que tiraram o Brasil da bancarrota e do caos econômico e social, como permitiram que não só a mídia como também professores esquerdistas, desde aqueles tempos até hoje, denegrissem – com deslavadas mentiras, omissões e distorções – os grandes feitos revolucionários, principalmente nas universidades públicas, federais ou estaduais, onde a estratégia gramscista foi aplicada com maior empenho.

Realmente, os governos da Revolução não fizeram a difusão de seus acertos nem a defesa de seus erros e excessos. Esqueceram-se de que fazer concessões a quem tem o deliberado propósito de tomar o Poder só facilita a sua caminhada em direção ao objetivo.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Não, para mim, a alegação não tem qualquer fundamento. É mais uma fantasia dos derrotados pelas armas, os quais iniciaram a luta armada, tendo inúmeros instrumentos para manifestarem seu descontentamento, inclusive o próprio partido da oposição, mas os adeptos da luta armada nunca pensaram no diálogo. Optaram por matar ou morrer, por isso o absurdo de, agora, buscarem vultosas indenizações. Só no Brasil!...

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade. O que é que eles buscavam? Havia apoio externo?

Em síntese, os objetivos da luta armada eram claros. A revolução comunista e proletária foi desencadeada em momento previamente escolhido por seus ideólogos.

Ela representa o final do processo subversivo e o início de implantação da "nova ordem". Há um fazeamento de toda a ação comunista voltada para a conquista do Poder.

Uma vez vitoriosa a revolução proletária, tem início, como já foi dito, a abolição da propriedade privada e a passagem dos meios de produção para as mãos do grupo de burocratas que representa o partido comunista.

A orientação e o apoio externo eram obtidos principalmente de Cuba, de alguns países da Cortina de Ferro e da própria União Soviética. Até o primeiro semestre de 1972, 138 militantes de organizações terroristas haviam se aperfeiçoado em cursos de guerrilha em Cuba, onde aprendiam a tática de guerrilha, tiro, comunicações, topografia, organização do terreno, política e treinamento avançado. Alguns outros realizaram cursos semelhantes em países europeus, dominados pela União Soviética, como a Tchecoslováquia, a Albânia e mesmo na Rússia.

O que o senhor tem a nos dizer sobre ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.) praticadas por extremistas?

Engels e Marx proclamaram a ação política revolucionária que deveria ser levada a efeito com os fins justificando os meios. No plano político: conflitos sindicais, greves de conteúdo social; no plano revolucionário: motins, atos de terrorismo, guerrilhas rurais; e no plano internacional: a própria guerra.

Todas as contradições resultantes destas estratégias devem ser consideradas aparentes e, portanto, válidas, desde que contribuam para o resultado final desejado: abolição da propriedade privada, coletivização dos bens de produção e a instalação da ditadura do proletariado.

Seguindo os princípios ou inspirações citadas, as organizações comuno-terroristas nacionais empreenderam incêndios e destruição de carros oficiais; assaltos a bancos, radiopatrulhas, supermercados; ataques a sentinelas; furtos e roubos de armas em quartéis; explosões de bombas, seqüestros; assassinatos; guerrilhas.

Dentre os muitos atos levados a efeito, podemos destacar:

– explosão de bomba no Aeroporto de Guararapes, Recife/PE, com o objetivo de assassinar o então General Costa e Silva; na ocasião, morreram o Almirante da Reserva Nelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Regis de Carvalho, tendo ficado feridas 13 pessoas, inclusive uma criança de seis anos de idade (primeiro ato terrorista, ocorrido em junho de 1966);

– atentado ao Quartel-General do II Exército, São Paulo, com a explosão de um carro-bomba, com a finalidade de atingir, indiscriminadamente, o quartel-general, matando o soldado Mário Kozel Filho, de 18 anos, que se encontrava de guarda, e causando danos ao imóvel;

– deserção do Capitão Carlos Lamarca e de três graduados, do 4º Regimento de Infantaria, de Quitaúna/SP, com o furto de fuzis, metralhadoras, revólveres, granadas e munição para o armamento furtado.

– assalto, pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ao Hospital Militar de Cambuci, São Paulo, de onde foram roubados nove fuzis FAL, destinados às suas ações urbanas;

– assassinato, pela VPR, do Capitão americano Charles Chandler, quando saía de sua casa para mais um dia de estudos na USP;

– seqüestro, pela Aliança Libertadora Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), do Embaixador dos EUA no Brasil, Charles Burke Elbrick, com o objetivo de colocar a guerra revolucionária comunista na ordem do dia, tentar desmoralizar o Governo e libertar terroristas presos;

– seqüestro do Embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Holleben;

– seqüestro do Cônsul-Geral do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi, pela VPR e pelo Movimento Revolucionário Trotsquista (MRT), com o objetivo de libertar subversivos presos;

– seqüestro do Embaixador da Suíça no Brasil, Giovane Eurico Bucher, pela VPR, quando foi morto seu segurança, Hélio Carvalho de Araújo, com a finalidade, também, de libertar presos;

– implantação de guerrilha, por Lamarca e comparsas da VPR, no Vale do Ribeira, o qual, posteriormente, fugindo com sete homens, da área onde atuavam as Forças do Exército, numa carroceria de caminhão em direção de Eldorado e, depois, de Sete Barras-SP, infligiram pesada derrota a uma Patrulha da Polícia Militar, tendo seu Comandante, Tenente Alberto Mendes Júnior, se entregado como refém, em troca da vida de seus homens. Mais tarde, Lamarca decidiu eliminar o Tenente e, para não chamar a atenção das forças que o cercavam, o oficial foi morto, a coronhadas, por Lamarca e os outros guerrilheiros;

– implantação, por subversivos, de foco guerrilheiro no Araguaia, no sul do Pará, tendo o mesmo sido desbaratado pelas forças de segurança, alicerçadas nas características do nosso homem, do terreno e contando com recursos e meios de sobrevivência.

O AI-5 foi necessário?

Necessário e oportuno. Apesar de o Brasil já estar vivenciando dias melhores em conseqüência do feito saneador do Governo Castello Branco e das primeiras medidas tomadas pelo Governo Costa e Silva, estava sendo iniciado um período de

extrema agitação e de ações terroristas na Europa, chegando à América e ao Brasil. Ao mesmo tempo, as Forças Armadas foram vítimas de injúrias, assacadas por um parlamentar, quando cresciam as agitações na área estudantil e recrudesciam as ações de guerra insurrecional, com assaltos a bancos, assassinatos, bombas lançadas contra quartéis e jornais, atentados, seletivos e indiscriminados.

O Governo sentiu-se compelido a editar o AI-5 em 13 de dezembro de 1968, para poder fazer face a todas essas ações e recobrar a tranqüilidade necessária para prosseguir na faina de buscar o desenvolvimento com segurança, de chegar ao progresso, à ordem e à paz, objetivos fundamentais do Movimento de 1964.

General, foi necessária a criação de Órgãos de Informações e de Operações como o Serviço Nacional de Informações (SNI), os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e o próprio agravamento da Lei de Segurança Nacional?

O SNI foi absolutamente necessário, pois o governo não pode se deixar surpreender pelos acontecimentos, ele deve ter conhecimento dos fatos com antecedência para poder se antecipar, para agir em tempo oportuno e corretamente, tanto na área econômica, numa crise de energia elétrica, por exemplo, como nas áreas política, psicossocial ou militar.

Na esfera política, a violência havia chegado a tal ponto que era necessária resposta condizente por parte das forças de segurança. O País não podia ficar sujeito à sanha da guerra revolucionária cada vez mais intensa, cada vez mais perniciosa. Foi necessário neutralizar e impedir os movimentos subversivos e as ações terroristas.

Assim, em setembro de 1970, o Presidente da República Emílio Médici expediu a Diretriz Presidencial de Segurança Interna. De acordo com tal Diretriz, em cada Comando de Exército, que hoje se denomina Comando Militar de Área, passaram a existir: o Conselho de Defesa Interna (Condi), o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), o Destacamento de Operações e Informações (DOI), todos sob a coordenação do próprio Comandante de cada Exército. Este Grande Comando, quando no desempenho de medidas e atividades de Defesa Interna, denominava-se Zona de Defesa Interna (ZDI).

O combate ao terrorismo e à subversão ganhou muito a partir da centralização das informações de Defesa Interna e das Operações de Informações através de um único órgão – o DOI – e sob o comando único deste órgão. Com esta solução genuinamente brasileira, até imitada por outros países, o combate ao terrorismo e a subversão passou a obter muito mais êxito.

Do efetivo total do Exército de cerca de 150 mil homens, foram empenhados no combate à subversão e ao terrorismo, em todo o território nacional, apenas cerca

de quatrocentos homens nos DOI e cinqüenta no Centro de Informações do Exército, além, é claro, da colaboração de policiais militares e civis, e de outros órgãos.

Assim, o restante do Exército pôde continuar se dedicando às suas atividades normais tendo que, de quando em vez, uma ou outra unidade ser empregada, com parte de seu efetivo, em ações de repressão à guerra revolucionária em desenvolvimento.

Da mesma maneira, para poder se opor a todos os obstáculos criados pela guerra revolucionária comunista, houve necessidade também do agravamento da Lei de Segurança Nacional.

As Forças Armadas auferiram vantagens durante os governos revolucionários?

Não, o material que receberam destinou-se apenas ao benefício e segurança do País. Os governos revolucionários – uns mais outros menos – equiparam e armaram melhor as suas Forças Armadas.

O Brasil pôde ver as suas Forças Armadas com aviões, navios, carros blindados e mecanizados com canhões e outras armas e equipamentos novos, a maioria produzida aqui, todos capazes de serem empregados eficaz e efetivamente em caso de necessidade. Foi o alvorecer promissor da indústria bélica no Brasil.

Outro fato relevante, mas que não caracteriza em absoluto o aproveitamento da situação para auferir vantagens, foi a prestação de serviço de muitos oficiais competentes, particularmente diplomados pelo IME e pelo ITA, nas universidades, em empresas estatais e de pesquisas nucleares e outras, os quais contribuíram e muito para o extraordinário desenvolvimento dos setores de telecomunicações, elétricos, nucleares, da indústria bélica e de equipamentos específicos para o mundo civil e para as Forças Armadas.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Muito se fala em ditadura e "anos de chumbo", mas os que falam não dizem que foram eles mesmos os responsáveis, em razão de suas atitudes violentas de guerra revolucionária, de terrorismo e mesmo de ações políticas, que levaram os governos do Movimento de 31 de Março de 1964 a tomar medidas mais duras para reprimir e para neutralizar o terrorismo ou guerrilha urbana e a guerrilha rural. Eles fazem questão de esquecer que foram os iniciadores de todos os movimentos visando à tomada do Poder, obrigando os governos revolucionários e as Forças Armadas à reação necessária para manter a ordem e a segurança interna.

"Anos de chumbo", meu general, são os de hoje em que o povo como um todo "leva chumbo" sob todos os aspectos; alvo de bandidos comuns e de bandidos de

colarinho branco, enquanto naquela época o chumbo era só para fazer face ao chumbo dos terroristas trazendo a paz para os brasileiros de bem.

De pleno acordo.

De sua experiência pessoal, que avaliação faz dos vinte anos de governo da Revolução?

Faço uma avaliação muito positiva, embora tenha ela cometido equívocos e algumas injustiças, próprias dos seres humanos.

A Revolução de 1964 veio para restabelecer a ordem, a paz, a hierarquia e a disciplina nas Forças Armadas, promover o bem-estar do povo, preservar a honra nacional e impedir a implantação da ditadura do proletariado.

Os objetivos da Revolução foram muito bem definidos na "Circular" do General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, poucos dias antes de sua eclosão: "(...) a modernização da nossa sociedade, pela reforma de estruturas injustas ou arcaicas; pelo combate simultâneo à inflação, que nos rouba o presente, e à estagnação, que nos rouba o futuro; pela restauração da tranqüilidade política e social indispensável à realização do desenvolvimento e ao fortalecimento do Poder Nacional."

Quando o inimigo interno, apoiado do exterior, preparou o caos para favorecer a tomada do Poder, num ambiente de incerteza e mesmo de desespero, as Forças Armadas, exprimindo a vontade do povo manifestada nas ruas, sobretudo pelas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, deflagrou o Movimento revolucionário de 31 de Março, para reorganizar a economia nacional, à beira do abismo; plantar em solo firme os alicerces do desenvolvimento; fomentar recursos para construir e reconstruir.

Muitos caminhos, aparentemente fechados, foram rasgados pela Revolução, mas muitos desafios não puderam ser vencidos, permanecendo a má distribuição de renda, que caracteriza a injustiça social. Todavia, nestes vinte anos, inúmeras realizações, podem ser citadas e muito mais teria sido realizado se não tivesse ocorrido, como já foi dito, a brutal elevação, proposital, dos preços do petróleo, em 1974, ocasionando o crescimento da dívida externa e reduzindo o ritmo de desenvolvimento do período do Governo Médici, já reconhecido como milagre brasileiro.

O saldo de inúmeros programas, projetos e políticas implantados foi muito positivo, a ponto de o PIB do País, no período, ter crescido mais de 10% ao ano, em 1970, 1971, 1972 e 1973, ou seja, durante todo o Governo Médici, até o seu estancamento, em 1974, pelos colonialistas "que não querem um outro País como o Japão no Hemisfério Sul", mas sim a exploração de suas riquezas naturais e a soberania limitada, para se apoderarem de áreas de seu território.

Podemos destacar, em grande parte do período revolucionário, as reduzidas taxas de inflação; o absoluto controle da dívida externa, de 1964 até o final do Governo Médici; a expansão industrial e agrícola; o grande crescimento das exportações; o desenvolvimento da infra-estrutura das rodovias, dos portos marítimos, fluviais e lacustres; o programa ampliado de energia elétrica, inclusive com centrais nucleares; o programa de produção de minerais enérgicos nucleares; a criação do Ministério da Previdência Social; o desenvolvimento dos setores industriais de base (pólos petroquímicos, complexos metal-mecânicos e eletromecânicos); produção de álcool para substituir ou ser adicionado à gasolina; grande expansão das comunicações e implantação do sistema internacional via satélite.

Os governos revolucionários, portanto, responsáveis e conscientes – apesar do duro combate à subversão, ao terrorismo e à guerrilha rural – empreenderam o progresso em nosso País, através de bem planejados programas e tudo fizeram para tornar nossa sociedade, mais justa, porque é nela que o homem desdobra o carretel de suas virtualidades e a paz.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

O período do Governo do General Geisel, coincidiu com o momento em que se abateu uma crise sobre o Brasil, o fim do chamado milagre brasileiro, em conseqüência da mudança da conjuntura internacional e, principalmente, pela brutal elevação dos preços do petróleo, já citada anteriormente, provocando uma inflexão que, até certo ponto, ficou sob o controle do Governo. Mas tal controle não impediu que suas realizações ficassem bem abaixo das do Governo anterior.

Embora o Presidente tenha assumido o Governo, prometendo a distensão política, ele encontrou dificuldades para pô-la em prática, pois existiam dois lados antagônicos de pressão: a oposição, que queria que tudo fosse realizado com pressa, imediatamente, e de acordo com seus interesses, e a chamada “linha dura” militar, que não aceitava ainda a abertura política.

O Presidente se viu compelido a tomar algumas medidas de exceção que desagradaram a oposição que, por sua vez, se aproveitava delas para mudar o estado de espírito da população, a seu favor. Outras desagradaram boa parte dos militares.

O problema político da sucessão ocasionou o afastamento do General Sylvio Frota do Ministério do Exército e o pedido de demissão do General Hugo Abreu, da Casa Militar, fatos que desagradaram muito alguns setores militares.

Veio o Governo do General João Figueiredo, eleito indiretamente pelo Congresso em novembro de 1978, após a revogação do AI-5 feita pelo Presidente Geisel.

A oposição avançou, elegendo um número elevado de candidatos seus. Os resultados do pleito indicaram que a maioria dos brasileiros já aspirava por mudanças, por mais participação, mais liberdade política.

Já no seu discurso de posse, em 15 de março de 1979, o General Figueiredo declarou: "Juro que farei deste país uma democracia." Seguiram-se greves de trabalhadores e de outras categorias. O desengajamento da condução política do País não foi realizado como esperávamos pelo último governo da Revolução, porque, após a doença do Presidente, ele perdeu o interesse em liderar efetivamente o processo.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura" no Governo Figueiredo?

Cumprindo seu juramento, foi empreendida a reforma partidária para a volta do pluripartidarismo, concebida paralelamente à anistia, que terminou sendo extremamente ampla, geral e irrestrita, contrariando o pensamento do Governo, que a queria apenas para permitir a volta dos exilados de fato (poucos) e dos exilados voluntários (muitos), isto é, aqueles que se exilaram porque quiseram e hoje contam outra estória.

Em 1982, a oposição conseguiu eleger os governadores dos estados mais ricos, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Com a reforma partidária, o trabalhismo ganhou o PTB, de Ivete Vargas, e o PDT, de Brizola. Também foi fundado o PT, de Luiz Inácio da Silva, o Lula, que atraiu razoável contingente de militantes de esquerda.

Em novembro de 1983, foi lançada a "campanha das diretas já" para presidente, rejeitada em 25 de abril de 1984, no Congresso Nacional. A partir de então, a liderança do PMDB, tendo Tancredo Neves como candidato à Presidência, concentrou sua força no Colégio Eleitoral. Devido à cisão no PDS e à criação da Frente Liberal, que apoiou a chapa de Tancredo e a posse de José Sarney, como o primeiro Presidente da "Nova República", como a batizara Tancredo Neves.

Por tudo o que foi narrado, verifica-se que o Presidente Figueiredo cumpriu o seu juramento e empreendeu a "abertura" política, iniciada por Geisel.

A minha avaliação é positiva, apesar dos variados e multiformes óbices, apesar da intercalação de medidas de distensão e de fechamento, por conta de radicalismos existentes. A anistia deveria vir, mas não tão ampla, tão geral e tão irrestrita com a qual todos os terroristas foram anistiados, inclusive os assassinos, igualando o bandido perverso ao comunista por ideologia. Essa é a minha posição.

Houve, a partir de 1985, e existe hoje, o chamado "revanchismo", por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a nos dizer da Lei de Anistia?

Sim. Houve e está crescendo a cada dia.

Um grave erro do Movimento de 31 de Março de 1964 foi ter tornado possível, durante, ainda, os governos revolucionários, o controle quase total, por parte das esquerdas marxistas, dos veículos de comunicação social e dos que denominamos de "centro de irradiação de prestígio cultural", pois tal controle foi levado a cabo para efeito de ações ideológicas.

É fácil perceber os riscos advindos da manipulação deliberadamente mal-intencionada dos referidos meios, a automatização de comportamentos impostos pelo emprego maciço e negativo de expressões e de símbolos, capazes de influírem ou de modelarem os sentimentos, as ações e os procedimentos das pessoas.

Da mesma forma, no que tange a arte cênica, em particular ao Teatro, além de apresentações de peças imorais, passaram a fazer sugestões ou insinuações de formas de organização social, inspiradas no materialismo dialético.

Dominando tais meios e os jornais esquerdistas, praticamente todos, não foi difícil para os derrotados, os que queriam implantar a ditadura comunista no Brasil, partir para o "revanchismo" contra os militares, através de delações falsas, distorções dos fatos, meias-verdades, mentiras e omissões propositadas. Diversos oficiais das Forças Armadas, particularmente do Exército, foram destituídos de suas funções ou pediram transferência para a reserva, em razão de mentiras assacadas contra eles. Até oficiais que se encontravam em serviço no exterior, como adidos militares, entre outras funções, foram atingidos pelos detratores.

A história do período criado pelo Movimento revolucionário de 1964, nascido para impedir a implantação, em marcha, da ditadura do proletariado, da República sindicalista do Brasil, tem sido oficialmente escrita e difundida pelos meios de comunicação social, teatros e cinemas e ensinada nas escolas de todos os níveis, pelos revanchistas, com enormes distorções, absurdas omissões e deslavadas mentiras. Os revanchistas só falam em "ditadura militar" e em "torturas". Não dizem que o Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964 foi uma resposta às ações, foi uma resposta à desordem, à anarquia generalizada, às greves quase diárias, ao caos por eles provocado e ao apelo popular levado às ruas das grandes cidades pelas Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Mentem os revanchistas, ao divulgarem ou escreverem que a sua luta era contra a "ditadura militar" na busca da democracia, quando as suas ações visavam implantar a ditadura comunista e, que, para tanto, muitos deles foram se aperfeiçoar em terrorismo e em guerrilhas em Cuba e em outros países da então Cortina de Ferro. Antes se mantinham completamente calados quanto às suas ações armadas, quanto aos atos terroristas que praticaram, assassinatos, assaltos, seqüestros, atentados a bombas, explosões, roubos, "justiçamentos", guerrilhas e outras ações que provocaram a reação necessária e

vitoriosa das Forças Armadas. Hoje, eles, pela certeza da impunidade, contam abertamente tudo que fizeram, inclusive através de filmes nacionais de longa metragem.

Por último, devido à Lei da Anistia, ampla, geral e irrestrita, completamente equivocada, uma lei que colocou no mesmo nível, criminosos, traidores, terroristas, guerrilheiros, subversivos com os que, legalmente, defenderam a Pátria, a lei e a ordem, impedindo a implantação da ditadura sanguinária comunista e restabelecendo a democracia. Anistia, sim, para permitir a volta ao País dos que se encontravam exilados e anular as cassações, porém com restrições. Os que assassinaram, assaltaram, roubaram, seqüestraram, praticaram terrorismo, subversão, deserção e outros crimes não poderiam, jamais, se candidatar a cargos públicos e assumir governos. Mas como não houve restrições, assumiram cargos políticos em todos os níveis – federal, estadual e municipal – onde ampliaram o "revanchismo", oferecendo indenizações, promoções e até erguendo monumentos a traidores da Pátria, que a queriam subjugá-la ao regime soviético, enquanto afastaram os militares das decisões governamentais, além de reduzir seus efetivos, seus orçamentos, permitindo a obsolescência de seus meios de combate, ao invés de renová-los e aumentá-los, para a segurança do País, o que é uma constante desde o início do atual Governo em 1995.

Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

O comunismo não desapareceu. Ele está presente hoje, como antes, na China, em Cuba, na Coréia do Norte, no Vietnã, em El Salvador, na Nicarágua, na Colômbia e atuante, de diversas maneiras, em quase todos os países, com o mesmo objetivo da soberania limitada, do governo mundial, da destruição da propriedade privada, da luta de classes, do "igualitarismo".

Lyndon LaRouche, em seu relato autobiográfico de 1987, afirma que a nova esquerda não era um fenômeno sociológico, mas um projeto coordenado internacionalmente, criado de cima para baixo por agências de inteligência, com a participação da Liga para a Democracia Industrial nos EUA e do aparato internacional socialista. Imbuída de um pacote de contracultura de rock-droga-sexo, introduzido pelas agências organizadas. O cerne da nova esquerda já era um movimento amplamente fascista em construção.

LaRouche, igualmente, descreve a guinada da "nova esquerda" para o ambientalismo. Um exemplo disto foi a realização em Porto Alegre do "Fórum Social Mundial", totalmente dominado pelas esquerdas e pelo "ambientalismo marxista". Outro exemplo é o movimento guerrilheiro denominado MST (Movimento dos Sem Terra).

Por isso se afirma, com razão, que o comunismo não desmoronou, nem naufragou; não terminou de percorrer seu caminho; apenas mudou de passo, mas segue a

mesma rota de eliminar o que, para ele, são obstáculos no caminho, como a destruição total da propriedade privada, proclamada no Fórum Social Mundial. Com a participação de 122 países, centenas de ONGs (Organizações Não Governamentais) e a mídia comprometida, o Fórum manteve um silêncio cúmplice sobre o fracasso do comunismo, enquanto sistema sócio-econômico, o qual com sua negação da propriedade privada, conduziu à miséria os povos onde se implantou.

A situação do Brasil não é muito diferente da existente em outros países. Como falamos antes, ainda durante os governos revolucionários, as esquerdas dominaram os meios de comunicação, as universidades, escolas de nível médio e primário e novamente a UNE (União Nacional dos Estudantes).

Com a reforma política, que restabeleceu o pluripartidarismo, voltaram os antigos partidos comunistas e outros novos, socialistas e trabalhistas, além das Centrais Sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), completamente infiltradas.

Também, com a anistia e o passar do tempo, as esquerdas que tudo fizeram para implantar a ditadura comunista no Brasil, foram elegendo seus candidatos, além de irem assumindo cargos públicos e, por fim, assumiram o próprio Governo. Hoje, eles proliferam no Executivo, no Legislativo, no Judiciário, nos partidos políticos, nos sindicatos e, principalmente, na mídia. Daí, a facilidade para a execução do "revanchismo", para o afastamento das Forças Armadas das decisões governamentais, para provocar o seu enfraquecimento e para pagamento de polpudas e absurdas indenizações às famílias de terroristas, subversivos, guerrilheiros mortos em confronto com as Forças que cumpriam seu dever constitucional de defender a ordem interna e o próprio País.

No que tange a partidos, basta lembrar as teses aprovadas no Congresso da CUT, em setembro de 1988, seguidas à risca até os dias atuais, para as ações a empreender no triênio 1989/1991, que tinham como objetivo a tomada do Poder e apoio à América Central, na luta revolucionária pró-marxista, que lá se desenvolvia, confisco de terra e desapropriação sem indenização.

Após a queda do muro de Berlim e o desaparecimento da União Soviética, a estratégia usada não é mais a da luta imediata, mas sim a de reivindicações políticas, econômicas e sociais que possibilitarão a luta.

No Brasil, existe um novo componente, surgido após o Movimento de 31 de Março de 1964. Países estrangeiros, como o Império Britânico, passaram a apoiar, financiar, direta e abertamente, o movimento de cunho guerrilheiro dos Sem Terra (MST), desde sua fundação.

O líder do MST, Gilmar Mauro, reconheceu que sua organização promove uma "guerra civil de baixa intensidade" em vários pontos do País, e, eu acrescento, com a conivência do Governo. O pretexto, naturalmente hipócrita, é a reforma agrária.

Mas não há números confiáveis sobre os resultados reais dos assentamentos, pelo contrário, sabe-se que muitos foram abandonados, muitos lotes foram vendidos e diversos se favelizaram.

O *show* das invasões, a fraqueza das repressões, o contínuo ceder para não perder, só podem levar a uma situação de convulsão social, uma vez que os próprios líderes do MST não escondem seus objetivos. No VI Encontro Nacional, realizado em Piracicaba, em fevereiro de 1991, foi aprovado o seu documento básico com a apresentação de seus verdadeiros objetivos, que não são os de resolver os problemas dos inocentes-úteis, usados como massa de manobra. Eis alguns tópicos:

– aos operários também interessa a realização da Reforma Agrária, pelo caráter político da aliança com os camponeses, para a tomada do Poder;

– as ocupações e outras formas massivas de luta pela terra vão educando as massas para a necessidade da tomada do Poder e da implantação do socialismo;

– a disciplina se fundamenta na consciência política e na educação socialista dos militantes para a compreensão do seu dever revolucionário;

– a disciplina se obtém educando os militantes no estudo da ciência e da dialética, da economia e da luta de classes.

E o Movimento dos Sem Terra (urbano) não é diferente do outro, pois, conforme publicou a *Folha de São Paulo*, de 21 de julho de 1997, o seu líder do ABC, Ademar Luiz Machadão, declarou: “Defendemos a reforma urbana e eles (MST) a reforma agrária, mas a nossa luta é a mesma.”

Tais movimentos não têm o apoio da Igreja, como muitos pensam e falam, inclusive clérigos “progressistas”. O Papa João Paulo II, em audiência a bispos paulistas, em 21 de março de 1995, disse: “A Igreja não pode estimular, inspirar ou apoiar as iniciativas ou movimentos de ocupação de terra, quer por invasões, pelo uso de força, quer pela penetração sorrateira das propriedades agrícolas”. (Atca Apostolical Sedis, de 10 de novembro de 1995).

Apesar da atitude de reprovação do dirigente máximo da Igreja, o Bispo D. Pedro Casaldáglia, havia escrito em seu livro *Tierra, nuestra libertad* (1974):

“Malditas sejam todas as cercas.”

“Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar!”...

Vai ganhando corpo a união dos sem-terra com os sem-teto, como uma nova ameaça que se destaca no contexto nacional.

O IV Encontro Nacional do MST, realizado, em janeiro de 1999, em Brasília, revela o propósito de encetar ações ofensivas, naturalmente cumprindo ordens de seus controladores externos, processo similar ao desfechado, no início do mesmo ano pelo seu congênere mexicano, Exército Zapatista de Libertação Nacional.

O grande exemplo para o Brasil é a Colômbia. Continuando nosso País a trilhar o mesmo caótico caminho percorrido pela Colômbia, bem se pode prever que as manchetes estampadas nos presentes dias em jornais colombianos, serão as mesmas no Brasil de amanhã. Se não houver adequada reação contra a atuação desses movimentos revolucionários que intentam: abolir o direito de propriedade, promover invasões de terras e prédios, bem como ampliar a escalada da violência e do banditismo, do seqüestro, do narcotráfico e da corrupção em geral, o Brasil pode ser dominado por essa onda desagregadora. É o perigo que, hoje, estamos correndo.

Um evento marcante, que responde bem as suas duas últimas indagações foi a realização do Fórum Social Mundial (FSM), iniciado em 25 de março de 2001, no auditório do Centro de Encontro da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Ele não conseguiu ocultar, desde o início, suas garras revolucionárias e sua verdadeira face pró-comunista. Logo após o francês Bernard Cassin, editor do *Le Monde Diplomatique* e um dos idealizadores do evento, ter proclamado aos 15 mil participantes, provenientes de 122 países, da Albânia ao Zimbábue, o que foi o lema do encontro: "Estamos aqui para mostrar que um outro mundo é possível;" uma prolongada ovação saudou a delegação comunista cubana; a platéia eufórica – na qual tinham assento delegados do MST, de Cuba, das narcoguerrilhas colombianas, do PC do B, do PT, da CUT e de teólogos da libertação – mostrando-se favorável às guerrilhas zapatistas do México e da narcoguerrilha da Colômbia, tornou evidente que o "outro mundo", de que falou Cassin, é carregado de tonalidade vermelha e desejado pela maioria daqueles assistentes.

Terminada a sessão inaugural, seguiu-se a denominada Marcha contra o Neoliberalismo e pela Vida, pelo centro de Porto Alegre, com bandeiras com a foice e o martelo, retratos de Lênin, brados em favor de Cuba, das guerrilhas e do MST, estando, entre os participantes, o Governador Olívio Dutra e o Prefeito Tarso Genro, ambos do PT.

Nas oficinas sobre luta armada, um guerrilheiro colombiano das FARC, usando o pseudônimo de Javier Cifuentes, apelou para a luta "em favor da construção do único regime destinado a levar a felicidade à espécie humana, que é o socialismo".

O revolucionário argelino, no painel "Os fundamentos da democracia e de um novo poder", deixou claro o tipo de "democracia" e de novo poder almejado por ele, ao afirmar: "estamos prontos para pegar em armas contra o sistema de propriedade privada".

No painel da CUT, seu vice-presidente da Bahia, Álvaro Gomes, conclamou as entidades presentes a organizar ações de resistência simultâneas em vários continen-

tes, propondo ainda protestos de rua e uma greve, ambos em âmbito internacional, ainda, este ano.

O painel “Como fortalecer a capacidade de ação das sociedades civis” foi presidido pelo sacerdote belga, expoente da teologia da libertação e ex-assessor de Fidel Castro. O Padre Houtart, declarou que não adianta reformar o sistema de propriedade privada, ficando como única saída “sua destruição total”.

O Fórum Parlamentar, em sua declaração final, anunciou a constituição de uma “rede internacional de parlamentares para “sustentar” a ação das ONGs reunidas no Fórum Social Mundial e para agir, permanentemente, de maneira que suas plataformas de esquerda tenham uma verdadeira tradução legislativa”.

No acampamento da Juventude e dos Povos Indígenas, sob uma grande lona, chamada “Espaço Confederação dos Tamoios”, realizou-se uma programação subversivo-conscientizadora, dirigida a indígenas e aos jovens presentes. No acampamento, membros do PT, do PC do B, da UNE e outros ativistas dirigiam a programação. Milhares de preservativos foram distribuídos.

Após quatro Internacionais de Trabalhadores, de cunho socialista, surgiu em Porto Alegre uma quinta, com carga revolucionária mais radical do que as anteriores.

O Encontro de Porto Alegre significa, por certo, um marco na tentativa de organização e avanço das esquerdas no Brasil e no mundo, após estrondoso fracasso da eliminação da propriedade privada, da União Soviética e de outros países comunistas. Analistas já levaram a hipótese do surgimento de uma nova Internacional do tipo socialista, em Porto Alegre, caso as “esperanças” suscitadas venham a se concretizar.

Quais as conseqüências para Forças Armadas cumprirem sua missão constitucional, diante da atual ameaça dos “revanchistas” e das pressões, de toda ordem, a que estão submetidas nos dias de hoje?

Pelo que se lê e mesmo se ouve falar, os orçamentos das Forças Singulares têm sido, propositadamente, cada vez menores, enquanto não tem faltado grandes somas de recursos não só para a favelização do campo empreendida pelo MST, como também para socorrer bancos falidos.

Isto implica, fatalmente, inaceitável redução de efetivos das nossas Forças com a alienação (venda) de quartéis – passando por cima da história das Unidades, o que virou moda – obsolescência de equipamentos e armamentos e impossibilidade de adquirir ou produzir armas, navios e aviões novos e em quantidades adequadas ao cumprimento das missões constitucionais que nos cabem, tanto interna como externamente. A operacionalidade das tropas fica reduzida, prejudicada, natural-

mente. Contudo, isto não pode continuar acontecendo se o País não quiser se entregar a um verdadeiro suicídio político-militar.

O mundo em geral, passa por um período de transição em relação a "unipolaridade". O Brasil precisa volver às décadas de 1960 e 1970, quando se voltou para o desenvolvimento, para o crescimento em suas expressões política, econômica, social, militar e tecnológica, com o alcance e a capacidade de promover os seus interesses em nível global, como faziam a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), a ARAMAR, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o Instituto Militar de Engenharia (IME), as Diretorias de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas e a indústria bélica e nuclear brasileiras, que experimentaram um grande e inesquecível impulso.

Assistimos ao Governo Collor estancar o desenvolvimento do programa nuclear brasileiro e o Governo Fernando Henrique enterrá-lo, apondo sua assinatura no hipócrita "Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares", ambos, certamente, cumprindo orientações externas.

Embora, hoje, só exista uma superpotência, diversas potências regionais estão fortalecendo grandemente suas posições em suas esferas de atuação geopolítica, como a China, a Índia, o Paquistão, a União Européia, o Japão, a própria Rússia, o Irã, a África do Sul e a Nigéria. Dentro de alguns anos, a atual situação de unipolaridade deverá estar modificada e o Brasil, com toda a sua potencialidade, não poderá ficar atrás. Ele não pode continuar entregando a estrangeiros suas áreas estratégicas, sob a forma de privatização, nem submeter-se a imposições dos atuais controladores do mundo e ONGs a seu serviço de não aplicar recursos em projetos de infra-estrutura, necessários ao desenvolvimento dos espaços vazios do território nacional, que estão sendo inviabilizados pela ação deletéria de tais ONGs, inclusive através de uma absurda política indigenista, apoiada pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

O movimento ambientalista-indigenista que, falsamente, se diz defensor dos direitos humanos, está contribuindo diretamente para o oposto, ou seja, destruindo os direitos humanos fundamentais como o progresso e o acesso à produção de riquezas que aumentariam o Orçamento da Nação e a quantidade de empregos de qualidade, ao abortar projetos fundamentais para o aumento da produtividade e da atividade econômica, como se observa, por exemplo, na área energética e dos transportes.

Não resta dúvida de que a falta de recursos orçamentários, particularmente para investimentos na área tecnológica, prejudica substancialmente o fortalecimento, o reequipamento, o rearmamento e a modernização das Forças Armadas.

A auto-estima está sendo afetada pela diminuição anual de efetivos com a estória de que os tempos são outros, que é preciso administrar a crise – que, aliás, é bem maior para uns (Ministério da Defesa) do que para outros (Ministérios Civis) – quando sabemos que esta opção, que leva a extinção de Unidades e até de Grandes Unidades, visa, basicamente, a permitir que a Força Terrestre viva com recursos cada vez menores, ou seja, que o custeio caiba dentro dos parcos orçamentos que o governo atribui à área militar, a cada ano mais reduzidos.

Para manter os Objetivos Nacionais Permanentes, o Brasil precisa, entre outras medidas, aumentar urgentemente os recursos para as suas Forças Armadas, que anualmente só têm diminuído, como aqui foi lembrado.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Agindo há longos anos com autoridade, honestidade, seriedade, competência e patriotismo, o Exército adquiriu um invejável padrão de qualidade e de confiança, tornando-se respeitado e estimado pela sociedade a qual serve.

Sua eficiência tem sido reconhecida pela sociedade, em razão do seu desempenho em todas as atribuições que lhe têm sido conferidas, quer no País, quer no exterior, quer militares, quer de apoio a empreendimentos civis, como nas missões recebidas em catástrofes ou mesmo na distribuição de alimentos...

Uma das missões, cumpridas com eficiência e prontidão, foi a da distribuição de notas de reais nos mais distantes rincões deste País, quando da implantação do Plano Real, que lhe valeu o devido reconhecimento.

Portanto, esses elevados índices de aceitação junto à sociedade não só contribuem para o seu fortalecimento e elevado conceito junto à opinião pública, como também desmentem, a todo instante, os derrotados em 1964 e no período da luta armada (1968-1974). A mídia “amestrada”, como diz o Professor Marcos Coimbra, nada transmite do Exército Brasileiro e das demais Forças Armadas, a não ser que haja uma notícia que, por acaso, lhes seja desfavorável.

O que gostaria de aduzir mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964, para ficar registrado neste Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

Toda uma filosofia trazida pela Revolução de 1964, de civismo e amor a Pátria, e as conseqüentes ações neste sentido foram praticamente abandonadas, sobretudo a partir da década de 1990 até hoje.

Dentro desta infeliz realidade, faço questão de destacar as ameaças que pesam sobre o País, em razão da grande cobiça internacional em torno da Amazônia e

do Pantanal; e, principalmente, da existência de vendilhões da Pátria que acatam ou aceitam imposições externas para impedir o nosso desenvolvimento, como a proibição de investir em infra-estrutura, como reza o malfadado acordo com o FMI. Aliás, os americanos já disseram que não querem um Japão no Hemisfério Sul, através de Henry Kissinger. Toda a atenção é pouca com as manobras tramadas entre os donos do dinheiro e a nossa esquerda neoliberal, bem como entre o Ministério da Justiça/Funai e as forças internacionais, com relação à criação absurda de imensas reservas indígenas contínuas nas faixas de fronteiras, em desobediência à Constituição, em seu Art. 20 §2º, que diz: A faixa de até cento e cinqüenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Aliás, hoje, parece que está sendo posto em prática tudo o que afirmou o livro do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa), divulgado há poucos anos: "O Complô para Destruir as Forças Armadas e as Nações Ibero-americanas." E a destruição das Forças Armadas está sendo conduzida pelo processo mais insidioso, reduzindo-lhes, ao máximo, os recursos orçamentários. Não é, portanto, coincidência que o atual Presidente Fernando Henrique Cardoso, que adotou tal procedimento, tenha assinado o Diálogo Interamericano, contrário aos interesses do Brasil.

Para terminar, gostaria de ler um pequeno trecho de uma carta que me foi remetida por Salvador Borrego, renomado escritor mexicano, pela maneira como ele se refere ao nosso Exército e à Revolução de 1964.

Na carta de Salvador Borrego, de 30 de abril de 1979, a mim dirigida em resposta a uma carta que lhe enviei, o grande escritor mexicano, autor de preciosos livros, diz o seguinte em relação ao nosso Exército: "O Exército Brasileiro tem desempenhado um magnífico papel não só para a grandeza do Brasil senão para toda a América." Ele fez retroceder muitos anos os planos do comunismo internacional. É um Exército admirável. Naturalmente, que os comunistas o odeiam – este é o seu "Certificado de Honra".

Finalmente, quero agradecer o convite para participar deste Projeto de História Oral da Revolução de 31 de Março 1964, bem como ao Comandante do Exército, General Gleuber, que, ainda como Ministro, criou esta excepcional oportunidade para que os homens de bem de nossa Nação pudessem expor a verdadeira história da Revolução de 1964, que contrasta com as balelas cinicamente orquestradas em livros e jornais pela insensatez dos derrotados, que, hoje, se fazem de vítimas e afirmam que lutaram contra a ditadura militar e não que tudo fizeram para implantar a ditadura comunista no Brasil.

Coronel João Franco Pontes Filho

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de dezembro de 1950, da Escola Militar de Resende, quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Cavalaria.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o da Escola de Equitação do Exército.
- Exerceu as funções de Instrutor do Curso de Cavalaria da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Equitação do Exército (EsEqEx).
- Foi Chefe do Estado-Maior da Primeira Divisão de Cavalaria, Santiago, RS, e da 1ª Região Militar, Rio de Janeiro, RJ; Chefe de Seção da Diretoria de Movimentação do Exército, Brasília, DF; Chefe de Gabinete da Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização, Rio de Janeiro, RJ, e da Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos, Rio de Janeiro, RJ.
- Exerceu, também, as funções de Assistente do Exército, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Brasília, DF, e do Comandante do IV Exército, Recife, PE.
- Em 1964, no posto de Major, era o Instrutor-Chefe da Escola de Equitação do Exército, Realengo, RJ.

Entrevista realizada em 24 de abril de 2002.

Coronel, que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal e de seu pai, o General Franco Pontes, nos pródromos da Revolução de 31 de Março e na sua eclosão?

A minha participação pessoal foi dividida em duas partes: no Rio de Janeiro, onde tínhamos poucas informações do que acontecia, era o Instrutor-Chefe da Escola de Equitação, sob o comando do Coronel Bonecase, mais tarde promovido a General, quem eu sempre procurava conversar e, de São Paulo, tinha notícias de como as coisas evoluíam por lá, por intermédio de meu pai.

Lembro que, já perto da eclosão da Revolução, na mesa do almoço, na Escola de Equitação do Exército (EsEqEx), perguntei ao Coronel Bonecase quem era o nosso chefe. Ele, por medida de precaução, não disse nada, mas senti que havia um chefe, que estava comandando. Por que fiz a pergunta? Porque estava acompanhando, em São Paulo, o que estava acontecendo.

Meu pai, quando terminou a Escola Superior de Guerra (ESG), não foi promovido a general. Ele foi um dos assinantes do memorial dos coronéis e com isso ficou alijado da promoção.

Assim que passou para a reserva, ele foi convidado pelo Governador Adhemar de Barros, que já o conhecia, para comandar a Força Pública de São Paulo. Ele ficou na dúvida, embora conhecesse bem São Paulo, pois comandara o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de São Paulo e ainda, como cavaleiro participante de provas hípicas, competira muito por lá e nas Sociedades Hípicas de São Paulo havia boa quantidade de pessoas que o conheciam. Ele se aconselhou com o cunhado que estava na ativa, o General Nicanor Guimarães de Souza, que achou que ele deveria aceitar. Eu também opinei, dizendo que ele já tinha cumprido a sua missão no Exército e que deveria procurar alguma coisa mais para fazer. Ele acabou aceitando e pediu autorização ao Ministro do Exército para usar o uniforme, pois na reserva era um general-de-divisão e não podia comandar à paisana. Ele foi autorizado.

Cumpriu a missão que lhe fora dada pelo Governador, que dizia: "Prepare a Força Pública para nos defendermos aqui em São Paulo." Assim, foi feito um longo trabalho de revisão de toda a Força Pública. Lembro de fatos que me contava. Um deles, que começou a trazer para a Capital aqueles policiais que estavam no interior, para reciclá-los. Quem conhecia o interior via soldados sem postura militar. Então, esse pessoal retornava com um novo uniforme e com outra ênfase. Lembro também que, dentro daquele processo de reciclagem, ele mandou pegar todo o armamento da Força Pública (Polícia Militar de São Paulo) e recalibrar na Fábrica Estrela. Assim ele ficou com o armamento antigo, mas todo ele reciclado. Na época, não existia o Fuzil Automático Leve (FAL). O fuzil era o Mauser, ainda de 1908, e

havia, inclusive, umas metralhadoras pesadas Hotkiss. Era esse o armamento que ele podia ter na época e achava que estava muito bem. O grande problema era o da munição, sob controle do Exército. Foi assim que ele preparou a Força Pública para uma eventualidade qualquer.

Nesse período, muitas vezes o meu pai me telefonava e eu o pegava no Aeroporto Santos Dumont, de carro. Ele vinha de São Paulo pela ponte-aérea e eu o levava à casa do General Costa e Silva, no Largo dos Leões, no Humaitá, onde faziam reuniões.

Nos dias próximos da eclosão da Revolução, muitos oficiais serviram de mensageiro, viajando pelo Brasil afora. Esses oficiais, quando passavam por São Paulo, não ficavam no Comando do II Exército; hospedavam-se no QG da Força Pública. Outro fato era que vários oficiais do Exército, como o falecido General Irulequi, se não me engano, o General Diogo Figueiredo e outros, que não recordo, iam ao QG da Força Pública, para dar aulas e orientação aos oficiais do Comando da Força Pública. Este fato era importante, porque havia uma indefinição do General Amaury Kruel, que por sinal era amigo do meu pai, mas que não definia a sua posição, já que tinha uma ligação muito forte com o então Presidente João Goulart.

Em conseqüência desse fato, no dia 31 de março, quando Minas Gerais desencadeou as operações e partiu na direção do Rio de Janeiro, em face da indefinição do II Exército, meu pai, com ordem do Governador, determinou que a Força Pública partisse em direção ao Rio de Janeiro.

Nesse momento, existiam 75 mil homens preparados para eventualidades, não de guerra, mas de ações em que pudessem ser usados como força, mesmo porque a Força Pública de São Paulo tem uma tradição guerreira, já dos idos de 1932.

À meia-noite do dia 31, minha mãe ligou de São Paulo e disse: "Nós também partimos e seu pai fez uma declaração aos jornais de que nós estamos saindo também." Mais tarde, já de madrugada, ela liga de novo e avisa: "Seu pai deu última forma na saída da tropa, porque o General Kruel acabou de se definir, ficando ao lado da Revolução e do Exército." Mais tarde meu pai disse: "Jamais poderia ter continuado a avançar com a tropa, porque o Exército tomara a si a missão. Assim, a tropa voltou para o aquartelamento porque o II Exército tomou a decisão que tinha que ser tomada."

Acho que esse fato tem alguma relevância, porque muito pouca gente sabe do que aconteceu naquele período de muita ebulição, de muito trabalho e no qual meu pai teve uma participação muito relevante.

Estava na Escola de Equitação, tinha participação efetiva no assunto e tinha conhecimento daquilo que estava acontecendo. O General Braga, que depois comandou o III Exército e que, na época, era o Diretor de Aperfeiçoamento e Especialização,

que funcionava na antiga Escola Militar do Realengo, passava quase todas as manhãs pela Escola de Equitação para conversar com o Coronel Bonecase, mais tarde General. Soube depois que ele tinha dito ao Coronel Bonecase que se preparasse, pois conforme as coisas fossem acontecendo, ele provavelmente deveria assumir o comando do Regimento Andrade Neves e que escalasse oficiais da Escola, para seguirem com ele. Isto não ocorreu, embora o Comandante do Andrade Neves tivesse sido substituído depois.

Coronel, onde estão as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964, que eclodiu, como nós sabemos, em Minas? Vem de 1922, de 1935 ou de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros? Qual a sua opinião?

Este Movimento teve as suas raízes desde o movimento comunista. Há muito tempo que os comunistas tentavam entrar no Brasil e na América do Sul, vindo todos aqueles seus asseclas e espiões para cá. Antes de 1935, já havia movimentos no Nordeste, com oficiais lutando com outros oficiais. Eles foram descendo e acabou vindo eclodir aqui em 1935, na Praia Vermelha e também na Escola de Aviação, onde oficiais e praças foram mortos, durante a noite enquanto dormiam, pelos comunistas que sempre entenderam que os fins justificam os meios por mais brutais e covardes que se apresentem.

Quando cursava o primeiro ano do Colégio Militar, pelos anos de 1940, 1941, fui a uma prova hípica na Sociedade Hípica Brasileira, na Praia Vermelha, onde é atualmente a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), uns quatro anos depois da desativação do 3º RI e lembro daqueles rombos na fachada do prédio, para eliminar os comunistas. Foi no tempo do General Dutra, que mandou que se atirasse com os canhões Krupp 75. A Artilharia chegou lá e fez o tiro direto. Eles fugiram para a Sociedade Hípica e se esconderam dentro dos boxes dos cavalos, para não serem mortos. As tropas legais jogavam granadas dentro dos boxes e morreram muitos cavalos desportivos, inclusive o cavalo Pirro do General Amaral, que era famoso na época. Assim, acho que essa coisa veio de muito longe, muito antes da renúncia de Jânio Quadros. O problema todo veio de 1935 e pegou também a parte dos pelegos de Jango Goulart, o populismo dele se infiltra no INPS (IAPC, IAPI, IAPTEC etc.). Todos aqueles institutos estavam minados por comunistas, por aproveitadores, por tudo que era classe de gente. Eles já estavam no Governo, só não tinham a força, como disse o General Segadas Viana.

O que o senhor gostaria de ressaltar a respeito do panorama político nas vésperas da Revolução? Como era a vida nacional?

A vida nacional era dividida em duas partes: havia uma parte da população que seguia a sua vida normal e estava apreensiva; havia outra que só fazia ebulição

no cenário político, com exigências trabalhistas. O País ficava dividido em duas partes: uma, querendo trabalhar normalmente – a grande maioria; outra, a minoria atuante, fazendo aquelas confusões todas para tomar o Poder.

Então havia em marcha uma revolução de natureza comunista?

Existia, sem dúvida, contando com o apoio do Presidente.

Houve, na verdade, um clima de insatisfação de boa parte do povo contra Jango Goulart?

A parte da população que ficou contra era muito grande. Muita gente bateu às portas dos quartéis, pedindo socorro. A Igreja participou fortemente nessa época e o povo se uniu, tanto que saiu em passeata de milhares de pessoas, chegando a um milhão de brasileiros na cidade de São Paulo, se não me engano no dia 19 de março – a Marcha da Família. Depois que o Exército tomou sua posição, o povo sentiu-se seguro, esperançoso, com a Revolução em 31 de março de 1964, Exército e povo, mas aí quem mudou de lado foi a Igreja. De repente, os padres ditos "progressistas", que estavam escondidos no clero, apareceram. Ninguém, pelo menos publicamente, tinha conhecimento da situação desses padres. Podia ser que os órgãos de informações tivessem, mas o público não tinha conhecimento desse tipo de padre.

Coronel, e as "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze"? O senhor pode dizer alguma coisa? Lembra alguma coisa?

Lembro sim, porque em 1968 fui nomeado para uma Auditoria Militar e uma das coisas que tive que julgar foi um "grupo dos onze" lá de Campos. Eram uns pobres coitados, que não tinham dinheiro nem para comer. Sentimos que eles foram usados. Nós, os três juízes, ficamos com pena deles, pagamos um lanche para eles e conseguimos passagem de volta para Campos. Eles não sabiam nem por que estavam ali nem tinham capacidade de compreender a enrascada que as lideranças comunistas os colocaram.

Quais foram os principais acontecimentos, no seu entender, que precipitaram o Movimento de 31 de Março?

A coisa vinha em ebulição. Era 1º-Tenente e ganhava menos do que o salário mínimo da época. Quem tinha dado aquele salário mínimo grande? Tinha sido o João Goulart. Nós, militares, estávamos sempre sendo amesquinhados. Ficamos impressionados ao ver a Polícia do Exército tomar conta de um comício contra o próprio Governo e contra o Exército. Ele, João Goulart, pregando contra ele mesmo e contra as suas Forças Armadas!

Comício de 13 de março, na Central do Brasil.

Porque eles tinham o Governo, mas não tinham a força. Tentaram subverter as Forças Armadas começando com aquela bagunça na Marinha, feita por marinheiros e fuzileiros navais. Um negócio inacreditável!

Exatamente, foi no Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, no Rio.

O que estourou mesmo foi a reunião no Automóvel Clube do Brasil. Aquilo ali foi a gota-d'água. Meus amigos bufavam de raiva. Éramos impotentes. Majores e capitães não tinham força para fazer o que devia ser feito. Perguntei ao Coronel Bonecase o que iríamos fazer e quem era o nosso chefe. Disse-lhe que teríamos que fazer alguma coisa.

Aí, estourou a Revolução?

Sim. Tinha que fazer alguma coisa; se a decisão não fosse tomada aqui, iria para São Paulo, o que realmente quase aconteceu. Quando minha mãe me disse aquilo, preparei minha família. Morava e ainda moro na Rua Artur Bernardes, vizinho da Embaixada do Uruguai. Disse para a minha mulher que pegasse tudo de valor que pudesse colocar em uma mala e que fosse para lá e se escondesse.

Fui me encontrar com meu pai em São Paulo. Eu tinha um carro que, logo na saída, deu uma pifada e custei a consertar. Já eram 8h30min do dia 1º de abril, vinha pela Avenida Brasil e presenciei uma coisa que me dá medo até hoje: um grupo desvairado, de trinta a quarenta pessoas, não tendo mais o que quebrar, quebrava as grades daqueles pontilhões da Avenida Brasil; aquela turma correndo e destruindo o que aparecia na frente. Acelerei para não ser atingido.

O que eles queriam, afinal?

Queriam mudar de vida, ocupando a casa dos outros. "Se aquele tem, por que eu não tenho?" Era o pensamento. Era muita gente, ao longo da Avenida Brasil. Esse modo de pensar contava com o apoio irrestrito da camarilha governamental que estimulava a anarquia como se não fosse Governo.

Foi uma coisa bárbara!

De repente, nós sentimos o que poderia ser uma revolução desse tipo.

Coronel, qual o real significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

Aquilo foi um recado da sociedade, dizendo que alguém teria que fazer alguma coisa, pelo amor de Deus e que só quem poderia fazer seriam os militares, pois as pessoas e os padres estavam ali rezando.

Foi o recado. O grande recado! O povo foi para a rua: em São Paulo, um milhão de pessoas; em Belo Horizonte, uma quantidade imensa de pessoas encarecendo um basta naquela mazorca que era o Governo Goulart.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da maioria da vontade nacional, agindo a pedido da população.

Hoje, os perdedores não admitem que se conte a verdade a respeito do desgoverno deposto e dos Governos da Revolução de 1964, não interessa a verdade.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas, tipo UNE (União Nacional dos Estudantes), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e PUA (Pacto de Unidade e Ação), logo após o início da Revolução?

A maioria de seus membros fugiu ou foi presa. Alguns tentaram se organizar, para se contrapor à situação, mas eram uma minoria sem base. As famílias de muitos desses filiados estavam nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Eles não encontraram o apoio que queriam. Era um grupo de aproveitadores, querendo fazer alguma coisa, mas era mais alarde do que coisa concreta.

Depois, sim, tentaram enfrentar a Revolução através de numerosos grupos armados, mas foram novamente derrotados.

Coronel, quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução? Quem o senhor gostaria de destacar?

O General Castello Branco, indubitavelmente, e outros militares, que trabalharam com ele. Citei o principal de todos, mas os militares daquela época tiveram a sua liderança, tiveram a sua participação, como convinha ao Exército. O nosso chefe foi o General Castello Branco, que foi seguido pelos outros chefes, pois era um homem extraordinário e todos se reuniram em torno dele.

Mas no exato momento de dar início à Revolução, aqueles que foram os pioneiros...

Um dos pioneiros foi o Adhemar de Barros. Como toda boa revolução, que não podia eclodir com hora marcada, senão poderia ser abortada, o mérito coube a Minas Gerais, porque partiu antes e pegou todo mundo de surpresa, é o princípio de guerra que, se aplicado corretamente, é um dos mais importantes fatores da vitória.

Das nossas Minas Gerais, surgiram, então, Mourão Filho, Carlos Luís Guedes, Muricy e o Marechal Odylio Denys que integrava esse grupo, o que foi muito importante, assim como o Médici à frente da nossa AMAN, no Vale do Paraíba.

Coronel, e o esquema militar do Governo Federal, o tal esquema do Assis Brasil, que era imbatível?

Acho que eles subestimaram o Exército. Eles não tinham nada. Tinham o quê? Tinham o Assis Brasil, tinham o Osvino Ferreira Alves.

Mas não eram líderes.

Não eram líderes. Estavam ali porque tinham a patente e em volta deles uns coronéis que queriam comando de unidades, muitos indefinidos e outros que não sabiam o que estavam fazendo. Fiquei com pena de alguns militares que se encontravam no interior, onde as notícias não chegavam. Soube de um problema que houve em Dom Pedrito, onde os oficiais foram afastados e eles não sabiam de nada. Ora, em Dom Pedrito, naquela época, as notícias não chegavam. Os telefones eram precários.

É verdade! Não havia telefone. Nós ficávamos horas e horas para tentar falar de Resende para o Rio de Janeiro ou para São Paulo, imaginem em Dom Pedrito!

Participei de uma comissão de compra de cavalos em Uruguaiana. Para falar com o Rio de Janeiro levava 24 horas. Isto foi um pouco antes de 1964. Chegamos a atravessar para Libres, na Argentina, para falar diretamente com o Rio de Janeiro, porque no Brasil, não se conseguia.

Veja que coisa! O que era o Brasil antes da Revolução!

Não tinha nada!

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento desse tal esquema militar?

Eles não tinham poder, não tinham a força, embora estivessem encastelados no Governo, mas não representavam nada.

Não representavam e também não tinham o povo. Eles se diziam os generais do povo, mas não eram.

Acho que a família deles também desfilou na Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

E a mídia apoiou o Movimento de 31 de Março?

Inicialmente apoiou. O movimento era muito grande, mas depois de alguns anos a coisa foi se deteriorando e passaram a ser contra. A maioria desses jornalistas era paga e eles começaram a fazer aquele patrulhamento: quem não estava de acordo, não entrava no jornal. Todo mundo pago, a maioria por países estrangeiros, para desencadear a desinformação. É quase impossível colocar uma notícia no jornal que favoreça o Exército, que seja do nosso interesse.

Não aparece.

O Exército deveria pagar para ter uma coluna para todo mundo ler. Só pode ser assim. Noticiar no *Globo*, no *Jornal do Brasil,* para saberem o que o Exército faz, porque ninguém sabe.

Ninguém sabe, mas a situação de recursos é tão negativa que, também, não sobra dinheiro para agüentar uma coluna nos principais jornais.

É uma coisa interessante. Não obstante, esse papel de "grande mudo", não pode mais ser aceito.

Está ultrapassadíssimo! Hoje, a decisão de ser o "grande mudo" acaba com qualquer instituição que adote esta linha.

Posso fazer uma brincadeira?

Pois não.

Brinco dizendo que quem inventou a propaganda foi a galinha, que bota o ovo e sai cacarejando, avisando a todos. Acho que o Exército tem que agir desta forma. É preciso mostrar o que se fez, mas nós não mostramos. Mostrar, também, o que não vem nos agradando.

Exatamente! Mostrar quando não gostamos de alguma coisa.

Há pessoas na minha família que não acreditam que ganho pouco. Essas coisas que plantam e nós não temos como esclarecer. Acho que o Exército deveria ter algum meio de pagar pela notícia, pois não há outra solução. O Sistema Nacional de Informação (SNI) acabou, mas os perdedores de 1964 e da luta armada posterior colocaram o seu SNI funcionando e barram tudo.

Coronel, os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Acho que não eram governos militares. Foram autoritários em certas épocas, quando houve necessidade de endurecer para não ser sufocado pela oposição.

Foram autoritários e não totalitários.

Totalitários nunca foram, pois existia um Congresso. Um Congresso que muitas vezes desprestigiava o Presidente, assim como o Poder Judiciário que foi mantido intocável. O Congresso tem que ser respeitado, mas tem que ser respeitável.

Quais as principais realizações da Revolução que o senhor citaria?

Os êxitos administrativos, como dar uma noção de mais unidade, de mais brasilidade ao povo, uma coisa que tinha na minha época de estudante, como o desfile da raça, no tempo do Getúlio.

Importantíssimo, a Parada da Raça.

A Parada da Raça não queria induzir ninguém a ser militar, mas todo o dia se cantava o Hino Nacional; tinha o canto orfeônico, onde nós cantávamos com Villa Lobos.

Tínhamos auto-estima, tínhamos o orgulho de estar construindo o País do futuro...

Depois da Revolução, acabaram com as aulas de Educação Moral e Cívica, pois não interessava que se gostasse do Brasil e criaram esse ambiente de desestímulo, influindo negativamente na nossa auto-estima, que, infelizmente, despencou.

Criaram esse clima de "revanchismo", de confronto, de inverdades com relação à Revolução e aos militares.

O brasileiro já tem uma tendência de se depreciar, ainda mais quando tiram os temas que falam de brasilidade.

Com a própria mídia e o atual Governo procurando denegrir-nos sempre que possível.

Apesar de os governos da Revolução tanto terem realizado, principalmente na área da infra-estrutura. O que fez o Ministro Andreazza, abrindo estradas, portos, corredores de exportação...

Os telefones que não falavam, passaram a falar.

Passaram a falar. Uma grande coisa foi o desenvolvimento das telecomunicações. Isto, talvez, tenha sido o maior fator de união do Brasil.

A energia...

Nesse campo foi um progresso muito grande: dezenas de usinas como Paulo Afonso III e IV, o complexo de Ilha Solteira, Itumbiara, Marimbondo, Tucuruí e Itaipu, no Rio Paraná, a maior hidrelétrica do mundo.

O único problema que tivemos foi que não atacamos a questão do petróleo, como devíamos, e sem petróleo não há país que viva. Ficamos dependendo do petróleo barato e quando o preço foi lá em cima, passamos a pagar uma conta altíssima. Foi a forma que encontraram no exterior para impedir a nossa evolução. Lembro de uma notícia de jornal dizendo que nós pagávamos 900 milhões de dólares por ano com a importação de petróleo e, dois anos depois, passamos a pagar 12 bilhões. Não há economia que resista!

E os principais erros da Revolução, quais foram?

Toda Revolução é autofagista, ela acaba devorando a si mesma. Assim, vimos brigas políticas, com grupos querendo assumir a Presidência, como o do General Costa e Silva querendo entrar à força no Governo. Aquilo trouxe uma depreciação da Revolução muito grande e tenho a impressão de que, se ele não ficasse doente, iria haver outros desdobramentos.

Demorou, talvez, demais. Não se sabe se se quis demorar ou demorou porque as condições não favoreceram. Acredito que, se o Muro de Berlim tivesse caído mais cedo, ela hoje teria outra história.

Infelizmente, mesmo depois da queda do Muro em 1989, o comunismo no Brasil permanece ativo, buscando impedir a consecução dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP), inclusive através da política indigenista com as incomensuráveis áreas indígenas, como a Ianomâmi e outras em processo de demarcação ou homologação, todas elas ameaçando a integração e a integridade nacionais.

Crime de lesa a Pátria que vem sendo cometido a partir de 1990, por interpretação equivocada do Art. 231 da Constituição de 1988, por insensatez ou má-fé...

Coronel, e a batalha da comunicação social, nós a perdemos?

Nunca perdemos, uma vez que nunca entramos nela. Então, não houve batalha da comunicação social, porque não acreditávamos na sua importância e dela não participamos.

Não gostávamos da comunicação social. O próprio Castello Branco não queria: "Não aqui não pode ter DIP", que era o Departamento de Imprensa do Getúlio Vargas que Castello não queria nada que pudesse relembrá-lo.

Não se tratava de propaganda, mas de divulgar o que o Governo revolucionário fez e o Exército faz, particularmente no interior.

O trabalho da engenharia militar, por exemplo.

É preciso mais, porque essa coisa tem que ir se batendo, batendo, batendo, até o camarada se convencer. Dar uma notícia aqui, outra ali, ninguém se interessa, porque o povo é muito desligado dessas coisas.

Agora eles repetem ditadura, ditadura e todo mundo fala ditadura.

É isso, agora é ditadura.

Eles conseguiram ficar orquestrando isso.

O Exército tinha que ter aberto seus quartéis, receber pessoas trazendo as famílias.

Fizemos, mas um pouco tarde, mas não comemoramos devidamente a Revolução de 31 de Março.

É preciso arranjar um meio de se chegar ao povo. Difundir o porquê da Revolução, o que realmente aconteceu para que o povo tome consciência do embuste desta esquerda que aí está. Não fizemos isso quando tivemos oportunidade para fazê-lo, contando com a Imprensa. Se você não ganhar o povo, não adianta falar. Tem-se primeiro que ganhar o povo para depois dizer que o que estão contando não corresponde à verdade, mostrando que a história deles está toda distorcida, completamente deturpada.

E o AI-5, foi necessário?

Todos os atos foram necessários. Tinha que haver uma limpeza. Aliás, está faltando um outro AI-5, porque tem muito político por aí que está precisando ser alijado novamente. Mas vamos ver se, agora, com essa nova lei em que o político pode ser processado, sem ter que se pedir autorização ao Legislativo, a coisa funciona. Vamos ver se a justiça atua, agora, com seriedade, porque não é possível um sujeito com uma ficha criminal se esconder no Congresso. Aquilo ali não pode ser esconderijo de criminosos!

Só em 1968 foram vinte e tantas bombas e atentados, ou seja, mais de um por mês. Era um absurdo! Quem iria enfrentar aquilo sem meios?

Naquela época, o estafeta não saía mais do quartel fardado; saía à paisana, porque podia ser atacado pelos terroristas na rua. Os sargentos e oficiais também tinham ordem de sair à paisana. Ninguém podia mais ter o orgulho de andar fardado.

Agora isso está acontecendo com os policiais, que os bandidos do crime organizado estão matando.

Exatamente!

Coronel, o SNI (Sistema Nacional de Informação) e os DOI (Destacamentos de Operações de Informações) foram necessários?

Muito, muito necessários. Sem informações não é possível conduzir uma organização, quanto mais um País que é uma organização extremamente complexa.

O DOI era justamente um organismo de informações, dentro do Exército, para ajudar a Polícia a enfrentar o terrorismo diretamente, na prática, como em assaltos a bancos, estouros de aparelhos (locais onde se escondiam os terroristas).

A guerra era suja, porque o terrorista não tem limitações. Era uma guerra dentro de uma guerra. Nós não a queríamos, mas tivemos que vivê-la para dar resposta aos comunistas que optaram pela luta armada para a tomada do Poder.

Hoje em dia muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a respeito?

Isso tudo é a grande mentira. Não existiu uma "ditadura militar". Funcionava o Congresso, funcionava o Judiciário. Houve artistas ganhando dinheiro à custa disso. O General Santa Cruz me contou que estava no Palácio e pegaram um filme de um cineasta desses aí, que pusera uma cena que nada tinha a ver com o filme, uma cena agressiva, sexual, não sei mais o quê; que perguntaram ao tal cineasta por que ele botara aquela cena no filme e que ele respondeu que o fizera porque sabia que ia ser censurada e que isso seria uma boa propaganda para o seu filme e de graça.

As Forças Armadas auferiram alguma vantagem nesse período?

Muito poucas. Apenas no fundo, temos o orgulho de ter cumprido a missão derrotando os comunistas e impedindo a implantação da ditadura do proletariado em nosso País.

Em termos materiais, acredito que, comparando-se com as deficiências de hoje, naquela época estávamos melhores. O Ministro do Exército deste último Go-

verno, não conseguindo aumento para os militares, pelo menos investiu nas policlínicas e nos hospitais militares, para que fosse melhorado o atendimento. Isso não deixa de ser um vencimento indireto. No entanto, passaram agora a contingenciar os recursos do Fusex...

Este é um absurdo que não tem tamanho. A solução vai ser entrar na justiça contra esse achincalhe!...

Como o senhor avalia, em uma palavra, os vinte anos de Revolução?

Acho que foi uma grande vitória do Brasil. Hoje, estamos conversando e andando pela rua, o que não aconteceria se os comunistas tivessem vencido. Felizmente, eles foram literalmente derrotados. Se ganhasse o outro lado, com certeza, teríamos sido fuzilados.

Como aconteceu em Cuba. Lá foram 17 mil.

Não tenha dúvida. Disse para a minha mulher que eu seria enforcado em um desses postes ou teria que deixar o País. A grande coisa foi que hoje todo mundo fala e faz o que quer, porque a Revolução de 1964 quis que assim o fosse.

Evitamos a comunização.

Esse é o grande valor do Movimento de 31 de Março de 1964. Seguramos a barra para eles fazerem tudo que querem hoje.

Coronel, qual a sua avaliação a respeito da abertura política desde o Governo Geisel?

É muito difícil avaliar, porque todo mundo sabia que, no retorno desses políticos, terroristas e guerrilheiros, eles não iriam se conformar de passar a borracha e ficar todo mundo bonzinho. Eles iam voltar à vida política com a idéia de vingança. No entanto, eles estão indo muito mais longe do que se imaginava.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo da Revolução desgastaram a sua imagem?

Muito, por uma situação que não dependeu do Brasil: o choque do petróleo. Aquilo foi terrível. Foi uma rasteira que levamos. Sistematicamente, ao longo da história, toda vez que o Brasil começa a levantar um pouquinho, leva uma rasteira, interna ou externamente. No ano passado, vimos o Brasil sofrer o problema da falta de energia, foi outra paulada.

Eles se valeram só da energia instalada pela Revolução de 1964. Não fizeram mais nada para a frente. Aí foram surpreendidos. Faltou energia, mas todos sabíamos que isso mais cedo ou mais tarde iria acontecer. Não houve investimento!

Não há mais o SNI para informar.

O Presidente foi surpreendido, também, com a invasão da fazenda dele. O pessoal do MST (Movimento dos Sem Terra) chegou a deitar em sua cama. Foi surpreendido pela incúria, pela negligência do seu Governo.

Quis ser bom moço e deu nisso.

O bom mocismo impede a decisão política de atuar, dentro da lei, contra a baderna.

Não tem que sair dando tiro no MST. Tem que prender o elemento que errou. Tem que cumprir a lei, colocando os criminosos na cadeia.

Coronel, como o senhor está vendo o "revanchismo"?

Os perdedores de 1964 e do período de 1968 a 1974 (luta armada), através de mentiras, de calúnias, de embustes, tentam denegrir a Revolução de 31 de Março e as Forças Armadas, como se elas não tivessem agido impulsionadas pelo povo e na defesa do povo. Esta é a verdadeira história. Os derrotados estão diuturnamente voltados para o "revanchismo".

E onde ele é mais forte?

Na mídia ele é mais forte. Ela está toda tomada, distorce os fatos e ninguém tem a coragem de dizer: eu sou comunista.

É o que diz o Olavo de Carvalho.

Ele está sozinho. O resto todo é radical de esquerda, mas ninguém tem a coragem de dizer.

A imagem do Exército vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas, apesar de todo esse "revanchismo". Como o senhor vê isso?

Acho que o Exército tem a sua linha, a sua missão. Só há um problema que me preocupa. É o do soldado que hoje vem para o Exército, voluntariamente, querendo o seu primeiro emprego, querendo subir na vida e querendo servir. Ele não pode ficar desnutrido. O Exército tem que tomar cuidado com o problema da falta de alimentação. Mandar o soldado trabalhar e depois mandar para casa, sem comer, é uma coisa muito séria. Acho que isso é jogar água pelo ralo. Você está trabalhando de um lado e estragando tudo pelo outro. Acho que o soldado tem que sair bem alimentado. Napoleão já dizia que "os exércitos marcham sobre seus estômagos". Não sei como o Exército vai resolver isso, mas é um problema da maior gravidade.

Isso já devia estar resolvido. É uma questão de alocar os recursos devidos ao Exército, que eles não o fazem, porque estão pagando uma dívida impagável. A situação financeira na atual conjuntura está extremamente grave, porque dependemos de

um dinheiro alienígena que entra no País a juros altíssimos, que, ao serem pagos, juntamente com a dívida externa, cada vez maior, geram uma crise que impede que o País cresça e se desenvolva, deixando de oferecer os empregos que o País tanto precisa.

Entreguei um artigo para o *Jornal do Brasil* sobre o novo tipo de imperialismo que um assessor do Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha vê para o mundo; como eles devem tratar os outros países, através do dinheiro. É o que eles pensam lá e nós aqui ficamos enterrados até o pescoço.

Exatamente! Estes esquerdistas, transformados em neoliberais, estão sufocando o povo brasileiro, sem emprego e sem perspectivas.

Eles estão pagando o preço que eles mesmos se impuseram. Nós também, com esses rombos todos que estamos assistindo perplexos.

Estamos vendendo ou doando patrimônio, e esse dinheiro não é aplicado em nada. É só para pagar uma dívida que não pára de crescer!...

Além da doação do patrimônio, estamos diante dos roubos. O País é rico e maravilhoso, mas metem a mão. São fortunas e fortunas. Acho que há possibilidade de passar a limpo o Brasil, com essas novas leis promulgadas e com o apoio da imprensa, com o seu novo estilo de denunciar.

E com a ação do Ministério Público que vem atuando bastante.

Coronel, sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março.

Primeiramente, quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui narrando fatos relativos à Revolução de 1964 e expondo estas idéias que acredito e que não contava com a oportunidade para divulgá-las.

Espero ter contribuído com este Projeto, externando o que julgo importante, com o lastro de uma existência inteira de observação e de vivências. Para mim, foi muito gratificante esta oportunidade de divulgar o meu pensamento a respeito de vários e importantes aspectos relacionados com o nosso tema.

Desejo muita felicidade neste empreendimento, que considero extremamente valioso. Já tentei fazer na Escola de Equitação a memória do hipismo militar, mas o projeto não foi adiante, o mesmo acontecendo na Confederação Brasileira de Hipismo. Desejo parabenizá-los, portanto, pelo trabalho que merece uma ampla divulgação pela dificuldade e relevância de realizá-lo em nível nacional e com uma expressiva gama de entrevistados.

Coronel Audir Santos Maciel

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de 1954 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), ano em que foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Realizou todos os cursos regulares do Exército, o de Artilharia Antiaérea, da Escola de Defesa Antiaérea (EsDAAe), de Técnica de Ensino, do Centro de Estudos do Pessoal (CEP), de Operações na Selva do COSAC, atual Centro de Instrução de Guerrilha na Selva (CIGS), e o de Informações-Categoria "A", da Escola Nacional de Informações (EsNI).
- Na Itália, cursou, na *Scuola di Guerra*, o Curso Superior de Estado-Maior.
- Comandou o 3º Grupo de Artilharia de Costa (3º GACos) e Forte Copacabana, Rio de Janeiro, RJ.
- Exerceu, como Oficial de Estado-Maior, as funções de Adjunto da Seção de Informações da 2ª DE, do II Exército e Comandante do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) do II Exército. Como Oficial de Gabinete do Ministro, foi Assessor do Centro de Informações do Exército (CIE).
- Em 1964, no posto de Capitão, era o Comandante da 6ª Bateria de Obuses do 1º Regimento de Obuses 105, Regimento Floriano, Vila Militar, RJ.

Entrevista realizada no dia 07 de março de 2002.

Gostaria primeiro de agradecer o convite para que aqui viesse participar deste Projeto de imenso valor, uma vez que vai mostrar o outro lado da história.

Os nossos detratores, derrotados pela Revolução de 1964, é que estão, hoje, reescrevendo a história, sendo fácil concluir que esses rancorosos e inconformados perdedores, para os quais os fins justificam os meios, máxima do comunismo, se especializaram em trazer a público os fatos distorcidos, escondendo tudo que a Revolução fez de bom, ao mesmo tempo que divulgam uma enorme quantidade de inverdades para recriminar-nos.

Desta forma, avulta de importância este Projeto que irá traduzir para o povo brasileiro os verdadeiros acontecimentos ocorridos no período de 1964-1984.

Depois deste breve e objetivo preâmbulo do nosso Coronel Maciel, em que ele destaca a necessidade de se contar a verdadeira história da vintena vitoriosa 1964-1984, para fazer face a tanta deturpação que vem sendo dita e escrita pelo lado dos derrotados, passamos a perguntar ao nosso colaborador que fatos gostaria de destacar nos pródromos da Revolução de 1964, na sua eclosão e durante o seu desenvolvimento?

Nos pródromos, comecei a tomar conhecimento de fatos quando estava deixando o cargo de Instrutor da Escola de Defesa Antiaérea e fui mandado apresentar-me no 1º Regimento de Obuses (1º RO) – Regimento Floriano, na Vila Militar.

Fiquei adido, já no final do ano, porque ia fazer a EsAO, a uma outra unidade ali mesmo na Vila Militar, porque não poderia ser transferido do Rio por prazo inferior a seis meses.

Quando eclodiu a Revolução de 1964, ficamos ali ilhados dentro daquele quartel, praticamente sem comunicação com os oficiais, nossos amigos, que queriam conversar conosco, os quais eram impedidos de fazê-lo, porque o quartel estava em prontidão, fechado, não entrava nem saía ninguém.

Isolados mesmo.

Isolados não sabíamos o que acontecia lá fora, apesar de capitão, com dez anos de serviço.

No dia 31 de março, o II Grupo do Regimento Floriano recebeu a missão de seguir para Minas e perguntamos para os nossos chefes o que é que estava acontecendo, o porquê. E as informações que nos passaram eram muito diferentes daquilo que, depois, viemos a constatar. Entre outras coisas, disseram que íamos combater um levante da Polícia Militar mineira.

Saiu então o II Grupo na esteira de uma unidade de Infantaria que nos informaram ser o Regimento Sampaio. O II Grupo era composto de duas Baterias de

Obuses – a 4ª Bateria e a 6ª Bateria, sendo que esta ficou a meu comando, porque o comandante efetivo teve um problema e foi operado, o que me levou a assumir o comando da Bateria naquele dia e partimos em direção a Petrópolis.

O destino era Minas Gerais.

Minas Gerais, como disse, e a missão que nos deram foi combater uma revolta da Polícia mineira, integrando o Destacamento formado pelo Regimento Sampaio e o nosso Grupo. Isso nos foi dito; é interessante essa coisa. Saímos da Vila Militar ao entardecer, umas 6h da tarde aproximadamente e nos deslocamos em direção à divisa do Estado do Rio com Minas Gerais.

Cerca de 3h da manhã, o comboio foi obrigado a parar devido não só à cerração, como também à situação de alguns soldados motoristas, que começaram a cochilar na boléia da viatura.

Então, depois desse alto-horário forçado, alguns oficiais e sargentos passaram a acordar os motoristas para seguir em frente, as viaturas trabalhando em marcha lenta e fomos embora, tocamos para frente e chegamos, clareando o dia, numa região que eu não posso definir bem; sei que havíamos passado por Areal e nos dirigíamos para, se não me engano, a região de Paraibuna, onde o corte desse rio separa os dois Estados.

Quando o II Grupo ali chegou, vindo imediatamente à retaguarda da tropa de Infantaria (Regimento Sampaio), fomos informados de que o Regimento de Infantaria havia passado pela barreira formada e se incorporou à tropa de Minas e que a nossa 4ª Bateria, que vinha à frente, comandada pelo Capitão Gualberto Pinheiro, também passou. Ficou, então, o comando do II Grupo e a 6ª Bateria, com a Bateria de Serviço (BS) e a Bateria Comando (BC), as quais marchavam atrás da 6ª Bateria que eu estava comandando.

Neste momento, após muita conversa e mesmo discussão entre os dois lados, o meu Comandante de Grupo decidiu que, como a ordem que recebera era outra, nós voltaríamos para o quartel. E saíram para fazer um reconhecimento de uma outra estrada que pudesse dar retorno certo.

A esta altura, eu me senti o capitão mais antigo com todas as demais Baterias – a 6ª BO, a BC e a BS, todas na minha mão.

Regressando em direção a Petrópolis, encontramos o I Grupo do Regimento Floriano. Nesse momento, chegou o Comandante do I Grupo – o Coronel Mello – que era muito ativo... Como disse, o Regimento era composto de dois Grupos. O Comandante do I Grupo foi logo dizendo: “Olha, vamos embora, vamos voltar”, – voltar para enfrentar a tropa que vinha de Minas. Foi, quando lhe disse que a última ordem que recebi do meu comandante – que não estava ali – foi que devíamos regressar

para o quartel e é o que vou continuar fazendo. No retorno, andamos uns cinco ou seis quilômetros até onde se encontrava o Comando da tropa.

Nesse momento, apareceu o Donner, que era o comandante efetivo da Bateria e que, por isso, reassumiu o comando da 6ª Bateria. Já que a ordem foi voltar para o quartel, realmente voltamos. Como já comentei, foi uma enorme surpresa para nós sermos aplaudidos, quando voltávamos, pelo povo, entusiasticamente, como vencedores. Toda a população da região de Petrópolis, que se deparava com o comboio, corria em nossa direção nos aplaudindo maravilhados e nós não tínhamos feito nada, mas, no entanto, recebíamos uma consagração, com aplausos calorosos, como se também fôssemos vencedores. O povo julgando que estávamos vindo de Minas. Foi uma coisa impressionante!

Evidentemente que foi um espetáculo inusitado: o povo entendeu que era a tropa mineira que estava descendo em direção ao Rio. Mas, na verdade, era um retorno de parte da tropa do Rio que resolveu não combater, porque não era revolta da Polícia Militar mineira, não era nada disso; então, foi mais um engodo do esquema daquele governo irresponsável. Então, vamos voltar e não vamos combater, porque não teve nenhuma revolta da PM. As tropas eram do Mourão não é isso, meu Coronel?

Exatamente isso, nos enganaram para que saíssemos.

Eram as tropas do Mourão, com o Muricy à frente, merecendo o respeito de todos nós.

Exatamente, esta tropa já estava engrossada com o pessoal de Infantaria (Regimento Sampaio) e com a 4ª Bateria que estava já do lado de lá descendo para o Rio de Janeiro. Voltamos, portanto, na frente.

A Infantaria lembra exatamente o Coronel Raimundo que houve por bem passar para o lado de Minas atendendo à solicitação de seu amigo Marechal Odylio Denys com o qual conversou pelo telefone num alto-horário da marcha, o que o levou a apoiar o Marechal, que estava em Juiz de Fora, e a tropa mineira.

Pergunto ao nosso Coronel Maciel o que poderia nos dizer acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março? Como é que era o Brasil? O País estava tranqüilo ou vivia em interminável estado de greves e de anarquia? O que gostaria de nos dizer?

Na verdade, era uma anarquia total. O Exército vivia sendo empregado para guardar pontos importantes devido às greves constantes que aconteciam, principalmente em estações ferroviárias. Lembro-me de uma ocasião numa praça, onde, com os meus soldados, ficamos guardando um ponto inicial de ônibus para evitar a depredação. Foi um momento muito difícil; era uma violenta greve de transportes,

forçada por numerosos piquetes que atingiu todo o Rio de Janeiro. A coisa esteve muito feia, por um bocado de tempo. Com essa situação calamitosa, os cariocas passaram a conviver a todo momento. Minha senhora e eu fomos vítimas dessas circunstâncias sempre bastante perigosas.

Aí está uma demonstração das greves que aconteciam constantemente. Havia de fato um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

Havia, sem dúvida. Qualquer pessoa em sã consciência sabia que aquilo não ia dar certo. Havia uma efervescência muito grande, quebra total da ordem e da disciplina; o Governo era exercido por pessoas que não tinham capacidade para tal. O Rio, que vi de perto, transformou-se numa baderna constante, caminhando a passos largos para o caos total.

Coronel, o que se passava no meio militar, houve tentativa de criar cisões nas Forças Armadas?

Bom, de um modo geral, nos quartéis, existia sempre uma minoria muito atuante, cooptada para implantar uma espécie de um processo de insubordinação. Havia um ambiente de muita insegurança e, pior, de desconfiança, uma coisa que nunca vira anteriormente. Havia uma desconfiança um do outro. Ninguém sabia quem era quem ali, ou seja, quem era a quinta-coluna, que ali estava para gerar a indisciplina. O quadro fazia-nos lembrar a Intentona de 1935, na qual os comunistas, obcecados pela sua ideologia descabida, mataram seus colegas dormindo. O postulado que eles obedecem cegamente é aquele que volto a salientar – os fins justificam os meios.

Coronel, quais os principais acontecimentos a seu ver que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução no dia 31 de março de 1964?

Bom, aquele comício na Central do Brasil foi impressionante, um verdadeiro pandemônio, uma coisa terrível. E o meio civil também sentiu que aquilo ali ia gerar uma revolução sangrenta.

Houve as Marchas da Família, hoje esquecidas pela imprensa, que foram a grande motivação, provocando a reação dos militares que acabaram por tomar uma decisão. Mas a mídia, dentro de sua sórdida estratégia, omite esse fato da maior importância.

Exatamente. Coronel dentro, ainda, daqueles fatos relativos ao desenvolvimento da Revolução, o senhor poderia, nesse momento, fazer algumas considerações sobre a sua função em São Paulo falando-nos do período em que desempenhou importantes funções à frente de um DOI/CODI, e, depois, junto ao CIE?

Pois não. Quando terminei a Escola de Comando e Estado-Maior fui para São Paulo, porque havia esgotado o tempo de permanência no Rio de Janeiro. Chegando lá, fui trabalhar como Adjunto da 2ª Seção. É bom dizer que nem todo mundo gostava de trabalhar numa 2ª Seção. Mas a missão que me foi atribuída procurei desempenhá-la da melhor maneira possível.

Comecei trabalhando na 2ª DE, sendo, depois, chamado pelo II Exército, que hoje tem o nome de Comando Militar do Sudeste, para exercer as mesmas funções.

Fui para o II Exército, para a 2ª Seção, lá ficando por dois anos. Ao término desses dois anos, vagou-se o comando do DOI e fui convidado para exercer função no DOI, no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército (DOI/CODI/II Ex). Assumi, por dois anos, a chefia do DOI/CODI, é bom que se diga que o nome inicial era Operação Bandeirante, porque foi desencadeada no Vale da Ribeira, em São Paulo, ganhando esse nome. O Vale da Ribeira é uma área rural, mas a parte da cidade, a parte urbana, também estava efervescendo.

Os que trabalharam, após terminar o problema do Vale da Ribeira, vieram para São Paulo e, aproveitando uma área ociosa de uma delegacia policial, montaram uma estrutura de informações chamada então de DOI/CODI, passando a existir um em cada Comando de Exército naquela época e o primeiro Comandante do DOI em São Paulo foi o Tenente-Coronel Waldir Coelho.

Então, esse foi o órgão criado, em razão da necessidade que surgiu de se realizar ações semelhantes as da Operação Bandeirante na cidade de São Paulo, considerando que as tropas não poderiam atuar na Cidade da forma como fazia o Destacamento de Operações, implantado com certas características para atender a esse tipo de confronto.

É interessante lembrar que o DOI/CODI era uma organização mista: o comando era de um oficial do Exército, mas existia pessoal da Aeronáutica, da Polícia Civil, Polícia Militar, uns sargentos (homens e mulheres) da Polícia Militar de São Paulo, excelentes profissionais.

E até eu comentava que, muitas vezes, uma moça daquelas no telefone fazia um levantamento completo de uma ocorrência, de uma família, que economizava horas e horas de "paquera" (de tempo de acompanhamento para esclarecer uma situação). Porque ela simplesmente conversando com uma pessoa no telefone, conseguia fazer um levantamento praticamente completo. Olha, isso economizava esforço da nossa gente; era um grupo de excelentes profissionais.

Assumi o comando numa época que já não era a pior, como a vivida pelo Waldir Coelho, o período do Ustra, épocas muito mais difíceis. Quando assumi o

comando do DOI foi imediatamente após o episódio da morte do Bicalho Lanna, que faleceu num tiroteio com a Polícia.

A história do Bicalho Lanna é até interessante valendo a pena contar. A sua companheira era uma moça chamada, pelos documentos, apreendidos com ela, Esmeralda Siqueira de Aguiar. Dois dias depois da sua morte e de seu enterro com nome de Esmeralda Siqueira de Aguiar, compareceu ao II Exército um tenente-coronel de Engenharia que servia em Recife. Esse tenente-coronel chega e diz: "Essa moça não é Esmeralda, é a minha filha – chama-se Sônia Maria." Então, demos para ele o número da sepultura, onde ela havia sido enterrada e o problema acabou para nós.

Anos depois, esse cidadão, já como professor, transformou-se no primeiro chefe ou líder de terroristas, embora fosse um tenente-coronel da Arma de Engenharia, aparece cobrando providências do Exército pelo fato de que teríamos escondido o cadáver da filha dele, o que, na verdade, é uma mentira que ele propagou, porque, infelizmente, naquela época, não pegamos dele uma declaração escrita de que ele fora notificado de tudo que sabíamos a respeito de sua filha.

Esse fato nos perturbou bastante, porque fomos acusados de coisas, como o de esconder corpos no cemitério de Perus, que foi totalmente revirado, com a violação de numerosas covas de indigentes, que não tinham nada a ver com a sepultura de Esmeralda ou Sonia Maria, local que conheciam bem, que sabiam onde estava, porque foi dito para eles. Então, até essas coisas aconteceram, esse tipo de desinformação com o objetivo de confundir o povo e denegrir o Exército.

É importante que se denuncie esse tipo de ação dos inimigos da Revolução para que se possa aquilatar com que tipo de pessoal tivemos que conviver. Esse cidadão hoje pertence ao grupo Tortura Nunca Mais.

Veja o tipo de pessoa que integra esse malfadado grupo Tortura Nunca Mais. Felizmente, agora temos o grupo Terrorismo Nunca Mais para se antepor a esse grupo de malfeitores.

Quando do seu falecimento, a mulher dele assumiu e ficou dirigindo, por muito tempo, esse grupo.

Ele, que se aliou a esse Tortura Nunca Mais, alegava que tínhamos escondido o corpo, orquestrando essa grande mentira. Fico até hoje revoltado, quando me lembro do fato, por isso ter partido de um companheiro...

Espantoso, nós não sabíamos desse fato. Como era o nome dele?

Acredito que seja Cavalcante. Era um tenente-coronel de Engenharia da turma de 1953.

Transformou-se em líder do Tortura Nunca Mais.

E passou a ser professor, ele e a senhora.

Mas a filha era terrorista?

Exatamente e morreu de arma na mão.

O senhor gostaria de falar alguma coisa a respeito do Centro de Informações do Exército (CIE), sobre algum fato relevante, como esse, que é importantíssimo, porque desmascara essa ação, vamos dizer, pífia de determinados elementos que se apresentam ao Brasil, hoje, como donos da verdade.

Vamos contar uma história que aconteceu aqui no Rio, onde temos, agora, um túnel chamado Zuzu Angel, que é o nome de uma estilista de moda, mãe da Hildegard Angel que escreve até hoje numa coluna do *O Globo*. Era mãe de Stuart Angel Jones, um terrorista desaparecido. Ela, voltando de uma festa *society*, segundo muitos dizem, embriagada, bateu com o carro e morreu. Isso veio até escrito no jornal de modo atenuado, dizendo que ela estava ligeiramente alcoolizada.

O jornal foi muito delicado no trato do assunto, dizendo que ela havia ingerido alguma bebida alcoólica. Vinte anos depois, quando iniciaram as indenizações aos familiares de terroristas mortos, aparecem duas testemunhas que juraram ter visto, é incrível contar isso, que um carro, que seria da Aeronáutica, do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), teria abalroado o carro dela, jogando o seu automóvel num abismo, e que, em conseqüência disso, ela veio a falecer.

Essa mentira inicialmente foi recusada na tal Comissão que distribui o dinheiro dos brasileiros aos criminosos e às famílias deles. Mas, depois, conseguiram uma forma para que a filha Hildegard recebesse uma polpuda indenização. Como se não bastasse, o Prefeito do Rio, a figura caricata do incompetente Luiz Paulo Conde, mudou o nome do túnel Dois Irmãos para túnel Zuzu Angel e tem lá um monumento a ela. Então, são essas coisas que me irritam porque, além de sórdidas, representam a apologia à mentira, contando com a cobertura total dessa imprensa venal.

Deturparam, mentiram, e, ainda, recebem dinheiro dos cofres públicos.

É, realmente, inacreditável!...

Eles não querem prêmios como medalhas; isso aí, não gostam; eles querem dinheiro, compensações de ordem monetária. Medalhas, galardões, isso não interessa a eles. Eles só raciocinam com o vil metal; prêmio, para eles, é dinheiro, e muito dinheiro; não é pouco não. Muito, porque para nós 150 mil é dinheiro, embora possa não ser para muitos deles, mas, para nós, é.

E, no CIE, quando o senhor lá esteve. Por favor, gostaria de lembrar alguma coisa daquela época?

Bom, quando cheguei no CIE já estava na fase da abertura. Inicialmente, como Assessor do CIE, trabalhava, estudando e produzindo informações sobre as

organizações terroristas que já estavam em declínio, já não tinham a periculosidade da primeira fase.

Na segunda fase, assumi a chefia da Seção de Operações, mas essas operações também já estavam muito limitadas. Não se operava mais no Brasil e aos poucos fomos diminuindo, diminuindo e com a mudança do Ministro Walter Pires, praticamente encerrou toda a fase do CIE. Fui, portanto, o último Chefe de uma Seção de Operações, mas que já não estava operando. A Seção de Operações deixou de atuar com a chegada do novo ministro, infelizmente.

Coronel, aquelas inúmeras organizações subversivas já estavam todas, vamos dizer, em sua essência neutralizadas?

É como disse, quando assumi o DOI com a morte do terrorista Bicalho Lanna, foi o último ato de tiroteio na rua que houve em São Paulo, porque, depois, a partir daí, não houve mais nenhum. Eles se infiltraram na imprensa, passando a contar com a mídia, conquistaram a imprensa para jogar a opinião pública contra nós.

Aí entrou justamente esse esquema voltado para a conquista da mídia, do magistério?

Exatamente. Domínio do magistério e da Igreja, forte infiltração na religião.

Os comunistas, valendo-se da mídia e do magistério e não mais de luta armada, partiram para o domínio das mentes pelo poder fabuloso das idéias. Através do poder da mídia e do magistério passaram a transmitir aos jovens uma nova história, como muito bem disse, o General Gleuber, o nosso Comandante, Comandante da Força Terrestre: "Eles passaram a reescrever a história."

Até gostaria de dar um exemplo do que a mídia torce. Vocês devem lembrar do caso Vladimir Herzog e que há um prêmio de reportagem Vladimir Herzog. Ele compareceu ao DOI em São Paulo acompanhado do jornalista que era credenciado lá no II Exército e que se chamava Paulo Nunes. Apresentou-se de manhã, às 8h da manhã, para depor. Após o almoço, já havia terminado tudo, ficando numa sala, afastado, e, ali, ele enforcou-se. Hoje, a imprensa publica, como subsídio para exame de vestibular, encarte em que Vladimir Herzog foi preso e, após uma noite de torturas, amanheceu enforcado.

Digo, meu Deus, é só pegar *O Estadão* da época para ver o que aconteceu, mas não se preocupam com isso. O que fica valendo para o jovem, que vai fazer o vestibular, é o que consta nesse recorte que lhe foi fornecido. Mas é a história que eles contam e, a partir daí, passou a ser a verdade, mas a verdade foi contada detalhadamente pelos jornais da época, como *O Estado de São Paulo*, ao qual já me referi.

A verdade foi mostrada pelo jornalista Paulo Nunes. Ele testemunhou, dizendo: "Eu fui levar o Herzog de manhã às 8h e às 16h iria buscá-lo. Foi uma surpresa para nós, para todos nós que ele tenha se enforcado." Digo que este sujeito não era mais que um jornalista, não tinha nada de importante.

Não era importante.

Hoje, ninguém sabe que ele era um jornalista como outro qualquer. Associou-se a sua pessoa uma figura de grande renome. Prêmio Vladimir Herzog – para um judeu, apátrida, que nem brasileiro era.

Um estrangeiro metendo o bedelho nas nossas coisas...

Ele era iugoslavo, saiu da Iugoslávia, foi para Itália e depois para o Brasil e, aqui, deram cidadania brasileira. Consta que foi locutor da BBC em Londres.

Prosseguindo, vamos perguntar ao Coronel Maciel, como se portavam os sindicatos, as entidades tachadas de esquerdistas, logo após o início da Revolução?

Bom, aí como se diz: "botaram o rabo entre as pernas", porque todas ficaram completamente desorientadas com a rápida deposição de João Goulart e com a fuga ou prisão dos principais chefes dessas organizações espúrias que tanto perturbaram a vida do País até março de 1964.

Elas, realmente, foram surpreendidas.

Surpresa total. Eles não acreditavam que fosse acontecer uma revolução sem sangue, à moda brasileira, com o povo apoiando, aplaudindo, e, em conseqüência disso, elas ficaram completamente desorientadas.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado esquema militar do Governo Federal, tendo Osvino e Assis Brasil à testa, os que se autodenominavam generais do povo. Por que é que esse esquema desapareceu de repente?

Bom, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica se baseiam na disciplina, na hierarquia e na ordem. Na hora em que aparece um cidadão que se diz militar, gerando desordem, ele deixa de ser militar e passa à situação de desordeiro. Perderam toda e qualquer influência que poderiam ter, influência obtida através de processos escusos, largamente empregados para cooptar seus subordinados, acenando com o atendimento de interesses individuais. Por isso, esse tal esquema, atuante e ameaçador, desintegrou-se facilmente.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão após 31 de março?

Sim, acredito perfeitamente. Foi o que se viu depois, não só nas Forças Armadas, mas em todo o Brasil que passou a viver muito melhor, recobrou-se a paz que a cúpula do governo havia tirado da nossa gente.

Sem dúvida, porque eles realmente procuravam dividir jogando patrões contra empregados, peões contra os fazendeiros, incitando a luta de classes.

O nosso povo tem uma Bandeira onde se lê Ordem e Progresso. O povo não quer desordem, quer ordem, e os militares colocaram ordem num país que estava à beira do caos.

Exatamente. No seu entender, está correto o termo revolução? Como é que o senhor descreveria o Movimento de 31 de Março?

Olha, na minha opinião, foi uma revolução. Eu sei que alguns, agora, querem optar pelo nome contra-revolução. Acho que é um eufemismo que não cabe ser ressaltado. Na minha opinião, foi e deve ser usado o termo revolução. Nós temos orgulho de dizer que houve uma revolução; o resto, para mim, é eufemismo.

Exatamente e que eles chamam de golpe agora, mas antes não tinham coragem de fazê-lo.

A imprensa, tomada por extremistas, por esquerdistas internacionalistas, é que faz esse papel ridículo, porque antes falavam em revolução, como *O Globo*, que passou vinte anos falando da Revolução. Após passarmos o Poder, só depois, esta mesma empresa passou a chamar de golpe, de ditadura, sem explicar por que mudou tanto de posição.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Não foram governos militares porque toda a estrutura política coexistiu. Então, só por isso, já fica meio difícil falar em governos militares. Foi um governo onde um militar eleito presidente, em eleição indireta, como o foi Tancredo Neves, dividiu suas responsabilidades com os ministros, em sua maioria, civis.

Numa aula de direito, numa faculdade do Rio de Janeiro, um professor lançou o tema que o Sarney foi um presidente imposto pelo Ulysses Guimarães e que o Figueiredo não teve vontade, não queria mais saber de política, largou tudo de mão.

Isto, realmente, nos entristece, porque o Presidente Figueiredo tanto quis ser o substituto de Geisel, gerando inclusive crises, mas, no final, mostrou-se apático, esquecendo-se do compromisso que assumira com milhões de revolucionários.

Não conduziu adequadamente o processo de sua sucessão.

Infelizmente, essa foi a realidade.

Coronel, a mídia, nesta última década, faz questão absoluta de omitir os acertos da Revolução. O senhor poderia citar alguns, os principais?

Olha, basta ver o problema que nós vivemos agora desse apagão. Por que é que houve o apagão? Porque o Governo Sarney, ao assumir o Poder a primeira coisa que fez foi cancelar os projetos de distribuição de energia elétrica que vinha de Itaipu. Quatro meses depois, o País ia entrar num caos e ele foi pressionado pelos empresários de São Paulo a continuar as obras de distribuição de energia elétrica, porque senão o País iria parar.

Isso que aconteceu naquela época, essa diminuição da aplicação de capital para a distribuição de energia foi reduzida ainda mais a partir de 1990, o que causou esse apagão. Agora, o próprio Fernando Henrique, maior responsável pela crise, diz que a culpa foi dos governos anteriores.

Se nós analisarmos quais foram os governos anteriores foi ele mesmo, o Collor de Melo, que perdeu o mandato por corrupção, o Itamar e o Sarney, porque até o Sarney tudo vinha se desenvolvendo. Esse apagão, que ele tenta fugir da responsabilidade, a culpa é dele, dele principalmente, e dos outros que o antecederam.

A hidroelétrica de Itaipu foi inaugurada pelo Presidente Figueiredo.

Exatamente.

Então, não procede querer responsabilizar até o Presidente Figueiredo, porque foi ele quem inaugurou a obra do século, exatamente no setor da energia, faraônica para os nossos adversários em termos de capacidade de geração de energia e pela sua grandiosidade.

Dentre as inúmeras obras realizadas, uma outra considerada também faraônica foi a Ponte Rio–Niterói, tremendamente criticada, hoje em dia está aí congestionada pelo tráfego existente entre Rio e Niterói. Nenhum desses esquerdistas neoliberais, incapazes de grandes realizações, pensam em duplicá-la, porque não há capacidade nem recursos para nada, além dos destinados a pagar juros e o principal da dívida externa que não pára de crescer.

Realmente, estamos precisando de outra ponte, mas falta competência.

Competência e dinheiro. Aliás, não há dinheiro para nada, com os compromissos junto ao FMI.

Veja a visão de longo prazo dos presidentes militares.

Os militares sempre projetam para o futuro e os civis, que estão por aí, projetam para a próxima eleição. É muito diferente um para o outro...

Exatamente. O senhor gostaria de citar mais alguma obra, alguma realização importante da Revolução. Eu lembraria a recuperação do princípio de autoridade que estava completamente deteriorado, não existia no País no tempo do despreparado João Goulart, e que Castello Branco, com a sua elevada força moral, instituiu e voltou tudo aos trilhos. O Brasil, como o senhor disse, voltou a contar com "Ordem e Progresso".

Em todos as expressões do Poder Nacional, o Brasil cresceu nos vinte anos de Revolução.

No tempo do saudoso Presidente Médici, a economia chegou a crescer a 11,9%, no ano de 1972, a maior taxa de todos os tempos. Esse ano foi o quinto consecutivo de crescimento superior a 9% (1968 a 1972).

Em 1973, mantivemos a taxa de mais de 10% e o pleno emprego que é hoje o grande drama dos brasileiros nessa era da esquerda neoliberal, iniciada na década de 1990.

A década desperdiçada.

Coronel, o senhor acha que a Revolução cometeu erros? Quais foram?

A frase não é minha, mas um companheiro disse uma vez o seguinte: "A Revolução cometeu um erro, um erro tático porque, quando todo o povo estava querendo que o Exército e as Forças Armadas em geral entrassem para derrubar o terrorismo, que estava sendo implantado com assassinatos, seqüestros, isso foi feito com muita contemplação."

Esse companheiro nos disse assim: "Na verdade, cometemos um erro tático e um erro estratégico: tínhamos que ter começado a derrubar os juízes contrários à defesa da democracia, esses padres que se colocaram contra o Papa, através de alianças com Fidel Castro, através dessa irracional teologia da libertação."

Era por aí que tínhamos que começar a trabalhar, tirar esse pessoal aonde não foi mexido justamente no Judiciário e que esse para mim foi o grande erro, aliado ao de deixar aos esquerdistas internacionalistas livre trânsito no setor da educação.

Foi um erro aceitar leis que só protegem os bandidos. Virou moda, hoje em dia, o bandido tem todos os direitos e os cidadãos que se tranquem em casa. Isso que está acontecendo é o que quer essa esquerda inconseqüente e os problemas estão aí nas ruas do Rio de Janeiro, em São Paulo, por todo o Brasil, até em cidades antes pacatas do interior.

Você vê agora esse cerco que foi feito em que morreram 12 bandidos. Já existe um órgão, uma parte da imprensa querendo responsabilizar a Polícia. Aliás, é ridícula esta propaganda toda a respeito de um presídio de São Paulo, uma verdadeira "orquestração" do tal massacre do Carandiru, porque morreram cem, só cem, mas deviam ter sido duzentos, porque lá só tinha bandido irrecuperável e avesso a qualquer processo que busque obter um mínimo de ordem.

Exatamente só tinha bandido. O mesmo que assistimos no inexistente massacre do Eldorado dos Carajás, quando, na verdade, os bandidos é que atacaram a Polícia.

E eu posso contar uma história a respeito? Do Carandiru dá tempo?

Claro, o senhor tem todo o tempo que desejar!

Conheço um senhor que teve a família violentada por dois bandidos! Foram presos e ele disse para mim: "Quando apareceu a lista dos cem do Carandiru, eu procurei, e um deles estava lá; o outro desgraçado não estava, ficando para mim a obrigação de matar esse cara." Porque o que ele fez com a minha filha na minha presença nenhum pai esquece, vou matar esse cara. Fiquei feliz com a morte do outro, mas ainda há um vivo. Isso foi dito por um pai atormentado, desiludido. Acho que qualquer pai pensaria assim no seu lugar!

Certamente.

É bandido já dizia o nosso Coronel Erasmo Dias: "Polícia é polícia, bandido é bandido. Bandido tem que ser tratado como bandido." Aí, lhe perguntaram: "Mas quando o polícia vira bandido?" Ele respondeu: "Mas, então, não é mais polícia, ele passa a ser bandido; tem que ser tratado como bandido"...

Claro, não há dúvida. O senhor veja o crime que foi aqui cometido pelos seqüestradores do Abílio Dinis. Defendidos por quem? Por quem? ...

Por vários elementos da esquerda, que se dizem defensores dos direitos humanos.

Exatamente, inclusive pelo Cardeal vermelhão, protetor de canalhas, de seqüestradores...

O nosso "mui amigo" Evaristo Arns, amigo do demônio.

Evaristo Arns e quem é que estava com ele? O Eduardo Suplici, senador do PT, defendendo bandidos internacionais, bandido do Canadá, bandido chileno...

Bandidos do exterior que cometem crimes, segundo eles, por ideologia; enquadram-se na revolução comunista. Passaram a ser bandidos privilegiados e foram para seus países e, logo em seguida, liberados.

Então, é isso aí. Se bobearem, vai aparecer, de novo, Evaristo Arns querendo defender esses outros bandidos internacionais que fizeram todas essas monstruosidades com o empresário Oliveto!...

Exatamente. Já veio o advogado do chileno, esse covarde que fez isso tudo com o Oliveto; chegou o pilantra do advogado dizendo que ele é um grande herói chileno, porque tentou matar o General Pinochet. Veja a canalhada que nos agride no momento!

Estão aí para seqüestrar e humilhar um empresário nosso, como o Oliveto. Os defensores dessa súcia vão alegar, mais sua vez, que se trata de crime político!

Coronel, a chamada "batalha da comunicação social" foi perdida por nós, ou deixamos de nos engajar nesse assunto?

Bom, eu sempre disse que essa batalha nunca existiu, porque nós não procuramos nunca atrair a imprensa verdadeiramente, inclusive como fazem os governos em geral, com verbas para publicidade e propaganda. Acho que a imprensa continua a

dizer o que quer e o que não quer, dentro daquela teoria de que a boa notícia não vende jornal, o que vende jornal é o escândalo, é a notícia que afronta.

Isso me foi dito por um jornalista credenciado lá em São Paulo, o Abrãozinho. Quando o DOI de São Paulo estourou um aparelho do Partido Comunista Brasileiro (PCB) onde eles tinham cárceres privados, escondidos atrás de paredes, falsas paredes, ele me disse: "Ora Maciel, isso vende jornal hoje, amanhã já não vende, mas se fosse ao contrário, se vocês tivessem matado um deles, aí, teríamos uma semana de notícias."

Então, a imprensa pensa assim, o escândalo deve ser noticiado durante bastante tempo. Uma boa notícia só rende se tiver desdobramentos ruins. Exemplo: a polícia matou alguns bandidos, vai ser notícia, porque vão começar a combater a polícia porque matou e não se deve matar bandido, principalmente se o bandido, embora perigoso, for menor...

Se, ao contrário, a morte for de policiais, eles morrem ainda com a pecha de despreparados profissionalmente!

Você vê isso nessa carta, hoje no *O Globo,* 7 de março, há uma carta dessa Cecília...

Vice-presidente do Tortura Nunca Mais.

Exatamente, do Tortura Nunca Mais. Fica claro que ela queria ver sangue da Polícia e não só do bandido, porque disse que eram muitos policiais contra poucas pessoas, as pessoas eram do PCC.

Armadas.

Armadas até os dentes num ônibus, numa operação, que nós não sabemos exatamente os propósitos dos bandidos!

Qual era a finalidade?!

O que é que eles iam fazer? Então essas pessoas, para ela, Cecília, não eram bandidos, eram pessoas que foram atacadas por muitos policiais. Só faltou ela dizer que foi uma covardia. Só faltou dizer que devia ser um contra um, para haver morte também de policiais.

Então, é por isso, que nós não ganhamos a luta na imprensa, porque a imprensa faz o que quer e não se pode fazer nada. Em nome da liberdade de imprensa, eles falam o que querem.

E publicam uma carta desse tipo.

Publicam uma carta desse teor.

Vamos aproveitar e perguntar-lhe se o AI-5 foi necessário? Qual a sua opinião?

Muito necessário, na época tinha que ser feito aquilo que permitiu ao Exército criar os DOI, porque não tínhamos o chamado poder de polícia, ou seja, não podíamos

prender, não podíamos investigar, não podíamos, antes, fazer nada. O AI-5 facultou isso. Estávamos, antes, de mãos atadas. Então, foi com o AI-5 que se conseguiu ganhar alguma coisa, autorizando o Exército, as Forças Armadas, no comando, à frente das operações, responder aos terroristas.

Por isso que o inimigo interno tem raiva do AI-5, porque o AI-5 permitiu que acabássemos com os grupos comunistas, com todos os grupos que, hoje, são endeusados pelo Tortura Nunca Mais. É endeusado até o homem que matou um oficial alemão quando queria matar o oficial boliviano Gary Prado, responsável por eliminar Che Guevara lá na Bolívia.

Ele, ao matar o Guevara, passou a ser o inimigo público número um desses comunistas. Então, eles saíram atrás do Gary Prado que estava fazendo curso no Brasil, na Escola de Comando e Estado-Maior, mas acabaram matando, um oficial alemão, também aluno da ECEME, mais uma vítima da sanha dos terroristas quando fazia o mesmo curso no Brasil.

Agora contam isso abertamente e são aplaudidos, mesmo matando estrangeiros que estavam aqui fazendo um curso, desarmados, o que é lamentável. Para enfrentar esse tipo de gente é que foi necessária a criação desses órgãos, os DOI, e fazer o agravamento da Lei de Segurança Nacional, sem o que não se podia combater nada. Aliás, o atual Presidente, outro dia, deixou escapar o seguinte: "Há necessidade de se criar um órgão centralizado que coordene as informações", ele mesmo falou nisso.

O Collor, por exemplo, acabou com o SNI, porque sabia que toda aquela corrupção sua viria a público rapidamente.

Hoje em dia, Coronel, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo", "golpe" que antes não falavam, no máximo, falavam de governo ou de regime militar tão-somente. Agora todo mundo é corajoso, todo mundo tornou-se valente, mas antes ninguém falava nada. O que o senhor pensa a esse respeito?

Bem, como disse a imprensa não foi tocada. A imprensa diz o que quer e vende o jornal com aquilo que eles consideram que o povo quer ouvir.

Então, a imprensa faz o que quer. Ela vive atacando os militares com essas expressões, como "anos de chumbo", tudo isso porque é interesse deles apresentar às atuais gerações uma história distorcida, para que a Revolução seja vista como danosa. Creio que a história vai nos fazer justiça no futuro, espero.

As Forças Armadas, Coronel, auferiram vantagens na época da Revolução?

Pelo contrário, para nós tudo foi muito difícil; não sei como é que consegui educar os meus filhos, porque, graças à Deus, eles são inteligentes e passaram para as faculdades públicas, porque senão não teria como mantê-los estudando.

Foi difícil porque sempre os generais presidentes não queriam dar prioridade a expressão militar do Poder Nacional, para que não parecesse que estavam beneficiando o segmento militar. Então, com isso, sempre se falava em máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança desejável e, com isso, as Forças Armadas foram muito prejudicadas em tudo e por tudo.

Coronel, como analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o problema ideológico, desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

O comunismo não vai desaparecer nunca, sempre existe alguém que vai priorizar essas ideologias alienígenas, vai ser comunista, fascista, nazista etc. Agora foi um baque muito grande, porque eles não têm mais o respaldo da poderosa União Soviética que sustentava tudo. E só ver Cuba, onde a situação da imensa maioria do povo se deteriora a cada dia.

O "revanchismo" está muito presente? O que gostaria de dizer a respeito?

Ele está cada vez mais presente e eu seria, possivelmente, uma das vítimas do "revanchismo" porque comandei um DOI. Vejo o meu amigo Ustra, vítima de uma série de constrangimentos por ter trabalhado na linha de informações e aquele nosso médico, o General Fayad, acusado por ter exercido sua função junto a um DOI. Passou a ser rotulado como torturador e sempre alvo das maiores injustiças, inclusive através do Conselho de Medicina, onde estava, na presidência da entidade, seu inimigo mais cruel.

Enquanto isso, assistimos exatamente o contrário com relação aos terroristas; aquele Teodomiro, que assassinou o Tenente Levi na Bahia, era advogado, continua advogando e, no entanto, é um assassino frio, que matou pela ideologia comunista. No Rio Grande do Sul, da mesma maneira, aquele assessor do Olívio Dutra está lá fazendo as suas trapalhadas e é um assassino, covarde. Ele foi quem matou o Capitão Chandler em São Paulo na frente de sua esposa e filhos. Então, para os bandidos indenizações e benesses é a regra adotada pelos revanchistas, pelos derrotados pela Revolução. Para nós, silêncio sobre todas as realizações. Divulgações só das ditas torturas. Aliás, hoje todos eles foram torturados, até o Garotinho!

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião, apesar de todo o ataque dos revanchistas. O que o senhor acha dessa posição favorável da sociedade com relação às nossas Forças Armadas nessas pesquisas de opinião?

Bom, essas pesquisas de opinião dizem a verdade. O povo não se deixa enganar tão facilmente, mesmo com toda a orquestração dessa mídia. Apesar do

"revanchismo". Qualquer pesquisa vai dizer sempre isso: Precisa-se de alguém para fazer alguma coisa. As Forças Armadas têm que estar presentes. É a organização que reúne efetivamente maior credibilidade, pela seriedade com que se debruça sobre qualquer trabalho que precisa ser feito, até a distribuição de reais pelo Brasil.

O próprio povo já estava querendo que as Forças Armadas se engajassem no combate aos tóxicos e ao contrabando, o que realmente nos assusta porque não fomos, inclusive, preparados para tais missões.

Os jovens que incorporaram nas Forças Armadas estão lá para defender a soberania do Brasil e não para atacar bandido, porque essa não é a finalidade das Forças Armadas, daqueles jovens que as mães liberaram, inclusive, vibrando, para que eles se preparassem para a defesa da Pátria.

Então, esse aspecto também precisa ser observado, porque, se formos olhar o pessoal do núcleo-base, o pessoal profissional, ele está muito reduzido, pela troca desse núcleo pelo efetivo variável, pelo recruta, para pagar menos ao homem e não pagar mais ao núcleo-base, compostos de soldados profissionais.

Então, está havendo isso hoje em dia. Manda-se o profissional embora e fica o recruta em seu lugar. Aí, depois, raciona-se com o recruta cumprindo missões para as quais é necessário muito mais treinamento e preparação.

Estas considerações precisam ser do conhecimento dos públicos interno e externo da nossa Força, para que eles, juntamente conosco, façam coro em torno da manutenção da nossa eficiência.

É mister que as novas gerações – as gerações do presente e do futuro – conheçam esta Coletânea com mais de duas centenas de entrevistas de militares e civis que participaram dos fatos ocorridos no período 1964-1984 – muito diferentes das estórias mentirosas, por aí contadas, que conseguem transformar, por exemplo, o tiro que atingiu o janguista Alfeu de Alcântara Monteiro, no V COMAR, em Porto Alegre, dado pelo Coronel Roberto Hippólyto da Costa, pela frente, em legitima defesa, em 16 tiros pelas costas para oferecer vantagens pecuniárias a seus familiares.

É hora de passar-lhe a palavra para as suas considerações finais.

Nestas minhas considerações finais, quero agradecer a oportunidade que esse Projeto, criado, em tão boa hora, pelo nosso General Gleuber, companheiro de Turma, me ofereceu de mostrar a verdade.

Volto a falar da imprensa, porque é revoltante a gente ver uma Rede Globo, um jornal *O Globo*, que depois de passar vinte anos elogiando a Revolução, sofrerem, inexplicavelmente, uma transformação tão radical, vindo a fazer considerações e discursos opostos aos que apresentaram durante todo o período da Revolu-

ção. Então, pergunto: "A quem interessa esta posição adotada por esse pessoal, principalmente a partir da década de 1990, de críticas permanentes à Revolução e às Forças Armadas, se antes eram só elogios?"

Não deixa de ser revoltante e intrigante, porque muito do progresso dessa famigerada empresa, ela deve ao Movimento de 1964.

As minhas palavras finais são para dizer, com toda certeza, que o povo, ao assistir àqueles bárbaros atos terroristas, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, vibrou com a entrada das Forças Armadas naquela luta que, felizmente, terminou com a fragorosa derrota dos inimigos do Brasil.

Coronel Luiz Mario Portocarrero de Castro Sá Freire

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de Janeiro de 1956, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército, o da Escola de Artilharia de Costa (EsACos), o de Técnica de Ensino do Centro de Estudos do Pessoal (CEP) e o Curso Avançado de Operações Anfíbias da Marinha do Brasil.
- Exerceu as funções de Instrutor da Escola de Artilharia de Costa (EsACos), do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
- Comandou o 2º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (2º GACAP), Itu, SP.
- Foi Chefe da Seção de Coordenação e Doutrina da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Chefe do Estado-Maior da 2ª Brigada de Infantaria – Escola.
- No exterior, foi Adido das Forças Armadas junto à Embaixada Brasileira em Georgetown, Guiana.
- Em 1964, no posto de Capitão, era Instrutor da Escola de Artilharia de Costa, Fortaleza de São João-Urca, RJ.

Entrevista realizada no dia 25 de fevereiro de 2002.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

A renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1961, provocou o início de um processo de cisão nas Forças Armadas. De um lado, os "legalistas" que desejavam o cumprimento da Constituição Federal, com a posse do Vice-Presidente João Goulart e, de outro, aqueles que temiam que a *entourage* que o cercava transformasse o Brasil em uma república sindicalista de ideologia marxista.

Nessa época, estava eu como instrutor da Escola de Artilharia de Costa, sediada em prédio próximo à Escola Superior de Guerra (ESG), no interior da Fortaleza de São João.

Existia durante esse tempo, uma rede de rádio interligando o Quartel-General da Artilharia de Costa da 1ª RM (QG ACos/1ª RM), com sede junto ao Forte Copacabana, com seus dois Grupamentos e suas OM subordinadas, da qual a EsACos fazia parte como ouvinte.

Atentos às manobras daquele Governo e sabedores de que no QG da ACos havia alguns oficiais, declaradamente, comunistas, como o Capitão Eduardo Chuay e o Capitão Suzano, permanecíamos na escuta a fim de surpreender diálogos que viessem a confirmar nossos informes e, ao mesmo tempo, colher outros indícios que fossem de posterior valia.

O Capitão Chuay, ainda na Academia Militar, como cadete, já defendia com veemência a doutrina marxista, exercendo forte influência sobre aqueles companheiros que não possuíam uma acendrada convicção democrática. Através de ampla bibliografia voltada para seus interesses, distribuía livros a esses companheiros que se deixavam entusiasmar por essa literatura espúria. Isto explica o fato de que a sua turma de formação tenha sido aquela com maior número de cassados.

Voltemos ao ano de 1963, quando, fiel aos seus pensamentos de jovem cadete, o Capitão Chuay, já com livre trânsito junto à Presidência da República, usava de sua influência na Caixa Econômica Federal para conseguir financiamento para aquisição da casa própria para seus pares que, desta forma, se deixavam levar por suas idéias, passando a defender suas convicções.

Estávamos, a oficialidade de então, dividida em três seguimentos bem nítidos. À esquerda, aqueles que, alinhados com a política dominante, defendiam as esdrúxulas idéias e ações do Governo; no centro, a maioria que se dedicava, quase que exclusivamente, a seus afazeres castrenses e à direita, os que conspiravam e, indignados, procuravam de todas as formas por cobro as medidas permanentes que buscavam à comunização do País.

Com a eclosão da Revolução de 31 de Março, o Comandante da EsACos, Coronel José Vieira Sobral, foi acometido de uma conveniente "cegueira momentânea" que durou até 5 de abril e que o afastou do comando.

Embora não fosse o subcomandante, o Major Augusto César Bondim da Graça, assumiu o Comando da Escola determinando-nos que prendêssemos os oficiais e sargentos alinhados com o Governo.

Após o cumprimento da missão acima, ainda no dia 31 de março, apresentei-me ao Coronel Jaime Moutinho Neiva, que coordenava uma barricada na Avenida Pasteur, na altura do Iate Clube do Rio de Janeiro, a cargo da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com o objetivo de barrar qualquer tentativa das tropas leais ao governo de atingir a região da Praia Vermelha e Urca.

Fomos surpreendidos com a aproximação de um carro de combate que demandava nossas posições. Inquietos e receosos de seu poder de fogo, mas ainda assim prontos para o cumprimento da missão, verificamos, quando mais próximo, que o mesmo trazia uma bandeira branca. Era o Coronel Etchegoyen que chegava para somar esforços.

Permanecemos em posição por todo dia 1º de abril, mas com a adesão de quase toda a Guarnição do Rio de Janeiro à causa da Revolução, retornamos às Unidades. De regresso à EsACos, surpreendi o conluio do Capitão Nogueira, intendente da Escola, com mais dois sargentos que tramavam a portas fechadas uma reação no âmbito da Fortaleza de São João, especialmente contando com a possível adesão de sargentos da Escola de Educação Física do Exército.

Imediatamente dei ciência ao Major Bondim do grave fato, tendo ele me dado ordens para proceder à prisão dos três envolvidos, o que foi feito sem muita dificuldade. Encaminhados os sargentos ao Forte São João, conduzi com uma pequena escolta o Capitão à Chefia de Polícia do I Exército, na sede daquele Grande Comando, na Praça da República. Algum tempo depois, fui chamado para depor no IPM a que respondia o Capitão Chuay, que, em vista de seu comportamento, foi posteriormente cassado.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 março de 1964?

A Nação brasileira estava à beira do caos. A economia combalida se deteriorava, mercê de uma política econômica suicida. A indústria esmagada pelos sindicatos dirigidos pelos "pelegos" caminhava para o sucateamento. As greves no setor dos transportes passavam a ser fatos corriqueiros na vida dos brasileiros. A inflação, sem controle, caminhava a passos largos para a hiperinflação de funestas conse-

qüências. O Presidente da República, fraco e pusilânime, era presa dos agitadores comunistas treinados em Cuba e Pequim. O senhor Luís Carlos Prestes já havia recebido o sinal verde de seus patrões em Moscou, para iniciar a guerrilha rural no interior do Brasil. É dessa época sua conhecida frase "já conquistamos o Governo, só nos falta o Poder". Nunca se esteve tão perto de se instalar no País uma República Sindicalista sob o patrocínio do próprio Governo Federal.

As Forças Armadas já caminhavam para o envolvimento político partidário. Surgiam os "generais do povo". A hierarquia e a disciplina, pilares das Forças Armadas, começavam a ser questionadas, inclusive por elementos do próprio Governo. Apavorada, a Nação, através de sua imprensa, com exceção do jornal *Última Hora,* editado no Rio de Janeiro e de propriedade do jornalista Samuel Wainer, pedia a intervenção das Forças Armadas para o restabelecimento da ordem.

As mulheres foram às ruas orando a Deus pela liberdade da Pátria e pela manutenção da democracia, nas célebres Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que aconteceram em Minas Gerais, São Paulo – Capital e em várias cidades do interior – e, posteriormente ao Movimento de 31 de Março, no Rio de Janeiro, a Marcha que ficou conhecida como "Marcha da Vitória". Enquanto tudo isso ocorria, uma ponderável fração das Forças Armadas, articulava em surdina, a Revolução vitoriosa de 31 de Março de 1964!

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Sem dúvida alguma, as forças vivas da nacionalidade, não contaminadas com a podridão que se procurava instalar no País, reclamava soluções urgentes para evitar a comunização do Brasil. A inflação sem controle afetava de forma danosa a economia, arrastando o comércio e a indústria a situações desesperadoras. Somente aqueles partidários do lema "quanto pior, melhor" teciam loas ao *stato quo* manipulado pelos interesses alienígenas.

O senhor poderia falar sobre as "Ligas Camponesas", os "grupos dos onze" e outros movimentos semelhantes?

Vários movimentos subversivos se instalaram no País durante o Governo João Goulart, com o objetivo comum de subverter a ordem e proporcionar a tomada do Poder com a implantação de um governo marxista-leninista no Brasil. Financiados pelo MCI, formavam células capazes de se infiltrar e cumprir missões de caráter pára-militar, especialmente, visando apoiar ações de invasão de propriedades rurais. Dentre esses grupos, avultaram, no Norte, as "Ligas Camponesas", de Francisco Julião, e, no Sul, os "grupos dos onze" de Leonel Brizola.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964?

Foram vários os acontecimentos que se tornaram determinantes para a eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964. Podemos alinhar alguns:

– o atendimento ao clamor da sociedade civil que culminou com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em repúdio à desagregação institucional, econômica e social;

– a total rejeição das forças vivas da nacionalidade àquele estado de coisas vigente, visando dar um "Basta!" ao cinismo, à insensatez, à audácia, à anarquia, ao despudor e à desagregação social motivados por um governo fraco, contraditório, manipulado pelos comunistas e sindicalistas subversivos que desejavam a implantação de uma República Sindicalista no Brasil ao arrepio das instituições vigentes;

– o desrespeito à propriedade privada e a justa indenização às desapropriações rurais e urbanas com a propalada "reforma agrária", por meio da qual o próprio governo estimulava a invasão de propriedades produtivas, comprometendo, destarte, a toda produção rural;

– a falta do direito à paz, à ordem, aos princípios da hierarquia e da disciplina e do respeito às leis em face de motins, de revoltas, de associações clandestinas de graduados das Forças Armadas à revelia dos regulamentos militares, tudo isso estimulado por autoridades pertencentes ao governo;

– finalmente, as ações e omissões, responsáveis pela desagregação institucional, pelo desmantelamento econômico e pela ruptura do tecido social, ameaçavam lançar o Brasil no abismo da guerra civil.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi um magnífico exemplo de cidadania que o povo, na sua maioria, constituídos de mulheres, angustiado e preocupado com o rumo tomado pela política nacional, democraticamente foi às ruas, desarmado, com velas na mão, orando e pedindo a proteção divina para a caótica situação em que se encontrava o País, à beira do caos, nas garras do comunismo ateu. Foi um apelo para que toda a população brasileira se unisse para restaurar a democracia tão vilipendiada pelos que lhe eram contrários.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 Março de 1964?

Sem a menor sombra de dúvida. Não há um exemplo em toda a nossa história, em que o Exército Brasileiro e as demais Forças Armadas tivessem se manifestado contra a vontade nacional, claramente manifesta pelo povo brasileiro. No que diz respeito à participação na deflagração da Revolução de 31 de Março, foram exaustivamente auscultados os anseios da sociedade brasileira, em seus mais diversos seguimentos sociais, culminando com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Havia, a seu ver, uma Revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Qualquer cidadão, por mais desavisado que fosse, por mais alheio que se encontrasse, perceberia a transformação social que se operava no País. O Governo Federal, fraco e incompetente, tornou-se presa fácil nas mãos de agitadores subvencionados pelo MCI. A expansão do bloco soviético na Europa e a conquista de uma cabeça-de-ponte na América, sediada em Cuba, reativaram o sonho comunista, abortado em 1935, de conquistar o continente americano, através da conquista do Brasil, agora não mais pela força das armas, mas sim pela conquista de mentes adrede preparadas e infiltradas em postos-chave no governo e na mídia, o que, depois, se convencionou chamar de tomada do Poder pela "Via Pacífica". Para que isso ocorresse, mister seria minar a estrutura do último bastião em defesa da democracia – as Forças Armadas. Assim, tentaram destruir o binômio em que se baseia a Instituição – disciplina e hierarquia. Espetáculos deprimentes como a revolta dos sargentos, a reunião no Automóvel Clube do Brasil e o comício do dia 13 de março na Central do Brasil, com a presença do Presidente da República e de Ministros de Estado, atestam os descaminhos por onde enveredava o País. Eles não mais contavam com a reação das Forças Armadas e do povo brasileiro, mas ela veio na hora certa.

Quais na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

A Revolução de 31 de Março de 1964 teve inúmeros líderes militares e alguns líderes civis. Dentre os civis destacaram-se os governadores, de São Paulo, Adhemar de Barros; da Guanabara, Carlos Lacerda e de Minas Gerais, Magalhães Pinto, bem como o doutor Carlos Marcondes Ferraz, na residência de quem, muitas vezes, reuniram-se os generais conspiradores. Quanto aos líderes militares, podemos apontar os generais Castello Branco, Costa e Silva, Antônio Carlos da Silva Muricy, Carlos Luiz Guedes, Olympio Mourão Filho, Amaury Kruel, Odylio Denys, Emílio Médici, Antônio Bandeira, Augusto César de Castro Moniz de Aragão e muitos outros.

A Revolução de 31 Março de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

No tempo em que o mundo se digladiava entre dois blocos antagônicos, natural seria que qualquer movimento que se antepusesse à expansão do domínio de um dos antagonistas, contasse com, pelo menos, a simpatia do outro lado. No Brasil, não seria diferente. Entretanto, a preparação do Movimento de 31 de Março de 1964 foi, a meu ver, exclusivamente interna, embora os conspiradores de então estivessem cientes de que poderiam contar com o auxílio norte-americano, se houvesse necessidade.

A que o senhor atribui o rápido e incruento desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

O chamado esquema militar do Governo de então era constituído, na verdade, pela pequena minoria de oficiais comprometidos com a esquerda e por aqueles que viam na aproximação com o governo uma oportunidade de auferir benesses – os oportunistas aproveitadores. A grande maioria cumpria ordens e, no momento da deflagração da Revolução de 31 de Março, deixaram de lado a posição anterior, frustrando seus antigos chefes que com eles contavam. Até mesmo oficiais que, até às vésperas de 31 de março, defendiam os posicionamentos do Governo Federal, logo após o início da Revolução passaram a defendê-la com veemência, vindo, inclusive, a presidir comissões de inquérito.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

Como já foi bastante enfatizado, a maioria da oficialidade das Forças Armadas estava voltada para seus misteres. Quando conduzida por lideranças confiáveis e lídimas, cumpriu com acerto as missões que lhe estavam afetas. No que diz respeito às OM da 4ª RM/DI, II Exército e AMAN, a condução segura, por parte de seus oficiais, permitiu que a tropa, sob seus comandos, tivesse o desempenho que delas se esperava. Não restam dúvidas de que o binômio "chefia e liderança" esteve presente na totalidade de suas ações. Portaram-se tão bem que chegaram a atrair para o lado da Revolução várias Unidades que deveriam combatê-la, como no caso do 31º Grupo de Artilharia de Campanha (Escola) – 31º GAC (Es), em que duas Baterias de Obuses passaram para o lado da Revolução, se apresentando na AMAN, em Resende, deixando perplexo o Comandante daquele Grupo, Coronel Aldo Pereira, um dos integrantes do esquema militar do Governo Goulart.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto, em seu entendimento? Por quê?

O Corpo de Cadetes da AMAN constitui-se em uma tropa de elevado valor moral e de profundos conhecimentos técnico-profissionais. Seu emprego operacional, sob a liderança firme do General Garrastazu Médici, foi estupendo, explorando o seu nível intelectual e seus conhecimentos sobre Guerra Revolucionária, cuja implementação no currículo da AMAN se deu a partir de 1962, por determinação do Estado-Maior do Exército. Foi empregada a cavaleiro da BR-116, com o objetivo de barrar qualquer tentativa de ataque das tropas do I Exército que marchassem sobre São Paulo. Por outro lado, ali estava a futura oficialidade do Exército Brasileiro e, sem dúvida, os oficiais e a tropa do I Exército se aperceberam dos sacrossantos ideais pelos quais os cadetes ali estavam posicionados, de forma peremptória e dispostos a tudo.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de Março de 1964? Por quê?

A vitória da Revolução de 31 de Março sobre a ameaça marxista no Brasil mostrou que as Forças Armadas eram, naquela ocasião, o último baluarte em defesa das liberdades democráticas. Escoimadas dos maus brasileiros que as integravam, sobreviveram unicamente pelo espírito de união e pela férrea coesão que as domina. Ainda hoje, em um cenário totalmente adverso, as Forças Armadas, mercê dessas qualidades, mantêm-se fiéis ao seu intento de bem servir à Pátria. Este esforço é plenamente entendido pela população que, em todas as pesquisas de opinião, as coloca nos primeiros lugares em confiabilidade.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Se o apego aos ideais democráticos, o amor à liberdade, o progresso com honestidade e justiça social caracterizam uma ideologia, é certo que a Revolução de 31 de Março possuía uma forte ideologia. Mas se a pergunta se reporta à adoção de ideologias com fundamentação filosófica, pensamos que não. A única crença que norteava os atos e ações do ideário da Revolução, era a certeza de se obter melhores condições de vida para nosso povo e isto foi cabalmente atingido, respaldado no binômio desenvolvimento e segurança.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

É muito fácil comprovar a atuação da mídia no apoio à Revolução de 31 de Março, basta que consultemos os arquivos dos diferentes órgãos de comunicação social. Jornais como o *Jornal do Brasil*, o *Estado de São Paulo*, o *Correio da Manhã*,

a *Folha da Tarde,* o *Estado de Minas* e naturalmente *O Globo,* para não citar outros mais, estamparam em suas primeiras páginas nas edições de 31 de março e 1º abril, editoriais exaltando o papel das Forças Armadas na defesa da democracia e agradecendo aos "bravos militares que os protegeram de seus inimigos". O senhor Roberto Marinho, através de seu jornal, publicava em editorial no dia 31 de março: "Como dissemos muitas vezes, a democracia não deve ser um regime suicida, que dê a seus adversários o direito de trucidá-la, para não incorrer no risco de ferir uma legalidade que esses adversários são os primeiros a desrespeitar." Mais recentemente, em editorial do mesmo jornal do dia 7 de outubro de 1984, após mais de vinte anos decorridos da eclosão da Revolução de 31 de Março, assim se expressava o senhor Roberto Marinho: "Volvendo os olhos para as realizações nacionais dos últimos vinte anos, há que se reconhecer um avanço impressionante." Mais adiante, nesse mesmo artigo, assim se expressa o articulista: "Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro País, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da Revolução de 1964." Lamentavelmente, como mudam os homens!

Em seu entender, está correto o termo Revolução? Como denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

O Movimento de 31 de Março foi levado a efeito, atendendo aos repetidos clamores do povo brasileiro em suas diferentes camadas sociais. Não foi um movimento de elite e, muito menos, das classes menos favorecidas. Foi a grande massa da classe média que pedia a intervenção das Forças Armadas para evitar que fosse o País arrastado para as sangrentas mãos do Movimento Comunista Internacional. Era necessária uma tomada de posição antes que a revolução comunista conseguisse atingir seus objetivos, apoiada, internamente pelo Governo Federal e seus sequazes e, externamente, pelas nações do bloco comunista. Na realidade, o que ocorreu no Brasil, em março de 1964, foi, sem qualquer dúvida, uma Contra-Revolução que se antepôs à revolução vermelha em marcha, fato inédito na História Mundial.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar a diferença?

Os cinco governos da Revolução, foram governos onde prevaleceram os poderes civis da Nação. Onde o respeito entre os três poderes caracterizava a prevalência do estado de direito. Onde os governos eram apoiados por um Poder Legislativo

atuante e onde as leis eram aprovadas pelo Congresso e não através de decretos-lei ou medidas provisórias tão do agrado do atual governo. As eleições, embora indiretas, eram disputadas por partidos políticos, inclusive de oposição que indicavam seus candidatos ao pleito. Sem dúvida alguma, tratava-se de governos democráticos, onde os presidentes eram militares. Não eram governos militares, pois esses se caracterizam pela ascendência do Poder Militar sobre os demais poderes da Nação.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais?

Seria, por demais extenso, listar todos os acertos da Revolução de 31 de Março de 1964, mas podemos apontar como principais, a nosso ver, os seguintes:

– o restabelecimento do princípio da autoridade por vinte anos;

– o crescimento econômico a altas taxas, por vários anos seguidos, levando o Brasil da 48ª posição entre as economias do mundo, em 1963, à oitava posição no final do período revolucionário;

– a extraordinária expansão do Sistema de Comunicações;

– a valorização da moeda nacional, com a redução significativa das taxas de inflação, dos juros e o restabelecimento do equilíbrio das finanças interna e externa do País, com base nos seguintes parâmetros: – Inflação de 12% – juros de 7% e crescimento econômico, ao ano, de 9,3%, em 1968; 9,0, em 1969; 10%, em 1970; 12%, em 1971; 11%, em 1972 e 13,6%, em 1973.

– a equalização das necessidades de energia, criando a matriz energética e passando a potência instalada de 5.480 MW (megawatts) para 51 mil MW, quase 1.000% de acréscimo. A energia produzida e consumida, passando de 51 mil MW para 300 mil MW, aumento de 600%. As reservas petrolíferas de 320 barris para 1.900, com acréscimo de 400%. A produção de petróleo de 98 mil b/d para 340 mil b/d, ou seja, 300% a mais;

– a agricultura triplicou a produção, saindo de 18,4 milhões de toneladas em 1963, para 55 milhões de toneladas, em 1983. Nossa capacidade de armazenamento saiu de 5 milhões de toneladas para 57 milhões, um incremento de 1.000% no período;

– a universalização do ensino público, possibilitando um aumento de 180% de matrículas de crianças de 10 a 14 anos. O ensino universitário cresceu 10.000%, saindo de 124 mil em 1963 para 1.300 universitários em 1983;

– a renda *per capita* saltou de US$ 400 com um PIB de US$ 30 milhões em 1964 e uma população de 75 milhões de brasileiros, para uma renda *per capita* de US$ 2.000, com PIB de US$ 125 milhões e uma população de 120 milhões de habitantes

em 1984. Assim, o brasileiro enriqueceu de 400 dólares para 2.000, quatro vezes mais (400%), enquanto a população cresceu apenas 60%;

– a consolidação da democracia, antes mesmo do término da guerra fria, a despeito de brasileiros fanatizados que desejavam atrelar o País ao comunismo internacional que levou os países do Leste europeu a uma situação falimentar nos campos econômico, social e político.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Em um evento da magnitude da Revolução de 31 de Março, onde o fator humano foi de uma grande importância, seria uma veleidade acreditar-se não ter havido erros. É claro que houve, porém em número infinitamente menor do que os numerosos acertos. O maior e talvez o mais grave erro cometido foi a sua perpetuação por cerca de duas décadas. Os dois últimos governos do período revolucionário acarretaram um desgaste bastante apreciável à Revolução e ao Poder Militar diante da população brasileira em geral, cujos reflexos são sentidos até os nossos dias. Podemos ainda enumerar alguns equívocos, a nosso ver cometidos:

– priorizar o campo econômico em detrimento do psicossocial, despreocupando-se da preparação de lideranças políticas para dar continuidade à Revolução;

– não ter conseguido neutralizar a elite política que criou o caos e foi afastada do governo pela Revolução de 31 de Março de 1964, permitindo que voltassem ao Poder, sabotando-o e buscando a desforra em todas as oportunidades;

– haver perdido a "batalha da comunicação social", por omissão, por falta de aplicação de recursos na atividade ou exagerada confiança, permitindo que uma minoria atuante e ensandecida de brasileiros comunistas, aproveitadores e políticos inescrupulosos montasse uma estrutura que passou a dilacerar a verdade a ponto de transformar terroristas assassinos em heróis nacionais como estão fazendo com Carlos Marighela, Carlos Lamarca, Luís Carlos Prestes e outros que hoje ocupam o primeiro escalão dos governos federais, estaduais e municipais;

– permitir que a esquerda e os revanchistas derrotados em 1964 e de 1968 a 1973 dominassem a mídia, a ponto de criar uma nova estória do Brasil, inculcando nas mentes dos mais desavisados que o que vem dos governos revolucionários é violência. Toda prisão foi sem motivo, todo preso foi torturado e todo morto assassinado. A Revolução se tornou impopular a partir de 1975 – porque ela não o era, principalmente no Governo Médici – porque não soube se comunicar. O muito que fez, o tanto que reformou, o muito que modernizou, o enorme crescimento que imprimiu ao País, tudo isso a mídia faz questão de ignorar; a lei do silêncio deve

imperar sobre tudo de positivo que foi realizado. Atualmente, o inimigo tem feito o máximo esforço para o esvaziamento, o enfraquecimento e o sucateamento das Forças Armadas e, se possível, sua destruição, com o beneplácito do atual Governo.

Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, de expressão, artística etc.), com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais de alguns segmentos da sociedade brasileira? O que gostaria de declarar sobre isso?

A nosso ver houve o cerceamento de liberdades nos segmentos da sociedade brasileira comprometidos com a baderna, com interesses escusos e obscuros e, principalmente, daqueles que, de armas na mão, buscaram nos impor a ditadura do proletariado, calcados em doutrinas alienígenas que nada tinham a ver com os valores cultuados e cultivados pela Nação brasileira. A estes, a Revolução de 31 de Março não só cerceou, como procurou extirpar do seio da nossa sociedade. Às demais correntes de pensamento, que buscavam a divulgação dos valores democráticos, de informações sadias e de expressões consentâneas com a índole do povo brasileiro, não sofreram qualquer tipo de cerceamento em suas atividades, muito pelo contrário, foram inclusive estimuladas pela Revolução.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

De forma alguma. Este é um argumento inconseqüente, eivado de má-fé que procura justificar o injustificável. A luta armada surgiu no Governo Costa e Silva, exatamente pelas facilidades proporcionadas pela Revolução de 31 de Março, que, por escrúpulos, não desejava, naquela época, perenizar-se no Poder. A esquerda, sedenta de sangue, vislumbrou nessa atitude, indícios de fraqueza e iniciou a luta armada com o objetivo da retomada do Poder, obrigando ao Governo responder, inclusive com algum retardo, através da edição do AI-5. É risível a idéia de colocar-se, à disposição de inimigos, canais para divulgação de doutrinas, absolutamente contrárias à corrente de pensamento vigente, quando essas idéias podem enfraquecer a democracia com a finalidade de afogar o País na "maré vermelha" que tanto infelicitou e ainda infelicita numerosos povos por este mundo afora.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade, e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

A luta armada tinha por objetivo a retomada do Poder, a implantação de uma república totalitária comunista e, posteriormente, a expansão dos tentácu-

los do "polvo vermelho" para toda a América do Sul. Este movimento de inspiração marxista recebia orientação e recursos dos títeres a serviço do Movimento Comunista Internacional. Numerosos subversivos realizaram cursos de capacitação em vários países comunistas como Cuba, Albânia, Tchecoslováquia e até mesmo na União Soviética. Ao MCI, interessava sobremaneira a anexação do Brasil ao rol de seus integrantes, não só pela sua situação estratégica no continente, como também pelo seu potencial energético e sua força de trabalho.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

Com a eclosão descontrolada do terrorismo urbano e da guerrilha rural, somente um instrumento que desse plenos poderes ao Governo, tornar-se-ia eficaz naquela conjuntura, para evitar uma guerra cruenta entre irmãos. O AI-5 cumpriu esse papel de extrema importância para fazer face à insensatez e à vileza de um inimigo torpe, que se valeu de meios abjetos para alcançar um fim repugnante para nós democratas.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informação e de operações, como o SNI e os DOI e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Nenhum chefe, por menor que seja o escalão, pode prescindir da assessoria de um órgão de informações e, para que essas informações sejam operacionalizadas, em tempo hábil, torna-se necessária a criação de órgãos capazes de, rápida e eficientemente, tomar as medidas julgadas imperiosas. Assim, o Governo Federal criou o Serviço Nacional de Informações, que com suas diversas agências proporcionou uma rede de informações eficiente e capaz. Para fazer face à rapidez que se desejava obter no trato das informações e para coibir, sobretudo, à ação de terroristas ensandecidos, foram criados os Destacamentos de Operações de Informações (DOI). Como essa nova sistemática poderia colidir com alguns aspectos da Lei de Segurança Nacional, houve necessidade, tão-somente, de adequá-la ao Sistema.

Quais os artifícios usados pelos adversários da Revolução de 1964 para obtenção de vantagens na "batalha da comunicação social"?

Muito se fala hoje, porque a Revolução perdeu, na época, a "batalha da comunicação". As hienas de plantão continuam uivando impunemente sem que os órgãos encarregados de divulgar a verdade dos fatos se manifestem. "Uma mentira repetida mil vezes vale mais que mil verdades ditas de uma só vez." Hoje, até mesmo certos revolucionários, infelizmente, não demonstram aquele orgulho de haver participado da Revolução de 31 de Março, o que é lamentável. Se nós, militares, não nos importa-

mos com o restabelecimento da verdade, o que dizer daqueles que até hoje acalentam o sonho de abraçar doutrinas malsãs. O povo brasileiro precisa e quer ser informado dos acontecimentos como de fato ocorreram. Prova disso está na grande procura pelos esclarecimentos que o *site* do Ternuma coloca à disposição dos usuários da Internet. É de se lamentar, seja hoje o Ternuma, uma Organização não Governamental, o único arauto a mostrar a verdadeira História do Brasil em nossos dias, quando o Governo, não só não a divulga, como deliberadamente a deturpa.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Basta verificar a situação de penúria na qual se encontram os militares atualmente e o grau de sucateamento do material em uso para se concluir que os governos revolucionários muito fizeram pelo País no campo do desenvolvimento e muito pouco fizeram pela classe militar.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de Governo da Revolução?

A nosso ver, a Revolução de 31 de Março apresenta duas fases bastante distintas. A primeira, do início do Movimento até o final do Governo Médici, abrangendo três períodos presidenciais, o do Presidente Castello Branco, o do Presidente Costa e Silva e o do Presidente Médici. A segunda, do início do Governo Geisel até o final do Governo Figueiredo. Anteriormente, já havia externado que o maior erro da Revolução foi sua longa duração, assim, coerentemente, afirmo que após o término do Governo Médici, deveriam ser convocadas eleições diretas e entregue a direção do País a presidentes civis, mantendo algumas salvaguardas sob tutela do Poder Militar.

Na primeira fase, especialmente, no Governo Castello Branco, a Revolução de 31 de Março manteve-se fiel ao seu ideário, sob a conduta exemplar desse grande chefe e excelente administrador que foi o Marechal Castello Branco. Nos dois governos que se lhe seguiram, a despeito do recrudescimento da luta armada, o País viveu sua melhor época desde o Segundo Império. Foi a fase do milagre econômico, na qual, contrariando as "vivandeiras" de plantão, o Brasil apresentou a sua maior taxa de crescimento, sendo olhado com respeito a admiração pelas grandes potências mundiais. Foi uma época áurea em todos os setores da atividade, sendo apenas comprometida pela guerrilha que ainda assim teimava em arrastar o País para a guerra interna. A atuação honesta e firme do Presidente Médici, exemplo de militar e estadista, soube ser dura, quando no trato com os terroristas assassinos, e

amena, quando, de radinho de pilha na mão, comparecia aos estádios de futebol e era aplaudido pela população. A nosso ver, vivia-se ali a ocasião propícia para encerrar o período revolucionário.

A partir daí, a Revolução de 31 de Março começou a caminhar para trás. Fomos perdendo terreno na mídia e, em conseqüência, junto à opinião pública. Para tentar manter-se com algum apoio político aparente, começou-se a falar de anistia. A classe política, sedenta de poder, mostrava as unhas. Mesmo os partidos políticos que aparentemente apoiavam a Revolução, confabulavam pelas "diretas já". Fomos perdendo, um a um, todos os valores arduamente conquistados, até desaguar, após o final do período revolucionário, neste estado de coisas, no qual as Forças Armadas são responsáveis por tudo de errado que se faz no País e os terroristas de então ocupam hoje o primeiro escalão da República.

Havia condições para a continuidade do processo revolucionário após o Governo João Figueiredo?

Evidentemente que não. Como já me referi acima, os militares deveriam terse afastado do governo, logo após o término do período do General Médici. Entretanto, tal afastamento deveria ter sido programado para ser efetivado de forma gradual. Mesmo após o Governo Figueiredo, esse afastamento dever-se-ia concretizar paulatinamente, e não da forma abrupta como o foi. Medidas por demais liberalizantes, tomadas durante o último período revolucionário, cujo carro-chefe foi a anistia "ampla, geral e irrestrita", nos dão a medida do açodamento com que a Revolução se retirou do cenário nacional. A anistia como foi feita nos parece uma medida demagógica que em nada interessava aos verdadeiros revolucionários. Hoje, verificamos claramente ser ela unilateral, beneficiando, de maneira vergonhosa, somente aqueles que pregavam a luta armada e o caos social no Brasil.

Que mensagem final o senhor gostaria de deixar para o nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

Antes de mais nada, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui. Sinto-me muito feliz de ter sido convidado para vir prestar este depoimento, porque, graças a Deus, estou em paz com a minha consciência por tudo aquilo que realizei em termos de Revolução de 1964, do que muito me orgulho. Estaria pronto, se o tempo voltasse, para, na primeira trincheira, colocar novamente um basta àquela horda de canalhas que queria comunizar o País. No entanto, estou muito mais preocupado não pelo que foi e sim com o que será! Precisamos, evidentemente, assim que tivermos oportunidade, com o poder da nossa inteligên-

cia, tentar reverter esta situação. Precisamos ganhar a mente das crianças que serão o futuro do nosso País. Precisamos dar a eles os instrumentos necessários para que possam separar o joio do trigo; para que possam compreender que o que aconteceu no Brasil foi alguma coisa grandiosa que superou tudo aquilo que aconteceu no resto do mundo. Temos que passar para elas que a nossa geração, criticada por terroristas e revanchistas desclassificados, salvou o Brasil das garras do comunismo. É com muita satisfação que falamos isto, entretanto com muita preocupação que esta mensagem não chegue ao seu destinatário pela ação dos inimigos do Brasil.

Este Projeto é a maneira de podermos levar para aqueles menos informados, para essa geração que vem depois de nós, e para essa outra que ainda está nos primeiros anos de escolaridade, um pouco da nossa verdadeira história. Através de um trabalho como este, que os senhores estão empreendendo, extremamente complexo, mas de grande valor para o Exército, é que se pode contar a verdadeira história do Brasil.

Coronel Ronaldo Pecego de Moraes Coutinho

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de 1958 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), do Centro de Estudos do Pessoal (CEP – Técnica de Ensino), o de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA) e o Curso Superior de Guerra, os dois últimos da Escola Superior de Guerra (ESG).
- Exerceu as funções de Instrutor da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), do Centro de Estudos do Pessoal (CEP), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e integrou o Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG).
- Comandou o 14º GAC, Pouso Alegre, MG.
- Foi Chefe da Comissão do Exército Brasileiro em Washington/EUA (CEBW) e Adjunto do Adido Militar do Brasil nos EUA.
- Exerceu, também, a Chefia da Assessoria 3 e a Subchefia do Gabinete do Ministro do Exército.
- Em 1964, no posto de 1º-Tenente, era Comandante da Linha de Fogo da 1ª Bateria de Obuses do I/4º RO105, hoje 4º GAC, em Juiz de Fora, MG.

Entrevista realizada no dia 22 de fevereiro de 2002.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Era, na época, 1º-Tenente e servia no então I Grupo do 4º Regimento de Obuses 105 (I/4º RO 105), hoje 4º Grupo de Artilharia de Campanha (4º GAC) em Juiz de Fora, desde 1959.

Antigo no posto, na Unidade e na Guarnição conhecia bem a maioria absoluta dos oficiais tanto do meu quartel como no 10º Regimento de Infantaria (10º RI) e no Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (Esqd C Mec).

No ano que antecedeu a Revolução de 31 de Março, e nos primeiros meses do ano de 1964 o que se via eram os capitães e tenentes, que tinham poder de comando e decisão limitados, se manifestarem, constantemente, entre os companheiros e subordinados sobre os acontecimentos que afligiam toda a Nação e, em particular, o Exército Brasileiro, tal o comprometimento dos altos chefes com as manifestações contra a ordem e a disciplina.

Alguns oficiais – como eu – passaram a estudar e a fazer vestibulares para Faculdades, pensando, na primeira oportunidade, deixar o Exército, tendo em vista as constantes quebras da disciplina e da hierarquia que vinham, progressivamente, acontecendo, o que considerávamos uma traição aos valores cultivados na AMAN e preservados com tanta seriedade e cuidado, ao longo do tempo, pela nossa Instituição.

Reuniões aconteciam em minha residência, congregando amigos mais íntimos entre os tenentes e capitães; o assunto era sempre o mesmo: por que os nossos chefes não agiam diante da desordem que assolava o País? Qual seria o pensamento do General Mourão que, abertamente, dizia que não confiava nos seus generais Comandante da AD/ 4 – Ivan Pires Ferreira – e da ID/4 – Carlos Luiz Guedes? O que estaria fazendo o Marechal Denys em Juiz de Fora, no dia 29 de março?

Essas indagações seriam respondidas, posteriormente, através dos fatos e à medida que o tempo corria.

No dia 31 de março, já de Prontidão, o Grupo recebeu a missão de bloquear a BR–3, na região de Benfica, às 12h, passando de imediato para Ordem de Marcha.

Às 16h, chegaram ao quartel os generais Mourão e Muricy. Na reunião de oficiais, tomamos conhecimento de nossa missão através da palavra do Comandante da Divisão: desceríamos imediatamente para o Rio a fim de depor o Presidente Jango e fechar o CGT; O General Muricy seria o Comandante do Destacamento Tiradentes e o Marechal Denys nos acompanharia no deslocamento. As indagações foram respondidas; o General Mourão preferia o General Muricy – que ocupava uma função burocrática no Rio – aos seus generais subordinados. Daí, a sua convoca-

ção e vinda para Juiz de Fora. Fomos ainda informados de que o 10º RI e o 4º Esqd C Mec estavam requisitando, no meio civil, viaturas para seu deslocamento e depois iriam se juntar a nós na estrada, bem como as tropas de Belo Horizonte e São João Del Rei do Exército Brasileiro e da Polícia Militar mineira.

Ao cair da tarde, às 17h, o I/4º RO 105 iniciou sua marcha para o combate, sendo, portanto, a 1ª Unidade do Exército Brasileiro a iniciar, efetivamente, o Movimento de 31 de Março de 1964!

Às 20h30min, estacionamos em Paraibuna e fomos informados de que o Batalhão de Petrópolis estava barrando a nossa passagem. Pouco depois, chegaram o 10º RI e o Esqd C Mec e as primeiras tropas da PM.

As negociações com o Coronel Kerensky, Comandante do Batalhão de Petrópolis, se iniciaram numa pequena casa abandonada à beira da BR-3.

Às 22h30min, oficiais e sargentos do Batalhão de Petrópolis começaram a passar para o nosso lado e o que restou da unidade retornou para a sede, deixando o nosso caminho livre para prosseguirmos até Três Rios, onde chegamos às 9h30min de 1º de abril.

Posteriormente, já integrando o GT/11 (11º RI, I/4º RO e 4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado), vanguarda do Destacamento, prosseguimos até Areal onde estacionamos por volta das 14h do mesmo dia, tendo em vista estarmos com o caminho barrado por tropas do General Cunha Melo (GUEs), vindas do Rio.

Após negociações, as tropas de Cunha Melo retornaram para a Vila Militar e alguns membros de seus quadros aderiram à nossa causa.

Prosseguimos então para o Rio, chegando à Fábrica Nacional de Motores (FNM) à 1h do dia 2 de abril, onde estacionamos para depois prosseguirmos para o Rio às 14h, chegando, finalmente, vitoriosos, ao nosso destino final, o Estádio do Maracanã, às 15h.

Iniciamos o deslocamento de volta às 5h do dia 6 de abril, chegando a Juiz de Fora às 18h30min, quando fomos recebidos calorosamente pela população, como se fôssemos heróis de guerra, mesmo sem termos disparado um só tiro, mas tínhamos contribuído para consolidar a democracia e a liberdade com responsabilidade.

Às 19h30min, entrávamos nos portões do I/4º RO 105, orgulhosos pelo dever cumprido.

Minhas palavras finais seriam para o nosso Comandante de Grupo: Tenente-Coronel Elias Antonio Jaber. Foi nomeado para comandar o Grupo sendo ainda Tenente-Coronel, sem o curso de Estado-Maior e passara o maior tempo de sua carreira em Mato Grosso (Nioac). Esses fatos eram inéditos para designação do Comandante de uma Unidade considerada de elite que recebia sempre os primeiros classificados

da AMAN e EsAO e era comandada por oficiais de nomeada. Como iria se conduzir à frente dos destinos do Grupo? Quem o indicara para o cargo?

Apesar de todas as indagações o que poderia dizer é que o Coronel Jaber foi um dos melhores Comandantes que tive ao longo de meus 41 anos de vida militar. Firme em suas decisões, educado, tinha uma enorme capacidade de decisão e de simplificar problemas. Conduziu com extrema correção sua Unidade durante todo o desenrolar do Movimento de 31 de Março, demonstrando ser um oficial preparado, líder nato, democrata e digno das tradições de nosso Exército Brasileiro. Nesse momento, presto as minhas homenagens a ele de quem guardo gratas recordações.

O senhor poderia precisar quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Raízes remotas:

– tenentismo: no início da década de 1920, jovens tenentes lutaram no Rio (1922) e em São Paulo (1924) como cidadãos honrados contra o arbítrio, a corrupção e nepotismo que devastavam o nosso País.

– frustração com os resultados da Revolução de 1930;

– o sentimento anticomunista gerado em 1935, por ocasião da Intentona Comunista, reforçados pela guerra fria;

– retorno da Força Expedicionária Brasileira (FEB) com arraigados sentimentos democráticos, fruto da luta contra a ditadura nazifascista.

Imediatas:

As atitudes do Presidente Jango Goulart ao assumir o Governo, imediatamente após uma visita à China e à Rússia, incentivando a desordem, a quebra da hierarquia e as reformas demagógicas.

O senhor julga que a "guerra fria" pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

Sim. Porque, como disse ao responder a pergunta anterior, ela veio reforçar o sentimento anticomunista, nascido em 1935, com a Intentona Comunista.

O senhor poderia nos dizer algo a cerca do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março de 1964?

O panorama político no Brasil era todo ele favorável à conquista do Poder pelos comunistas já que o caos, nos campos econômico e social, estava, praticamente, instalado com o descontrole da inflação e com o incremento da corrupção, alimentados pela presença de radicais na assessoria direta de Jango; o sistema de

transportes entregue a “pelegos” controlados pelo todo poderoso Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); além disso, no Congresso, existia uma minoria comunista, decidida e influente, apoiada pelo próprio Presidente da República, seguindo a orientação de Luís Carlos Prestes, presidente do PCB, ilegal, mas atuante.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Sim, exceto nos sindicatos e no meio dos reformistas de esquerda, a insatisfação era generalizada.

Qual era de modo geral a posição da Igreja, com relação ao Governo deposto em 1964?

Posição da Igreja: de uma maneira geral era contra; entretanto, os radicais da Teologia da Libertação atuavam intensamente junto às comunidades de base, desinformando-as e confundindo-as quanto aos verdadeiros propósitos do Governo, numa atitude favorável aos dirigentes da época.

O senhor poderia falar sobre as “Ligas Camponesas” e os “grupos dos onze”?

Essas organizações eram exaltadas pela mídia engajada e, evidentemente, pelos comunistas, mas, no meu modo de ver, foram ações localizadas. As “Ligas Camponesas” em alguns estados do Nordeste, principalmente em Pernambuco, e os “grupos dos onze”, em particular no Rio de Janeiro, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Tais grupos não conseguiram propagar suas idéias para o resto do País.

O que se passava no meio militar? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas?

Houve várias:

– a revolta dos sargentos em Brasília que objetivava estabelecer a cizânia entre eles mesmos e contra os oficiais;

– meu irmão que servia na Brigada Pára-quedista, me informava pelo telefone que a presença do Governo junto aos sargentos daquela GU era assídua e as promessas de casa própria e automóvel, a juros baixos, fascinava a todos, evidentemente em troca de apoio político na hora que houvesse necessidade.

– nossa Unidade recebeu presos da revolta de Brasília que trouxeram vários problemas disciplinares tal a arrogância que estavam possuídos.

Quais os principais acontecimentos, a seu ver, que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução, no dia 31 de março de 1964?

– a revolta dos sargentos em Brasília;

– a insubordinação dos marinheiros no Rio, acolitados pelos “pelegos” e comunistas;

– as ações da Frente de Libertação Nacional, composta pelos “grupos dos onze”, capitaneados por Brizola;

– as ações das “Ligas Camponesas” de Francisco Julião, em Pernambuco;

– o comício da Central do Brasil, em 13 de março;

– a assembléia realizada no Automóvel Clube do Brasil, em 30 de março, onde o Presidente confraternizou-se publicamente, com as praças das Forças Armadas e das PM, prometendo-lhes uma nova Lei de Promoções, incentivando a promiscuidade entre as autoridades e as praças, afrontando abertamente a hierarquia e a disciplina.

– as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo e no Rio de Janeiro, congregando cerca de um milhão de participantes, em cada uma delas.

Esses, em resumo, foram os acontecimentos catalisadores que contribuíram, decisivamente, para o início da Revolução de 1964.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, qualificada de movimento reacionário pelos opositores da Revolução?

A Marcha da Família teve um significado todo especial, tendo em vista que esse acontecimento serviu como um sinal nítido de que a população, em sua maioria absoluta, estava contra os rumos tomados pelo governo o que veio proporcionar um suporte indispensável e determinante para intervenção das Forças Armadas.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Sem dúvida. Basta consultar os periódicos da época e enfatizar, mais uma vez, o significado das Marchas da Família, não só pelos objetivos desse movimento como, também, pelo expressivo e nunca visto, número de participantes.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Sem dúvida, já que a primeira fase da conquista do Poder estava praticamente instalada, ou seja, o caos a que já nos referimos anteriormente, que criaria condições para o começo de uma guerra civil, precedendo a conquista do Poder. Entretanto, na nossa opinião, as esquerdas radicais se precipitaram uma vez que não possuíam, à época, uma estrutura em condições ideais para atingir seus objetivos.

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964?

Adesão da maioria de imediato.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas (UNE, CGT, PUA, CNT etc.), logo após o início da Revolução?

Nenhuma ação operacional válida. Protestos tímidos e lançamentos de panfletos.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Militares: Marechal Odylio Denys; General Mourão Filho que desencadeou o Movimento e o General Castello Branco que reimplantou a ordem no País.

Civis: Magalhães Pinto, em Minas Gerais e Carlos Lacerda, no Rio.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, em especial dos EUA?

Foi um movimento exclusivamente interno, contando com enorme apoio popular, fato que veio facilitar a intervenção das Forças Armadas.

Pelos relatos, pós-revolução, ao que tudo indica, os EUA estariam em condições de nos apoiar militarmente se necessário, e teriam um Plano denominado "Brother Sam", elaborado pelo General Vernon Walters, Adido Militar na ocasião, amigo de Castello Branco e ex-oficial de ligação da FEB, com concordância do governo americano.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

Era um esquema frágil, liderado por oficiais de pouca expressão, nas instituições a que pertenciam; estavam na contramão da história e do momento político, defendendo valores diferentes dos cultivados em suas Forças.

Qual a sua apreciação, quanto ao aspecto "chefia e liderança", por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial das tropas do Exército, que estiveram na iminência de um combate (4ª RM/DI, II Exército e AMAN)?

"Se as palavras convencem, só o exemplo arrasta."

Guiados por esse pensamento os chefes militares da Revolução conduziram suas tropas para defender a Nação democrática prestes a ser violada pelos grupelhos comunistas.

Contribuíram para isso alguns atributos desenvolvidos ao longo da carreira como o conhecimento da profissão, fruto do contínuo aperfeiçoamento da capacitação

técnico-profissional, realizado através dos inúmeros cursos indispensáveis para o prosseguimento da carreira.

Além disso, o devotamento integral à profissão aliado à capacidade de decidir com clareza e rapidez foram características importantes que permitiram a condução das operações com sucesso.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964, foi correto em seu entendimento? Por quê?

Foi correto, exemplar e de enorme valia para fortalecer – ainda mais – o Movimento.

Quanto às operações militares, o senhor pode precisar alguns objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Sim. A ocupação da Cidade do Rio, antiga capital da República, onde se encontravam o Presidente e parcela significativa do Poder político que ainda não tinha se transferido para Brasília, pode ser considerado como tal, pois para lá se dirigiram as tropas comandadas pelo General Mourão Filho e foi no Rio, também, que ficou tudo decidido inclusive que o General Castello Branco seria o novo Presidente.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após o 31 de Março de 1964? Por quê?

Sim; a coesão entre as Forças Armadas se consolidou ainda mais.

O Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Não creio. Objetivava preservar a liberdade, a democracia e manter a lei e a ordem, objetivos da nossa Constituição que estava seriamente ameaçada.

A hoje chamada "mídia" apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

A grande mídia, naqueles momentos que antecederam à Revolução, apoiava abertamente o Movimento até porque vislumbrava as restrições ao seu funcionamento que viriam caso um regime comunista fosse instalado. Iriam, certamente, perder sua importância, suas prerrogativas e sua liberdade. Era uma questão de sobrevivência de seus empregos e de seu futuro.

O apoio popular também influiu decisivamente para essa tomada de posição.

Exemplos: *O Estado de Minas, Jornal do Brasil, O Globo, Correio da Manhã*.

No seu entender, está correto o termo "Revolução"? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Por quê?

O nome mais adequado seria Contra-Revolução, pois já havia uma revolução em marcha, caracterizada pelas tentativas, bem-sucedidas de se estabelecer o caos no País o que viria a ser, doutrinariamente, a primeira fase do processo de conquista do Poder pelos comunistas.

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O que pode caracterizar a diferença?

Os governos, do período revolucionário, eram de presidentes militares e não um governo militar. Isso porque os presidentes militares procuraram, sempre que possível, manter o Congresso funcionando e buscaram a legitimação de seus atos através dos representantes do povo.

Além disso, convocaram, durante todo o período que governaram, civis qualificados para ocupar ministérios e cargos dos mais diversos em toda estrutura governamental.

Tinham, também, o pensamento permanente de passar gradualmente o Poder para os civis assim que a situação permitisse, como de fato aconteceu ao final do Governo Figueiredo. Com o passar dos tempos, o número de militares que passou a fazer parte das instituições governamentais, aumentou consideravelmente, porém sem que isso pudesse caracterizar um governo militar.

A mídia, nessa última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia dizer os principais?

– Infra-estrutura econômica:

– Transportes – aumento significativo da malha rodoviária nacional, não só pela construção de novas estradas como também pela pavimentação das já existentes.

– Energia – aumento da potência instalada através da construção de grandes usinas hidrelétricas como Urubupungá, Itaipu, Tucuruí.

– Comunicações – criação de um sistema básico de comunicações, através da Embratel que instalou um sistema internacional de satélite e milhões de canais de voz.

– Petróleo – investimentos substanciais na área de refino, exploração e desenvolvimento da produção.

– Educação e Cultura: diminuição do número de analfabetos – MOBRAL aumento considerável do número de universidades.

– Economia – redução drástica da inflação particularmente de 1971 a 1975.

Obs: essa omissão da mídia é criminosa e tendenciosa, já que os principais veículos de comunicação do País se encontram infiltrados de esquerdistas revanchistas

que colocam a defesa de suas ideologias acima dos interesses do País, procurando denegrir a imagem das Forças Armadas e dos governos militares. Através das meias-verdades e da desinformação procuram reescrever e deturpar a história, como impunemente estão fazendo, às escâncaras e ostensivamente.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março de 1964 cometeu erros? Caso positivo quais foram?

Sim. Os principais foram:

– nomear alguns políticos pusilânimes para cargos de relevância;

– não processar à época os detratores das Forças Armadas;

– dar excesso de poder ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e Polícia Federal;

– dar projeção às Polícias Militares, prestigiando-as de tal forma que hoje essas corporações adquiriram um poder político considerável, maior que as Forças Armadas, embora sejam corporações mal-estruturadas e ineficientes que se servem de sua ambivalência para usufruir benefícios próprios, deixando de lado os interesses da população;

– não difundir ampla e pormenorizadamente as ações terroristas, permitindo que aqueles que mataram, seqüestraram, explodiram bombas em instalações públicas, passassem a ser considerados heróis perante a opinião popular e hoje ocupem altos cargos na administração do País.

– não ter conseguido ganhar a "batalha da comunicação".

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução de 1964, durante a década de 1960 e, principalmente, na de 1970, considerados os maiores da economia brasileira por renomados conferencistas civis, que têm passado pela ESG, em nossos dias, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?

Conseqüência natural da perda da "batalha da comunicação". Em determinado momento do período revolucionário, as esquerdas "revanchistas" perceberam que as tentativas de instalar a guerrilha no País não teriam êxito porque as Forças Armadas tinham o controle da situação – graças ao eficiente serviço de informações montado – e viram que o domínio das comunicações seria a saída natural para a revanche futura, o que de fato vem acontecendo.

Outro motivo seria a falta de preocupação em montar Grupos de Trabalho, no âmbito das Forças Armadas especializados e permanentes, encarregados de se contrapor, rapidamente, aos ataques dos detratores dos governos revolucionários. Seria uma espécie de pronta resposta.

No mundo conturbado pelas ações do Movimento Comunista Internacional (MCI), no período da guerra fria, como foi possível ocorrer em nosso País um quadro de progresso e crescimento econômico que chegou a ser conhecido por "Milagre Brasileiro"?

Foi possível graças, em primeiro lugar, ao preparo cultural dos oficiais das Forças Armadas, oriundo dos diversos cursos de seleção existentes na carreira das armas que possibilitam ao militar ter uma visão mais precisa do que qualquer outro cidadão, da conjuntura nacional.

Em segundo lugar, poderíamos ressaltar que os atributos cultivados pelas classes armadas tais como: coragem, determinação, disciplina intelectual e idealismo, contribuíram para esse sucesso reconhecido mundialmente.

Também seria importante destacar a vontade política, dos governos revolucionários, para atingir os objetivos nacionais estabelecidos e a preocupação com a segurança nacional.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram por princípio de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

Objetivamente, como já me referi acima, foi perdida.

Os governos revolucionários se preocuparam em fazer a difusão de suas realizações, tanto é que foi criada uma assessoria, no nível Presidência da República, destinada para tal fim, chefiada pelos então coronéis Camargo e Otávio Costa. Ao que parece não tiveram o êxito esperado ou não deram importância a esse aspecto, já que o sistema de informações funcionava, à época, muito bem.

Houve um trabalho também importante, que perdura até nossos dias, que foi a criação de um Sistema de Comunicação Social com um órgão central o CCom SEx e no âmbito dos Comandos Militares e GU subordinadas o incremento das atividades da 5ª seção.

Porém, nos parece que esses órgãos não conseguem espaço adequado na grande mídia e seus pronunciamentos, com destaques precários, não atingem o grande público.

Hoje em dia, a mídia é o maior "partido político" do Brasil. Cortejada pelo poder econômico e pelo governo se associa a eles sempre que necessário para trocar favores, seja através da distorção premeditada de fatos, seja denegrindo a imagem de instituições ou pessoas honradas do presente e do passado.

O que o senhor tem a nos dizer acerca de ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestros de embaixadores, assalto a quartéis, a bancos) praticadas por extremistas?

Constituíram-se em atos violentos de covarde e odioso terrorismo, que com a ausência de uma adequada divulgação ostensiva e repetida, foram, com o passar dos anos, distorcidos cinicamente.

Houve, a seu ver, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades (de imprensa, expressão artísticas, etc.) com prejuízo para a divulgação do pensamento e ideais da sociedade brasileira? O que o senhor tem a declarar quanto a isso?

Nos primeiros governos da Revolução havia a censura, pois a situação assim o exigia. Progressivamente, esse cerceamento aos meios artísticos, foi diminuindo e no Governo Figueiredo praticamente não mais existia.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Não concordo; basta recorrer aos jornais da época e ver os artigos de Alceu de Amoroso Lima, Heitor Cony e outros.

Quais os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade e onde buscavam a orientação e o apoio externo?

Só houve luta armada em Caparaó e no Araguaia. O apoio mais significativo vinha de Cuba, onde vários terroristas, inclusive o atual Presidente da Petrobras, o tal Henri, tiraram cursos de guerrilha. A China maoísta também contribuiu, instruindo alguns militantes da época.

O AI-5 era necessário? Qual a sua opinião?

Foi mais que necessário, pois a desordem já dominava as ruas e havia necessidade de medidas mais fortes para restabelecer o controle do País.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informação e de operações como o Sistema Nacional de Informação (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Sem informações precisas, oportunas e verdadeiras é impossível um governante tomar acertadas decisões e a criação do SNI e dos DOI veio permitir aos governos revolucionários conduzir com maior acerto os destinos do País.

Hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

Esses termos foram criados pela mídia infiltrada de esquerdistas e se constituem numa verdadeira falácia, já que esses mesmos meios de comunicação idola-

tram Fidel Castro, que matou cerca de vinte mil no *paredón*, chamando-o de presidente e o recepcionando com uma cobertura extremamente favorável.

Seria interessante ressaltar que esse sanguinário cidadão não entra nos Estados Unidos, a maior democracia do mundo, bem como o senhor Gabeira, terrorista consagrado e que hoje posa de herói tendo em vista o destaque que a mídia facciosa lhe oferece.

Julga o senhor que a Revolução muito se demorou no Governo do País?

Sim, após o Governo Médici deveria ter sido concluída, inclusive com a passagem dos encargos de Presidente da República para um civil.

Ao tempo dos governos revolucionários, acha o senhor que as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

Não. Pelo contrário, se formos considerar a mudança da lei da nossa aposentadoria e as condições salariais que nos foram outorgadas, poderemos constatar facilmente o rigor com que fomos e estamos sendo tratados.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de Governo da Revolução?

Houve, evidentemente, erros e acertos, estes últimos muito mais numerosos. O que se pode constatar através dos sucessos obtidos nas grandes realizações nos campos econômico e social, na infra-estrutura, na educação é que o nosso País deu um grande salto na busca do desenvolvimento, nesse período, como nunca se vira antes, proporcionando condições para que os desmandos dos governos civis que se seguiram à Revolução, não fossem sentidos com a real intensidade pela população. O caso do racionamento de energia recente é um bom exemplo disso já que nada se fez de significativo no setor, fato esse que veio desaguar num racionamento previsível pelos técnicos em função dos pequenos investimentos feitos ao longo desses 17 anos dos governos eleitos pelo voto direto.

Por que se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

O longo tempo de permanência dos militares no Poder, os problemas surgidos no Governo Figueiredo, como o novo choque do petróleo, as desavenças com o Vice Aureliano, por ocasião da operação do Presidente, alguns pronunciamentos presidenciais intempestivos, as ações dos sindicatos apoiados pela imprensa, formaram um clima favorável ao desgaste dos militares perante a opinião pública

nacional e o seu posterior e progressivo desengajamento do governo que viria a se concretizar no Governo Collor, já que a influência do Ministro do Exército – General Leônidas – em particular e dos outros de um modo geral, no Governo Sarney foi marcante, desde seu início até o fim.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura" desde o Governo Geisel?

Foi uma atitude correta, feita no momento certo, mas que teve falhas na sua execução, tendo em vista que ao final do Governo Figueiredo os militares perderam o controle da situação permitindo aos políticos e principalmente às esquerdas, espaço para o "revanchismo" explícito.

A atuação política e os resultados econômicos do último Governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

Sem dúvida.

Houve, a partir de 1985, e existe hoje o chamado "revanchismo" por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer da Lei da Anistia?

A anistia, cedo demais, permitiu que políticos revanchistas, em curto prazo, ocupassem cargos no Legislativo e no Executivo, fato que veio aumentar, ainda mais, o desgaste das Forças Armadas. Praticamente, só beneficiou terroristas e subversivos. Foi notoriamente unilateral.

Como o senhor analisa hoje após a queda do Muro de Berlim o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

O radicalismo, no Brasil, vem desaparecendo aos poucos à medida que as esquerdas passaram a ocupar cargos executivos e os escândalos e as más administrações de seus partidários se fizeram freqüentes, demonstrando que os partidos de esquerda são iguais aos outros e para isso estavam precisando só passar a ser "vidraça".

Infelizmente, o comunismo não desapareceu e, com a esquerda no Poder, quase toda internacionalista, o Brasil continuará não tendo influência significativa no cenário político mundial, dominado inteiramente pelos Estados Unidos e o G-7.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam as várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

As pesquisas vêm indicando essa tendência há muito tempo; entretanto com a pouca divulgação do fato pela grande mídia, que se preocupa mais em desferir

ataques infundados às Forças Armadas, me parece que a repercussão é pequena e até mesmo aqueles que votam favoravelmente têm medo de demonstrar publicamente sua verdadeira opinião, em face da força dos veículos de comunicação.

Haja vista a publicação, recente, do enredo de um filme que aborda de forma negativa a atuação do Patrono do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai e cujas respostas não tiveram a ênfase compatível para um fato que deveria indignar a todos. Essa é a diferença para a maior democracia do mundo: lá o povo fala orgulhoso: "a nossa Marinha"; "o nosso Exército", a meu ver, não temos que nos contentar com essas pesquisas de aceitação, o povo tem que amar suas Forças Armadas pelo que elas representam para manutenção da ordem interna e respeitabilidade externa.

Finalmente, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 31 de Março de 1964 que devesse ficar registrado para a História por meio deste Projeto Oral do Exército Brasileiro?

Além de tudo que já foi dito, gostaria de realçar, uma vez mais, que, sem o 31 de Março, não teríamos condições de dar um salto expressivo em tão pouco tempo, na direção do progresso e do crescimento acentuado nos campos econômico, político e social, acontecimentos que fizeram o Brasil emergir, no período revolucionário, como uma potência atuante e respeitada no âmbito das nações.

Entretanto, os meios de comunicação infiltrados por elementos da esquerda, ex-terroristas e revanchistas vêm distorcendo, anos a fio, propositadamente, a verdade dos fatos, tratando com ironia e desdém os responsáveis por um momento de grande desenvolvimento do nosso País, demonstrando em todas as oportunidades que preferem apagar da memória dos brasileiros todo sucesso alcançado no passado e cortejar, através de reverências, os políticos e ditadores de esquerda, como Fidel Castro, o exterminador de milhares de concidadãos.

É inaceitável que hoje não mais sejam comemoradas pelas Forças Armadas datas como o 27 de novembro e o 31 de março. Em nome da anistia? Ou conformismo dos atuais chefes?

As respostas aos ataques freqüentes que o Exército Brasileiro vem sofrendo (corte de árvore na Praia Vermelha, Réveillon no Forte de Copacabana, a falsa estória do Caco Barcelos, caso Fayad, caso Avólio etc.) têm sido tíbias e de repercussão bem inferior às reportagens da grande mídia.

Ao que parece, os perdedores de 1964, distorcendo os fatos, estão reescrevendo a História, sem que nenhuma ação efetiva seja realizada nas escolas e universidades do País, por aqueles que deveriam preservá-la verdadeiramente.

Coronel Francimá de Luna Máximo

- Natural da Cidade de João Pessoa, Paraíba.
- Pertence à Turma de 1959 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), ano em que foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria.
- Possui os cursos básicos de Pára-quedista, Mestre de Saltos e de Salto Livre do Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil, o de Técnica de Administração do Centro de Estudos de Pessoal (CEP/Palácio Duque de Caxias) e o de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
- Serviu na tropa pára-quedista em todos os postos da carreira militar, desde 2º-Tenente, quando foi brevetado, em junho de 1961, até março de 1987, ocasião em que passou para a reserva remunerada, no posto de Coronel.
- Esteve, também, classificado como voluntário, durante seis anos, em duas oportunidades diferentes, no 2º Batalhão Especial de Fronteira/Comando de Fronteira do Solimões (Tabatinga, AM), extremo oeste do Brasil, tríplice fronteira entre Brasil-Peru-Colômbia, e no 1º Batalhão Especial de Fronteira/Comando de Fronteira de Roraima (Boa Vista, RR), limite setentrional, Brasil–Venezuela–Guiana, exercendo as funções de Comandante de Companhia de Infantaria de Selva, Oficial de Operações (S/3) e Oficial de Informações (S/2).
- Na reserva, dedica-se ao estudo das questões da Soberania Nacional e ao trabalho na área de Comunicação Social, de conteúdo nacionalista, através das publicações do Núcleo de Estudos Estratégicos Mathias de Albuquerque (NEEMA), onde atua como Coordenador Executivo, e do jornal *O Farol,* do qual é Presidente, atividades desenvolvidas dentro do Movimento Nativista. É Presidente da Associação dos Veteranos de Brigada de Infantaria Pára-quedista.
- Em 1964, no posto de 1º-Tenente, era Oficial Subalterno no Regimento Santos Dumont, do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, Vila Militar, RJ.

Entrevista realizada no dia 1º de abril de 2002.

Primeiramente quero dizer do meu júbilo pessoal e do meu reconhecimento pela oportunidade de retornarmos ao Exército, a este Quartel-General, para reafirmarmos as nossas responsabilidades na posição assumida em 31 de março de 1964. Também dar o testemunho de fatos vividos, aos quais vou basicamente me ater, fatos que foram vivenciados naquele escalão em que eu me encontrava – um escalão subalterno, 1º-Tenente –, ainda muito moço, aos 28 anos de idade.

Situações reais, e que eu já estava desesperançado da possibilidade de oferecer essa contribuição, sobretudo para que ela sirva como elemento de reflexão e de estudo para gerações presentes e futuras, para os jovens e para a própria história.

Que fatos o senhor gostaria de destacar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e durante o seu desenvolvimento?

Isso é muito interessante, e poderia dizer exatamente o que foi o ambiente reinante na época, o contexto histórico que vivemos, a questão dos reflexos da fermentação política na área militar, que existiu em larga escala e, que, sobretudo, motivou o posicionamento que adotamos de solidariedade aos altos escalões do Exército que resolveram se opor àquele clima de descalabro.

Na verdade, ocorreram desdobramentos de 1964 sobre os quais gostaria de apontar a nossa visão sobre eles. E, como vivemos, desde tenente até coronel, todo esse processo, não deixaria de estar atento a algumas colocações que se somassem aos fatos vividos enquanto tenente e a própria maturação que a vida nos oferece, para avaliações mais aprofundadas.

Onde o senhor servia nos pródromos da Revolução, e quais os principais fatos vivenciados?

Encontrava-me no Regimento Santos Dumont, e isso significa dizer no Rio de Janeiro, na Vila Militar. O Rio de Janeiro foi o centro político de maior repercussão daquilo tudo com que nós nos defrontávamos, no quadro da guerra revolucionária, orientada pelo Movimento Comunista Internacional (MCI).

Sabemos, perfeitamente, que o clima na sociedade era de um descontrole total por parte do Governo da República, conduzido pelo senhor João Goulart, em que evidências gritantes atingiam o cotidiano do cidadão, tais como o grevismo e a excitação no sentido de obter uma atuação contrária aos princípios básicos das Forças Armadas – a hierarquia e a disciplina –, estimulando escalões subalternos a assumirem um papel político dentro dos quartéis.

E o Rio de Janeiro era, sem dúvida, o centro de maior projeção nesse campo, com maior presença de efetivos militares, historicamente, desde 1920, com a criação da Vila Militar, no Governo do Presidente Hermes da Fonseca, uma concentração

de tropa muito grande. Naturalmente, seria de grande importância que esta área estivesse, no mínimo, desestabilizada nas suas bases, com inquietações nos quartéis e constante agitação social provocada por sindicatos, através de greves políticas.

Os sindicatos passavam a ter presença ativa no seio da massa trabalhadora não como portadores de reivindicações específicas da classe, mas simplesmente como autores de paralisações seguidas que atingiam duramente a vida dos cidadãos e das empresas. A inflação assumia índices preocupantes porque, demagogicamente, eram atendidas todas as reivindicações salariais da classe trabalhadora para atraí-la, também, como braço político dessa fermentação própria da guerra revolucionária; e, por outro lado, as paralisações prejudicavam o setor produtivo da Nação.

Sem dúvida, um quadro trágico.

Então, eu estava neste ambiente e servindo ao Exército numa tropa – a tropa pára-quedista – que por suas condições estratégicas e de pronto emprego em situações de grave perturbação interna, ou por necessidades externas da nossa defesa, evidentemente foi impactada muito especialmente, foi tratada de forma especial pelos cultores do caos naquela época.

Nesses pródromos, de agitação, de confronto, de ação intensa do MCI (Movimento Comunista Internacional), que participação teve o Núcleo da Divisão Aeroterrestre (NuDAet), no chamado "levante dos sargentos", fundamentalmente da Aeronáutica, que ocorreu em Brasília, nesse período anterior à Revolução?

O NuDAet era integrado, basicamente com dois grandes componentes: o Regimento Santos Dumont e o Grupo de Artilharia Aeroterrestre.

Convivíamos, no nosso dia a dia, com situações muito concretas. Por exemplo: de repente, somos surpreendidos, em um fim de semana, com o jornal *Diário de Notícias* publicando declarações políticas do Subtenente Gelcy, um nome que se tornou muito conhecido naquela época e que trabalhava na nossa área de motomecanização, na garagem do Regimento. Ele enveredara por um caminho incompatível com a vida castrense, ao decidir alertar o País de que havia uma mentalidade retrógrada no Exército, chamando os oficiais que não concordavam com a linha demagógica do Governo Jango de "gorilas" e outras atitudes de indisciplina.

Esse fato causou bastante apreensão na área onde eu estava, porque ele, evidentemente, não estava só, outros o acompanhavam. Era uma indicação clara de que dentro do nosso quartel e, no NuDAet, por extensão, já existiam como que escalões ou células paralelas à cadeia de comando. Isso numa tropa pára-quedista – sem demérito para as demais – onde os rigores do cumprimento de missões

arriscadas apelam muito para esse sentido de cumprimento do dever, trabalho em equipe, confiança nos comandantes, de respeito às ordens e de rigoroso apego à disciplina.

Posteriormente, em outra ocasião, pude testemunhar, como jovem tenente, lá pelos idos de 1962, o Comandante do Núcleo, General Sylvio Américo de Santa Rosa – que tinha uma posição que nos parecia ambígua – porque essa liberalidade com subordinados que se lançavam na aventura de política partidária e ideológica, mereceria uma atuação mais enérgica da parte do seu comando, convocou uma reunião de todos os oficiais e sargentos da Grande Unidade. Adianto que, sempre que possível darei os nomes dos protagonistas embora nem sempre os tenha completos. Convocou uma reunião de todos os oficiais e sargentos do Núcleo.

Para se ter uma idéia, isso só pôde ser realizado no antigo pavilhão de dobragem de pára-quedas, que é um pavilhão enorme, com mesas, dezenas de mesas, que servem de amparo para a dobragem, na Colina Longa, hoje, situado na área do Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil (CIPqdtGPB). E ali, estupefato, como jovem tenente egresso da Academia Militar das Agulhas Negras, da nossa AMAN – brevetado pára-quedista com quatro meses de 2º-Tenente – senti que aquela reunião tinha um caráter confuso. Para que seria? Era para enquadrar alguém? O General fez um pronunciamento vago, sem um objetivo claro para mim.

De repente, um sargento dá um pulo, coloca-se em cima de uma mesa daquelas, e faz uma verdadeira imprecação, atribuindo rótulo de "gorilas" a quem não apoiasse os planos governamentais que estavam em curso através dos comícios. Havia muitos comícios com essa pregação, que destacavam um certo condomínio de reformas necessárias ao Brasil, mas sempre com uma acentuada presença de agentes comunistas, algo que nós percebíamos perfeitamente.

Não tínhamos por que, de pronto, atribuir uma avaliação de que o Presidente era comunista. Ele era um rico estancieiro e nós, instrutores pára-quedistas, oficiais formados pela Academia Militar, tínhamos capacidade de fazer essas distinções, mesmo sendo jovens. No entanto, parece-nos que ele assim agia, movido por uma ambição desvairada de querer consolidar-se no Poder e, sobretudo, com olhos voltados para a eleição que iria se operar em 1965, estimando que uma dessas reformas garantiria o instituto da reeleição, que só veio acontecer agora, há poucos anos, há dois ou três anos, passados mais de quarenta anos.

Não existia na História do Brasil, na história republicana, esse requisito da reeleição. E o senhor João Goulart, ao contrário do que pode parecer, embutida junto com medidas que poderiam atender ao povo, uma das reformas era essa, a reforma

eleitoral, que lhe franquearia a reeleição, porque ele estava cumprindo um mandato em substituição ao presidente que havia renunciado.

Portanto, aquele ambiente gerava predileções e acenos de políticos, atraindo oficiais, atraindo praças, mas sempre com esta nova componente, porque, pela primeira vez na História do Brasil, havia uma carga muito grande de atuação direta e de confronto de sargentos contra oficiais.

É verdade.

Era a primeira vez que isso acontecia. E, para mim, aquilo ficou muito evidente quando aquele sargento tomou a palavra acintosamente, diante de toda a oficialidade, e fez um discurso altamente explosivo, e que não gerou maiores conseqüências da parte do General Santa Rosa.

Então, somavam-se declarações políticas à percepção de que grupos na caserna estavam se organizando em busca da realização das reformas que o Governo e seus seguidores apontavam como solução para o País.

Mas, ao mesmo tempo, como oficial, como cidadão, eu me perguntava: "Mas como que essas coisas que têm essa aparência boa – reformar, resolver o problema da terra, atender aos preceitos de maior defesa da economia perante a voragem que já se manifestava dos trustes, como eram denominados – mensagens que traziam uma componente nacionalista –, poderiam ser efetivadas com tais instrumentos de ação política?"

Isto está configurado dentro dos pródromos, quer dizer, forte fermentação política nos quartéis, como prosseguimento de uma ação política de maior porte e que já suscitava ingredientes suficientes para se fazer uma análise da conjuntura e da posição que cada um de nós teria de tomar diante desses fatos. De concordar ou de discordar.

O processo não parou nisso. Posso também citar um outro exemplo: a fermentação agravou-se de tal maneira que desaguou num ato horrendo, que foi o atentado ao Governador do Estado da Guanabara, senhor Carlos Lacerda, para o qual o Núcleo da Divisão Aeroterrestre havia sido selecionado para executá-lo pelo Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, que num dos seus "porres cívicos" teve esse delírio, contando com o beneplácito de oficiais da confiança dele no Núcleo. Os militares envolvidos neste lamentável episódio constam no acervo do Inquérito Policial Militar instaurado na época.

Esse foi um fato muito conhecido, e foi barrado graças à tomada de posição de dois Oficiais Superiores: o Comandante do Grupo de Artilharia Aeroterrestre, Tenente-Coronel Francisco Boaventura Cavalcante Junior, e o meu Comandante na Infantaria, o Tenente-Coronel José Aragão Cavalcante.

Recordo-me muito bem quando, na manhã daquele frustrado atentado, o Coronel Aragão, no café da manhã, bateu palmas com as duas mãos para chamar a atenção dos oficiais e disse: "Nós aqui só cumpriremos ordens legais e decentes." E aquilo começou como que a estabelecer essa cunha na nossa ortodoxia. Quer dizer, já havia indicações concretas de que não bastava o militar ser disciplinado, ser fiel a toda bagagem da formação legalista da Academia – que sempre nos deu uma formação legalista – porque se ficássemos todos unicamente enquadrados, calados, poderíamos servir de instrumento para missões daquela natureza que eu vi. O atentado ao Governador da Guanabara frustrou-se porque foi abortado dentro do Núcleo da Divisão Aeroterrestre. É verdade que ele não foi exclusivamente operacionalizado lá, existiam outros elementos envolvidos dentro desta cadeia hierárquica maluca que começava a "mostrar os seus dentes", e para nós evidenciava a necessidade de estarmos atentos.

Mas lá foi frustrado pela ação, fundamentalmente, dos tenentes-coronéis Aragão e Boaventura.

Notadamente pela ação consciente desses dois Comandantes:

Tenente-Coronel José Aragão Cavalcante, penso que ainda está vivo...

Coronel Aragão, que foi nosso professor de Geopolítica na AMAN, e o Coronel Boaventura.

Francisco Boaventura Cavalcante Junior, que era o Comandante do Grupo de Artilharia. Ambos tinham um senso muito profundo de atenção à evolução dos acontecimentos por essa via obscura, enigmática da propaganda em torno das "reformas de base". Havia alguma coisa que, na verdade, subvertia. Ainda falam muito e tentam ridicularizar, achincalhar, afirmando que a Revolução foi algo que se processou dentro de uma histeria contra a subversão e contra a corrupção, e não apresentam os fatos escabrosos que antecederam à intervenção militar, e ficam só nisso; acho que também houve um erro grave de comunicação nosso em não detalhar os fatos anormais, totalmente fora dos padrões castrenses, ocorridos em nossos quartéis, que nos levaram à Revolução.

O povo não sabe disso, do que ocorria entre os muros dos quartéis.

Recordando o meu tempo de tenente, já apontei três: o Subtenente Gelcy, no jornal *Diário de Notícias*, fez declarações, duas ou três reportagens em domingos, deblaterando contra "Deus e todo mundo"; o outro que, numa reunião de oficiais, convocada pelo General Santa Rosa, um sargento faz um discurso, chama todo mundo de "gorila" etc., como que instigando os oficiais a segui-lo, ou então se apresentando como representante de um grupo capaz de ultrapassá-los e a tentativa de assassinato do Governador Lacerda.

E, aí, há uma quebra total da hierarquia e da disciplina.

Totalmente, visível para todos. Por isso é que eu me espantava muito com o grau atingido de condescendência com a omissão – me espantava – porque essas coisas foram muito claras. Você não precisava ser politizado para verificar – eu até coloco isso num segundo plano – que a componente ideológica forte era a do Movimento Comunista Internacional, isto é evidente. Mas a maioria, inclusive dos oficiais, ficava perplexa ou não acreditando exatamente naquilo que observava, não obstante esses fatos que estavam acontecendo com uma clareza indiscutível.

Então, na nossa área, do Núcleo, isto já permitiria uma rápida delimitação dos papéis que tínhamos que assumir. Evidente que faltava informações, esclarecimentos em outros lugares do Exército, mais distantes. Considero, inclusive, fazendo um parênteses, que julgo fundamental: para que um oficial pudesse assumir a posição que nós assumimos, adesão a ruptura constitucional – que foi o que nós fizemos e temos que deixar isso muito claro – ele deveria ser visto sob dois elementos fundamentais: o primeiro é a sua posição geográfica, onde se encontrava, e o segundo, o grau de informações que possuía.

Por isso, quando alguém estava numa unidade importante do Exército, como eu estava, e em outras unidades da Vila Militar – Regimento Escola de Infantaria, Grupo Escola de Artilharia, EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) e outras escolas, como a Escola de Estado-Maior – eu não compreendia a apatia, a dúvida ou ambigüidade diante desses fatos, porque isto era visto por todos. Aqueles oficiais que não conseguiram enxergar o perigo para as Instituições diante de acontecimentos claros como esses que mostrei, permanecendo ao lado da baderna, esses, sim, precisam explicar por que ficaram cegos.

E, então, quem sabe, essa permanente campanha que quer apagar da história, ou então reduzir essas tomadas de atitudes, vou até o ponto de ser um pouco indulgente com aqueles que deveriam ter maior responsabilidade, que seria de identificar a componente ideológica marxista-leninista camuflada sob a égide do apelo às "reformas de base". Como um oficial poderia aceitar que alguma coisa estivesse sendo feita – retiro o lado ideológico, insisto, evidências – que nos remetiam para um cenário de total indisciplina, de balbúrdia e de inversão da hierarquia? Como aquilo poderia ser assimilado e aceito ou, no mínimo, tolerado, o que é a mesma coisa. Como ser tolerante diante desses fatos?

Fatos insuportáveis, inaceitáveis, não podiam ser tolerados, mas eram.

Culminando com mais um acontecimento inusitado, nos pródromos. Em face de tudo isso, o Comandante do nosso Regimento – o Tenente-Coronel José Aragão Cavalcante – foi instado por um grupo de oficiais, notadamente pelos então capitães Carlos Alberto de Lima Mena Barreto e Acrísio Figueira para que ele passasse a ter uma segu-

rança permanente de dois oficiais. Depois desse evento – atentado ao Lacerda, do qual o Coronel Aragão não admitiu que o seu Regimento participasse – e as evidências, como disse, eram gritantes – de indisciplina e da ação deletéria ideológica marxista-leninista, com todos os seus panfletos distribuídos nos quartéis, vilas e clubes militares – o Coronel passou a ser escoltado, ora pelo Capitão Paulo Rubens Brandão, ora por mim, que era solteiro e ambos, morando no Leblon e em Ipanema. Íamos no jipe dele, e ele não vinha diretamente para o quartel. Veja a que ponto as coisas chegaram!

Ele se dirigia para a chamada "área A", que é na região de Vila Valqueire, onde moravam os oficiais, onde morava o Tenente Adalto Luiz Lupi Barreiros, o Tenente Gilseno Nunes Ribeiro, o Tenente Andrade Nery – Durval Antunes Machado Pereira de Andrade Nery –, que era da minha Companhia, onde morava o Tenente Eglair Barcellos Alves e, a partir daquele ponto, era que o Coronel Aragão se deslocava, com um cortejo dos seus oficiais, para o quartel, para assegurar que ele estava em segurança e não seria alvo de uma ação, no prosseguimento desses atos.

Do inimigo interno, infiltrado em nossos quartéis.

Então esses seriam alguns elementos dos quais eu poderia lembrar-me, e que coloco diante dessa perspectiva: não eram devaneios, não eram elucubrações como tentam colocar. Infelizmente, ocorreu esse momento de trevas na nossa história. E me parece que foi a primeira vez, embora já tivéssemos tido outros entreveros ao longo da nossa história, que era totalmente de inspiração externa, oriundo da União Soviética, para a tomada do Poder e para a implantação de uma nova ordem, um novo regime que se opunha à nossa cultura histórica, às nossas tradições, aos nossos valores espirituais, só encontrando similar na Intentona Comunista, em 1935.

Que estava ali como parâmetro de transformação, a animar até homens a quem, hoje, eu me somo em muitas das minhas atitudes, em defesa da Soberania Nacional nesta nova fase do Brasil, que não é mais uma luta ideológica ancorada nos modelos clássicos contemporâneos, é uma fase em que a continuidade histórica do Brasil se acha ameaçada, por estar sendo transferido para o estrangeiro todo o controle de economia nacional, todos os patrimônios públicos, grandes empresas e indústrias em acelerado processo de desnacionalização, ao mesmo tempo em que assistimos à nossa cultura ser violentada.

Então, não é mais aquele problema do passado, e que eu não vejo razão para não tê-los, lado a lado, aqueles que são patriotas, aqueles que são honestos, aqueles que – eu não vou dizer como eles dizem de nós – estavam sendo enganados. Ninguém estava sendo enganado, as evidências mostravam que você tinha uma opção, e essa opção foi fomentada, de fora das nossas fronteiras revelando assim as suas garras, a sua face, através de acontecimentos como esses que alinhei nos antecedentes.

Portanto, esses antecedentes já eram suficientes para determinar "quem era quem" naquela história. Ou você apoiava a linha que estava açulando este tipo de procedimento com uma bandeira aparentemente inquestionável, que é a bandeira das reformas, ou você consideraria que era impossível atingir este objetivo com aquela maneira provocativa de agir, com aquela estratégia, com aquelas condutas absurdas, com aquela balbúrdia toda e com a destruição, simplesmente, dos alicerces das Forças Armadas.

Daí, mais à frente, veio o problema de Brasília.

Porque há uma escalada nesse processo.

Essa escalada o Coronel Máximo vai mostrar agora.

Afortunada, ou infortunadamente, considero afortunadamente, porque nós hoje podemos dormir em paz e nos apresentar perante os homens de bem da Nação dizendo que nós barramos um processo insano. A sociedade brasileira deve às Forças Armadas – não é a cada um de nós, não é a nenhum líder – essa consciência da importância da intervenção quando as coisas assumem essas características, e Deus queira que jamais tenhamos que novamente nos defrontar com situações como essa.

Eu me encontrava numa situação interessante, creio até que do lado conceitual e doutrinário, muitos oficiais teriam mais capacitação e bagagem intelectual para fazer as análises pertinentes. Mas quero me ater agora, como Coronel da reserva – como tenente, naquela época não percebia isso, nós jovens somos, naturalmente, muito levados ao imediatismo – ao evento da sublevação que passou a ser conhecido como "rebelião dos sargentos", em Brasília, DF.

De repente, fora da ritualística, fora do organograma, é organizada uma Companhia Pára-quedista, uma Companhia de Fuzileiros, e dado o comando a um oficial da mais alta integridade, o Capitão José Fernandes de Santana Andrade. Esse capitão teve autorização para convocar alguns tenentes tirados das outras Subunidades, escolher os seus homens, e assim, somos enviados para Brasília.

Brasília vivia um dos seus momentos de fermentação política muito sério.

Lembro-me também de que antes desta missão, por mais de três ou quatro vezes, nessa confusão de cúpulas querendo impor uma direção, a alma do Exército se revela através da sua verticalidade. Sempre haverá um, dois, três, dez ou vinte generais, não podemos quantificar, mas está na alma da história de nosso Exército alguém estar assumindo responsabilidade e se posicionando.

Foi uma antecipação muito importante, fruto do discernimento, da sensibilidade com a responsabilidade histórica, porque é nesse lado sadio que aconteceu essa decisão de deslocar esta Companhia. Mas haveria que ter uma justificativa para uma Companhia de Pára-quedistas, sediada no Rio de Janeiro, ficar adida à Compa-

nhia de PE (Polícia do Exército) – ser evacuada uma Subunidade do BPE e nós ocupamos aquele pavilhão. Chegamos e ficamos lá. E, de repente, começa a se “inventar” o que fazer, mas aquela Companhia estava lá.

Hoje levanto, assim como especulação, não teria nenhum elemento concreto para uma afirmação mais contundente: estranhamente, não se passam duas semanas e lá aparece uma Companhia de Carros-de-Combate, a comando do então Capitão de Cavalaria Casales (Luciano Phaelante Casales) – posteriormente, ele chegou a quatro estrelas, eu não sei se ainda está na ativa.

É quatro estrelas, na reserva.

Evidente que onde há pára-quedistas, e se eles são um elemento perturbador de um equilíbrio tático–estratégico, medidas são tomadas para neutralizá-los. De repente apareceu essa Companhia de Carros-de-Combate, e ocupou o outro pavilhão. E essa companhia mantinha uma atitude pouco amistosa com a nossa. Inclusive, à noite, durante quinze ou vinte dias, acionava as sirenes dos seus carros e não tínhamos tempo para repouso. Uma situação muito estranha, não havia nenhuma troca de informações ou planejamentos entre a Companhia Pára-quedista e a Companhia de Carros de Combate.

Isso aconteceu, nós nos encontrávamos ali, e ficou “aquela coisa”. E aí o que é que sucedeu? Não há dúvida para mim, hoje, de que a área do Exército que acompanhava toda essa balbúrdia, deslocou a nossa Companhia e, quatro semanas depois de nós chegarmos, “estoura” essa impropriamente denominada revolta ou sublevação dos sargentos. Por que imprópria?

Porque, na verdade, aquele foi um trabalho de estado-maior, um planejamento bem-feito, felizmente mal-executado, e, portanto, escapava aos sargentos ações como: ocupar os Ministérios da Marinha e da Aeronáutica. O do Exército foi o único que não foi possível ser ocupado. Então, durante dois ou três dias, a cidade de Brasília esteve “na mão” desses revoltosos, que eram majoritariamente sargentos, subtenentes e suboficiais da Aeronáutica e da Marinha, fuzileiros navais deslocados para lá.

Nos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica tomados pelos sublevados, não se podia entrar. A Superquadra Norte 209, onde residiam dezenas, ou talvez centenas de famílias de oficiais, foi cercada e também bloqueada, mais de uma centena de oficiais retidos, bloqueados. E, por sorte da nossa Companhia de Pára-quedistas, na noite desta sublevação, na noite do dia 12 de setembro de 1963, uma arma dos fuzileiros navais que progrediam para atacar a nossa posição disparou acidentalmente, o que alertou a nossa segurança e impediu que fossemos atacados, enquanto dormíamos.

Neste exato momento em que há o alerta – e nós vivíamos esse clima de inquietação, de sirenes a noite toda etc. – rapidamente tomamos nosso dispositivo,

um sargento se aproxima de mim – 2º-sargento Martins – e diz: “Tenente Máximo, nós nunca imaginamos que as coisas que o sargento Thudes fala por ocasião das refeições, do almoço, aquelas pregações dele, tinham nexo, portanto sugiro que o senhor peça ao Comandante da Companhia para prender o Sargento Thudes imediatamente, porque ele é um dos elementos ‘dessa coisa’ que está acontecendo aí.”

E isso me levou a ir ao Capitão Fernandes e dar-lhe uma sugestão: “Fernandes, essa é a informação, e isso é sério, nossos sargentos estão, na sua maioria, totalmente em desacordo com isso que está aí, mas tem um que não está – e nós não sabemos quantos mais existirão, com esse pensamento, aqui dentro. A ‘coisa’ está se operando em termos de combate real, os fuzileiros foram rechaçados sob fogo dos nossos postos avançados.” Então, foram deslocados para reforçar a Quadra 209 e os dois Ministérios, porque foi abortado, mais uma vez, um lado que era decisivo para eles, que seria nos surpreender e ter aquele trunfo, e a que preço é possível imaginar. E disse mais para ele: “Coloque o sargento Thudes, com o seu GC (Grupo de Combate), à disposição do meu pelotão.” Cuidarei de observá-lo permanentemente, além de buscar o efeito psicológico de isolá-lo do ambiente do seu pelotão. Conversei com o Tenente Galvão e ele concorda plenamente com esta medida.

E assim foi feito naquela noite, que foi terrível. Esse episódio tem fatos muito importantes para serem analisados: qual é o comportamento do soldado que recebe ordem de atirar? Qual é o comportamento nosso de saber quem é quem? E muitos outros mais...

No dia seguinte, o Capitão José Fernandes de Santana Andrade verificando que havia esse problema a ser resolvido – a Base Aérea de Brasília tomada –, nós ainda estávamos numa posição vulnerável, porque não tínhamos um apoio próximo muito confiável e, a situação indefinida, ele teve a sábia orientação, o cuidado, de dizer para nós tratarmos os sargentos com toda a nossa prática normal de pára-quedistas, de amizade, de consideração, mas ele ia tomar uma decisão com respeito ao sargento Thudes, com que todos nós oficiais – os tenentes Ubiratan Pereira de Andrade, Subcomandante, José Everardo de Albuquerque Montenegro, José Barbosa Aragão, que era o Comandante do Pelotão do sargento Thudes, Eurico Rangel e eu, concordamos, evidentemente, e ele apenas se reservou a convocar todos os oficiais e sargentos e dizer, perante todos: “O quadro que está acontecendo é ‘esse, esse, esse, esse”, e relatou este quadro que nós vimos.

Continuou: “Uma arma dos fuzileiros foi disparada acidentalmente, e foi Deus quem nos salvou, porque provocou a nossa reação. No entanto recebemos, dos próprios sargentos, a indicação de que o sargento Thudes é um agente deste esquema que veio nos hostilizar. O que nós faremos com ele?”

Ocorreram manifestações dos sargentos de repúdio àquela atitude e ficou claro que o Capitão não tencionava tomar uma medida generalizada contra os sargentos. O sargento Thudes foi preso e conduzido ao Major Escosteguy, E2 (Chefe da 2ª Seção) da 11ª RM. Depois de Brasília ter sido resgatada pelas forças que nós vamos denominar de legalistas, que eram as nossas forças.

Nessa oportunidade, veio do Rio de Janeiro a Força Tarefa Santos Dumont, do Regimento Santos Dumont, e nessa ação o aeroporto foi reconquistado. Ali estavam vários dos nossos companheiros – espero que alguém, conhecido seu, tenha estado nessa etapa. Junto com as tropas que vinham de Goiânia e as tropas do Exército em Brasília, que eram pequenas, a cidade foi retomada.

Na tropa que veio do Rio, estavam dois amigos nossos: o Tenente, hoje, General Andrade Nery e o Tenente Valporto que, há alguns anos, tivemos a desventura de perdê-lo, no posto de Coronel.

Houve um Inquérito Policial Militar (IPM) onde esse e outros pormenores devem constar, mas que caracteriza, fundamentalmente, mais uma vez, o abismo para os oficiais e para os homens de responsabilidade. Como poderia estar sendo proposta uma linha política sadia para o Brasil se os métodos eram aqueles?

Exatamente, essa é a questão. Como iam fazer reformas sérias desse modo, com o sargento Thudes, com o Subtenente Gelcy. Impossível?...

Eu não era oficial superior, não era homem vivido, era um 1º-Tenente, quero aqui deixar claro, alguém que estava perto do problema, e que vi, observei, vivenciei, vi os sargentos, de uma certa forma, deprimidos por terem um companheiro cooptado para uma ação daquela.

Ocasionalmente, fui escolhido pelo Capitão Fernandes para vir para o Rio de Janeiro e trazer um documento apreendido com os revoltosos que regulava aquelas ações criminosas, para ser entregue pessoalmente, ao Comandante do RSD, Tenente-Coronel José Aragão Cavalcanti, porque houve uma etapa de busca desses elementos, e isso tinha que ser feito. Um dos líderes desta rebelião era o Sargento Prestes de Paula, e ele foi preso embaixo da cama de um fotógrafo, seu amigo.

Não quero ser rancoroso, mas incorporei também uma experiência: que esses comunistas ou pseudocomunistas, ou homens que são oportunistas, valem-se de bandeiras ditas comunistas, muitas delas encontradas nas encíclicas papais, portanto muito boas. Não é necessário ser comunista para ter uma reta consciência social. Como católico, estudei profundamente a encíclica Rerum Novarum do Papa Leão XIII e as encíclicas papais que deram continuidade ao Ensino Social da Igreja nos tempos contemporâneos, está tudo ali escrito, não precisa de muito intelectualismo nem outras considerações filosóficas. Mas eles se apoderam dessas bandeiras, fazem um

barulho enorme – é a minha visão, minha experiência, desejo reafirmar e confirmar –, na maioria dos casos, se acovardam, empurram muita gente no fogo e desertam quando o rastilho de pólvora que acenderam provoca incêndios que conduzem as conflagrações. Esses líderes, em geral se comportam como covardes, fazem um alarido enorme e, na hora "H", fogem e desaparecem nas sombras.

Então esse pretenso líder foi preso embaixo da cama desse fotógrafo.

Isso aqui foi dito, muito bem, pelo Olavo de Carvalho, que era comunista. Na hora em que precisaram dos líderes, na hora "H", ninguém encontrou líder nenhum.

Cheguei a essa conclusão. Talvez ele com mais forte razão, por ser um filósofo, com todo o seu estudo. Mas, eu vi isso.

Então esse homem foi preso, fugiu, e foi encontrado lá encolhido. Com esse Sargento Prestes de Paula e com o fotógrafo foi capturado um documento, ao qual tive acesso e li. Por que li? Porque o Capitão José Fernandes Santana Andrade, Comandante da Companhia, disse: "Máximo, você vai levar para o Regimento, no Rio, esse documento que é da máxima importância, que é o planejamento dessa revolta." Esclareço que chamam de revolta dos sargentos, mas ali havia oficiais.

Vamos ouvir bem esse trecho do depoimento do nosso Coronel, porque é da maior importância.

Veja bem, li, tomei conhecimento, o Capitão Fernandes leu para todos nós, e eu considero aquilo um trabalho de estado-maior. Os sargentos não poderiam fazer aquilo sem terem generais, oficiais de estado-maior, comprometidos com essa causa comunista no País, seja por oportunismo, seja por convicção ideológica, ou seja, por fisiologismo, fazendo aquele jogo. Então, pude me deter na leitura e considero um documento de peso, que tem aspectos que jamais me esqueci.

Antes de trazê-lo para o Rio, como uma missão dada pelo Capitão Fernandes, senti-me tentado a tirar cópias, coisa que lamento muito hoje de não tê-lo feito. Mas aquele rigor, aquela nossa formação o impedia, porque era um documento confidencial, já tinha tomado conhecimento. De qualquer maneira, hoje também estaria privado de fazê-lo. Espero que ele exista, em algum lugar porque o entreguei ao Coronel José Aragão Cavalcante, meu Comandante, que levou para o quartel-general e, de lá foi encaminhado para a 1ª DE. Por isso, não sei mais onde se encontra, e esta cópia eu não tenho. Ele dizia claramente, as ações que estavam previstas, como se uma ordem de operações fosse, em uma delas havia um item: "pelotão de fuzilamento dos oficiais considerados irrecuperáveis para o regime". Que regime?

Vou repetir essa frase, esse título da ordem de operações, que jamais esqueci: "pelotão de fuzilamento dos oficiais irrecuperáveis para o regime". Logo a seguir: "Comandante do pelotão de fuzilamento: sargento Dantas, fuzileiro naval! É, são pas-

sados 38 anos, e isso foi tão fortemente marcado na minha consciência, na minha visão de oficial diante daquela balbúrdia, que o nome por eles escolhido não esqueci. Depois, "local das execuções" – é algo que tem um certo refinamento, e sem dúvida um apuro na escolha por parte desses mentores, porque foi selecionado um local adequado, que eram os porões do prédio das torres de televisões de Brasília. E, realmente, ali é uma espécie de garagem enorme. Tive o cuidado de ir lá, depois de passados os acontecimentos, é um lugar bem adequado para fuzilamentos, sobretudo para um grande número de pessoas. Eles tiveram esse requinte.

Este documento foi uma coisa concreta. Se ele faz parte do mundo de documentos sigilosos, desconheço, mas não poderia deixar de citá-lo, inclusive por ter sido o seu portador para o Rio, e também para ficar claro, confirmando todas aquelas "fumaças" que surgiram, anteriormente, no conturbado ambiente político daquela época. Senão vejamos, o pronunciamento do subtenente "tal"; a atitude do sargento que "sobe lá", na mesa e faz uma conclamação absurda; essa questão toda da fermentação política dentro dos quartéis; a desconfiança instilada entre os Quadros das Forças Armadas; o atentado contra Carlos Lacerda etc. Somando tudo isso, já estamos em setembro de 1963, com uma escalada insuportável no sentido da delimitação dos propósitos hediondos de comunização da nossa Pátria.

*Coronel Máximo, uma pergunta para ficar bem claro: esse documento tinha uma procedência escrita. De onde veio? Quem o redigiu? Qual foi a organização que o produziu?**

Posso lhe dizer que, como 1º-Tenente, naquele curto espaço de uma leitura, na colocação do envelope timbrado com o carimbo de confidencial, e que me caberia levá-lo, não fiz uma análise profunda, eu me ative a aspectos bem claros como esse. Veiculou-se muito essa questão, sobretudo em Brasília, dessa procedência e dos seus mentores. Eu só pretendo citar nomes quando tiver absoluta certeza.

*A minha pergunta é pelo seguinte: é saber se o documento tinha um formato de documento militar – ou seja, se a sua procedência pudesse ser ou da Marinha, ou mesmo da Aeronáutica, ou do grupo que estava rebelado em Brasília – ou se tinha uma procedência civil. Recordo-me de que esteve aqui fazendo uma entrevista o Coronel Amerino Raposo, que estava em Uruguaiana, RS nessa época, e ele se refere, também, a documentos que estabeleciam a punição, morte etc., para oficiais, lá no Sul. Por isso é que eu queria ver se havia um certo paralelo entre esses documentos.**

Desconhecia essa questão do Sul e que existiam outros documentos. O que nos pareceu muito claramente, nos comentários posteriores, sem análise do pró-

---

* Intervenções feitas pelo General Aricildes Motta.

prio documento que foi levado e entregue ao Comandante do Regimento Santos Dumont, Coronel José Aragão Cavalcanti – é que, pelo seu formato, ele se assemelhava a um boletim nosso, aquele mesmo tipo de papel, mas ele não dava a idéia dos seus autores.

Mas esse documento foi analisado exaustivamente, e eu cheguei a saber de nomes de civis, havia civis no planejamento.

Gostaria de enfatizar também que recebemos nessa época, missões muito estranhas, que nos levaram a pensar em questioná-las. No entanto, é muito difícil incutir nos subordinados, e na nossa própria formação, a idéia de não cumprir ordens. É algo extremamente doloroso e os fatos foram nos remetendo para isso. Vou dar um exemplo: embarquei em aeronaves da FAB, em 1962, 1963, pelo menos três vezes, com ordens de missão para minha Subunidade se deslocar para Brasília, em que não permanecemos lá nem vinte e quatro horas, porque parte dos generais daquela guarnição não sabia da nossa presença, mas os C82 e os C119 deram rasantes no Congresso antes do pouso, porque os pilotos tinham outras ordens, verificamos depois. Estávamos mobiliando os aviões, sem saber de nada. Em uma dessas missões, ao aterrissar em Brasília, guardo na memória a lembrança daqueles quepes dos generais nos aguardando. Recordo-me muito bem, porque era Comandante do Pelotão de Petrechos Leves e fui contemplado com dois aviões C-119, bem mais rápidos que os antigos C-82, e aterrissei em Brasília primeiro, antes do grosso da minha Companhia, que era comandada pelo Capitão André Lourenço da Silva Lindgren.

E, ali, na área de estacionamento das aeronaves fiquei ganhando tempo, porque vi "mar de quepes bordados", e eu era um 1º-Tenente. Não me cabia tomar nenhuma iniciativa de ligação naquelas circunstâncias. Continuei providenciando o desembarque do pessoal e da carga do meu Pelotão, que estava com toda a munição prevista, com todas as dotações completas. Mas alguém se impacientou com a espera – porque esses aviões C-82 demoram bem mais, têm um procedimento de descida mais lento, quando aproximou-se um general e me perguntou: "Quem é o comandante?" Nós não tínhamos insígnias no uniforme camuflado; eu estava misturado com meu pessoal, era confundido com as praças, mas, no fundo, alguém me identifica e vem o mencionado general e me questiona: "O que é que você vem fazer aqui?" Respondi: "Vim aqui cumprir ordens, o Comandante da minha Companhia, está chegando aí, o senhor aguarde por ele."

Então nós regressamos para o Rio de Janeiro naquela tarde, antes do anoitecer, se não me falha a memória, entretanto um fato político tinha acontecido, uma pressão sobre o Congresso, creio que a votação sobre o parlamentarismo, lá dentro

do plenário agentes manipulavam o efeito da nossa presença e insinuavam: "Está vendo, os pára-quedistas estão chegando aí."

Em certa ocasião – saltamos cinco vezes numa jornada – salto de combate – com uma Companhia de Fuzileiros Aeroterrestre, o que é algo extenuante, na Zona de Lançamento (ZL) Cruzeiro, onde hoje é o Quartel-General do Exército (Forte Apache), a título de treinamento, mas estava havendo outro momento delicado de votações no Congresso, mas para todos os efeitos a nossa tropa estava fazendo demonstração de força relacionadas a determinado interesse político.

No dia seguinte o jornal *Correio Brasiliense* estampou uma *charge* na primeira página que traduzia de forma jocosa a seguinte idéia: "Estão caindo os últimos capítulos da Constituição."

Era um clima carregado de incertezas – em face dessa angústia do que é o cumprimento das ordens e o jogo político que uma tropa de envergadura estratégica está sendo introduzida, jogo nefando, que se utiliza de todas as formas de atuação. Então, cada pára-quedista realizou cinco saltos, nas condições especiais para o lançamento em Brasília, em face da umidade local, muitas vezes semelhante à do Deserto do Saara, média de 12ºC de umidade relativa do ar, clima árido, com implicações na sustentação dos pára-quedas que exigiam modificações que fomos ajudando a delinear e a corrigir, uma espécie de tabu aeroterrestre naquele tempo. Ninguém jamais tinha dado mais de dois saltos na região do Planalto Central e uma Companhia nossa, na sua totalidade fez isso, mas, no entanto, dentro do Congresso estavam acontecendo coisas, e alguém propalava que estávamos fazendo "isso e aquilo" em favor "disso e daquilo outro".

Fui, pelo menos três vezes, a Brasília nessas circunstâncias, junto com outros companheiros, dentro desse quadro de confusão que já atingia o cume da hierarquia, porque passávamos a desconfiar dos nossos altos comandantes. De que lado será que ele está? Então, a coisa tinha essa gravidade toda.

Veja bem, em função desse clima, muitas vezes, retardávamos as coisas. O dispositivo chamado "esquema", gerenciado pela Casa Militar, também tinha os seus núcleos nas unidades mais importantes, e a nossa era uma delas, que trabalhavam no sentido oposto. Então aí eu não teria maiores considerações, porque entendo que há uma regra nessa hora, é como se nós estivéssemos caminhando para um desfecho que não sabíamos qual seria, mas que era uma guerra, que incluía sabotagem também.

Fui Comandante do Pelotão de Morteiros 4.2 M-30, placa base circular, moderníssimo, uma verdadeira artilharia orgânica do RIAeT. Fui seu primeiro comandante na Cia Apoio/RSD. Nenhuma Organização Militar do Exército possuía

essa dotação. Mas carecíamos de munição para o adestramento. Várias vezes recebemos munição dos nossos companheiros não pára-quedistas, precisamente do então 2º-Tenente Apparício, hoje general de quatro estrelas, que era subalterno da Companhia de Morteiros Pesados do Regimento Escola de Infantaria (REsI) – e que nos cedia munição, porque aquela Unidade–Escola, tinha uma dotação bem maior por peças. Portanto, sobrava munição e havia interesse em conhecer e atirar com os M-30. Em troca deste intercâmbio informal de instrução recebíamos munição para nossos exercícios de tiro. E, no entanto, talvez por cautela da parte do escalão superior devido ao quadro de ebulição, na área do NuDAet não tínhamos munição suficiente para atirar, para nos adestrar ou para sermos empregados.

Entretanto, em outras situações de emergência ocorreram ações de bloqueio, de resistência passiva, em virtude de estarmos nessa altura, já realmente com duas ou três facções lá dentro: uma primeira, muito ativa, audaciosa, que se apresentava ostensivamente, favorável à pregação da chamada república popular sindicalista – que a coisa foi tendendo a ter essa feição ao longo do tempo, e, nesta época, já era muito claro esse objetivo político revolucionário, e aí já com simpatizantes, e volto a dizer, uns de boa fé, outros porque eram realmente formados para tal, agentes aliciados, treinados, doutrinados e outros que eram simplesmente oportunistas, "inocentes úteis", como hoje, tipos que surfam em qualquer "onda" para estar bem com a situação.

Outro grupamento contrário a essas aventuras, era liderado pelos capitães Carlos Alberto Lima Menna Barreto e Acrísio Figueira, secundados pelos tenentes José Alves Machado, Leomar Jorás Lopes, Andrade Nery, Ubiratan Pereira de Andrade, José Siqueira da Silva, Léo Antunes Goyanna, Álvaro Bragança Perez, Pedro Schirmer Arilton Marino França, Jácomo, Bandeira, Paulo Rubens Brandão, José Aurélio Valporto de Sá, José Everaldo de Albuquerque Montenegro, José Barbosa Galvão, Roberto Seabra Monteiro de Barros que mantinham estreito contato com o Comandante do RSD, Tenente-Coronel José Aragão Cavalcanti e através dos majores José Augusto da Escócia, José Luciano de Bello Neves e o Capitão Kléber Caldas de Carvalho, ressalvadas as omissões decorrentes de minha memória. Estes oficiais compunham o contrapeso daquela loucura, e por fim, havia a componente dos oficiais desinteressados pelo quadro político nacional, que imagino que até hoje ainda acredita em Papai Noel.

Está muito bem colocado. Como é que foi a sua experiência na eclosão da Revolução?

Aí tudo foi muito simples. A minha experiência foi a minha Companhia já estar, afortunadamente, vivendo tudo isso, desde 1963, o que facilitou muito, por-

que não fomos surpreendidos. Só fui surpreendido com uma coisa: eu achava que ia haver "muita bala e muita morte" na Vila Militar. Eu estava na Vila Militar, e na área do pára-quedismo, no auge da agitação subversiva.

No dia 1º de abril, amanhecemos com o fato consumado da reação à aquele estado de coisas. Depois da rebelião dos sargentos – as articulações se intensificaram e ficaram muito claras de que nós, com chefes militares de prestígio, não iríamos tolerar aquele estado de coisas que corroia a hierarquia e a disciplina. Na mesma proporção, creio, que despontavam os simpatizantes, os comunistóides, os almirantes "Aragões" etc.

Havia os generais da estirpe de um Moniz de Aragão, que era para nós, no pára-quedismo, uma referência, que tinha como elo com o nosso grupo, o Major Stélio. Também, junto ao General Aragão, recordo-me do Coronel Tarcísio Nunes Ferreira, na época Capitão, oficial muito decidido e arrojado. Esses também eram duas referências para nós, que éramos "pica-fumos".

Esses homens se movimentavam e serviam de "meio-de-campo", vamos denominar assim, junto às unidades operacionais pára-quedistas.

Os capitães Menna Barreto e Acrísio, tenentes Alves Machado e Leomar passavam para os demais oficiais de confiança informações e explicações de como as coisas estavam evoluindo.

Os partidários do esquema João Goulart, estavam enraizados na cadeia de comando, em postos de importância ou desempenhando funções normais nas Unidades.

Recordo-me de que o NuDAet teve uma fase sob o comando do General Pinheiro, apelidado de "Faz Tudo". Ele era um homem da "corte", mas causava admiração por sua figura de pára-quedista. Ele tinha uns cacoetes que encantavam os mais jovens. Por exemplo: por vezes, ao receber a apresentação da tropa em plena forma física, lépido, se antecedia com um salto mortal e recebia a apresentação, como se fosse um desses ases das equipes de saltos ornamentais. Coisas assim, consideradas um pouco deslumbrantes para os capitães, tenentes e para os sargentos. No entanto, ele era um homem da absoluta e irrestrita confiança do Presidente João Goulart, tendo desempenhado o cargo de Comandante do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) e, segundo comentava-se durante nossa permanência naquela cidade, organizava festas, recepções íntimas e orgias planaltinas para devaneio da alta cúpula do poder, em Brasília.

Então, temos essa singularidade de que nós não podemos abrir mão, que é a beleza do nosso Exército, esse pluralismo fantástico, essa agregação de todos os pecados e virtudes da nossa sociedade. Também não devemos "dourar a pílula" em

nada, porque a grandeza do Exército está, exatamente, nessa coisa única no mundo: ele é o retrato do nosso povo.

Aqui, acolá, tem as suas ovelhas negras. E não estou com isso invocando que somos ovelhas privilegiadas. Quero sempre me reportar à questão de tomar atitudes diante de fatos concretos e, naqueles acontecimentos, eles eram evidentes.

No entanto, ele, General Pinheiro, foi um dos atores que ajudou muito a minar a estrutura do Exército, com sério desgaste para a disciplina, trazendo oficiais de sua confiança para que o NuDAet, no mínimo, fosse neutralizado. Porque é muito difícil uma tropa daquele quilate ser doutrinada e ser colocada a serviço de causas iníquas. A nossa tropa não seria jamais, mesmo com investidas dessa ordem, de cima para baixo e também, ser solapada de dentro para fora, de dentro de suas entranhas, por maus pára-quedistas, que se "encantaram" com as teses socialistas tingidas de vermelho, aquele quadro perverso plantado no interior dos seus quartéis.

No dia 31 de março, o General João Costa era o Comandante do NuDAet. Ele nos parecia indiferente, muito frio, um militar enquadrado, um "soldado profissional", que, naquele momento histórico, não podíamos mais estar com esse tipo de comando na Brigada, porque estávamos nos aproximando de definições muito sérias. E volto a dizer: ficar em forma, ficar disciplinado, enquadrado, significaria o risco de estar coonestando, estar avalizando, estar se acumpliciando com fatos, acontecimentos, personagens e atores que mostraram claramente quais eram os seus propósitos. E eram propósitos contrários ao Brasil, muito claramente, e contrários ao Exército, particularmente, pelo solapamento da hierarquia e da disciplina, o esfacelamento premeditado da instituição.

Por outro lado, um bom número de oficiais se revelavam atuantes e assíduos às reuniões políticas, que pregavam o socialismo, mas, no fundo, era o marxismo-leninismo que estava subjacente. É aquela coisa. Outros eram condescendentes ou omissos e o nosso grupo mesmo em inferioridade de poder era muito decidido diante daqueles elementos que foram trabalhados, lá dentro, desde 1961.

A única grande surpresa para mim foi como os acontecimentos se precipitaram rapidamente: primeiro com uma articulação extremamente competente, na noite de 31 de março, através do Tenente Alves Machado, o RSD foi avisado para se preparar para receber o General Moniz de Aragão que viria estabelecer o seu PC no nosso quartel, e assim aconteceu – estão fazendo 38 anos hoje quando presto esse depoimento – o General Moniz de Aragão de japona, com um bastão de comando – naquela época os generais não eram aquinhoados com bastão, mas ele usava – com o fardamento de pára-quedista, dizendo que ia assumir a Revolução no nosso Regi-

mento. Como que para resgatar – dado a tradição dele de pára-quedista – o Exército daquela balbúrdia, e dizer que ali era o centro da redenção da Vila Militar.

Ocorre que o Coronel Murilo Valporto de Sá, Chefe do Estado-Maior, ciente de todo esse quadro, num trabalho extraordinário – um homem que comandou Companhia de Fuzileiros na Segunda Guerra Mundial, soldado exemplar, pai do meu estimado amigo Tenente José Aurélio Valporto de Sá – conseguiu equilibrar as duas vertentes, ou seja, a linha da lealdade à Revolução e a lealdade e subordinação hierárquica ao seu comandante. E obteve do General João Costa o compromisso de que ele aceitava o comando do General Moniz de Aragão, a partir da sua chegada ao Regimento Santos Dumont (RSD).

E assim foi feito. Por isso não houve mais necessidade de caracterizar a assunção de comando do Comando da Revolução na pessoa do General Moniz de Aragão, no nosso Regimento, do qual ele saiu naquela noite um pouco insatisfeito – porque ele queria concretizar sua investidura no comando revolucionário no Arroio dos Afonsos – mas acolheu as ponderações do Coronel Murilo Valporto de Sá e se dirigiu para o QG da 1ª DE, onde não encontrou reação, e registrou-se mais um exemplo de debandada da parte dos subversivos.

Os que estavam do outro lado, sumiram.

Portanto a surpresa foi essa.

E assim acontece uma etapa importante, que foi o deslocamento de algum lugar, que eu não sei, do Rio de Janeiro, do General Moniz de Aragão e do seu estado-maior – onde eu só percebia o Stélio, aquele homenzarrão – naquela madrugada. O General Moniz de Aragão tornou-se por alguns meses comandante da Vila Militar.

O NuDAet, portanto, ficou ainda sob o comando do General João Costa por igual período. Tranqüilizada a parte operativa, tranqüilizada a consolidação das ações desencadeadas a partir de 31 de março de 1964, o General Moniz de Aragão, então, é nomeado Comandante dos pára-quedistas.

Considerando a "rebelião dos sargentos", de 1963, em Brasília, que teve aquele episódio em que nós íamos ser surpreendidos de noite, considerando a Intentona Comunista, em 1935 – que eu não estava presente, nasci em 1936, mas dela tomei conhecimento através de meu saudoso pai, então 3º sargento, Francisco Máximo Neto, no antigo 22º BC, João Pessoa, Paraíba, comentei com meus companheiros um episódio que ele havia me relatado, qual seja, ele servia numa companhia de fuzileiros aquartelada no piso superior de um dos pavilhões daquela Unidade, o andar térreo era ocupado pela Companhia de Metralhadoras. Na noite da Intentona, ele assumiu o comando da Companhia de Fuzileiros porque os oficiais não chegavam ao quartel, não era possível chegar, e isso está relatado pelo Capitão

Campos Góis, que era o Comandante da Companhia, posteriormente, catedrático da cadeira de Francês na EsPF e que me confirmou pessoalmente este fato. Lembrou-me de que registrou a atuação do meu pai nos seus relatórios.

A Companhia de Metralhadoras, instalada no piso inferior, estava sublevada, era pró-Intentona, apontou suas metralhadoras para o teto de madeira, deu *ultimatum* para que se rendessem e mesmo sem a presença de nenhum oficial ele desafiou-os para atirar mas não o fizeram. O prédio tinha o piso de madeira, e era evidente o risco que passaram.

Esses e outros exemplos históricos serviram-nos de escorva para o exercício pleno da ação de comando no momento de incerteza na noite de 31 de março. Nesta ocasião, os tenentes Andrade Nery, José Aurélio Valporto de Sá, Roberto Seabra Monteiro de Barros e eu, que éramos os quatro comandantes de pelotão da Companhia de Petrechos Pesados, do 1º Btl Aet, do RSD, fizemos um pacto e fomos ao Comandante da Companhia para dizer que, tendo em vista esses acontecimentos do passado, e para que não mais houvesse qualquer sombra de dúvida quanto a nossa ação de comando, iríamos distribuir para cada sargento, como prova de confiança, dois "pentes" da metralhadora INA, que era o armamento dos sargentos naquela época. Unimos dois carregadores com esparadrapo, um para cima e outro para baixo, para ser mais rápida a alimentação das armas quando esgotado um carregador – que tem a capacidade para trinta tiros – e fornecemos aos nossos sargentos, a cada um deles, uma arma municiada.

Retiramos as nossas camisas de instrução, ficamos de peitos nus, acendemos a luz do PC da Companhia – e fomos repousar tranqüilamente, dizendo-lhes: "Nossa atitude é essa e, hoje à noite, vamos receber o General Moniz de Aragão" – isso foi em 31 de março, entre 21 e 22h – "o General chegará por volta das 23h ou meia-noite." "E a questão é essa, e nós estamos no comando."

Este fato foi vivido pelo Nery – não sei se ele mencionou isso de alguma maneira no seu depoimento –, o Capitão concordou, como que para sinalizar que novamente o Exército voltava a ter a sua cadeia de comando que estava sendo vilipendiada e enxovalhada.

Enxovalhada, porque, para o inimigo que se confrontava conosco, "os fins justificam os meios".

É verdade, mas, assim foi o 31 de março. Correram, fugiram, não houve confronto. Não fico me regozijando com isso, mas gostaria de ter tido um confronto com eles.

Por quê? Porque seria a única maneira de nós passarmos a limpo as versões fantasiosas, de hoje, porque, no fundo, mesmo tendo se evadido eles se colocam como mártires.

Passam a ocorrer situações, erros, equívocos na condução do processo revolucionário nos desdobramentos de 1964 – que naturalmente em algum lugar vamos

tocar sobre esse assunto – também não poderíamos imaginar que ela viesse como algo divino, sem erros, casto, dogmático. Ela teve os seus pecados, e não vejo por que não citá-los.

E daí estes fugitivos assentam as baterias, nutrem-se dos erros, dos desvios que aconteceram, e apresentam-se hoje, perante a Nação – depois do desgastante prolongamento da sua ação no tempo, que, no meu ponto de vista, não deveria ter acontecido. Alardeiam que a Revolução foi uma obra conduzida pelos americanos, e que nós fomos simplesmente uma espécie de marionetes deles, no jogo da guerra fria. E não aconteceu nada disso. Finalmente, que o nacionalismo foi vitimado de forma terrível, porque as reformas eram nacionalistas e visavam a felicidade do povo brasileiro. Hoje, apresentam-se como arautos de uma obra redentora, como salvadores da nossa Pátria.

Quando na verdade eram todos internacionalistas, subordinados ao MCI (Movimento Comunista Internacional).

Não tendo havido confronto... – não que eu seja belicoso, mas acho que quem chegou ao ponto que eles chegaram, é imperdoável não “pagar para ver”.

No seu entender, onde estão as raízes da Revolução de 31 de Março de 1964?

Agora vou me permitir uma breve teorização, agora um pouco mais em cima da minha experiência de vida. Agora já não é mais a reação daquilo que estou tentando deixar claro da minha vivência do fato histórico diante de “tais e tais” situações. Acho que, fruto da idade, com o peso da vivência, eu não deixei, em momento algum, de estar muito sintonizado com as questões nacionais. Agora, estando na reserva, procuro estudar, procuro participar como cidadão. Quando os acontecimentos se precipitaram, por me encontrar no Rio de Janeiro e com um nível de informações bastante acentuado deparei-me com o dilema de ter que tomar a decisão de investir contra a ordem constituída e submetida a um verdadeiro cataclismo. Isso foi bom e foi ruim.

No plano dessas raízes, tenho a impressão clara de que nós não podemos perder de vista – ontem, hoje e amanhã – que nossa Nação está fadada, por vocação natural, a ser muito diferente do que tem sido levada a ser. Portanto ela, com os altos e baixos da sua trajetória histórica vive tensões sociais e ações governamentais, que geram também expectativas, ansiedades, decepções, frustrações, mas o fulcro, o centro, é que o Brasil está fadado, por vocação natural, a ser diferente do que é.

E assim sendo, ele vive um natural processo de transformação de tudo que existe no momento, até que este grau de aprimoramento da sua trajetória leve a que ele seja um reduto do mundo destinado a não ter todas essas discrepâncias: a

faltar terra para muitos, a ter essa concentração de renda brutal, a ter essa desigualdade social incrível, a conviver com esses fatores de injustiça social. Enquanto isso permanecer, vamos ter iniciativas, vamos ter impulsos visando, com motivações diversas, ir ao encontro do despertar, do idealismo dos "tenentes", do tenentismo, primeiro desabrochar dessa visão transformadora, e que pode ser chamada, também, de revolucionária.

O conceito de revolução nos remete a uma profunda mudança de estrutura, pode ocorrer de forma pacífica, como esperamos, como também pode acontecer de forma violenta, na medida em que esses impulsos incontroláveis sejam orientados para ações pacíficas ou violentas.

Como disse alguém, creio que em 1964 foi 1922 de cabelos brancos. As atuações desassombradas do Brigadeiro Eduardo Gomes, dos generais Cordeiro de Farias e de Juarez Távora que vieram a ocupar cargos no Ministério do General Castello Branco, de alguma forma, corrobora esta assertiva. Deslanchou como revolução, nos seus desdobramentos, na medida em que agiu vigorosamente buscando fortalecer o Estado brasileiro, ao reativar o processo de industrialização, ao priorizar a infra-estrutura, que foi agora totalmente malbaratada nos dias atuais pelos seus adversários do passado, e está sendo entregue aos estrangeiros. É uma infra-estrutura que nasce do compromisso de 1930.

Compromisso com o crescimento.

Com o crescimento. Mas, sobretudo, com uma idéia de estado brasileiro, estado nacional, equipado, que escapa à discussão ideológica da estatização, que é um absurdo, uma enorme confusão. A grandeza do Brasil exigirá sempre um Estado forte, um Estado com respaldo no plano militar, no plano econômico, capaz de fazer face às tensões externas e uma série de necessidades vitais para a Nação brasileira.

Acho que aquele Brasil que dormitava antes de 1922, que acalentou todos aqueles sonhos, aquele idealismo, que foi objeto de ações muito ousadas e muito importantes na nossa vida pública, que, com os seus altos e baixos, desaguou em 1930 – que pode ser visto com um lado muito bom e pode ser visto com muitas reservas, como eu tenho de 1937 em diante, com desvios e com abusos de poder – que é algo que sinaliza uma maturidade no sentido de que o Brasil iria se projetar mundialmente para ocupar uma posição central no concerto das Nações.

E aí a interrupção desse projeto nacional de 1930, de fortalecer o Estado brasileiro e de ter condições de entrar no jogo do poder mundial, que é onde as coisas acontecem, de não sermos tão dependentes. Até 1945, importávamos tesourinha de aparar unhas, marca "corneta" da Alemanha, palito era importado de Portugal!

Este passo dado em 1930, na sua essência – portanto não vou ficar na periferia dos seus desacertos –, foi interrompido pelas implicações da conjuntura mundial durante o Governo Getúlio Vargas e pela saturação do processo internamente, que a realidade mundial indicava que não comportava mais depois da Segunda Guerra Mundial: uma ditadura aqui, abaixo do Equador, ou em qualquer lugar do Ocidente.

Afigurou-se um contraste muito grande e essa interrupção, pela via do aprimoramento democrático, causou o mal de paralisar o processo de fortalecimento do Estado. Porque Juscelino vem com aquela roupagem desenvolvimentista, mas se tornou o principal algoz de um fortalecimento auto-sustentado, de uma economia nacional soberana, porque ele abre o Brasil para as multinacionais da indústria automobilística de forma extremamente leviana e assenta as bases desse neoliberalismo que está aí e que se tornou avassalador e incontrolável, sobretudo nesses últimos oito anos do atual governo.

Este rasgo pseudodesenvolvimentista, pode ser encarado como uma implosão do Projeto Nacional menos dependente e autônomo –, é uma questão que precisa ser colocada. Quando nós defendemos o fortalecimento do Estado brasileiro, e uma visão nacionalista nesta direção, ela significa o controle das coisas, não significa uma visão cega, fanática, contra quem quer que seja.

Penso que os fatos políticos se agravaram, após a renúncia de Jânio Quadros – causando grande frustração, – deixando a Nação órfã e politicamente sem lideranças. Quando acontecem os desdobramentos futuros, no Governo João Goulart decorrente da febre reformista que empreendeu, o que significa? Agravou-se a situação política porque ascendeu à Presidência da República um governante desprovido da legitimidade necessária com a posse de João Goulart.

Jânio Quadros tinha sido eleito como oposição, ele era oposicionista, ele era um homem até – não obstante aquele namoro com Ernesto Che Guevara etc. – considerado de direita, autoritário. O vice empossado, João Goulart, não trazia a legitimidade da votação consagradora e da proposta do candidato eleito Jânio Quadros.

Era o homem da vassoura, que ia acabar com a corrupção.

O Vice-Presidente de Jânio Quadros não foi tão votado quanto João Goulart, candidato a vice-presidente na chapa derrotada encabeçada pelo General Lott, ele elegeu-se por força dessa distorção eleitoral. Goulart fazia parte da chapa derrotada nas urnas. Não era o cabeça da chapa, ele era o vice, o número 2 daquele que perdera as eleições.

Não custa lembrar que Getúlio Vargas na mensagem presidencial ao Congresso, em março de 1952, aponta pela primeira vez, o perigo comunista no Brasil e cita nominalmente o manifesto do Partido Comunista em que Luís Carlos Prestes

preconiza que a revolução comunista no Brasil não pode deixar de ser considerada como progressiva e permanente. Então, havendo essas resoluções do Partido Comunista, documento escrito, esse alerta de Getúlio Vargas, a pusilanimidade de João Goulart porque, exatamente, passou a mão por cima de tudo isso e, na busca de apoio popular, atraiu as hostes do Partido Comunista, os agentes do comunismo internacional, que aparelharam a sua base principal, que era o Ministério do Trabalho. Tarefa que ele já havia iniciado, claramente, durante o período em que foi Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, onde houve o famoso Manifesto dos Coronéis, exigindo a saída dele, e Getúlio Vargas o afastou.

Dentro desse cenário, penso que as raízes de 1964 têm um pouco de cada dessas coisas, mas ela tem uma especificidade muito clara: a mobilização nacional contra os desmandos do Governo João Goulart e dar um basta a àquele processo comunizante e a àquele de balbúrdia, de perda de autoridade e de orfandade moral da Nação.

Quem é que estava insatisfeito com aquele Governo?

Antes de chegarmos aos insatisfeitos, quando será uma resposta rápida, temos que dizer que havia os satisfeitos, o que ficou muito claro nessa escalada de acontecimentos, ou seja, na manipulação política de sindicatos, no grevismo, na inflação, na falta de gêneros – feijão, arroz, leite, surgindo as filas na busca dos alimentos –, comportamento absurdo do Presidente em termos de perda de autoridade, mancomunado com pelegos – pelegos, para os jovens, são aqueles agentes do Ministério do Trabalho, colocados ali nos sindicatos para politizá-los, profissionais da politicagem. Veja bem, se eles tinham tanto apego à democracia, ao invés da ação dos deputados e dos vereadores usaram esse "colchão de ar", os pelegos para introduzir as facilidades do governo nos sindicatos, inclusive agitações, com dinheiro dos próprios Institutos – existiam diversos institutos de previdência – IPASE, IAPB, IAPC, IAPI – para fazer o jogo do governo, no sentido das suas propostas políticas de continuísmo e de anular as resistências dos partidos oposicionistas.

Esse chamado peleguismo se mostrava na descontração de como os agentes transitavam no Palácio do Planalto e nas declarações que davam à imprensa.

Só não pensavam nos trabalhadores, que eram massa de manobra, porque eles faziam o jogo político, demonstrando, às vezes, mais poder que os próprios ministros.

Quer dizer, os sindicatos foram deslocados desta vocação de canal das reivindicações, as quais, em grande parte, passaram a ser atendidas pela via dos pelegos. As demandas dos sindicatos, das classes trabalhadoras, eram encaminhadas para esses agentes e, por isso, eles têm esse nome: pelegos. Numa cartada, que se proces-

sava de duas maneiras: primeiro, ela neutralizava o sindicato – mas o sindicato precisava desse canal – e, em segundo, ela enfraquecia os partidos.

Com isso, a insatisfação foi aumentando no seio da classe média – porque não era brincadeira, a cada greve, a cada dia, greves e mais greves políticas, paralisações de toda ordem atingiam todo o povo. Pela primeira vez, começamos a conhecer as chamadas greves nacionais, que não eram exatamente voltadas para atender aos direitos dos trabalhadores, eram para paralisar por paralisar. E há uma frase do então Ministro João Goulart, que foi muito veiculada na imprensa naquela época: “Eu sou técnico em greves.”

Portanto, este conjunto de desatinos foi desaguando numa insatisfação naqueles setores que, a princípio, estavam anestesiados, inertes, não reagiam, mas que, no dia a dia começavam a sentir os efeitos: a classe produtiva nacional. Confundem muito com que chamam de elites. Existe o setor produtivo, homens de indústria, homens de produção, homens de trabalho, empreendedores. Todo esse conjunto e as Forças Armadas em geral, todos os que discordavam dessas manobras – foi como uma bola de neve.

Portanto, o somatório desses desatinos despertou a reação dos pilares fundamentais da Sociedade Civil. Já no início de 1963, estava claro o divisor de águas que era, de um lado, uma máquina governamental utilizando-se de todos os recursos disponíveis para golpear as Instituições, através de manobras para desmoralizar o Congresso e dizer que as reformas não saíam por culpa desse mesmo Congresso e dos militares, e que, para mudar isso, ela estava no Poder e, de outro, os que percebiam esse conjunto de panacéias que levavam o País à desgraça, e se sentiam prejudicados por várias e justas razões.

Essa insatisfação foi se generalizando, se aguçando, atingindo pontos muito importantes ao longo do ano de 1963. Portanto, 1964 canalizou motivações até certo ponto heréticas – alguns dos próceres civis que aderiram eu não gostaria de tê-los do nosso lado, mas não tivemos escolha.

E a posição da Igreja?

Quanto à Igreja, faço uma comparação um pouco forçada. Ela difere das Forças Armadas porque é uma Instituição divina – trata-se de uma afirmação pessoal, é uma questão minha, testemunho de fé. A Igreja foi fundada por Jesus Cristo, onde foi estabelecida uma hierarquia, iniciada com Pedro, o Apóstolo Pedro e continuada até os dias atuais.

Então, isso não é uma ritualística qualquer, mas, ao mesmo tempo em que a Igreja é divina por força deste mandato, por esta criação, por esta obra – foi o

próprio Jesus que a edificou – ela é humana, e aí é que vem o grande embate ao longo da história da afirmação das verdades do Evangelho, que são as idas e vindas, a prevalência ora dos instintos humanos mais primitivos – completamente dissociados da missão da Igreja de levar a boa nova da fraternidade, da amizade, do amor – onde, aqui e acolá, emergem as fraquezas humanas, os apetites por Poder, por mando, e o homem em si, que integra essa Igreja – seja ele Papa, Cardeal, Bispo, Sacerdote ou leigo como eu – claudica, cai, envereda por caminhos obscuros.

Portanto, a Igreja, o seu comportamento – como a Revolução de 1964, como as Forças Armadas –, não pode ser vista de uma forma assim monolítica.

Aconteceu, aqui no Brasil e na América Latina, uma espécie de sedução, que atribuem a uma leitura mais atualizada da evangelização, que seriam aqueles segmentos católicos que enveredaram por uma tentativa de usar a ideologia como trampolim para "queimar etapas", para a realização dos valores evangélicos. Algo que de alguma forma nos remete à Idade Média pela via da atuação político-partidária. Eu não diria que seria o mesmo do tempo da inquisição, daquela relação tão prolixa e íntima com o Estado, quando aconteceram todos aqueles erros decorrentes dessa opção, da qual felizmente ela se libertou.

Aqui, no Brasil, observamos clérigos, de diversos níveis, inclusive bispos, que acharam que o melhor caminho era se associar com a vanguarda desses movimentos ditos de transformação. No íntimo, tenho certeza de que eles não enveredariam nunca pela ortodoxia comunista, que é algo a que se contrapõe visceralmente a doutrina da Igreja. Estávamos vivendo o próprio sacrifício da Igreja dentro da União Soviética, a avalanche de perseguições no mundo materialista marxista-leninista, o "socialismo real" que foi aquilo que era visível nas propostas socialistas naquela época.

Não creio que chegasse ao ponto de existir um bispo comunista, impunemente. Falo isso como católico. Mas, a exemplo de muitos oficiais do Exército, também esses clérigos acreditaram em Papai Noel e acharam que era possível pegar uma "carona" naquele modismo "socialista", eu vejo por aí. E isso é tão doloso, para mim, quanto admitir que aceitaram conscientemente fazer o jogo dos comunistas aqui na América Latina.

Então, não quero contribuir para uma análise mais ácida desses procedimentos, porque também tenho convicção de que, para o processo de transformação do Brasil, seja ele pela via pacífica, seja ele pela via revolucionária armada, que ainda aguarda o futuro – infelizmente, porque as contradições, os dilemas, os absurdos e os contrastes continuam –, para tudo que possa vir a ser feito na direção correta de

colocar o Brasil como um lugar no mundo onde não haja espaço para famintos, onde não haja espaço para quem não tem uma casa, onde não haja espaço para quem não tem terra – porque, naturalmente, fomos aquinhoados para não ter esses problemas –, em tudo que possa representar uma transformação dessas instituições jamais estarão de fora: a Igreja e as Forças Armadas.

Portanto, considero uma inabilidade, considero um erro, em qualquer caso localizado, ou não, em situações momentâneas ou em situações definidas reforçar ações ou reforçar campanhas depreciativas dizendo que o Bispo "tal" fez isso ou aquilo, que o padre que defende uma melhor condição para os pobres é "padre de passeata", esse tipo de coisas. Temos que separar esses equívocos do conjunto da Igreja, porque ela permanece sempre aliada das Forças Armadas e da essência dos processos de transformações para o bem-estar do povo.

Acredito, pois, que ocorreram equívocos por parte de membros da Igreja, como aconteceram equívocos amparados no aval que era dado pelas Forças Armadas naquele tempo.

A sua opinião sobre as "Ligas Camponesas"?

As "Ligas Camponesas" nada mais foram do que uma instrumentalização feita em homens bons, em homens que estão precisando de ajuda ainda hoje. Sou nordestino, não tenho nada que ser contemporizador com a mentalidade dominante de certa camada do Nordeste, que conheço muito bem, que sufoca, que priva da dignidade o ser humano. Mas não é reduzir isso somente para o usineiro. Não é só o usineiro, somos todos nós.

Então, resumiria assim: esse absurdo de não ter havido – não chamo a reforma agrária – o desenvolvimento agrário no Brasil, capaz de solucionar o problema das demandas dessa gente, que precisa de terra ainda hoje. E isso foi, entre outras bandeiras sociais, assumidas pelo senhor Francisco Julião, que as transformou através das cartilhas que foram apreendidas – e eu li algumas delas, em instrumento da subversão comunista, no campo. Então, ninguém precisa me ensinar essas coisas. Cartilhas ensinando a violência e armamento foram apreendidos nos aparelhos das "Ligas Camponesas". Em Minas Gerais, em 1962, foi apreendido um ônibus da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais que estava se deslocando lá para o Nordeste com um carregamento de armas.

Então, volto a perguntar: "Onde está a coerência entre todos nós que queremos a reforma agrária, medida indispensável para o desenvolvimento econômico –, que o General MacArthur, que não foi nenhum político profissional, tomou a iniciativa de fazê-la no Japão como um dos primeiros atos do Exército de ocupação, tal

a sua importância?" Nenhum país vai dar um salto na industrialização e ter um mercado interno pujante, dissociado de mãos nos arados, alimentos e produção do campo, que é importantíssimo, sem uma reforma agrária ajustada a sua realidade econômica social.

Castello Branco, com o Estatuto da Terra, mostrou essa verdade.

No seu discurso de posse, ele foi até o Estatuto da Terra, que ainda hoje é o melhor documento que existe no Brasil sobre isso. Pois bem, aonde existia a possibilidade de compatibilizar este objetivo a ser atingido – não digo nem ideal – com a reforma agrária na marra, na violência, na usurpação, na loucura, na cegueira, no fanatismo, inspirado no exemplo de Cuba, que muito encantava os nossos líderes socialistas? Essas "Ligas Camponesas" nada mais eram do que braços políticos que estavam sendo transformados em braços armados da guerrilha rural.

Sou muito grato a todos por estar aqui, hoje, prestando um depoimento, o que pode parecer uma loucura, pois estamos vivendo um ambiente totalmente hostil a esse tipo de coisas. Hoje, o ideal seria "dourar a pílula".

Mas esse é um dos principais valores deste Projeto de História Oral do Exército.

Primeiro é reafirmar as posições, as responsabilidades e a fundamentação de cada um, as suas razões, e deixar-se então ser julgado por isso. Se na minha modesta posição de tenente, hoje coronel da reserva, tiver que ser rotulado de alguma coisa, eu digo: "Liga Camponesa" nada mais era do que um arremedo, que denomino com uma palavra nordestina: uma "presepada".

Por que uma presepada? Porque jamais iriam atingir coisa nenhuma, sair vitoriosos em coisa nenhuma, com aqueles homens simples – que para eles era dito que a reforma agrária só podia ser feita assim e apontado o exemplo cubano – e com aqueles quadros, sobretudo os deles, que também, mais uma vez, na hora "H" fugiram, deixando um "mundo" de homens e de mulheres, que foram doutrinados, totalmente desorientados, o que não ajudou em coisa alguma.

Essa é a conclusão que eu faço: "Ligas Camponesas" foram braços armados da guerrilha que iriam, no Nordeste, substituir as próprias Forças Armadas.

Começando o movimento no campo, como Mao Tsé-tung, que se valeu da guerrilha rural, aproveitando o engajamento do Exército na Segunda Guerra Mundial.

As cartilhas nada mais eram do que ensinamentos dentro dessa doutrina.

Quais foram, na época, as causas imediatas do 31 de Março? Aqueles que levaram os revolucionários a lançarem as tropas na rua?

Sem dúvida, o mês de março foi pródigo naquilo que seria um planejamento deles, mas que, na verdade, era uma coisa de malucos inconseqüentes.

Dizem que o golpe deles seria no dia 1º de maio!

Estávamos numa escalada. Aqueles que viviam a realidade nacional e acompanhavam os fatos, sejam políticos, sejam de outra natureza, não podiam desconhecer todos esses elementos.

Então, as causas e os fatos determinantes foram o comício do dia 13, a reunião dos marinheiros e fuzileiros navais no sindicato dos metalúrgicos, que foi uma afronta à Marinha, e, em seguida, a reunião do Automóvel Clube do Brasil, com aquela manifestação de sargentos das polícias que se misturaram com os das Forças Armadas.

Os discursos e a conclamação do Presidente eram visivelmente dentro dessa linha socialista, marxista-leninista, da revolução, da república popular, da quebra da hierarquia, de "virar as coisas" – e isso está na História, não precisamos mais mostrar.

Eles trouxeram isso claramente numa escalada, documentos posteriores comprovaram, e estão, aí, no acervo da História, que João Goulart até setembro detonaria o golpe dele com o seu esquema, porque o Congresso dava sinais claros de que não aprovaria as reformas. E as reformas, diga-se de passagem, embutiam a mais importante para ele, que era a da mudança da Constituição, no sentido de garantir a questão da reeleição, a mesma coisa que se operou recentemente aqui no Brasil.

A Constituição que tanto os serviu, passou a ser uma Constituição imprestável, "madrasta", no dizer deles mesmos.

Eles apressaram, "calcaram o pé" com mais força no acelerador, no sentido de caracterizar duas ou três coisas: primeiro que não era possível, dentro da ordem legal, operar as reformas que "salvariam" o País; segundo, que as Forças Armadas teriam que ser objeto de toda essa balbúrdia para, no mínimo, serem neutralizadas; terceiro, havia grupos, como o "grupo dos onze", que recordo muito bem, aqui no Rio de Janeiro, e que eram grupos mais qualificados, não era como os pobres homens das "Ligas Camponesas" lá do Nordeste. Esses homens eram quadros capazes de fazer operações mais complexas, operações de destruição, incêndios, seqüestros, sabotagens ou ações ainda mais delicadas.

Essa coisa que fermentava, e que gerava todo esse caldo de perturbação nacional, já estava se mostrando favorável para que eles saíssem dos discursos realizados dentro da ordem democrática. Significava que as coisas tinham que ser obtidas de qualquer maneira, com uma ação de governo, de força, o que naturalmente seria um golpe.

Só encontro essa explicação para aquela avassaladora ofensiva do mês de março – a seqüência de acontecimentos que enumeramos – que terminou sendo conside-

rada por todos nós como um desatino dos mais desvairados. Tais acontecimentos foram determinantes para a eclosão do Movimento de 31 de Março.

E a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, sobre a qual ainda não falamos, teve a ver com a eclosão, considerando que sem o povo o Exército não sairia?

Vou fazer a seguinte abordagem: as coisas ficaram claras, então foram usados os instrumentos necessários, porque o confronto era mais do que perceptível, seja de um lado, seja do outro.

Na verdade, além das minhas convicções, formadas ao longo de todos esses fatos que vi e relatei, não tive muito acesso a outras fontes, devido ao escalão em que me encontrava, não tive condições de apreender a engenharia da cúpula revolucionária, do comando que a delineou. Acho que foi uma manobra muito inteligente e necessária, porque teríamos que usar de toda a nossa competência. Foi uma ação muito hábil: atrair a população para mostrar o seu desagrado, porque historicamente sabemos que sem povo não é possível ocorrer intervenções armadas.

E isso é uma peculiaridade muito importante da história do nosso Exército, e daí por extensão das Forças Armadas, que veio desde a Proclamação da República: há sempre essa postura de estar auscultando o pulsar do povo brasileiro. Essas marchas tiveram uma grande relevância porque, sobretudo, os católicos viam na ameaça comunista a própria asfixia da Igreja e da sua presença no cenário nacional. Foram de grande valor, porque a população, a família, a mulher brasileira disse não a João Goulart e ao seu desditoso Governo.

E a atitude do Congresso Nacional, quando da eclosão da Revolução?

Achei que houve no mundo político muita agilidade e competência. O fato de o Presidente do Senado, Senador Auro de Moura Andrade, ter declarado vaga a Presidência da República foi de uma importância muito grande, foi uma manobra política de muita visão, como foi também a atuação dos ministros militares quando da renúncia do Jânio. Ele quis renunciar, renunciou, ficou o vácuo. É verdade que haveria aquele risco da posse do vice, mas nós não sabíamos bem o que o Jânio queria. E se houvesse uma adesão dos nossos ministros?

Então, o Congresso seguiu mais ou menos essa tônica: Ele fugiu? Então o cargo está vago. E deu posse imediata ao Presidente da Câmara dos Deputados, Raniére Mazilli, não obstante todo o esperneio, por exemplo, de Darcy Ribeiro, que ameaçou fechar o Congresso. Estávamos no dia 31 de março, 1º ou 2 de abril, ainda não estava claro o esfacelamento do chamado esquema militar do Presidente, e da própria ação de comando dos membros do Governo que ainda detinham o

Poder, eles podiam expedir ordens, o quadro não estava definido, sacramentado. Então, o fato de o Presidente do Senado ter empossado Mazilli, começa a recolocar o País dentro da ordem democrática.

Até porque o Congresso estava ameaçadíssimo pelo João Goulart, ele, mais que os militares, também tinha que se colocar contra aquele estado de coisas.

Uma manobra muito ágil e competente.

E os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas: UNE, CGT, PUA etc., como é que agiram depois da Revolução?

O Movimento Comunista Nacional já havia se infiltrado e assumido o controle, vigorosamente, dessas entidades. No entanto, elas foram objeto dessa cooptação, colocaram-se como instrumento dessas linhas do passado ideológico e, no presente, as que confusamente ainda existem, não sabemos bem que linhas adotam.

Então, quero dizer o seguinte: eles todos faziam parte desse cortejo comprometido com essas "reformas", propostas no Governo João Goulart, mas isso se revelou sem substância, sem liderança, desarvorado e sem consistência. Além disso, parece que eram homens que não podem ser considerados verdadeiros líderes, porque, ao abraçarem uma causa não autenticamente brasileira – pois defendiam a ideologia importada, a ideologia que vem de fora e pode contagiar momentaneamente cabeças, mentes e espíritos, mas, no fundo, no fundo, quando se trata de materializar o passo para concretizar os seus propósitos, acontece isso que o Brasil mostrou para o mundo – eles não se revelaram à altura, faltava a "chama" dos patriotas autênticos que nunca foram.

No Exército, saímos para defender a restauração e o revigoramento da essência da nossa vocação de soldados: a hierarquia e a disciplina, e o perigo de o Brasil ser um satélite da União Soviética. E eles, estavam defendendo o quê?

Por isso que essas entidades todas falharam, como falharam outros setores por falta dessa autenticidade; eles montaram um esquema que se revelou totalmente incapaz, iníquo e indigno, daí por que, no fundo, todos fugiram e não reagiram.

Volto ao tema para deixá-lo bem claro. O Movimento foi exclusivamente de preparação interna ou se valeu do auxílio externo dos americanos, como dizem os perdedores?

As pessoas que têm noção mínima dessa questão de relações de poder mundial vão ver que o Brasil não ficaria à margem de um acompanhamento, do interesse dos chamados países centrais.

Havia a bipolaridade, as preferências da União Soviética, tanto que o País foi acossado e minado pela tentativa da expansão da revolução comunista, que havia sido

deslocada para Cuba. E essa expansão foi o grande sonho de Ernesto Che Guevara, que cometeu erros incríveis nas tentativas de expandi-la para a África e depois aqui para a América do Sul, estando o Brasil dentro desse jogo, porque o maior sonho da União Soviética era tornar o Brasil uma grande Cuba, ou seja, a conexão se faria para desequilibrar o eixo do poder mundial e afetar profundamente os Estados Unidos.

É lógico que os Estados Unidos não iriam aceitar esse desfecho. Não quero ser condescendente com eles, porque o problema de tratar com os Estados Unidos ou a Rússia é nosso. Aliás, disse isso o General Castello Branco no seu discurso de posse, ele falou muito claramente sobre isso.

Por exemplo, dentro do Brasil, estamos em 2002, nós não conseguimos, pela via das franquias democráticas, colocar um freio na biopiratataria. Os americanos aqui entram vestidos de cientistas, de missionários, e é uma sangria tão infausta quanto seria a sangria ideológica. Nós não conseguimos porque eles vêm sob disfarces diversos, e é próprio do sistema. Então, os Estados Unidos também podem ter se infiltrado, e, quem sabe, atuado, na mesma proporção.

Acho que temos que encarar com toda a tranqüilidade o que se operou em termos de reação ao avanço do outro núcleo de poder mundial, do outro bloco – União Soviética. Naquele momento, para nós, o mais importante era barrar a marcha da guerra revolucionária comunista. Os americanos, teríamos condições e tempo de enfrentá-los da forma que viessem, posteriormente, num segundo momento, coisa que está acontecendo até hoje, é ponto de honra para nós que fizemos 1964. Então, acho o seguinte: influência pode ter havido, intromissão não, jamais. Intromissão não permitiríamos.

A Revolução foi um movimento exclusivamente interno. Isso é importante. Os líderes do que convencionou-se chamar Revolução – naquele momento, que era uma contra-revolução –, 1964 tem que ser visto assim, atuaram independentemente, sem nenhuma ajuda externa.

Assumimos, um presidente fugiu, porque estava fazendo toda aquela sorte de desmandos, estava dirigindo uma velada revolução comunista no Brasil.

Foi uma ruptura constitucional, temos que deixar claro isso, inclusive porque amanhã poderá ser necessário intervir novamente. A nossa Força, os nossos chefes, poderão ser chamados a intervir, jamais isso pode ser descartado – os generais na Iugoslávia não tiveram esta percepção e ela se esfacelou após a morte de Tito –, não podemos perder isso de vista. Então, foi necessário fazer a ruptura constitucional, depor o presidente que se tornou indigno, que fazia o jogo antinacional, contrário ao Brasil, aos interesses da Nação e que assumimos essa responsabilidade de afastá-lo.

Nessa pergunta, penso que caberia exatamente clarear esse posicionamento.

As coisas que eram para ser feitas foram feitas, há momentos que você pode enveredar por um curativo para sanar o mal, mas, às vezes, o curativo não é suficiente, e essa situação pôde deixar muito claro que só uma cirurgia profunda atenderia ao momento histórico.

Existiu, então, o tal esquema do Jango, apregoado por Assis Brasil, Chefe da Casa Militar?

Prefiro dizer que esse esquema existiu, foi bem trabalhado, ocupou postos-chave, indicava para as unidades mais importantes aqueles em quem confiava e, no final das contas, quando foi acionado o botão, ele simplesmente silenciou, numa atitude que humanamente pode ser considerada aceitável, mas como oficial, eu não aceito, porque houve uma debandada da maioria dos seus componentes.

E a chefia e liderança por parte das nossas tropas, das tropas de Minas Gerais, tropas que realmente estiveram na iminência do combate?

O Exército, naturalmente, tal como a Igreja, que é o depósito da fé, tanto ontem como hoje, também tem esse depósito, a formação prevalecerá, e a ação de comando dos quadros de oficiais será exercida. Temos que render esse preito a todos os oficiais que viveram em várias situações, tanto na tropa como em estabelecimentos de ensino; às vezes, o oficial tinha sido até perseguido, afastado, e estava numa posição burocrática em algum lugar. Devemos a todos esses oficiais o exercício mais lídimo do que foi o aprendizado nos bancos escolares, de que eles deveriam liderar e eles lideraram. Foram oficiais, foram sargentos, jovens tenentes, capitães, majores, coronéis e generais, bem como generais da reserva, que não exerceram ação de comando, mas a facilitaram muito, com a sua disponibilização para os riscos que representaram as tarefas de bastidores de articulação.

Então, acho que temos que guardar bem que, no meio daquele caos, foi brotando, naturalmente, a responsabilidade de exercer o comando.

E o emprego operacional dos cadetes da AMAN, pelo General Médici, a favor da Revolução, foi correto?

Foi muito importante e decisivo, no plano do que representa esse complexo de ações que brotaram dessa convergência, assim como se fosse a formação de um *cúmulus nimbus*, que se precipita num determinado momento na tempestade. Lembro-me sempre do clima, de que era de muita dúvida e incerteza, e que haveria um confronto sangrento.

Mas, não obstante as dificuldades de comunicações, soubemos que os cadetes, e os fomos todos nós, estavam se posicionando ao lado do Comandante e

assumindo responsabilidades, confrontando, e "botando as coisas nos eixos", e refreando o açodamento dos que se bandearam.

Acho que aquele emprego dos cadetes foi emblemático e importante para que a Academia também oferecesse uma oportunidade concreta de que, nos bancos escolares, segundo as necessidades da história, eles, que seriam chefes no futuro, mostrassem que não eram figuras decorativas, participaram ativamente, de um momento histórico como aquele. Achei muito significativo e calou muito em nós, pára-quedistas, aquela atitude de empregá-los.

A Revolução de 31 de Março robusteceu a união e a coesão no Exército Brasileiro?

Ganhou muito no que diz respeito ao retorno do Exército às suas rotinas de enquadramento e de devoção às suas práticas milenares: a disciplina, a hierarquia, a vida do quartel; e, sobretudo, com o afastamento daquela promiscuidade com projetos políticos, esse envolvimento desastroso que contaminou nossa caserna.

E, aí, para ser coerente, recordo-me de oportunidades que declinei. Nos primeiros dias de abril, fui designado para o inquérito da Caixa Econômica, um ato extremamente honroso, tendo como encarregado o Coronel Pára-quedista Onaldo Raposo, tal como houve o inquérito do Partido Comunista, com o Coronel Ferdinando de Carvalho, também brilhante oficial, onde alguns pára-quedistas foram convocados.

Fui designado através do *Diário Oficial* da União, mas a minha sede da vida de soldado, como tenente de Infantaria eu me sentia como que violentado na essência desse direito de viver essa vida com os meus soldados, com a instrução militar, prejudicada, desde a renúncia de Jânio Quadros, por todos esses embates políticos, depois transformados em luta ideológica. Fui, então, ao meu comandante, Tenente-Coronel Aragão Cavalcanti, e solicitei a exclusão do meu nome daquela comissão; portanto, o meu nome, que fora anunciado na *Hora do Brasil*, está no decreto relativo à Comissão de Investigação, foi substituído pelo do Capitão Sobreira, recém-egresso da EsAO. Porque eu queria isso, queria o quartel, e a Revolução veio permitir que eu realizasse esse anseio de ser soldado integralmente, sem conviver com aquela fermentação política e ideológica que caracterizou os anos daquele malfadado Governo.

Então esta questão de colocar novamente a vida da tropa, a vida castrense, dentro desses seus limites tradicionais, já era um grande passo que a Revolução propiciou e me contentava totalmente.

A Revolução, com toda certeza, foi extraordinariamente importante e decisiva para este objetivo. No entanto, quero ressalvar que, com os desdobramentos de

1964, com o desgastante e excessivo prolongamento da sua ação no tempo, ela gerou a formação de grupos em torno de líderes que se alternavam no Poder, os castellistas, a linha dura, como foi assim denominada – que não era dura coisa nenhuma, ela queria o retorno mais rápido à plenitude do regime democrático, depois pude perceber –, e parte da comunidade de informações, que passou a ter uma supremacia muito grande na influência dos rumos, do que deveria ser feito ou não ser feito. Em termos de estrutura militar, o objetivo é inquestionável e o ganho é para todas as gerações, porque sem o Exército fortemente adestrado, operativo e comandado pela sua cadeia de comando, como voltou a ser com a Revolução, não é possível existir um Estado, não é possível existir nada.

Então, foi importantíssimo no plano da coesão e da formação dos quadros. No entanto, sempre ressalvo esse outro aspecto, que foi muito danoso, penso, nos desdobramentos finais: a configuração de grupos que se articulavam para um rodízio, e esse rodízio nem sempre estava claramente sintonizado com os objetivos iniciais da Revolução.

E a mídia, apoiou a Revolução?

Temos que voltar no tempo, a mídia não tinha ainda todo esse peso. No entanto, os jornais, as revistas, as emissoras de rádio, com raras exceções, apoiaram a Revolução. Dentre as exceções, foi muito usada a Rádio Mayrink Veiga pelos adversários, entendo assim, como o primeiro ensaio de popularização da informação e de utilização da informação para fins políticos, ideológicos: a cadeia da legalidade e aquelas coisas que foram feitas, sob a direção de Leonel Brizola.

No entanto, penso que houve sempre um grau de inibição muito grande da nossa parte na utilização da propaganda, essa nossa formação centrada no cumprimento do dever, sensível ao estoicismo, o sentimento de achar que o que é feito é porque era para ser feito, a fidelidade ao juramento. São valores imperecíveis, que não podem ser misturados com outras coisas, é o dever militar. A comunicação de massa não foi bem trabalhada.

Nós nos contentamos com a voz da consciência no "dobrar do travesseiro", porque os soldados não são muito afeitos a divulgar as suas façanhas, nem se sentem bem com isso. O verdadeiro soldado, aquele que tem alma de soldado, não gosta de alardear as suas conquistas, mesmo estando com a indumentária civil; o General Castello Branco, como primeiro ato, após sua confirmação como primeiro presidente do novo regime, passou para a reserva, e assumiu a Presidência na condição de um oficial da reserva. Esses condicionamentos prevaleceram muito, à exceção do período dos presidentes Médici e Geisel, que cuidaram um pouco mais

da comunicação social. O primeiro, por meio do General Octávio Costa, e o segundo, com a presença do General Toledo Camargo e do Coronel Adalto Barreiros, na Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República (AERP).

As campanhas que promoveram naquela fase visavam acentuar as grandes metas de desenvolvimento econômico alcançadas até então. E, também, atenuar um pouco os efeitos da guerra psicológica adversária, embora ache que, a partir do Governo Geisel, já estava configurada uma situação em que os perdedores de 1964, aproveitando-se das brechas no processo revolucionário, das fraquezas humanas, dos desvios pontuais dos propósitos iniciais e do desgaste de uma continuidade no tempo além do necessário, conseguiram se apossar da mídia e da informação. Identificava-se uma saturação na opinião pública que, aliada a estratégia aprendida nos ensinamentos de Gramsci, resultou no domínio daquele importante setor pelos derrotados pela Revolução.

Um grande número de oficiais, e me incluo entre esses, revelou dentro da cadeia de comando da Revolução, e lealmente, sua discordância. Fui várias vezes ao meu comandante e disse para ele: "Não é possível isso, vamos entrar num "beco sem saída, quem sabe num Vietnam, sem saber bem como sair." Agi no sentido de alertar, porque, mesmo havendo todo o reordenamento hierárquico e disciplinar, fomos, de alguma forma, líderes da Revolução, no nosso escalão.

Existiram os líderes nos escalões mais altos, expoentes a quem nós rendemos as nossas homenagens, mas a cúpula, o comando da Revolução, igualmente como ficou desatenta para a comunicação social, ficou pouco atenta às vozes de dentro da Revolução, que diziam: "Estamos divergindo, não é assim, não vá por aí." Não quer dizer que se criasse uma situação de indisciplina, mas o exercício da lealdade, daquilo que todos nós aprendemos.

Então, acho que essa parte foi muito prejudicada, exceção daquele momento, que foi feito já dentro de um grau de ufanismo discutível, mas as marcas já estavam impregnadas na opinião pública, e a mídia, que já começava a ter o reforço da televisão, ganhou a "batalha da comunicação", porque foram em cima dos nossos erros.

E quais foram os acertos da Revolução?

Isso é importante. O primeiro acerto foi conter o avanço comunista no interior das nossas fronteiras, barrar a maré vermelha, não vejo como não falar. Agora isso vai ser o quê? Afrontoso para muitos dos nossos amigos de hoje. E pode ser desconfortável? Não importa o que estava em curso; era uma guerra, era um jogo, ou você se definia, pelo que disse o General Castello Branco no discurso do primeiro

ano, no Palácio da Liberdade, em Minas Gerais: "Tínhamos uma situação que nos encaminhava para uma ruptura, com a opção básica do Brasil, em toda a sua História." Que opção básica é essa? Opção básica de alinhamento com o sistema democrático Ocidental, e a nossa opção foi por esta situação, num primeiro momento; não tem nada a ver com o interesse de americano, com o jogo com os americanos, tem a ver com a opção que os beneficiava no jogo do poder mundial. Beneficiava os americanos, porque tínhamos de beneficiar alguém, porque não somos uma ilha, não vivíamos nem vivemos isolados.

Com a opção pelo Ocidente, evitamos a comunização do País, deixamos de nos tornar mais um satélite da União Soviética, surgindo com Castello Branco, em verdadeira grandeza, a autoridade que fora esfacelada no governo deposto.

Não fui desses revolucionários ardorosos, assim de propalar façanhas ou atrelar-me a grupos, mas fui aquinhoado com convites honrosos, que recusei a todos eles, por exemplo, o do Coronel Silva Freitas, de Artilharia, já depois do Ato 5, que me chama aqui no Palácio Duque de Caxias ou num escritório na Avenida Presidente Roosevelt, e me diz: "Você vai ser o número 2 da Seção de Operações do SNI, aqui no Rio de Janeiro", ao que lhe respondi: "Não, não, sou de tropa, por favor, não misture, eu estou lá, onde me sinto bem." Quer dizer, seria um cargo de confiança da Revolução que não aceitei porque cada um de nós deve fazer aquilo que gosta e onde acha que é mais útil.

O homem certo no lugar certo.

Teve o inquérito da Caixa Econômica, eu não fui, me disseram: "Você vai ter prestígio rapaz, você está declinando disso?" Saiu no Noticiário do Exército a minha nomeação para instrutor da AMAN para ajudar nessa mudança de mentalidade, fui indicado pelo querido amigo Coronel Anísio Alves Negrão. Como não havia sido convidado antes e foi publicado no Noticiário do Exército sem que eu fosse consultado, eu disse: "Não vou poder, quero ser comandante de pelotão aqui – isto aqui estava um inferno – eu sou pára-quedista, quero é o avião, o meu pelotão, a AMAN não está dentro das minhas perspectivas." Complementaram: "Você está maluco!"

Seria outro posicionamento de grande destaque profissional, mas soaria como que uma atitude de estar alardeando essas posturas de revolucionário, que prefiro reafirmá-la hoje, quando estamos numa situação bem hostil, com tentativas de "revanchismo" e achincalhe pelos perdedores inconformados.

Então, o primeiro grande acerto não são aqueles indicadores econômicos, importantes sem a menor dúvida. Depois, o prosseguimento do ideal dos tenentes, que foi em parte satisfeito, já em parte materializado em 1930: o processo de

tirar o Brasil da sonolência, de ser um país eminentemente agrícola, porque o Brasil tem condições plenas de ser uma potência mundial, hoje tecnológica, no passado industrial.

O segundo acerto, o segundo grande elemento, foi à criação da infra-estrutura para o deslanche de um Estado verdadeiramente apto para um processo de desenvolvimento rico, autêntico, real e autônomo.

Essas opções de 1964 sobrepassam em muito os seus erros. Há uma prevalência grande de acertos.

Portanto, acho que os grandes ganhos da Revolução no campo econômico foram: ter priorizado o setor energético; os centros de tecnologia – o fortalecimento do que existia antes, realizado pelo Presidente Dutra; a Petrobras; as telecomunicações; a malha rodoviária, inclusive a Transamazônica feita de modo muito correto, com ótimo traçado. Podemos, hoje, olhar para trás e dizer que acrescentamos muito ao processo desenvolvimentista do Brasil.

E os erros da Revolução?

O mais grave até já comentei por alto, foi a sua incapacidade de gerar lideranças verdadeiras. Penso que a morte do Presidente Castello Branco foi muito ruim, em seus vários ângulos, em seus vários aspectos. Mas a influência dele, quem sabe? Ele foi visto com algumas reservas no começo, porque era um homem de muito apego às ortodoxias castrenses, já que uma revolução precisava naturalmente de um certo arrojo, e menos pruridos com o tratamento que foi dispensado ao Judiciário e à classe política.

Identifico isso hoje, como Coronel, e como estudioso, que outro grave erro foi essa incapacidade de definir no tempo a intervenção, antes que ocorressem os desgastes dos embates internos e suas conseqüências na opinião pública. À época, na minha ótica de tenente, com os propósitos de enxergar mais o Exército, de ver o Brasil livre daquela ameaça comunizante, eu não percebia. No entanto, o fator preponderante desse alongamento, evidentemente, foi conseqüência da luta armada, sobretudo, dos atos terroristas.

O terceiro foi uma excessiva condescendência, no plano político, com verdadeiros trapalhões, políticos que são capazes de tudo, e que aderiram à nova situação em face das concessões éticas do modelo existente na cabeça do nosso primeiro Presidente, que seria de dar uma vestimenta fortemente democrática ao impedimento de João Goulart. Ele os acolheu, por necessidade de sustentação. Veja bem: como uma revolução pode se nutrir deste expediente de incorporar aos seus quadros “verdadeiros vira-casacas”, indivíduos sem escrúpulos, políticos corruptos,

que só acreditam nos projetos individualistas deles? A nossa sustentação política esteve fortemente impregnada desses tipos, que gostaria muito de vê-los no inferno, e jamais sendo algo que eu tivesse que me ombrear com eles.

Esse erro tem suas razões de Estado. É muito fácil eu estar aqui dizendo isso, e outra percepção é de quem está no comando tendo que, perante o mundo, o poder mundial, a qual sempre temos que nos referir, fazer a "maquiagem", para que a Revolução se consolidasse. Reconheço que existem esses problemas que escapam aos desejos que eram de muitos de nós.

Quarto erro: além desse conluio, essa promiscuidade excessiva com venais, foi não ficar atento e ter feito jogo muito duro com adversários que fatalmente seriam atraídos, se não houvesse um certo grau de intolerância, e uma certa cegueira, no sentido de desconfiar muito do adversário, em tese, dogmaticamente.

Existiram casos de disputas regionais que se valeram de instrumentos da Revolução para acertos de contas entre grupos provincianos, paroquiais etc.

É necessário que registremos isso que vimos, que, sem dúvida, aconteceria em qualquer situação, só que aqui, no Brasil, muitos destes vitimados estão aí, até premiados, com promoções, indenizações milionárias etc. Se fosse em Cuba, esse erro seria fatal, porque teriam sido fuzilados, e não estariam tomando conhecimento, desse tipo de crítica ou dessa possibilidade de se recompor no futuro.

O quinto erro, que me parece mais gritante, foi uma excessiva predileção por uma facção da área da comunidade de informações, muito pouco hábil, muito pouco afeita ao tratamento político, porque ali se tratava de uma condução política, ao ponto de nós sermos também alcançados por esta facção.

Estranhamente para mim, que sou um soldado, e que estive de certa forma, quando servi em Roraima, envolvido na preparação de parcela dessa tropa que atuou na segunda fase, no Pará –, tropa de combate à guerrilha real, presente no nosso território, tentando liberar áreas.

Pelo fato de não ter sido definido um comando operacional terrestre, por ter continuado uma operação de informações – por uma questão de disputa, penso interna, de prestígio –, temos um exemplo raro na história militar mundial, de um Exército que derrota uma guerrilha, um Exército vitorioso e recebe ordem para que este fato simplesmente sumisse, desaparecesse, fossem queimados os seus documentos, e do qual não paira hoje, sequer, um registro histórico. Por quê?

Porque as ações de antiguerrilha, no Pará foram inicialmente, como não poderia deixar de ser, uma operação de informações, quando foram identificados indícios, confirmados, depois, pelas Forças Especiais da Brigada Aeroterrestre e outros elementos. Então, a partir desse momento, cessa a operação de informa-

ções e entra um comando operacional, como entrou, mas com essa limitação, parecia que estava a comando de um setor da área de informações.

Portanto, com esse exemplo, desejo materializar, como homem de tropa e como homem de 1964, minha visão crítica sobre alguns dos aspectos que considero errados. Havia uma certa tendência a dar uma roupagem definitiva e sacrossanta a tudo que vinha da chamada comunidade de informações.

E quero fazer aqui um reparo: eles são merecedores, a comunidade como um todo, do nosso respeito, do meu respeito, da minha admiração, porque eles foram o tempo todo uma espécie de vanguarda deste confronto.

Tivemos mortos, como o Major José Júlio Toja Martinez, ainda não pára-quedista, mas recém-chegado à Brigada para realizar o Curso Básico Pára-quedista e que vinha desta área, e que simplesmente por ter sido escrupuloso, por ter sido soldado, por ter sido digno, aborda um carro Volkswagen, pede a identidade a uma mulher que estava aparentemente grávida, ou se fazendo de grávida e leva um tiro no rosto, no dia 2 de abril de 1971. A sua lápide está hoje lá no Bosque dos Campeões, um jardim no Arroio dos Afonsos reservado aos heróis pára-quedistas mortos no cumprimento do dever. A partir daí, ninguém mais se sentia com direito de pedir identidade a quem quer que seja, como não mais se pediu.

Então, esses homens de informações, parte deles, extrapolaram, mas eles não são responsáveis por isso. Acho que foi a própria condução política, e os altos chefes que deixaram, e isso foi muito ruim para a Revolução, no meu ponto de vista, na sua seqüência, porque as chamadas decisões de grande porte, as inflexões históricas, a "hora de sair", a "hora de entrar", como foi feita, ou então as manobras que devem ser feitas dentro do jogo do poder existente ou em meio às turbulências, exigem algo mais do que um conhecimento específico de uma área específica, que é de extremo valor e indispensável –, a área de informações.

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. O senhor concorda com esse ponto de vista?

Isso é uma das grandes mentiras que são repetidas. Há pouco, numa outra pergunta, citei e vou repetir: "O Presidente Getúlio Vargas, na mensagem presidencial de março de 1952, apontou o perigo comunista, baseado num manifesto de Luís Carlos Prestes que preconizava a revolução permanente e progressiva." Então, estou em cima do fato, ele (Prestes) falou isso, e quem era ele? A liderança maior do Movimento Comunista Internacional no nosso País.

Então que falta de canais é essa? Isso é um planejamento que vem de muito tempo.

Para combater a luta armada comunista foi necessário o AI-5?

Não creio, vivíamos uma situação de exceção. Para combater isso não seria necessário o AI-5, não vejo o porquê. Aliás, o AI-5 me foi colocado com outros objetivos. Ele teria que lidar muito com alguns desvios da área econômico-financeira da Revolução. Haveria o problema da necessidade, que estava bem identificada na época, de atuar sobre os líderes parlamentares que propunham essas ações de guerrilha. Estávamos vivendo em 1968 algo que nos remetia para uma situação de muito constrangimento: eram as marchas de protesto, a contracultura importadas da Europa. Uma delas, conhecida como a dos "cem mil", aqui na Candelária (Igreja da Candelária, na Avenida Presidente Vargas), já dentro desse processo de reação agregou todas as forças e tendências oposicionistas, inclusive, as forças que haviam saído do nosso território. Aliás, essa reação estava acontecendo no mundo todo, na Europa, principalmente na França, e nos Estados Unidos.

Portanto, o AI-5 foi um instrumento usado prioritariamente para fins políticos, através das cassações e de quebrar barreiras, no plano jurídico, que asseguravam direitos, direitos que eram usados para exatamente enfraquecer o regime. Penso que não seria necessário, isso é questão para um comandante de área resolver dentro da sua área de jurisdição. Em Brasília seria o poder central, com respeito à atitude de parlamentares.

Quanto ao reordenamento dos rumos da economia, sua influência tornou-se nula.

Sentir-se afrontado com aquele discurso do Márcio Moreira Alves...? Essa é uma opinião minha, muito pessoal, que não desejo escamotear, mas sim contribuir, e dizer que, nessa própria dinâmica dos quadros que se posicionaram a favor de 1964, há leituras diferenciadas. A minha opinião é que aquele discurso não tinha o peso político mínimo para o tamanho da reação.

Hoje muito se fala em "ditadura", em "anos de chumbo", como é que o senhor vê essas colocações?

Creio que essas colocações, a exemplo das reações extremamente emocionais, como no caso do discurso do Deputado Márcio Moreira Alves, fazem parte de uma tentativa de menosprezo, com a situação, coisas normais no quotidiano da política. Não é uma constatação fundamentada num valor histórico, alguém pode discordar do que aconteceu. Muitos brasileiros, naturalmente, assim já se posicionaram. Há setores também do pensamento nacional que, não sabedores de todo este conjunto de ações, desse processo que estava em curso – ou seja, das ações danosas praticadas pelo governo central, com o Presidente João Goulart, tendo perdido o controle dos seus aliados, a "coisa" se inverteu para ser um proces-

so de guerra revolucionária. Desinformados, acham que poderia ser tolerada a presença dele até as eleições. Então, 1964, que vai completar ainda quarenta anos, é muito pouco tempo diante da História.

E ocorre que muitos dos protagonistas adversários, que estavam dentro daquela experiência revolucionária, aliados de João Goulart, eram jovens, e hoje são homens maduros que estão ocupando altos cargos da República, ou no mundo político, muitos são parlamentares, outros são jornalistas. E, aí, eles se permitem dar àquele momento e à ocorrência histórica de 1964 a versão conveniente para eles.

Portanto, uma declaração aqui, outra acolá, de alguém que tenha essa atitude de menosprezo ou de achincalhe, ou queira se apresentar como paladino da democracia ou arauto do nacionalismo, escondendo todos esses terríveis acontecimentos que nós vivemos, é um direito dele. Nós não temos que nos impacientar diante disso. Fizemos a nossa parte e vamos começar a mostrá-la, inclusive através deste Projeto de História Oral.

As Forças Armadas têm o carinho do povo brasileiro, elas estão enraizadas na sociedade, nas cidades, sobretudo nas pequenas cidades, por mais que campanhas difamatórias se repitam, por mais que alguém diga isso ou aquilo, ou queira reduzir a sua expressão nacional, criar embaraços, ou mesmo uma atitude hostil do povo, como disse, de menosprezo, a imagem das Forças Armadas não é afetada. Isso são tentáculos dessa chamada guerra psicológica, daqueles que querem se apresentar como fiadores de alguma utopia delirante, candidatos a heróis de alguma coisa, candidatos a mártires de alguma causa.

A Revolução de 1964 ainda vai ficar durante algum tempo sujeita a essas flutuações do pensamento e rotulações inconsistentes. Agora, ela foi um pouco de tudo, temos que assumir isso. Ela foi necessariamente uma ruptura institucional num determinado momento, ela foi obrigada a depor o Presidente, tinha que depô-lo, e, na sua seqüência, teve momentos de – quem sabe tenha sido a razão pela qual ela hoje é submetida a esse bombardeio –, numa tentativa de não ir às últimas conseqüências na violentação da ordem jurídica, preocupada com a ordem existente, que estava sendo conduzida na direção de uma ruptura, visando à implantação de um regime comunista no Brasil, valendo-se das brechas da democracia. Há um momento em que, nessa alternância de encontrar uma feição própria para a Revolução, para que não fosse simplesmente uma quartelada, evitou-se que o reordenamento a ser feito não fosse muito profundo.

Ela experimenta momentos de atenuação ao rigor da ruptura institucional e preserva o Congresso, torna intocável o Judiciário, mantém os contratos, e isso tem um preço, porque, ou você faz revolução e vai até as últimas conseqüências e assu-

me as rédeas totalmente, como fez Fidel Castro, ou não faz. Ele fez lá a revolução dele, seus adversários foram colocados no paredão, ele tem as justificativas dele, inclusive para se manter no Poder há mais de quarenta anos, prendendo e matando seus compatriotas.

Aqui, a "coisa" tem esses temperos brasílicos, essa miscigenação, não só étnica, mas de formulações doutrinárias, institucionais e jurídicas. Então, tivemos "momentos", tais como submeter o nome do Comandante da Revolução à aprovação do Congresso. Tivemos o "momento" em que a prorrogação do mandato do comandante da Revolução teve que ser submetida a um prazo fatal, que seria atropelado com o do recesso do Congresso, algumas "acrobacias" feitas para legitimar o projeto revolucionário brasileiro, caboclo, sem ir às últimas conseqüências, como nos modelos marxistas, stalinistas etc., onde não teria havido esse problema porque, simplesmente: "Ah! Divergiu?" Pronto, o assunto está resolvido: "É ali, naquele canto."

Durante algum tempo alguém vai estar sempre se referindo com ranço a isso, mas temos que ser muito conscientes da importância do que fizemos, e generosos no sentido de dizer: "Bom, eles não sabem o que estão falando nem escrevendo." "Eles não sabem o que fazem."

Ao tempo dos governos revolucionários as Forças Armadas auferiram algumas vantagens?

Que vantagens? Nenhuma, além das que já tínhamos anteriormente, e um certo rigor, excessivo, no sentido de não sermos vistos pela população como beneficiários. Exemplos: o General Geisel, pessoalmente, usava "maquininha" de calcular, para saber quanto um cabo ia ser reajustado, porque o Exército Brasileiro, muito além do exército soviético, exército do partido comunista, é no mundo, incluindo-se os demais exércitos acobertados no passado pela União Soviética, aquele que mais sentido social possui, porque o salário, no Exército Brasileiro, de um General-de-Exército, o posto mais elevado da hierarquia, não corresponde a mais do que dez vezes o vencimento da menor graduação, ou seja, de um cabo engajado.

Então, verificamos que os nossos reajustes para compensar as defasagens inflacionárias e as variações da economia sempre foram muito comedidos, durante a Revolução. O 13º salário, por exemplo, só veio no Governo José Sarney.

O que houve de extraordinário para o Brasil, foi que cresceram nossas responsabilidades no plano de possibilidades estratégicas, de projeto de Nação – estudamos e pensamos o Brasil por toda a vida – convivemos com a gente brasileira ao longo de todas as regiões do nosso País. As Forças Armadas são uma universidade natural do povo, a presença do oficial, do sargento, dos quadros profissionais, enfim, lá nos ermos da Amazônia, no interior do Nordeste, de Minas, do Rio Grande

do Sul, nas grandes capitais. Essa interação com as populações civis nos oferece essa lição de Brasil que se projetava dentro dos programas de desenvolvimento amplo da Revolução, do qual destaco o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que é um marco no Governo Geisel, e abrange todas essas grandes linhas do desenvolvimento nacional.

Ali, notamos a sensibilidade para a priorização da área tecnológica, para onde teremos que ir – o salto é por aí – e vieram as verbas, não só para a área militar, para os projetos da Marinha na área tecnológica, projetos nucleares importantes, para os projetos do Exército, na área bélica, quando o mundo se assustou com os nossos blindados, fruto de pesquisas tecnológicas inteiramente conduzidas por brasileiros: o Urutu, o Cascavel, o Sucuri, o Osório, além da Embraer, mísseis, satélites, foguetes etc.

A priorização foi em ambos os sentidos, não só na parte militar, mas na civil, como o Centro de Pesquisas de Telecomunicações, da Embratel, em Campinas, que é o maior do mundo, e onde nasceu a fibra ótica; a Eletrometal, que é a primeira indústria mundial a beneficiar o nióbio, fazendo a mistura daqueles aços especiais necessários à corrida espacial e outras aplicações dessa notável tecnologia de ponta.

Sempre houve uma tentativa de equilíbrio, não priorizando projetos desenvolvimentistas ou demandas só do Exército. Os projetos desencadeados de avançadas e ousadas conquistas nas áreas espacial, de telecomunicações, energética; na agricultura, como a Embrapa, com tecnologias pioneiras e extraordinários experimentos científicos etc., tudo isso foi um projeto global e não podemos jamais ser acusados de tratamento especial, no que diz respeito a interesse estratégico militar.

Qual a sua avaliação a respeito da abertura, desde o Governo Geisel?

Modestamente, mas muito convicto, acho que foi uma operação de extrema competência, que me surpreendeu agradavelmente, porém tardia.

Penso que o período da intervenção poderia ter sido reduzido ao máximo a seis anos e nós estaríamos liberados para o retorno à normalidade institucional, que sempre foi a nossa posição histórica, estar acima dos partidos, acima das ideologias, e como fiéis guardiões das mais caras tradições, valores e expectativas da Nação brasileira.

Creio que esse foi o ponto crucial, mas rendo as minhas homenagens, porque foi uma saída ordenada; diria apenas que houve excessiva permissividade e pouco cuidado no resguardo daquilo que seria a nossa herança, que foi extremamente construtiva.

Afora a competência de evitar uma luta interna, não chegar a um ponto explosivo qualquer, e não haver mais uma vez chance de haver derramamento de

sangue, houve uma condução eminentemente política, que para isso contou com sábias adesões de homens de esquerda, Petrônio Portela, o próprio Ulysses Guimarães, Severo Gomes, que foi um dos nossos mais importantes quadros na área tecnológica, era um homem de esquerda, do MDB. No final, foi possível esse trabalho, que nos retirava da cena política, mas num ambiente de acentuado desgaste que poderia ter sido evitado.

Dentro desse espírito de encurtar, ele não poderia ter concluído a abertura no seu governo, evitando chegar ao Figueiredo, com mais seis anos que não foi mais do que um mandato-tampão, sem que houvesse motivo?

É, mas aí nós já estávamos em plena efervescência interna dos grupos que se formaram na cúpula, a fim de "esticar" cada vez mais.

O problema do Frota, que apareceu ...

O General Medeiros que seria o seguinte, do General, quem sabe, Leônidas...

A atuação política e os resultados econômicos do último governo, dito militar, desgastaram a imagem da Revolução?

Não. O Presidente Figueiredo, à maneira dele, tinha a idéia de que nós próprios teríamos que pôr um fim ao ciclo intervencionista. Da mesma maneira, não precisava todo aquele conjunto de manobras, jogo político etc. Mas o Presidente – os presidentes, o próprio Geisel – não tinham mais condições políticas. Já haviam se cristalizado muitos agrupamentos em torno de lideranças que poderiam suscitar vantagens dentro daqueles que comungavam com o sistema dominante de então.

Assim, o Presidente Figueiredo levou ao final a missão. O desgaste, parece-me, não foi bem dele, do governo dele, foi de o processo ter chegado até o ponto onde se achava.

Tenho que firmar bem essa linha de pensamento, como uma expressão de descontentamento, de certos segmentos de 1964, que eu me incluo. Descontentamentos com os descompassos políticos, com a guinada econômica que levou ao endividamento externo e a excessiva permanência no tempo. Por quê? Não era uma ditadura, não era mais uma revolução, não era uma "coisa" que tivesse o patrocínio direto da tropa, dos militares, e acarretou desgaste correspondente a todas essas ambigüidades, que, na verdade, se sucediam interminavelmente.

E ainda por infelicidade veio a segunda crise do petróleo, que atrapalhou o campo econômico no Governo Figueiredo, além do problema da sua doença, que o obrigou a pedir licenças.

Isso agravou mais ainda essa questão interna, das disputas internas.

Hoje em dia, está aí o "revanchismo"?

O "revanchismo" hoje tem uma característica sofisticada, como o mundo evoluiu em muita coisa, ele se apresenta, também, muito sofisticadamente. É dito que não há "revanchismo", que estamos aí, que o passado é o passado, mas no fundo, estes setores, vamos chamar assim, esses nichos que foram contaminados pela ideologia marxista-leninista, terminaram levando à bancarrota o Governo Goulart e seus seguidores também, guardam grande frustração e não escondem profundos ressentimentos.

Os que estavam assim imbuídos dessa idéia de revolução popular, os remanescentes dessa aventura, não perdem oportunidade para distorcer os fatos. Outra parte da esquerda – e tenho a oportunidade de conhecê-los mais de perto, hoje, por causa do meu próprio trabalho, posso sentir o alcance dos seus propósitos na defesa do Brasil, propósitos idênticos aos nossos, na atualidade, muito sabiamente, discordaram da luta armada no passado, e acharam que aquilo era um erro gravíssimo.

O MST parece, então, estar na contramão dessa idéia.

É verdade, parcela influente do MST opera hoje, segundo esses passos históricos equivocados. Os seus atos mais recentes são dentro dessa linha de confrontação, da revolução popular. Esses homens têm verdadeira aversão aos militares e se alimentam de uma certa fobia, de uma psicopatia, uma doença qualquer, que é a incapacidade de dialogar, para saber das nossas reais concepções sobre os problemas do Brasil.

Outros, passados esses 15 anos da Nova República, se permitem considerar que não temos muitas diferenças, daí ter havido importantes aproximações, quando o Governo do Brasil, notadamente este atual Governo, estabelecido com quadros socialistas, de esquerda – os mesmos que estavam presentes no comício das Diretas e que estavam lá para empunhar a bandeira da resistência, numa ofensiva contra 1964, achavam que os militares da Revolução de 1964 eram cônsules dos Estados Unidos, das multinacionais, e entreguistas –, passados os anos, verificaram que foram dos quadros que eles próprios organizaram, que foi introduzida no Brasil, no início da década de 1990, a histeria das "reformas constitucionais", as mais profundas alterações no capítulo da ordem econômica, jamais consentidas por qualquer Governo, ao longo da nossa história. Medidas profundamente desnacionalizantes, antipatrióticas e antiéticas.

Chegou-se ao cúmulo de, aí sim, fazerem as tais reformas, foram feitas as reformas que golpearam o Capítulo da Ordem Econômica da Constituição, jamais nenhum governante na história do Brasil ousou propô-las. Costumo dizer, nos ambientes que freqüento, e nas palestras que profiro por aí afora, que todos os governantes anteriores, os presidentes do Brasil no passado estão absolvidos, de

qualquer coisa pelo único e incrível dano que foi a mutilação da Ordem Econômica, atingida na sua essência, abrindo totalmente, como um cordeiro inerme e manso, o Brasil à voragem dos trustes, das multinacionais, das corporações. Hoje, verificamos que 78% do PIB brasileiro está na mão dos estrangeiros.

Quando isto foi feito? Nos últimos oito anos do malfadado Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que achou por bem enveredar por este caminho, ao qual nos opomos frontalmente. Então, quadros da esquerda e importantes lideranças militares se aproximaram sob o efeito dessa tragédia. O problema agora é outro. Nenhuma das partes está interessada em enaltecer ditaduras, mas jamais uma parcela dos patrimônios nacionais, do que é brasileiro, foi entregue aos estrangeiros, como política de governo, durante o que chamam de ditadura. No entanto, agora, tudo é doado de forma cínica e deslavada por essa esquerda neoliberal internacionalista sufragada na democracia.

Na época da Revolução – e falo como um dos seus membros, que operou no nível de 1º-Tenente –, não estávamos a serviço da direita, o Exército não é nem da direita, nem da esquerda.

Atribuem também essa distorção: que foi uma ditadura de direita, manipulada pelos Estados Unidos, manipulada por "isso e por aquilo". Esquecem-se de que a reação foi necessária pelos seus próprios desmandos no passado, e agora, juntos, parte da esquerda e nós, estamos na luta para fazer face aos desmandos que estão sendo feitos no plano da pior das opções ideológicas, que é opção pelo neoliberalismo e pela entrega do País.

Ninguém vai negar o seu passado, mas vamos sempre com os olhos voltados para o futuro, dizendo assim: "Olha, o que está se passando hoje é muito mais grave do que em qualquer época, vamos parar com esse negócio."

Para defender o Brasil, não é necessária a submissão do pensamento a uma das ideologias dominantes no mundo, basta ter a noção de projeto de nação, e decisão política. Qual é a decisão? Reforma agrária. Para ser favorável à reforma agrária, não é necessário ser marxista, ser socialista, invadir terras, não é necessário nada disso, basta ser ético e ter conhecimento de causa.

Baseado na sua experiência pessoal, qual a sua avaliação dos vinte anos de Governo da Revolução?

Firmo minha avaliação em dois pontos principais:

– Incrementou a infra-estrutura, colocou o Brasil na rota do desenvolvimento e alcançou altos índices de pleno emprego, não obstante, a excessiva concentração da riqueza nas mãos de ínfima parcela da população;

– Barrou o processo de comunização do Brasil, fato que ultrapassa qualquer análise econômica.

São conquistas que, passados quase vinte anos, infelizmente não vemos nenhuma ação posterior de aprimoramento; pelo contrário, vemos o escândalo da corrupção sendo cada dia que passa mais voraz, mais terrível, o sufocamento do desenvolvimento tecnológico e debilidade do Estado Nacional.

E esse fantasma da desnacionalização, da perda do controle do que é nosso, onde uma abertura tresloucada, simplesmente está fazendo com que as nossas coisas sejam administradas, gerenciadas e comandadas de fora do Brasil, e isso é imperdoável, e, com isso, não há condição nenhuma de ser indulgente. O Movimento de 1964 não pode jamais ser acusado desses erros e dessa incúria.

As pesquisas de opinião colocam a imagem do Exército, das Forças Armadas, nos primeiros lugares, em nível de aceitação pela sociedade. O que o senhor acha disso, apesar do "revanchismo"?

O "revanchismo" torna-se inócuo, e apenas uma espécie de diletantismo em certos redutos intelectuais, na mídia e em indivíduos que querem se apresentar como, vestais de alguma coisa. Agora, o que a vida nos ensinou, a vida militar, e a nossa experiência de soldados, é que o Exército pela sua capilaridade nata, está presente em todo o País, assim como a Marinha e a Aeronáutica, as Forças Armadas. Nós nos referimos sempre ao Exército com maior destaque pela sua maior articulação, pela presença física em todo o território brasileiro. E há uma convivência natural, nas pequenas e grandes cidades, dos soldados com a população, um convívio dentro da realidade do dia a dia, no cotidiano das pessoas que faz, com que militares e civis, sociedade e caserna, se entrelacem cada vez mais. Eles amanhecem e vão para os seus rituais: os soldados na caserna; os civis nas empresas, nas fábricas, nos escritórios; os filhos estão servindo a Pátria no quartel; os filhos estão fazendo exame para sargentos, para oficiais...

Verifique-se chegar numa cidade como Uberlândia, Jaguarão, Ipiranga, Juiz de Fora e dizer assim: "Vamos tirar esse quartel daqui, porque isso aqui é um peso, isso é um gasto desnecessário." A cidade se levanta.

Portanto, o peso da mídia não é suficiente para incutir esta peçonha: que somos um peso, que tem que ter "mais verbas para a educação e menos tanques", essas coisas que surgiram ao longo do tempo, que "a ditadura", que "a tortura", que "o golpe", que "o militarismo" etc. são a causa de todos os males. Isso não "cola"!

Acho que nós devemos ter absoluta tranqüilidade, não fazermos eco e termos uma atitude de indiferença, senão desprezo, por essas vozes, porque temos um

respaldo concreto dessa relação histórica, e até mesmo porque quando o Exército erra, as Forças Armadas erram, em geral ele está num vácuo, numa inércia de uma conseqüente visão histórica equivocada da sociedade, naquele tempo, naquele momento. Portanto, considero isso desprezível.

Qual a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

Gostaria, primeiro, de dizer que, para mim, a essa altura da vida, foi uma surpresa agradabilíssima. Segundo, saber que nossas relações de respeito e amizade pessoal valeram muito para que essa oportunidade me fosse dada.

Considero oportunidade porque aqui procurei reafirmar tudo em que eu acredito, não obstante, hoje, entender que as circunstâncias se alteraram profundamente, e diante disso sou o primeiro a estender a mão a homens dignos de esquerda, e reconhecer o valor de muitos deles.

Dizer também que esse Projeto de História Oral vai dar a nossa versão sobre a Revolução de 1964 e vai então preencher essa lacuna do registro histórico aos acontecimentos naquela época. É verdade que ele não vai ter facilidades para ser difundido e quem sabe vai ter dificuldades para ser formalizado oficialmente. Isso tudo é possível, e nós devemos saber que isso é natural, porque no combate existem essas alternâncias.

Na marcha para o combate, de repente temos que estar numa zona de reunião, numa linha de partida ou então retrair para posições que nos coloquem em melhores condições de dar seqüência as nossas ações.

E dizer que dentro de tudo o que foi feito, atitudes que expressamos e as ações que praticamos, quero realçar um aspecto muito pessoal: não me comportei como um daqueles filhos muito obedientes, a regras rígidas, ao fundamentalismo ideológico e, hoje, junto com outros companheiros, exposamos a convicção de que devemos ir às últimas conseqüências para evitar a fratura da sociedade brasileira, estamos empenhados em apresentar uma base doutrinária que corresponda exatamente à possibilidade de uma coesão nacional ampla, que está na essência da doutrina da brasilidade, nascida nos exemplos dos homens e mulheres que construíram a nacionalidade, seus feitos e os fatos enobrecedores extraídos da nossa história, desobedientes do ordenamento colonialista.

Esse sentimento nativista, que nasceu espontaneamente em Guararapes, com os comandantes que brotaram do seio do povo: André Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Felipe Camarão, Antonio Dias Cardoso, Matias de Albuquerque e, como eles juntaram o branco, o negro e o índio, que também, em 1964 aflorou no momento

em que detivemos a escalada enlouquecida do comunismo, sirva de adubo para a coesão nacional e afastar os bloqueios e empecilhos para novamente unirmos todos os brasileiros, de todas as partes e gerações.

Que possamos então, cada um renunciar às influências externas por amor ao Brasil – sentimento de pátria, que dispensa ideologias que separam os brasileiros – dizer que essa terra é nossa, que a defesa da Nação não dispensa nenhum brasileiro para essa obra, mas que cada um de nós terá que fazer o *mea culpa*, fazer o ato de contrição, que nos leve à ideologia do amor à Pátria, a ideologia da brasilidade, que nenhuma ideologia externa, nem à direita nem à esquerda é capaz de substituir.

E, desta herança, o Exército é o principal depositário, não somos nós, não é nenhum movimento particular de militares. Confiamos nisso, e é imbuído disso que fui aos últimos detalhes de um depoimento, que tem as suas falhas, que tem o componente da emoção, mas que foi vivido, ninguém me disse, e que faria tudo de novo, mas que tenho o compromisso, perante mim mesmo, de colaborar para que possamos encontrar esse plano da coesão, em torno desse sentimento, não diria do nacionalismo como ele é colocado, mas do nativismo, que é o nacionalismo mais puro, e o sentimento de brasilidade que é a nossa mola doutrinária. Muito obrigado. "Brasil Acima de Tudo."

Muito bem. "Brasil Acima de Tudo."

Coronel Ernesto Gomes Caruso

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Pertence à Turma de 1962 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso de Oficial de Radar, da EsACosAAe (Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea), onde foi, também, instrutor.
- Exerceu a Chefia do Estado-Maior da Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército (AD-3), Cruz Alta, RS.
- Comandou o 18º Grupo de Artilharia de Campanha em Rondonópolis, MT.
- É bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade Moraes Júnior.
- Após sua passagem para a reserva, foi Gerente de Departamento da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), de 1992 a 1998.
- Possui artigos publicados em jornais e revistas e escreve regularmente no jornal *O Farol*.
- Em 1964, servia, como Tenente, no 2º GO155, Jundiaí, SP.

Entrevista realizada no dia 19 de fevereiro de 2004.

As minhas primeiras palavras são de agradecimento aos responsáveis pelo Projeto História Oral do Exército Brasileiro pelo honroso convite para fazer este depoimento sobre a Revolução de 31 de Março.

Com regozijo retorno a este sítio, cenário de muitos fatos históricos, dentre os quais destaco o mais marcante – a Proclamação da República – que nos faz lembrar a cada passagem por esta área, delimitada por este Quartel-General, o Campo de Santana e a Casa do Marechal Deodoro.

Por outro lado, o Palácio Duque de Caxias, onde servi por três vezes, me faz retornar ao passado recordando com relação ao tema deste depoimento de um serviço de permanência que tirei no I Exército, quando o guerrilheiro Lamarca, então capitão e desertor, ludibriava seus companheiros, retirando uma viatura com armamento do 4º Regimento de Infantaria, em São Paulo, cujo alarme foi transmitido ao Rio de Janeiro naquela oportunidade, surpreendendo a todos, porquanto esse fugitivo aparecia em reportagens ensinando tiro ao alvo a funcionários de bancos, vítimas de assaltos de expropriação.

Com a devida anuência dos responsáveis pelo Projeto em tela, selecionei dois aspectos, de fundamental importância, para o meu relato sobre este marcante capítulo da História recente do nosso País:

– a gratidão e homenagem aos seus maiores e

– o combate aos detratores dos seus feitos.

A gratidão é um dever de todo brasileiro que minimamente acompanhou a trajetória do comunismo após a sua implantação na União Soviética em 1917, com todo o banho de sangue e morte onde buscou impor o seu domínio, como em 1935 no Brasil, criando uma nódoa que não se apagará, embora até hoje os seus adeptos e simpatizantes façam grande esforço para conspurcar a imagem dos nossos heróis, desviando a atenção dos males provocados pelos doutrinadores e ativistas do marxismo-leninismo.

Há que se reconhecer, bradar, exteriorizar esta gratidão e transformá-la concretamente em homenagem aos que fizeram a Revolução de 31 de Março de 1964, naquela fase preliminar, sentindo de perto o perigo de comunização que ameaçava o nosso País, atuando com inegável desprendimento e pondo em perigo as próprias cabeças e carreiras. No desafio a seguir, no momento da sua deflagração, com os riscos de uma luta fratricida, mas com a consciência do que pretendia a Nação, clamando por liberdade e repudiando a doutrina espúria que aliciava os governantes de então, acreditando na certeza do que queria o povo. E, na fase da sua consolidação, vencendo o desvario de terroristas e guerrilheiros, com o sacrifício de muitas vidas de civis e militares, que sintetizo na figura de um homem brasileiro, que, ao

chamamento da Pátria, foi prestar o serviço militar e é despedaçado pela violência de um ato insano, materializado pelo lançamento de um carro-bomba contra o portão das armas do QG do II Exército, em São Paulo – o Soldado Mário Kozel Filho, promovido a sargento *post mortem*.

Assim, diante do que presenciava após a anistia, nas ações de iniciativa de governantes e jornalistas em agressão à Revolução e exaltação aos terroristas, guerrilheiros e comunistas, preparei um artigo sob o título "Preito de Gratidão e Início de um Novo Embate", publicado no *Jornal do Brasil* no dia 3 de janeiro de 2000. Como se pode observar no jornal, a matéria que havia escrito foi estranha e previamente submetida à entidade contrária para preparar o contraponto, não muito comum na mesma edição. Outros jornais não o publicaram. Desse artigo, destaco o extrato a seguir:

"Quando estava na ativa, apresentei à direção da organização militar, onde servia, uma proposta de monumento em homenagem aos mortos no combate ao comunismo internacional, cuja derrota em 31 de março de 1964 não foi suficiente para neutralizar alguns empedernidos e obcecados brasileiros, que envolvendo jovens idealistas, os conduziram para uma aventura na guerrilha e no terrorismo. Obviamente, houve mortes em ambos os lados e exageros numa natural escalada de ação e reação.

Naquela oportunidade, imagino eu, que meus chefes estavam no firme propósito de fazer uma distensão, a despeito das homenagens de toda ordem prestadas àqueles que assaltaram, seqüestraram e bombas fizeram explodir matando compatriotas. Monumentos, praças, ruas e outros logradouros deram nomes aos seus mortos. Suas famílias vêm sendo indenizadas. Algumas tiveram os processos vetados, mas aprovados em nova votação. Os que estão vivos ocupam diferentes cargos públicos sem contestação e sem serem molestados. Cenário e interpretação perfeitos para os aplausos dos editoriais e das reportagens.

Por outro lado, os vencedores têm alguns de seus representantes perseguidos, civis e militares que estavam na frente de combate, também jovens e comandados, que hoje não podem assumir cargos semelhantes aos ocupados pelos vencidos. Um não pode ser adido militar; outro não pode ser diretor de um hospital e um terceiro não pode ascender a um cargo de destaque na Polícia Federal. São acusados de participarem de ações de tortura. Basta que alguém diga; as palavras significam a vontade do rei, por delegação divina. São afastados peremptoriamente, sem quem os defenda. Aqueles que deveriam fazê-lo não podem estar com a consciência tranqüila. Era uma obrigação postular um tratamento equânime. Afinal, uns são acusados dos tais crimes e não podem assumir cargos, enquanto outros, partícipes confessos das ações de seqüestro e terrorismo, nada lhes é vedado."

Em suma, a proposta, feita na ativa em torno de 1989, em resposta ao que fizeram em Volta Redonda, ratificada no artigo acima referido, era de se construir o Memorial 31 de Março. A sugestão encontrou audaz defensor no Herói da Segunda Guerra Mundial, General Plínio Pitaluga, a quem reverencio nesta oportunidade. O Clube Militar, na gestão do General Hélio Ibiapina, criou uma comissão, sob a presidência do General Pitaluga, para estudar e apresentar soluções a respeito. Ainda não se construiu o monumento, mas em 3 de abril de 2002, com a comissão presidida pelo General José Saldanha Fábrega Loureiro, se inaugurou, solenemente, uma placa alusiva no saguão do referido Clube onde se lê:

> *Homenagem*
> *Ao Movimento Democrático de 31 de Março*
> *Forças democráticas brasileiras, em histórica mobilização cívico-militar, impediram, patrioticamente, em 31 de março de 1964, a submissão do Brasil aos ditames totalitários do movimento comunista internacional.*
> *O memorável acontecimento permitiu a salvaguarda da democracia e a condução do País a um ciclo de extraordinário desenvolvimento.*
> *Esta placa expressa também o nosso eterno reconhecimento aos civis e militares sacrificados, desde 27 de novembro de 1935, em defesa da ordem, da liberdade e da democracia.*
> *Clube Militar, 31 de março de 2002*.

A *Revista do Clube Militar* de janeiro de 2000 e a edição, de Jan./Fev./2000, do Jornal *Letras em Marcha* também publicaram a matéria.

Continua o sonho e a imperiosa necessidade de se perpetuar a reverência aos que defenderam e, principalmente, deram a vida pela democracia. Deixo, em minha pasta-arquivo, cópia dos projetos do Memorial que apresentamos à referida Comissão.

Observem que até o mentor da Intentona Comunista tem monumento, pois que o *Jornal do Brasil* publicou matéria referente à inauguração de um memorial em Palmas, TO em sua homenagem, conduzindo-me a escrever e enviar ao citado jornal, em 15 de outubro de 2001, o artigo, evidentemente não publicado, nem como contra-ponto *a posteriori*, *Comunistas: Ausência de Heróis*, onde em um trecho afirmo:

"Mais do que linhas arquitetônicas contorcidas artisticamente a cintilar e ofuscar a visão pelo brilho, está a mente, que independendo do olhar, sente, no seu mais elevado consciente, a História que se tenta mudar. Tentativa vã, pois a mancha indelével do sangue derramado pelos brasileiros, mortos traiçoeiramente pelo sectarismo dos comunistas em 1935, não será removida pela estampa da armadilha, na

forma inconsciente, que ardilosamente disfarçada, pretende substituir o algoz da Intentona pelo pretenso herói da marcha."

A suntuosidade faraônica, acolhendo uma pequena escultura de Lênin entre outros pertences do fanático adepto da extinta matriz comunista, vai fazer lembrar ao brasileiro que, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, existe um Monumento desprovido do luxo e da assinatura, onde o bronze representa um Soldado, tristemente atingido por um falso colega, que não defendia o lábaro verde-amarelo, apunhalando-o pelas costas, à noite, como o pior dos inimigos e a mando de outra nação, ainda que vestindo o mesmo uniforme. Torpe mimetismo. Pois, além do rico monumento, virou nome de rua no Rio de Janeiro e provavelmente em outras cidades. Ao passo que o nome do General Médici tem incomodado os extremistas internacionalistas que têm se empenhando em substituí-lo, sem sucesso por enquanto. Ressalte-se que, no Rio de Janeiro, tentaram apagar a homenagem ao ilustre Presidente, admirado que foi pela gente comum, mas que, diante da forte resistência, se retraíram.

E da séria e lúcida posição do Prefeito César Maia, vetando o projeto.

Aquele homem simples, que usando um radinho de pilha no Estádio do Maracanã era aplaudido pela massa, tem sido o alvo principal da esquerda rancorosa e revanchista.

Por isso, há que se perseguir o objetivo de perenizar os feitos da Revolução, em particular por ter sido um período de incomparável desenvolvimento. Os museus e parques do Exército não podem deixar de contemplar em suas dependências, salas ou salões com farto material para consulta e com guias preparados para divulgá-los. Painéis, fotos dos atos terroristas, dos seqüestros, das atrocidades, dos mortos a coronhadas, metralhados, do material apreendido nos aparelhos, das reportagens da época. Onde possível, audiovisuais, filmetes. Não temos feito o contraponto da melhor maneira. A massa de jovens que incorpora anualmente e os freqüentadores dos museus precisam ser bem informados. As bibliotecas também podem contribuir de forma semelhante, separando o material para facilitar a transmissão da informação verdadeira. Por que não se aproveita o momento da propaganda para se divulgar a obra e não somente a entidade? Hoje – há de se reconhecer – mais difícil.

Coronel Caruso, após estas considerações tão oportunas e merecidas sobre os nossos maiores, o que gostaria de relatar a respeito dos detratores das nossas Forças Armadas e da Revolução de 31 de Março de 1964?

As campanhas de difamação têm sido grandes, em especial nas proximidades dos dias 31 de março. Lembro de um artigo intitulado "Memória Curta", publicado

na *Revista do Clube Militar* de junho de 2000, onde refutando as propagandas do jornal *O Estado de São Paulo*, escrevi:

"O jornal *O Estado de São Paulo* veiculou pela televisão, próximo ao 31 de março, uma propaganda em busca de novos adeptos, assinantes e compradores desse periódico de importância nacional. Seria um fato normal se não usasse expressão de críticas à Revolução Democrática de 1964 como suporte para a sua meta de expansão de vendas. Até porque já se passaram quinze anos de subseqüentes governos, de fracos desempenhos, muito longe dos objetivos patrióticos e desenvolvimentistas alcançados no período revolucionário. Melhor seria comentar a ação subserviente do atual Governo que torna sombrio o horizonte dos brasileiros. Também não se pode ter memória curta a bloquear o passado, esquecendo-se da própria e importante contribuição para aquele movimento que livrou o País do sangrento confronto entre a esquerda que se preparava para dar o bote final e uma direita que se armava com toda intensidade para defender suas posições.

Quem teve a oportunidade de ler o livro *Março 1964: a mobilização da audácia*, editado em 1965, irá relembrar as razões do acima exposto. Os que não leram vão tomar conhecimento do que escreveu o jornalista José Stachini, autor do livro, integrante de *O Estado de São Paulo* e, como citado no texto, considerado um de seus mais notáveis repórteres. Logo, aceito como pleno de credibilidade.

A carta do Dr. Júlio de Mesquita Filho, de 20 de janeiro de 1962, ao Estado-Maior clandestino, transcrita no livro, demonstra a articulação posta em andamento para a derrubada do Governo Goulart. Divergindo de alguns pontos, ressalta as falhas dos movimentos de outubro de 1945, contra a ditadura e na queda de Getúlio em agosto de 1954, com a precipitação da entrega do Poder 'a homens que vinham do mesmo passado'; discute sobre o prazo de permanência de um governo discricionário; trata do expurgo dos quadros do Poder Judiciário, como absolutamente necessário, mas sem violências desnecessárias; opta pela decretação do estado de sítio, de início, com a dissolução das Câmaras, após a conquista da confiança da opinião pública; defende a vigência da Constituição de 1946, com as devidas alterações; propõe nomes para as pastas ministeriais, concluindo que 'seria meio caminho andado para que o País se convencesse de que, afinal, se haviam apagado da nossa História os hiatos abertos na sua evolução pela ditadura do senhor Getúlio Vargas e pela ação corruptora dos seus discípulos nos governos que se sucederam até os nossos dias'; e, com extrema convicção, proclama que: 'Acha-se o País em estado de profunda comoção e não esconde a descrença que o vai dominando, relativamente à possibilidade de sairmos da situação de anarquia e desordem em que desesperadamente nos debatemos.'

A etapa seguinte, de acordo com o livro, foi a apresentação por parte do doutor Júlio de Mesquita Filho aos chefes da conspiração de um projeto de 'Ato Institucional', elaborado pelo diretor de *O Estado* com a colaboração de professor de Direito Constitucional. Os seus dezesseis artigos definem que o governo será constituído por uma Junta Militar, que serão dissolvidos o Senado, a Câmara dos Deputados, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais, que governadores e prefeitos poderão ser confirmados ou destituídos com a nomeação de interventores, além de outras providências. Em suma, o que ocorreu efetivamente com a Revolução de 31 de março de 1964 foi muitíssimo mais tímido, muitíssimo mais brando, muitíssimo mais democrático, do que havia sido proposto pelo doutor Júlio de Mesquita Filho.

Estas lembranças têm como objetivo destacar a participação do eminente brasileiro em defesa das instituições democráticas, que estavam sob a ameaça de um governo alienado dos seus compromissos com a Constituição Federal, com a Nação e com o Ocidente. Neste particular, comprometendo as Américas com a implantação de mais um satélite soviético, muitas vezes maior do que Cuba, que, fatalmente, não teria sido da forma incruenta como foi a Revolução de 1964, neutralizando a luta fratricida prestes a se deflagrar."

Em 16 de maio de 2001, a *Tribuna da Imprensa* publicou um artigo na coluna opinião intitulado "Os nazistas ianques", onde consta que "Cuba não inventou facínoras como Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel, Videla, Banzer, Gautieri, Pinochet etc. Os nazistas ianques, sim". Por sinal, tal artigo me foi transmitido pelo nosso General Pitaluga para que eu escrevesse algo em resposta a esse despropósito. Instado por esse notável anticomunista, fiz uma resposta, em 21 de maio de 2001, denominada *Stalinistas Latinos*, abaixo transcrita, mas não publicada:

"Se a Base de Alcântara estivesse em vias de ocupação pela antiga União Soviética, como ela já o fez no passado, em Cuba, no início da década de 1960, na célebre crise dos mísseis, com o beneplácito do civil que se apresenta fardado desde a revolução comunista em 1959, alguns brasileiros aplaudiriam de pé, ou quem sabe em genuflexão, à semelhança de outros do mesmo matiz que antes estavam juntos na mesma platéia, mas que hoje justificam a Base de Guantânamo, norte-americana em território cubano, pois costuram um aluguel da Base brasileira, por certo uma abominável agressão à soberania nacional.

Os colegas dos bancos escolares em Cuba, Albânia e China, onde foram aprender técnicas de guerrilha, terrorismo, seqüestros e expropriação, são os 'neroliberais' que não podendo incendiar Roma, estão destruindo o Estado Brasileiro. Ou será que foram anjos de candura perfeita os integrantes da esquerda armada e desvairada, que

velhos e derrotados em 1964, usaram jovens idealistas como 'buchas-de-canhão' em ações de contra-ataque, não à ditadura como apregoam, mas, sim, para tentarem mais uma vez transformar o Brasil em um satélite soviético, sonho acalentado desde 1922.

Não há dúvidas quanto às atividades desencadeadas por essas organizações, porquanto seus integrantes, no passado, hoje batem no peito e dizem o que fizeram em filmes e em livros que estão circulando por aí; assaltaram, assassinaram e são merecedores de reportagens e fotografias brindando em taças de cristal. Como grande mártir dessas atrocidades, lembremo-nos do Tenente da PM, SP, Alberto Mendes Júnior, morto a coronhadas de fuzil pelo bando de Lamarca, para que os tiros não revelassem as posições dos guerrilheiros em Registro, SP.

Os nomes das organizações demonstram, com clareza, seus propósitos: Organização Revolucionária Marxista Política Operária, Movimento Armado Revolucionário, Vanguarda Popular Revolucionária, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, Ação Libertadora Nacional etc. O *Komintern* e os congressos de cunho internacional orientavam as ações no Brasil e em outros países, em especial no Continente Sul-Americano, onde não tiveram tempo nem oportunidade de copiar Stálin, nos processos de extermínio, aos quais mantinham uma submissão inaceitável como se observa no mandamento que determina: '*Os integrantes do Partido que rejeitam as condições e as teses estabelecidas pela Internacional Comunista devem ser excluídos do Partido.*'

Os países vizinhos ao nosso tiveram que enfrentar Montonero, Tupamaro, Sendero Luminoso, Che Guevara e outras tantas forças revolucionárias, todas inegavelmente comunistas, cujas idéias básicas repousam no partido único e na economia estatal, que se desintegraram com a queda do Muro de Berlim. Foram todas derrotadas com exceção das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que ficaram como testemunho do que estaríamos vivendo, nós brasileiros, se esta Nação e as suas Forças Armadas não tivessem sido as vencedoras. Imagine-se mais a ligação com o narcotráfico, agora escancarada ao mundo, corroborando um dos seus princípios de que os fins justificam os meios.

Vários desses aventureiros que foram capturados, presos, condenados, exilados e anistiados estão desfilando pelos palácios, redes de televisão, gabinetes e salas com ar condicionado, de terno e gravata, e bem de vida, graças ao ciclo vitorioso legado pelos Presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo e ao arrojo de um General Olympio Mourão Filho. Foram patriotas, dignos e desapegados do Poder, porquanto tiveram força suficiente para copiar o guru do Caribe e não o fizeram.

Muitos desses anistiados, compreendendo o passado e revendo posições, se juntam a outros convictos de que estavam certos, mas, envoltos pelo anseio de paci-

ficação, se irmanam com os que se encontravam em trincheiras opostas, na defesa irrestrita dos interesses brasileiros, como pregava o Duque de Caxias, marchando ombro a ombro contra o inimigo comum, hoje caracterizado pelo verde-papel, que mais vai do que vem, que um dia pode se transformar em verde-uniforme a invadir nossas praias.

Alguns ainda acham que o comunismo é a solução, e uma parte se aglutinou no projeto neoliberal que submete o patrimônio nacional aos grilhões do verde-papel. Há que se dizer não a Cuba, não aos Estados Unidos e sim ao Brasil, como modo de expressar a união da nossa força e inteligência em favor de um projeto nacionalista."

Certamente, Coronel Caruso. Não ao estado máximo, dos comunistas; não ao estado mínimo, deste medíocre governo neoliberal, e, sim, ao estado necessário, àquele cujo tamanho atende, na justa medida, aos interesses nacionais. Não a esses atuais doadores de nosso patrimônio, forjado com tanto sacrifício pelos brasileiros, sobretudo pelos operosos governos da Revolução de 31 de Março de 1964.

Recentemente, foi lançado o discutido livro *A Ditadura Derrotada,* do jornalista Élio Gaspari, com graves distorções que têm sido contestadas por partícipes dos eventos, atingidos, como propalam, por infundadas e inverídicas afirmações nele contidas, ou por gente consciente que refuta os relatos do citado jornalista.

Constatam-se tais reações no artigo de Themístocles de Castro e Silva, sob o interessante título "De quem é a derrota?", publicado em 13 de dezembro de 2003, no jornal *O Povo,* o jornal do Ceará, que por si só demonstra uma convicção de descrédito às afirmações do jornalista Élio Gaspari, que, agora, tem a veleidade de se apresentar ao País como historiador. Observem.

"Quem foi derrotado: quem passou vinte e um anos no Poder e o deixou quando quis e porque quis, ou quem, sem que se disparasse um só tiro, correu para as embaixadas e de lá para diversos países?

Um antigo comunista de carteirinha, vivendo atrás de pseudônimo, não pode ter isenção para escrever sobre o 31 de Março. É o caso de Élio Gaspari, ou o "*Parmiggiano*", como no tempo dos artigos na imprensa comunista, à qual tanto se dedicou.

Se ditadura fosse um mau regime, Getúlio Vargas não teria voltado nos braços do povo, depois do Estado Novo. Milhões de brasileiros dariam tudo para a volta do Brasil aos tempos dos generais de 1964, particularmente sob os aspectos moral e administrativo.

O destino produziu esta coincidência simplesmente extraordinária: o ditador Getúlio deu ao trabalhador brasileiro a mais avançada legislação da América Latina, enquanto os "ditadores generais" criaram o maior programa de distribuição de renda do mundo: o Funrural. A obra de Vargas é tão extraordinária que o pessoal

do PT não admite que mexam nela. O Funrural oferece vida digna a cerca de 40 milhões de trabalhadores rurais, sustentando a economia de mais de oitenta por cento dos municípios...

Um movimento revolucionário, ou contra-revolucionário, no caso de 1964, quando decide matar não vai atrás de jornalistas ou operários, deixando livre ou vivo quem possa oferecer resistência. Se os generais quisessem matar alguém, começariam por Jango, Miguel Arraes, Brizola, Abelardo Jurema, Francisco Julião, das tais "Ligas Camponesas", Luís Carlos Prestes, João Amazonas e demais figuras de lideranças entre os comunistas. Com exceção de Brizola (ainda vivo, depois de governador duas vezes) e Jango, vítima de infarto, os demais morreram de velho, com assistência da família.

Por que esperaram que morressem todos os generais de 1964, para divulgar fitas gravadas ou notas de arquivo? Qual o interesse do senhor Heitor Aquino Ferreira, que deve sua projeção política ao Exército, em contribuir para passar ao público a imagem distorcida de um Geisel, de quem foi assessor, aplaudindo o assassinato desta ou daquela pessoa que não identifica?

Sobre um grupo de pessoas vindas do Chile e presas no Paraná e que tinham sido mortas, Geisel teria observado:

"Tem gente que não adianta deixar vivo, aprontando. É, o que tem que fazer é que tem que nessa hora agir com muita inteligência, para não ficar vestígio nessa coisa."

Por que não revela o nome das pessoas assassinadas, vindas do Chile ou de qualquer lugar?

O novo livro de Élio Gaspari é o que podemos chamar de repositório de fofocas, que existem nos bastidores de qualquer governo.

Qual o interesse do senhor Heitor Ferreira em procurar um comunista para confiar-lhe conversas reservadas sobre o governo de seus chefes, atingindo diretamente a instituição a que servia e com a qual tinha dever de lealdade, no caso o Exército?

Isso é prova de bom caráter?

O Movimento de 1964 foi plenamente vitorioso nos seus objetivos, que eram os de esmagar a revolução comunista em marcha, já com infiltração nas Forças Armadas, e estancar a corrupção que, mesmo assim, não chegava ao patamar dos dias atuais. Promoveu eleições diretas quando quis e como quis. Abriu o regime também porque quis e como quis. Também deu anistia, por sinal exagerada, e por isso ainda pagará por muito tempo. Derrotou o terrorismo e a guerrilha. O crescimento econômico chegava a dez e doze por cento, ao contrário de hoje, com a "democracia petista"...

Derrotada como, quando e onde?

Por qualquer ângulo que se estabeleça comparação, o Brasil da "ditadura" dos generais era dezenas de vezes superior ao de hoje...

A qualificação da vida política é a mais baixa de todos os tempos, com predominância absoluta da mediocridade, em todos os níveis. A promiscuidade entre Executivo e Legislativo é simplesmente escandalosa, com uma espécie de balcão de negócios montado em Palácio para, com verbas do Orçamento, fazer aprovar, no Congresso, as matérias de interesse do Governo.

A realidade histórica mostra que *A Ditadura Derrotada* começa mentindo através do próprio título. Nunca um movimento cívico-militar conseguiu tanto êxito nos seus objetivos, proporcionando ao País uma fase de prosperidade e de respeito perante todas as nações do mundo.

É o que está na História."

Outra reação foi demonstrada pelo General Alvir Souto, através do jornal *O Globo*, de 27 de novembro de 2003, na coluna Cartas dos Leitores, assim se expressando:

"Em seu livro *A Ditadura Derrotada* o escritor Élio Gaspari refere-se a meu pai, General Álcio Souto, e a mim e comete inverdades. Meu pai não foi um simpatizante da Alemanha nazista. Jarbas Passarinho, em seu depoimento no livro *Histórias do Poder* Vol I, p. 322, diz: "Álcio Souto era um homem como eu acredito que foram Dutra e outros mais, muito admirador, não do nazismo, não do Hitler, mas do exército alemão." Nosso material de combate era alemão. E era uma perfeição. Eu, por exemplo, fui artilheiro no canhão Krupp. O exército alemão, como órgão profissional da guerra, era muito admirado. Meu pai comandou a Escola Militar do Realengo, no período de 20 de janeiro de 1941 a 25 de janeiro de 1943, quando fui seu cadete, e o fato ocorrido no cinema "Milímetro", assim chamado pelos cadetes por existir na cidade o Metro, ocorreu em 1940, em uma única sessão. Meu pai comandou a Artilharia da 1ª DIE (Divisão de Infantaria Expedicionária Brasileira), da qual fiz parte e integrei um dos Grupos que foram à Itália, e só não foi para a FEB (Força Expedicionária Brasileira) por ter ficado doente, sendo substituído pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias. Meu pai não foi protetor do General Ernesto Geisel. Ele construiu uma carreira militar brilhante, pois sempre possuiu luz própria e todos os chefes desejavam ter o General Geisel por perto, inclusive o meu pai. A doença que matou meu pai não foi tuberculose, e foi tratada, não por bolinhas de homeopatia, mas sim por antibióticos existentes na época – 1948 – quando a medicina não estava muito avançada. Às vésperas de sua morte, um remédio mandado vir dos Estados Unidos não teve o efeito esperado. Não recebi tratamento especial do Presidente Geisel, quando da minha promoção a general-de-brigada. Por indicação do Alto Comando e escolhido pelo Presidente Geisel, recebemos, eu e mais dez companheiros, a espada de general."

Ratificando a abordagem feita pelo General Alvir Souto, o eminente escritor, ex-governador e ex-senador, Coronel Jarbas Passarinho, em artigo publicado no

Jornal do Brasil, de 9 de dezembro de 2003, sob o título "A história pela ótica da animosidade" assim se pronunciou:

"Não tenho lido a obra de Élio Gaspari, um erro que reconheço. Ministro que fui de Costa e Silva e Médici, estou certo da parcialidade do jornalista, o que invalida o historiador. Estultícia negar o valor de seus livros, porém como libelo da saga de 1964, mesmo quando simpático aos Generais Geisel e Golbery, "sem cuja colaboração este livro não existiria". Fui, todavia, arrastado ao conhecimento de versões inverídicas de outras fontes. De uma, inesperadamente. Telefonou-me o General Alvir Souto, meu contemporâneo na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, e meu amigo. Perguntou-me se lera uma passagem da *Ditadura Derrotada* em que seu pai, o ínclito General Álcio Souto, era retratado como nazista, atribuindo-me o autor tal afirmação no livro *Histórias do Poder*, na página 322 do volume 1º. Da minha estante tomei do livro de Alberto Dines e Florestan Fernandes Filho e li na página citada, fielmente reproduzido o que disse quando cadete presidente da Sociedade Acadêmica Militar: "O nosso comandante, um grande oficial, o General Álcio Souto, era um homem, como acredito que foram Dutra e outros mais, muito admirador, não do nazismo, não de Hitler, mas do exército alemão." Como pôde um historiador deturpar uma frase tão clara e usá-la para denegrir uma reputação? Mandei ao General Alvir a cópia da página. Ele a leu por telefone ao jornalista. Dele me disse ter recebido a garantia de que corrigiria o texto no livro. Por que não, desde logo, nos jornais de cujo espaço nobre dispõe? Entrementes, o livro já terá vendido alguns milhares, com a foto do General Álcio como "filonazista".

Crítico feroz do regime de 1964, não foi Élio Gaspari avaro em aceitar versões, sem averiguar-lhes a veracidade. Na *Ditadura Envergonhada*, o Coronel-Aviador Alfeu Monteiro é dado como metralhado pelas costas com 16 tiros. O coronel, contrário ao 31 de março de 1964, deveria passar o comando da 5ª Zona Aérea, em Porto Alegre, ao Brigadeiro Nelson Wanderley, que se acompanhava do Coronel Roberto Hipólito da Costa. Negou-se a fazê-lo. Atirou contra o brigadeiro, ferindo-o, no que foi alvo de um tiro fatal desferido pelo Coronel Hipólito. Fato comprovado em IPM e julgado na Justiça Militar.

O mesmo afã acusatório está no artigo de Élio Gaspari para a *Folha de São Paulo* de 3 do corrente, sobre o General João Figueiredo. "Depois de ter sido sovado na eleição de 1974, concluiu: Povo de merda, que não sabe votar". Se alguém foi "sovado em 1974" não foi João Figueiredo, Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), que não fazia política e não dava entrevista à imprensa. Sovado terá sido o presidente da Arena ou o Presidente Geisel. Quanto à frase chula, fica a dúvida, a menos que conste do Diário de Heitor Aquino que lhe "deu trinta anos de amizade". Quem disse

que o brasileiro não sabia votar foi Pelé, certa vez. Podem ser episódicas as inverdades, mas comprometem a interpretação histórica se constantes. Talvez por fatos dessa natureza é que Voltaire terá dito ao seu tempo: "Assim se faz a História."

Gostaria de acrescentar algo mais, Coronel Caruso, sobre o jornalista em tela?

Do artigo citado anteriormente, do escritor Jarbas Passarinho, poderíamos apontar dois trechos que bem demonstram a posição desse jornalista. Em um deles diz:

"No início, redator do jornal *Novos Rumos*, do Partido Comunista, foi preso."

E, mais adiante, completa:

"O jornalista, guardando, talvez, a lembrança recôndita, mas não apagada, da prisão na Aeronáutica, desforrando-se do passado, numa espécie de *vendetta* que lembra uma faceta da terra natal."

O trabalho desse jornalista, com pretensão de historiador, favorecido pelo monopólio de uma fonte privilegiada, exclusiva, pode ser considerado, como o nº 1 dos revanchistas recalcados, que destila ódio contra os que participaram da Revolução Vencedora de 31 de Março.

Do relato do Tenente-Coronel reformado Lício Augusto Ribeiro Maciel, abordando o "Caso Sônia", na guerrilha do Araguaia, destaca-se que ela foi alvejada na perna já com a arma na mão, após várias advertências, sendo avisada de que voltariam em seu socorro. No afã da perseguição e da crescente escuridão, não conseguiram achar a arma no meio do mato, que seria traiçoeiramente utilizada contra quem lhe poupou a vida. Após uma infrutífera perseguição aos demais integrantes do grupo, que se evadiram protegidos pela mata e pela noite, retornando para onde se encontrava a guerrilheira, eis que essa, quando se aproximaram, dispara alguns tiros, à queima-roupa, com a arma, então recuperada, ferindo o Tenente-Coronel Lício no rosto e o Major Curió no braço, o que suscitou a pronta reação da equipe, alvejando-a. Se quisessem matá-la, teriam feito no primeiro momento.

Salvo da morte e de ficar paraplégico, por milagre, o Tenente-Coronel Lício enfrentou o sofrimento, cirurgias, mas heroicamente voltou às ações em defesa da democracia. No entanto, recordando os ferimentos do corpo no passado não muito distante e agredido presentemente no seu sentimento pela caneta do citado escritor, comenta: "Diz Élio Gaspari que este foi o episódio mais notável da guerrilha, distorcendo propositalmente os fatos e enaltecendo o fanatismo da Sônia, o que demonstra o pouco apreço que tem pela exatidão do que escreve."

Complementa o Tenente-Coronel Lício: "Mais um erro grosseiro... O combate com o grupo militar da guerrilha foi muito mais importante, muito mais sangrento, tendo desmoralizado o movimento do PC do B."

Trata-se de uma clara vingança contra a Revolução e os integrantes das Forças Armadas, mas que ele pretende levar até o fim.

Apreciemos outro artigo, denominado "Por que anos de chumbo?", do jornalista Themístocles de Castro e Silva, de onde destacamos:

"Muita gente, particularmente os jovens, já ouviu ou leu a expressão "anos de chumbo", com a qual as esquerdas procuram identificar o governo dos generais, particularmente o do Presidente Médici, que se viu no dever de desbaratar a guerrilha e o terrorismo. Ao General Médici, ao contrário, o Brasil deve o maior programa de distribuição de renda da América Latina, dentro de uma fase de desenvolvimento econômico que ficou conhecida como o milagre brasileiro.

Mas por que "anos de chumbo", se foi um Presidente profundamente humano, voltado extraordinariamente para o social? Os trabalhadores rurais (quarenta milhões atualmente) e os empregados domésticos têm amparo da Previdência Social graças ao seu Governo. Mas vamos aos "anos de chumbo".

Estão lembrados do seqüestro do Embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick? Para libertá-lo, os seqüestradores exigiram, primeiro, a leitura de um "Manifesto" em todas as emissoras de rádio e televisão, e, depois, um avião para deixar 15 comunistas no exterior (Argélia, Chile e México).

Para salvar a vida do embaixador, o Governo concordou com a exigência dos marginais. Tudo bem.

Pediria a atenção dos leitores para a redação do "Manifesto dos Terroristas", com esse mesmo título publicado na edição do *O Povo* de 6 de setembro de 1969 (o Presidente Costa e Silva já estava hospitalizado com grave distúrbio circulatório). O redator do "Manifesto" foi o jornalista Franklin Martins – o mesmo que, hoje, comenta política na televisão, no *Jornal da Globo* –, o qual, por ironia do destino, é filho de Mário Martins, jornalista, deputado e senador pela UDN de Carlos Lacerda, excelente cidadão, muito bem relacionado com seus colegas do Comitê de Imprensa da Câmara, entre os quais eu me incluía.

Mais uma vez, peço a atenção para a redação do "Manifesto". Aliás, para justificar os "anos de chumbo" basta o primeiro período, que é o seguinte:

"Ao povo brasileiro. Grupos revolucionários detiveram hoje, o senhor Charles Burle Elbrick, Embaixador dos Estados Unidos, levando-o para algum ponto do país, onde o mantêm preso. Este ato não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a efeito: assaltos a bancos, onde se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados; tomada de quartéis e delegacias, onde se consegue armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se liber-

tam revolucionários para devolvê-los à luta do povo; explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justiçamento de carrascos e torturadores. Na verdade o rapto do embaixador é apenas mais um ato de guerra revolucionária que avança a cada dia e que este ano ainda iniciará sua etapa na guerrilha rural."

Que tal? Qual o governo que sem chumbo enfrentaria tal situação? Observem que eles próprios, os criminosos, sem ninguém pedir, confessaram assaltos a bancos, tomada de quartéis e delegacias, invasão de presídios, explosão de prédios e "justiçamentos". Depois de tudo isso, na área urbana, informavam que, ainda naquele ano (1969), iriam iniciar outra etapa da guerra revolucionária: a guerrilha rural.

Leram com cuidado? Se possível, repitam a leitura. Então, já sabem por que nasceram os "anos de chumbo"? E, agora, me respondam: qual o governo responsável que, diante de tais crimes e tais promessas, todas já em prática, não se disporia a agir com mão de ferro? A situação permitia panos mornos? Não, evidentemente. Eram criminosos travestidos de políticos.

A guerra estava declarada e o seqüestro do embaixador, como afirmam os próprios terroristas, não era "um episódio isolado".

Governo nenhum tem noção exata de um movimento clandestino. Pode ser inexpressivo, como pode ser amplo e profundo. Ou o governo entrava para valer ou poderia levar a pior. Felizmente, a guerrilha do Araguaia não era lá essas coisas e, com poucas horas de chumbo, estava tudo desbaratado. O Partido Comunista, covarde como sempre, quis promover guerrilha com estudantes do Congresso de Ibiúna (aquele cujo local conseguiram com prestígio de Frei Beto).

Estão aí, portanto, as razões dos "anos de chumbo", que garantiram a paz da família brasileira, dando ao Presidente condições de trabalhar e realizar uma obra pela qual recebeu aplausos num Maracanã lotado. Nessa fase, dez aviões e quatro diplomatas foram seqüestrados.

Dos cinco militares da Presidência, o General Médici foi o mais sensível aos problemas sociais. Só pela ampliação do Funrural (criado pelo General Costa e Silva) seu nome jamais será esquecido dos brasileiros. Já o General Figueiredo, os professores viram garantida a volta de sua aposentadoria aos 25 anos, que FHC acabou. O Brasil teve duas fases de amplo desenvolvimento social: com o Estado Novo de Getúlio e com os militares de 1964. A esquerda morre de raiva com isso, mas é a História que o diz."

Como estaria, Coronel Caruso, o Brasil sem as hidroelétricas de Itaipu, Tucuruí e tantas outras construídas pelos governos dos generais?

Foi o que fez face ao apagão insuportável ocorrido no Governo FHC, que não disse a que veio. Oito anos perdidos!... Chamavam-nas de obras faraônicas, hoje silen-

ciam sobre elas. Aliás, desejo lembrar que, entre os revanchistas está o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Veja estas suas declarações em *O Globo*, de domingo, 15 de fevereiro de 2004:

"Temos hoje no Brasil dois riscos. Um é uma volta à visão do período militar, do Brasil-potência, reinterpretada pela esquerda. Como se isso valesse a pena para o povo. Em vez de canhão, manteiga. Isto é visto, por exemplo, nas declarações do ex-Ministro Roberto Amaral sobre a bomba atômica e de alguns setores econômico-empresariais. A idéia que o bom para o Brasil é o país ter uma presença militar e ter uma atitude agressiva com relação aos focos de poder. E isso vem junto com a visão quase mercantilista de que o bom é fechar e de que, na economia, quanto mais você exporta e menos importa melhor é. Isso é um perigo."

Veja que abordagem equivocada, totalmente irracional. É inacreditável o ponto que chegou o "revanchismo" para certos elementos, principalmente para este que passou oito anos em branco à frente de um Governo que se apequenou completamente, infelicitando o nosso País e a nossa gente. Calcado na expressão manteiga/canhão, há que se buscar o equilíbrio conveniente ao País para que seu povo não padeça de fome e que seja respeitada a sua soberania. O Governo FHC, mesmo dizendo que optou pela manteiga, não conseguiu na sua gestão que a Nação brasileira crescesse a não ser muito modestamente, retratando um desempenho preocupante, em nada comparável a do período militar, de notória expressão, medido, inclusive, pelo elevado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Felizmente, tem surgido pela Internet muita reação à pregação contra a Revolução de 1964, que reproduz correspondências das seções de cartas dos leitores dos jornais, artigos e opiniões. Desses, pinçamos alguns trechos, citando seus autores, procurando condensá-los neste depoimento para reforçar o nosso preito de gratidão. Nesse particular, há que destacar o inestimável trabalho do Ternuma, *www.ternuma.com.br* (Terrorismo Nunca Mais).

Não poderia deixar de mencionar neste meu relato a determinação dos oficiais da reserva, em invejável trabalho de aglutinação no V Encontro Nacional de Associações de Oficiais R/2 do Exército Brasileiro, onde foi emitida a Declaração de São Paulo, cujos signatários são presidentes das Associações de Oficiais R/2 do Brasil, reunidos em 24 e 25 de outubro de 2003, no auditório do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo, demonstrando uma preocupação com os destinos do País, e a tentativa de desmonte das Forças Armadas, onde destacam "O importante papel dos oficiais R/2, presentes em todos os segmentos da sociedade nacional", sintetizado nos seguintes tópicos:

– Fidelidade ao juramento de defesa incondicional da Pátria e suas instituições.

– Repúdio às tentativas de enfraquecimento das Forças Armadas Brasileiras.

– Atuação, em todos os níveis, para o soerguimento ético e moral da sociedade.

– Aglutinação, organização e formação de lideranças na Oficialidade R/2.

Ainda, sobre o Documento em tela, gostaria de enunciar quatro dos seus 12 posicionamentos e conceitos, emitidos por esses valorosos oficiais:

– O território nacional é intocável e será preservado com o obstinado apoio da Reserva Atenta e Forte do Exército Brasileiro, sempre que convocada para a defesa da Pátria, dos poderes constituídos, da lei e da ordem.

– Como cidadãos no pleno exercício de seus direitos constitucionais, denunciam, ao mesmo tempo que repudiam, o estado de abandono a que têm sido submetidas as Forças Armadas brasileiras, com grave ameaça à sua eficácia operacional.

– Repelem, também, com veemência, as freqüentes tentativas que visam denegrir a imagem das Forças Armadas, perpetradas por maus brasileiros, cujos objetivos são sobejamente conhecidos. A opinião pública tem rejeitado tais procedimentos, conforme indicam as sucessivas pesquisas onde as Forças Armadas são apontadas como a instituição nacional que detém o maior grau de confiabilidade junto à população.

– Nós da Reserva Atenta e Forte, impulsionados pelos valores cívicos, éticos e morais assimilados em nossa passagem pela caserna, com visão de toda a problemática geopolítica nacional e internacional, faremos a nossa parte com tenacidade, idealismo e perseverança. Almejamos um Brasil democrata, soberano, economicamente desenvolvido, socialmente justo e respeitado no concerto das nações. Mas estamos atentos para, se for preciso, pugnar contra eventuais desvios de rumos. A desordem institucional, aliada à omissão dos homens de bem, é a escada que conduz os tiranos ao Poder. A sobrevivência da liberdade pressupõe um permanente estado de vigilância.

Coronel Caruso, tive a felicidade de receber e ler esta declaração dos nossos oficiais R/2. Fiquei, realmente, impressionado e o cumprimento por ter tido descortino de, no seu depoimento, fazer referência a este documento de capital importância, sobretudo neste terrível momento que estamos vivendo de insegurança, corrupção e total desalento.

Veja a validade desse Encontro, um exemplo que os nossos Oficiais da Reserva estão dando a todos os demais integrantes das Forças Armadas.

Silenciar, quando vemos o Exército e as Forças Armadas em geral apunhaladas por detratores desqualificados, é renegar as nossas mais caras tradições de coragem e altivez. A Nação, por importantes segmentos que a integram, já vem se revelando surpresa com a passividade de seus soldados nos momentos atualmente vividos, de extrema gravidade para existência nacional.

Realmente, a omissão já se fez sentir claramente. O povo, em geral, vem dizendo isto com todas as letras.

Apesar de toda a ignóbil ação dos detratores, a imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Até bem pouco tempo, as pesquisas de opinião não estavam mais incluindo, como antes faziam, questões sobre o conceito das Forças Armadas emitido pelo povo brasileiro comparativamente com outras instituições pesquisadas.

Ontem, no entanto, fui surpreendido com o retorno de uma notícia sobre pesquisa do IBOPE indicando as Forças Armadas como a instituição de melhor imagem para a população brasileira, ouvidas duas mil pessoas em 145 cidades, de 7 a 11 de fevereiro de 2004.

Será que era mesmo para publicar esta realidade que vem confirmar os resultados de todas as pesquisas anteriores, aumentando a auto-estima e o gáudio dos militares?

Com os senhores, a nota do jornal *O Globo*, de quarta-feira, 18 de fevereiro de 2004 – 2ª Edição, em que as Forças Armadas ocupam o primeiro lugar entre as entidades mais confiáveis em nosso País.

Ibope: Forças Armadas têm a melhor imagem para a população

Pesquisa indica que 78% dos entrevistados são contra a Lei da Mordaça

Evandro Éboli

• BRASÍLIA. Pesquisa encomendada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) ao Ibope indica que as Forças Armadas aparecem como a instituição com melhor imagem para a população, com 73% da preferência dos entrevistados, seguidos da imprensa (72%), Ministério Público (58%), Igreja Católica e Evangélica (56%), advogados (56%), polícia (51%), Poder Judiciário (48%), Poder Executivo (40%) e Poder Legislativo (35%).

A pesquisa também indica que 78% dos entrevistados são contrários à adoção no país da Lei da Mordaça, que impede divulgação de casos sob investigação. A maioria dos entrevistados disse ser favorável à divulgação das informações sobre investigações e processos em que o Ministério Público esteja atuando, exceto os protegidos por sigilo. Recentemente, a Lei da Mordaça voltou a ser discutida em Brasília. Políticos do PT chegaram a defender que o Congresso reveja a legislação sobre a ação dos procuradores.

A pesquisa revela ainda que o poder de investigação dos procuradores não deve ter limite. Para 68% dos entrevistados, o Ministério Público deve apurar os crimes de corrupção, os que envolvam o crime organizado e até os casos de envolvimento de policiais. Para o presidente da Conamp, Marfan Martins Vieira, isso demonstra que as ações do Ministério Público contam com o apoio da população.

— É uma resposta a toda e qualquer tentativa de cercear o trabalho dos procuradores — disse Marfan Vieira.

A pesquisa foi realizada entre 7 a 11 de fevereiro e ouviu duas mil pessoas em 145 cidades. ■

Coronel Caruso, a palavra ainda é sua para qualquer outra consideração.

Corroborando o que tratara anteriormente no artigo "Memória Curta", mostrando as campanhas dos jornais, nas proximidades do dia 31 de março, observem que o

Jornal do Brasil de domingo, 15 de fevereiro de 2004, publicou o Capítulo 1 da série "Olhares sobre 1964, A hora da tempestade", onde se lê a seguinte apresentação da matéria, feita pelo jornalista de esquerda Augusto Nunes: "Os sete capítulos sobre um período essencial da História começam por revisitar o outono do inevitável acerto de contas." Nessa introdução, o autor minimiza e ridiculariza a ameaça: "Se faltavam planos de combate efetivos, sobrava gabolice, sobretudo nas gargantas governistas. O General Assis Brasil, Chefe do Gabinete Militar, fazia sucessivas alusões a um certo "dispositivo" capaz de sufocar qualquer quartelada ou insurreição. O Deputado pernambucano Francisco Julião se proclamava pronto para mobilizar multidões de camponeses armados. Em janeiro, num encontro em Moscou com Nikita Kruschev, líder da então poderosa União Soviética, o secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, resumiu a cena brasileira: "Se a reação levantar a cabeça, nós a cortaremos de imediato."(....) E coisa de comunista pareceu o comício promovido em 13 de março nas imediações da Central do Brasil, no coração do Rio de Janeiro, quando o próprio Jango fez o discurso principal."

Ora, se são sete capítulos e publicados aos domingos, os teremos em 22 e 29 de fevereiro, 7, 14, 21 e 28 de março. Bem a propósito. Nesse primeiro capítulo, encontram-se dois artigos como se fossem ponto e contraponto. O primeiro, do escritor Jarbas Passarinho, chamado "31 de Março de 1964", e outro, do ex-militante comunista e historiador Jacob Gorender, um terço maior, intitulado "A ditadura sem disfarces". Os títulos não foram dispostos como antagônicos, mas para se interligarem. Coincidência ou não. O "31 de Março de 1964" assinala o fato, mas não agride, diferentemente do segundo que ataca. Com o destaque dado, lê-se "31 de Março de 1964, A ditadura sem disfarces". Houve malícia na montagem? O do escritor Jarbas Passarinho demonstra um gesto de nobreza, desprovido de paixão; procura palavras para a conciliação. O do ex-militante comunista, é pura agressão; não medita erros; no final assopra amenidades. Não fala do terrorismo, da guerrilha, dos inocentes explodidos por carros-bombas e dos propósitos da tomada do Poder pela força para implantar o regime dos seus sonhos. Mas assevera que: "O AI-5 eliminou o instrumento do *habeas corpus*, colocou sob censura os meios de comunicação e conferiu amplas atribuições à Justiça Militar, com o amparo da draconiana Lei de Segurança Nacional. A impossibilidade de manifestação do pensamento e a proibição de atos de protesto conduziriam numerosos resistentes democráticos à opção pela luta armada."

No livro *Combate nas Trevas*, do próprio Jacob Gorender, se extrai que o Partido Comunista do Brasil, constituído em 1962, por facção advinda do PCB, em fins de março de 1964, enviou um grupo de militantes à China, a fim de receber treinamento na Academia Militar de Pequim para, no regresso, instalar no Araguaia

o embrião da guerra popular prolongada. Logo, não foi o AI-5, de 1968, que desencadeou a reação. Esse Ato foi a arma que permitiu neutralizar o contra-ataque feito pelos comunistas quando no processo de consolidação da Revolução Democrática, derrotados que foram em 1964. Felizmente, uma arma que evitou tantas mortes, como as havidas onde o comunismo se instalou.

Quarenta anos se passaram e o "revanchismo", calcado no domínio dos órgãos de comunicação, tem proporcionado aos perdedores de ontem inúmeras vantagens pessoais, consubstanciadas em vultosas indenizações, aposentadorias especiais e ascensão aos postos maiores do governo, mas sem triunfo algum no desenvolvimento do País, pois o subsídio maior vem sendo a dilapidação do patrimônio nacional, o desemprego, o fechamento de fábricas e lojas comerciais, a proliferação dos excluídos, que servem de argumentos aos seus discursos. Deu-se a premiação aos criminosos, enquanto se encontram esquecidos os defensores da democracia, que os combateram por imposição legal, cumprindo ordens. Mortos, mutilados e reformados. Seria justo que se criasse uma Associação das Vítimas do Terrorismo Comunista, para defender os interesses desses que foram olvidados, ficando a sugestão de que o TERNUMA, que vem oferecendo valiosa contribuição na defesa dos valores democráticos, tome a si tal desiderato.

Coronel Caruso, qual a mensagem final que gostaria de deixar para o Projeto de História Oral do nosso Exército na Revolução de 31 de Março?

Gostaria de deixar registrada a minha satisfação de participar deste Projeto e muito principalmente reconhecer o mérito do nosso Exército por ter empreendido uma iniciativa de gravar para a posteridade depoimentos de tantos brasileiros, vivendo em diversos Estados da Federação, de Norte a Sul do País. Os livros que serão publicados são uma expressiva resposta aos nossos anseios expressos nesta entrevista. Outras medidas semelhantes precisam ser postas em prática. As conquistas do passado não garantem os troféus da vitória, se em mãos tíbias.

Tenente-Coronel Odin Barroso de Albuquerque Lima

- Natural da Cidade de Resende, RJ.
- Formou-se na, então, Escola Militar de Resende, RJ, tendo sido declarado, em 28 de dezembro de 1946, Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Exerceu as funções de Auxiliar de Instrutor no Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) e de Instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
- Foi Adjunto da 1ª Seção do Estado-Maior do Exército.
- Comandou a 1ª Bateria Independente de Canhões Automáticos Antiaérea.
- Foi nomeado Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás.
- Atuou como Assistente Secretário do Comandante Militar do Planalto e 11ª Região Militar (CMP/11ª RM).
- No limiar da Revolução de 1964, integrou o Estado-Maior do General Augusto César Moniz de Aragão nas ações desenvolvidas na Vila Militar, RJ. Nesta ocasião, pertencia ao efetivo da 1ª Seção do Estado-Maior do Exército.

Entrevista realizada em 4 de abril de 2002.

Coronel, que fatos gostaria de abordar sobre as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964 e a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Considero a minha participação nos pródromos da Contra-Revolução de 31 de Março, como a continuação de luta de meu pai, Major Landerico, que passou a vida inteira engajado no movimento tenentista, na busca de um Brasil grande, democrata, com igualdade de oportunidade para todos, o que o levou à prisão em 1922 e em 1924. Em 1925, nasci com ele preso. As raízes da Revolução, não tenho dúvida, que vêm de 1922, foi um fermento que obteve seus resultados em 31 de março de 1964.

A principal causa mais recente da Revolução deu-se em 1955, quando houve a famosa novembrada, com o seu auge em 11 de novembro de 1955, na qual o nosso Exército foi obrigado a tomar determinadas posições, que a maioria dos jovens não concordava.

A respeito de sua participação pessoal, o que gostaria de acrescentar nos pródromos da Revolução?

Servia na 1ª Seção do Estado-Maior do Exército, onde tínhamos, como Chefe, o General Castello Branco. Os acontecimentos que vinham caracterizando o País, principalmente o Rio de Janeiro, eram de uma agitação permanente. Até desafios eram feitos, passando em frente ao QG do Exército, através de mensagens de "queremos respeito com os sindicatos", desafiando abertamente a Força Terrestre, o mesmo ocorrendo com relação às demais Forças.

A minha participação consistiu em mergulhar de corpo e alma na conspiração, vamos dizer assim, e começamos a confabular para ver se modificávamos aquele estado de coisas e, felizmente, conseguimos, com a ajuda do povo que foi para as ruas clamar por liberdade e respeito à democracia.

Coronel, vamos nos referir agora ao panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964. O que gostaria de falar a esse respeito?

Estávamos caminhando para uma república sindicalista. Os pelegos, à frente dos sindicatos e das confederações de trabalhadores é que mandavam. O senhor João Goulart aceitava tudo que faziam. O Brizola agitava, criando um clima de desassossego e insegurança. Preparavam-se para tomar o Poder, só faltava o golpe final contra as nossas instituições. A situação que o Brasil vivia era de anarquia total e de absoluta falta de autoridade. Todas as confusões eram tramadas. Greves pipocando, uma em cima da outra. Em qualquer unidade da Federação, observava-se a ação deliberada no sentido de transformar o nosso País em um estado totalitário, de doutrina marxista-leninista.

Antes da Revolução, como era a situação militar? Houve tentativas de criar cisões dentro das Forças Armadas?

Nas três Forças, houve a clara tentativa de criar cisões, inclusive através do processo de jogar os sargentos contra os oficiais, quebrando a hierarquia e a disciplina, que são as pedras basilares das Forças Armadas.

Foi um ledo engano deles, porque os sargentos, na sua grande maioria, sempre foram muito leais e disciplinados. Uma minoria é que poderia estar entrando no canto da sereia.

E o ambiente nos quartéis?

Vou falar do quartel-general, porque eu estava no Estado-Maior do Exército. Os contatos que tínhamos nos quartéis eram os melhores possíveis, trazendo a convicção de que aquela aventura de anarquia não prosperaria dentro do Exército. Tanto que, quando a contra-revolução se desencadeou, não houve mortes e todo mundo cumpriu ordens. Uma minoria inexpressiva é que não concordou com o movimento que tinha o respaldo da imensa maioria do povo.

O Clube Militar teve participação nessa fase próxima à eclosão?

O Clube Militar teve uma grande participação, porque nós nos reuníamos, constantemente em assembléias-gerais, discutíamos e havia uma grande pressão, particularmente da reserva. O pessoal da ativa se mantinha mais em silêncio, dentro dos regulamentos militares. Havia um libelo muito grande dos que não concordavam com o caminho pernicioso que o Governo Goulart conduzia o País.

Coronel Odin, vamos falar agora na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Esse foi um movimento qualificado de reacionário pelos opositores da Revolução. Qual o real significado dessas Marchas?

O significado dessas Marchas foi marcante sob todos os aspectos, porque através delas, o povo, de diversos Estados da Federação, mostrou que não suportava mais aquela situação, de intranqüilidade e insegurança, que um governo irresponsável impusera à Nação. Foi através de uma delas, que uma palestra, em Belo Horizonte foi inviabilizada porque as senhoras, de terço na mão, entraram pelo auditório onde Leonel Brizola realizaria uma palestra, como se Brizola fosse o diabo, que aliás é, e correram com ele de lá.

Esse movimento cresceu em São Paulo e envolveu mais de um milhão de pessoas que foram para a rua, em 19 de março de 1964, e realizaram uma marcha empolgante. Acho que essa marcha foi o estopim e vou dizer uma coisa, que talvez

não vá agradar a muita gente, mas acho que essa marcha colocou nós militares para fora dos quartéis; com ela, fomos para a rua. As senhoras é que nos botaram na rua. Então, a mulher brasileira tem a grande responsabilidade de ter tornado o Movimento de 31 de Março de 1964 vitorioso.

O Exército foi intérprete da vontade nacional?

Tranqüilamente. Foi intérprete, sem nenhuma dúvida. O nosso Movimento foi um movimento cívico, vibrante, patriótico. As tropas, ao se deslocarem, eram vivamente aplaudidas pelo povo nas ruas. Foi uma comunhão cívica nacional. E os esquerdistas, hoje, escondem essa verdade dos brasileiros!

Coronel, havia uma revolução de cunho comunista em andamento?

Tranqüilamente, que contava com o apoio ostensivo do Governo, motivo pelo qual não podemos deixar de ressaltar que à subversão de base, vinda dos sindicatos e da UNE (União Nacional dos Estudantes), juntou-se a pior das subversões – a de cúpula –, tendo no centro o próprio Presidente da República, o que pode ser corroborado com a consulta a jornais e revistas da época.

Havia, portanto, a busca pelos comunistas da mudança de ordem institucional do País.

Via-se em andamento uma revolução chefiada pelo partido vermelho e nós nos antecipamos a essa revolução e, conseqüentemente, conseguimos neutralizá-la. Daí, o título que eu dou de Contra-Revolução de 31 de Março.

Na sua opinião, quais foram os principais líderes civis e militares do Movimento de 31 de Março de 1964?

Acho que o principal líder civil foi Carlos Lacerda, um homem combativo, inteligente e culto, que se antepunha à tentativa, que se malogrou, feita pelos comunistas. Teve a contribuição dos governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Adhemar de Barros, de São Paulo. Assim, podemos considerar esses três como os principais líderes civis.

No Exército, tenho dificuldade de dizer quem foi o líder. Para mim, o homem com quem eu participei, em quem eu confiei, com quem abracei a causa revolucionária se chama Costa e Silva. Muita gente discorda, mas meu líder se chamou Arthur da Costa e Silva.

Inclusive o Costa e Silva, para corroborar o que o senhor disse, fez uma ligação com o Médici, na madrugada do dia 1º de abril, dizendo que o QG aqui estava em pé de guerra, que havia aderido à Revolução e que precisava do apoio do

Médici. Então, realmente o Costa e Silva teve uma importância grande. Sem dúvida, foi uma liderança.

Eu servia no Estado-Maior do Exército, cujo chefe era o General Humberto de Alencar Castello Branco, que por ser um homem muito legalista, permaneceu, durante muito tempo, tentando fazer a coisa, dentro da legalidade. Mas, realmente, nas confabulações, nas nossas reuniões em que eu participava como soldado com os generais e como major junto com os tenentes que tinham sido cadetes meus, perguntava-se aos capitães e tenentes quem iria chefiar e em quem eles confiavam. Uma grande maioria falava no General Costa e Silva.

Quais os chefes militares que participaram lá em Minas Gerais e que merecem citação?

Embora, não os considere líderes no conjunto Exército, temos que agradecer aos generais Mourão Filho e Carlos Guedes por terem dado a partida; se eles não tivessem a iniciativa naquele bendito 31 de Março, além de perdermos o efeito surpresa, poderíamos dar a oportunidade de reação aos inimigos da Pátria, facilitando a contra-ofensiva aos construtores do caos em nosso território.

O Presidente João Goulart falava no esquema militar de que dispunha o Governo Federal. Por que houve o desmoronamento desse esquema?

Dentro do observatório de major, ouvíamos falar muito do esquema militar do General Assis Brasil. Vivendo ali, naquela posição, sabíamos que os homens que tinham sido colocados como comandantes de tropa, não tinham todo esse poder, não tinham liderança. Conseqüentemente, achávamos que o esquema militar do General Assis Brasil estava fadado ao fracasso, o que foi confirmado.

Como era o aspecto da chefia e liderança no Exército, nessa oportunidade, principalmente na tropa do Exército que esteve na iminência de um combate? Havia realmente uma chefia, uma liderança?

Faço uma comparação. Quando falamos de tropa militar, de Forças Armadas, não temos como fugir da seguinte posição: No Exército, o pessoal sempre foi disciplinado e atento à hierarquia, com raríssimas exceções de indisciplina. No entanto, em 1955, quando o Ministro da Guerra, o General Lott, recebeu a espada de ouro, houve uma tentativa de quebra da disciplina, considerado, por exemplo, que se um cabo fosse punido, poderia escrever diretamente para o ministro, para que sua punição fosse revista e relevada. Em conseqüência, a hierarquia e a disciplina estavam indo para o espaço.

Dentro da Marinha, houve sempre uma separação grande entre a oficialidade e as praças. A Marinha tem normas e tradições que não são as mesmas no Exército. No Exército, vamos para um acampamento, comemos a mesma comida do soldado e,

nas refeições, fazemos questão de sermos os últimos a nos servir. Em uma manobra, sentamos ou deitamos no chão, no terreno, como se fôssemos recrutas, vivendo a situação. Com o sargento há um maior entrosamento, uma maior amizade e um maior respeito, conseqüentemente. Temos que confiar naquele que está junto de nós. Na guerra, nos pelotões e nas patrulhas, o oficial sempre foi à frente. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos mostrou isso na Itália.

Na Marinha, se o comandante do navio vai para bombordo, os outros todos têm que passar para o outro lado da ponte de comando; se vai para boreste, todo mundo vai para o outro lado. Hoje, eles estão chegando à posição. Na Marinha, eles jogaram oficiais dentro d'água, fizeram horrores. Sou cunhado de três oficiais de Marinha e acho que conheço bem a mentalidade deles.

Na Aeronáutica, há uma mistura grande da nossa mentalidade, da nossa formação. Tinha o pessoal que era oriundo da Marinha, da Aviação Naval e tinha o pessoal oriundo da Aviação do Exército. Eram mais liberais, mas participaram ativamente da nossa Contra-Revolução em 31 de março.

Quanto às tropas do Exército que estiveram na iminência de um combate, tivemos uma série de exemplos de liderança. Devo ressaltar, no Destacamento Tiradentes, – o que veio de Minas Gerais, Juiz de Fora, para o Rio de Janeiro – a atuação firme e admirável do General Muricy. No Vale do Paraíba, a liderança incontestável do General Médici, à frente da Academia Militar das Agulhas Negras.

Sobre os cadetes da AMAN. Como viu o emprego operacional da Academia Militar?

Quando houve a novembrada de 1955, eu era capitão-instrutor e estava no comando da AMAN um dos maiores oficiais que conheci, o Coronel Júlio Teles de Menezes, que mais tarde foi promovido a general, muito merecidamente. Dizem que foi o único general indicado por todos os companheiros, para a promoção.

Depois do 11 de novembro, foi feita uma reunião de todos os oficiais-instrutores para que o Coronel Gilberto Peçanha, Comandante do Corpo de Cadetes, analisasse o 11 de novembro e as explicações não convenceram a maioria dos oficiais.

Eu, por exemplo, não fiquei convencido e conversava muito com os outros oficiais a respeito. Tive que parar quando o Coronel Júlio Teles de Menezes reuniu os oficiais e disse: "Peço aos senhores que tomem a posição que queiram tomar, mas não envolvam os cadetes; peço isso porque tive companheiros cadetes que, em outra revolta, ficaram na miséria, perderam o curso e tudo mais." Assim, não houve emprego de cadetes e nem a AMAN, nem o seu Batalhão de Comando e Serviços participaram.

Já em 31 de março de 1964, o General Médici, Comandante da AMAN, colocou a Academia em posição no terreno, em face das tropas da Vila Militar. Achei perfei-

ta a posição dele, porque o nosso País se achava, realmente, convulsionado; estava em jogo a soberania nacional, perigosamente ameaçada pelo movimento comunista internacional.

Então, foram duas posições: a de novembro de 1955, achei válida a posição do General Júlio Teles de Menezes; e a de 31 de março de 1964, ocasião em que adorei a posição que o General Médici tomou, levando a balança a pender para o lado do Brasil, ou seja, para o lado dos cidadãos brasileiros, civis e militares, que não suportavam mais aquele repugnante desgoverno.

Os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Infelizmente, não foram governos militares, pois acho que se tivessem sido, muita coisa teria acontecido de melhor. Acho que foram governos chefiados por oficiais-generais, mas nunca governos militares. Governo militar para mim foi o do Chile, que conseguiu levar aquele país a ser uma grande nação.

Como se portou a chamada mídia na época? Ela apoiou o Movimento? Que exemplos gostaria de citar?

Acho que a mídia, representada por quase todos os jornais do País, estava clamando abertamente por uma tomada de posição das Forças Armadas contra aquele insuportável estado de coisas a que aquele verdadeiro desgoverno levara o País. A prova é que, no dia 30 de março, o então *Correio da Manhã*, que ainda existia, fez um editorial com o título de "Basta!", que mostrava a anarquia que o nosso País estava vivendo. Quem pegar o jornal *O Globo,* de 1º de abril, vai ver as loas que ele teceu à nossa contra-revolução, assim como o *Jornal do Brasil*, em se falando do Rio de Janeiro, onde estávamos, o mesmo acontecendo no restante do território nacional.

Os jornais, de uma maneira geral, só faziam elogios à contra-revolução. Um dos erros que a Revolução cometeu foi não termos mantido a mídia do nosso lado e termos permitido que os contrários ao nosso Movimento fossem tomando conta, aos poucos, da imprensa. A Rede Globo ficou conosco até a passagem do bastão por parte do Figueiredo, quando ela mudou radicalmente de posição, mostrando a todos nós que o que ela gosta mesmo é de estar ao lado do Poder, pelas conseqüências que advêm disso. Hoje, nós não temos mídia a favor; temos que lutar contra ela.

O Globo publicou a fotografia do Fernandinho Beira-Mar, um bandido conhecido e fez o currículo dele, colocando-o como ex-soldado do Exército. Com que finalidade, a não ser denegrir o nosso Exército?

Chega a ser pândego e ao mesmo tempo ridículo!...

Cheguei a escrever-lhes perguntando por que eles não diziam, também, que o Pelé é ex-soldado. O nosso prefeito, o César Maia, também serviu no Forte de Copacabana. Por que não dizem que ele é ex-soldado?

Não há interesse! Não traz dinheiro para eles, que não vêem outra coisa a não ser compensações financeiras.

Não há interesse porque são nomes, são pessoas que mostram que o Exército tem, na sua maioria, gente de valor. Tive um comandante de bateria, o Capitão Herman Bergvist, que depois foi general, que disse uma frase que guardo até hoje: "Ai de nós se a maioria não fosse de bons."

A perda da mídia foi aqui citada como um erro da Revolução. Que outros erros e acertos devem ser enumerados?

Acho que um grande erro que a Revolução cometeu foi ter dado prazo para a extinção da penalidade de Leonel de Moura Brizola e outros. Outro se deve ao Marechal Castello Branco, ao dizer que na Justiça ninguém mexia; reabrimos o Legislativo, que mesmo funcionando, embora sob a nossa tutela, dizia um bando de barbaridades contra nós, provocando, inclusive, em 1968, Governo Costa e Silva, a decretação do AI-5.

Por outro lado, a permanência de ministros no Supremo Tribunal Federal, como Hermes Lima, Vítor Nunes Leal, que foi Chefe da Casa Civil, e Evandro Lins e Silva, dizendo horrores a nosso respeito foi outro erro da Revolução.

Tivemos vários acertos: o primeiro foi impedir a comunização do País, tanto em 1964, como de 1968 a 1973, quando os comunistas tentaram, outra vez, através da luta armada, e novamente, foram derrotados, tanto na guerrilha urbana como na rural; melhoramos na educação, no transporte, na alimentação e o progresso que tivemos no Governo Médici foi tanto que chegaram a falar em milagre brasileiro. Em 1973, por exemplo, o PIB cresceu 13,6%, o que leva a esquerda incompetente a morrer de inveja e a tentar esconder, a todo custo, um dado como esse do povo brasileiro.

O fato é que a Revolução durou de 1964 a 1984 e, em vinte anos, a nossa Revolução fez esse Brasil progredir de uma maneira extraordinária, passando a ser a oitava potência econômica do mundo, vindo da 48ª posição.

A Nova República no mesmo espaço de tempo, aproximadamente, só fez destruir, pelo menos no meu ponto de vista. O que foi feito de extraordinário na Revolução serviu para que eles enfrentassem as crises com que se defrontaram, inclusive o vexaminoso apagão, fruto da incompetência do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Acho que os acertos da Revolução, usando aquela célebre expressão: "Se colocarmos em uma balança os acertos e os erros, o prato dos acertos vai lá embaixo

e o dos erros vai ficar lá em cima." Esta é a realidade sobre a qual a tática da mídia é silenciar. A mídia só está autorizada a falar de torturas, como se os terroristas não fossem torturadores! Quem tem dúvida veja o filme que fala da vida do assassino, desertor e traidor Lamarca. Veja como ele e o seu bando mataram o Tenente Mendes Júnior, da Polícia Militar de São Paulo!...

O senhor poderia explicar por que chama o Movimento de 31 de Março de 1964 de contra-revolução?

Porque acho que estava em curso no Brasil uma revolução comunista-sindicalista e nós conduzimos o nosso movimento contra essa revolução. Por isso, que a chamo de contra-revolução.

E sobre as ações de guerrilha e de terrorismo, como o seqüestro de embaixadores, colocação de bombas em quartéis e em jornais, o que gostaria de relatar ainda?

Nesse período, eles estavam realizando a tentativa de fazer a contra-revolução deles através da luta armada. Em conseqüência, quiseram desestabilizar o governo. A luta armada foi iniciada, em 1966, em Recife, no Aeroporto de Guararapes, quando praticaram o atentado contra o General Costa e Silva, em que duas pessoas morreram e mais de uma dezena ficaram feridas.

O General Costa e Silva estava fazendo a viagem de campanha como candidato a presidente. Acho que essas ações vieram a dar origem ao Ato Institucional nº 5, que foi a reação oportuna e necessária contra as ações dos comunistas, inconformados com a contundente derrota que sofreram em 1964.

Essas operações de luta armada, desencadeadas, quer no campo, quer na cidade, tinham apoio externo?

Pelo menos, a orientação revolucionária, sem dúvida.

Eu não tenho provas com relação a recursos, mas tudo leva a crer que sim. Segundo constava na época, vinha dinheiro da Cortina de Ferro e de Cuba, particularmente de Cuba. Dizem que Brizola recebeu muito dinheiro de Fidel Castro e que não aplicou corretamente. É o que se falava naquela ocasião.

Dizem que muita coisa veio de Fidel Castro e que o dinheiro entregue a Brizola, este entregou uma pequena parte para o Coronel Jeferson Cardim de Alencar Osório, famoso comunista, e ficou com o resto.

O Jeferson Cardim se estrepou todo. Foi preso logo de saída, na sua primeira incursão.

Comenta-se que Brizola é chamado por Fidel Castro de *El Ratón*.

E sobre a criação daqueles Órgãos de Informações e Operações como o Serviço Nacional de Informações (SNI), os Destacamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI), o agravamento da Lei de Segurança Nacional. O que o senhor tem a dizer?

Achei necessários os órgãos criados, pois deram grande ajuda para que derrotássemos os comunistas. Vale o velho ditado: quem vai à chuva é para se molhar. Eles fizeram e tiveram o troco, tendo sido importante para a nossa vitória, nessa luta, o agravamento da Lei de Segurança Nacional, porque começaram a haver assaltos a bancos e mortes. Eles não eram puníveis. Então, houve necessidade e, com essas mudanças, conseguiu-se reduzir muito as ações que eles vinham empreendendo.

Hoje em dia, muito se fala em "anos de chumbo", "ditadura militar", ao se referir àquele tempo, particularmente a mídia. O que o senhor pensa a esse respeito?

Acho uma patacoada falar em "anos de chumbo" para uma época em que o País progrediu da forma como progrediu e em que o povo, exceto os terroristas, tiveram paz para viver e trabalhar. Aliás, uma época de pleno emprego, que a esquerda morre de inveja! Eles queriam dar a nós o direito de morrer; a eles, o direito de matar. Com isso, não concordamos. E respondemos o chumbo deles com o chumbo necessário para derrotá-los fragorosamente.

Sobre o termo ditadura militar digo que a ditadura que eu conheci aqui no Brasil foi a ditadura de Getúlio Vargas. Vou falar agora pelas histórias que meu pai contava em 1935, quando prenderam os comunistas na Polícia Especial. Tinha um tio comunista – o Tio Bruno, que vira e mexe estava preso e vira e mexe a minha tia vinha e pedia a papai, que era colega do Felinto Muller, para ver se resolvia o problema. Lembro que o velho falava a respeito das barbaridades que eram feitas na Polícia Central, com mortes, mesmo! O Getúlio Vargas, vejam só, que hoje é considerado pai dos pobres, não perdoava comunista. Essa foi uma ditadura civil no verdadeiro sentido da palavra.

Artur Bernardes governou o Brasil quatro anos em estado de sítio. Mandou um bando de gente para Clevelândia e outros lugares piores. Meu pai ficou preso na Casa de Detenção e saiu lá de dentro tuberculoso, indo para o Hospital de Convalescentes, quando eu vim a nascer.

Então, ditadura militar não houve. Uma pena! Acho que se tivesse havido um governo militar, muita coisa hoje, perversa para o Brasil, não estaria acontecendo. Foi uma pena!...

Outro erro que cometemos foi deixar esse Márcio Moreira Alves e outros se apossarem da mídia e escreverem barbaridades contra nós. Tem gente se iludindo com ele!

É preciso ser raposa para reconhecer as armadilhas. Maquiavel nos ensinou isso, mas não aprendemos!...

Como vê o problema da duração do período do Movimento de 1964?

Eu não posso dizer se foi pouco ou muito. É difícil. Acho que uma Revolução deve se extinguir por ela mesma, como aconteceu no Brasil. Muita coisa deixou de ser feita porque se encerrou antes, por decisão do próprio governo que entendeu que era hora de concluir a abertura de modo pleno. Aliás, para mim o que foi escancaramento!

As Forças Armadas teriam obtido vantagens durante esse período?

Não, muito pelo contrário. Se verificarem os Atos Institucionais n[os] 1 e 2, vão ver que, dentro do Brasil, os mais sacrificados foram os integrantes das Forças Armadas.

A minha família inteira foi cassada: o Almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, casado com a irmã de meu pai e que fora Ministro da Marinha foi cassado; seus dois filhos, um oficial intendente da Marinha, e o outro, capitão de artilharia, foram cassados. Dentro das cassações, os grandes sacrificados, no Brasil, foram as Forças Armadas.

Em termos econômicos, o pessoal das Forças Armadas não recebeu nenhuma vantagem?

Não, pelo contrário. Sempre ouvimos aquela história que somos um país pobre e, em conseqüência, o nosso Exército é pobre e, por isso mesmo, temos que ganhar pouco. Enquanto ficamos nisso, nas outras áreas as benesses são enormes. Aliás, benesses só para o lado de lá...

Qual a avaliação que o senhor faz da abertura que começou no Governo Geisel e prosseguiu no Governo Figueiredo?

Como já disse, acho que não houve abertura. Houve um escancaramento. O processo de abertura foi malconduzido desde o Governo Ernesto Geisel, e a bomba explodiu nas mãos do Presidente João Figueiredo.

A atuação política e os resultados econômicos do Governo Figueiredo desgastaram a imagem da Revolução?

Houve uma crise muito grande, que abalou o mundo todo – a segunda crise do petróleo. O General Figueiredo não podia fazer milagres e assim mesmo ele levou até o fim o seu governo, enfrentando uma conjuntura terrível, onde o preço do petróleo chegou a US$ 40 o barril, levando o Presidente a priorizar, em todo o seu Governo, o setor energético, dando especial atenção à construção das grandes hidrelétricas.

Não gostei da maneira com que ele saiu pela porta dos fundos. Ele deveria ter saído pela porta da frente, de cabeça erguida, porque, com todos os defeitos que

pudesse ter o meu querido amigo General Figueiredo, era um homem inteligente e um homem que foi de briga mesmo! Ele ajudou a fazer a Revolução, não poderia ter deixado o Palácio, pela porta dos fundos. Não foi feliz nessa sua decisão e a última impressão fica.

Sobre o "revanchismo". O que gostaria de dizer?

Acho que o "revanchismo" está latente; está em plena execução, só não vê quem não quer. Veja o caso do General-Médico Fayad, a campanha que fizeram contra ele; o Coronel Avólio, o Coronel Ustra, com aquela mentirada da Bete Mendes, que é uma figura desclassificada. Hoje, quem está dando as ordens é o Grupo Tortura Nunca Mais, da Cecília Coimbra. A Cecília falou, está falado e o Exército está sendo chamado de "grande mudo". Mas parece que começou a falar agora, na Ordem do Dia desse ano, com o General Gleuber Vieira, a qual, aliás, foi muito feliz.

Hoje, você entra num táxi, puxa um assunto, sem dizer que é militar, normalmente ouve o motorista dizer que tem saudade dos militares, que tinha segurança, que ganhava o seu dinheiro sem correr riscos, que as coisas podiam aumentar um pouco, mas que tinha o seu dinheiro, porque havia ordem e tranqüilidade para trabalhar e que hoje a luta é muito grande e a segurança nenhuma. Assim, acho que o "revanchismo" existe em elevado grau, mas o povo continua achando que as Forças Armadas são a entidade que merece o maior respeito e a sua admiração, gozando da maior receptividade junto à opinião pública.

Deveríamos fazer uma campanha grande contra essas notícias que são dadas publicidade em jornais. O jornal *O Globo* não publicou uma linha favorável sobre o 31 de Março, muito ao contrário, referiu-se à data, anarquizando, dizendo que nada tinha a falar. Temos que falar, sim! Temos que ter o direito de resposta. Devemos processar quem caluniar as Forças Armadas! Tenho certeza de que assim vai diminuir essa campanha!

Não podemos ficar só na defesa. Temos que atacar também, mostrar quem é quem. Faço parte do grupo "Terrorismo Nunca Mais", sou um dos vice-presidentes. Estamos fazendo um trabalho que acho válido. Estamos com um ano e pouco; não temos nem dois anos na Internet e já estamos com mais de 60 mil visitas às nossas páginas.

Vamos mostrando a realidade dos fatos. Não sei se estão lembrados de uma reportagem de um tal de Caco Barcelos, um repórter da Rede Globo, em que ele conta uma história fantástica de um ex-soldado que participava das ações do SNI e que presenciara um coronel entrar em uma sala e matar um casal com tiro na nuca. Nós levantamos aquilo. É a maior mentirada. Esse ex-soldado era desertor do Exército, onde não ficou oito meses. O casal assaltou um carro pagador junto com o

atual Ministro da Justiça Aluisio Nunes Ferreira e fugiram com o dinheiro do assalto. Aliás, o dinheiro ficou com o Aluisio.

Esse casal e o atual ministro naquela época eram, portanto assaltantes?

Eram. Na época o Aluisio, que hoje é o ministro, era assaltante, era terrorista. Chegou a ser motorista do Marighela, o homem da cartilha da guerrilha urbana.

Já é ex-ministro.

Ele saiu, vai ser candidato a deputado, agora.

Esse casal, fugindo para Minas Gerais perdeu a direção do carro, entrou debaixo de um caminhão e esse Caco Barcelos montou uma série de histórias mentirosas. Entregamos os dados ao Olavo de Carvalho, que preparou um artigo muito bem escrito, mostrando a grande farsa. Corre o tempo e o tal de Caco Barcelos recebe o Prêmio Embratel de Reportagem, por esse trabalho. É brincadeira!...

Aquele conhecido comunista Evandro, fichado, de *O Globo* morreu deixando de providenciar para que a documentação, que lhe foi entregue, fosse levada ao Caco Barcelos, e o desmentido não ocorreu. Agora, o Roberto Marinho, que viveu nas tetas da Revolução, não manda mais no *O Globo*; quem manda é o Márcio Moreira Alves e outros. Infelizmente, há coleguinhas nossos amigos do Márcio Moreira Alves. São inocentes-úteis ou idiotas?!

O senhor poderia dar o endereço do site do seu grupo?

É www.ternuma.com.br

Gostaria de falar alguma coisa sobre a lei de anistia, aprovada pelo Governo Figueiredo?

Quem fez a lei foi o Geisel. Eu não sou contra a anistia. Tenho uma carta do meu pai preso. A carta não foi para mim; foi para um cunhado dele. Tenho três ou quatro cartas e fotografias. Para se ter uma idéia da mentalidade dos tenentes, do tenentismo e a nossa mentalidade de hoje, meu pai, preso, escreveu dizendo que não queria nem ouvir a palavra anistia, porque não queria ser confundido com a canalha sórdida e bernadesca que dela se valeu no Exército.

Então, acho que a anistia é necessária, mas anistia significa esquecimento. Nós nos esquecemos dos bandidos, mas os bandidos não se esqueceram de nós. Os bandidos, hoje, estão no governo fazendo o que Cecília Coimbra determina. Estão, aí, Leonel Brizola solto, esse tal Aluisio Nunes Ferreira, Ministro da Justiça e agora é candidato a deputado. Veja, aonde chegamos! Tem um tal de Teodomiro, que matou covardemente um sargento da Aeronáutica, com um tiro na nuca, encontra-se como juiz do trabalho em Pernambuco, se não me engano.

Então, que diabo de anistia é essa? Só para bandidos? E aqueles que defenderam o Estado contra os terroristas? Agora os bandidos somos nós?

E o comunismo desapareceu?

Não. O comunismo continua imperando, principalmente aqui no Brasil. O Brasil está sempre cinqüenta anos atrás. O comunismo terminou, mas aqui, no nosso País, cresceu com vários nomes: PSB, PPS, PC do B, PCB etc. Está aqui no Brasil e sendo revigorado na Europa.

A imagem do nosso Exército vem apresentando, através de pesquisas, ampla aceitação e o primeiro ou segundo lugar entre todas as entidades consideradas. O que o senhor acha disso?

Acho isso formidável, apesar de que a mídia, em geral, não publica. É difícil os jornais de grande circulação publicarem um resultado de uma pesquisa que nos seja favorável. Não adianta falarmos somente para o público interno; temos que falar para o público externo.

Outro dia o jornal publicou que o Exército dispensava os recrutas com dengue. A maneira como eles publicaram não esclarecia que os dispensados eram conscritos, em processo de seleção, embora, na mesma notícia, o jornal dissesse que os atuais soldados seriam tratados pelo Exército.

Silenciam sobre notícias positivas da Instituição. Então, temos que enfrentar esse pessoal que, através de mentiras e farsas, depõem contra nós na mídia. De que forma? Confesso que não sei os recursos que temos, mas acho que botar um processo em cima de um pilantra desses seria fundamental.

Finalmente, Coronel, qual a sua mensagem final a respeito da Revolução de 31 de Março de 1964?

Tenho um orgulho muito grande por ter dela participado. Acho que foi um bem enorme para o País. Entendo que, na situação em que estamos hoje, o povo vai pedir socorro, não demora muito e nós, mais uma vez, vamos fazer um novo 31 de Março, que, para mim, hoje, é uma das maiores datas que o País viveu.

É preciso que façamos sempre justiça à Revolução pelo que ela representou e representa para o Brasil. Mostrar que fizemos um bem extraordinário à Nação, não permitindo que a canalha vermelha, que continua dizendo as barbaridades que dizem, por enquanto impunemente, a comunizasse.

Não podemos ficar calados; este Projeto e o trabalho do Ternuma são os primeiros passos, importantes sob todos os aspectos.

Tenente-Coronel Orestes Raphael Rocha Cavalcanti

- Natural da Cidade de São João Del Rey, MG.
- Formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), tendo sido declarado, em 20 de dezembro de 1956, Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia.
- Possui os cursos da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Como Extensão Universitária, freqüentou na Universidade Mackenzie, São Paulo, o Curso A Política de Segurança Nacional, ministrado por membros integrantes do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG).
- Exerceu todas as funções de combatente e administrativas atribuídas ao Oficial da Arma de Artilharia nas diversas organizações militares em que serviu. Foi, também, Oficial de Informações (S/2) no 2º Grupo de Canhões 90 Antiaéreo (2º GCan 90AAe), em Quitaúna, Osasco, SP.
- Pertenceu ao Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército/SP (DOI/CODI/II Ex) e comandou o Destacamento de Informações da 5ª Região Militar/5ª Divisão de Exército, Curitiba, PR.
- Em 1964, no posto de 1º-Tenente, era Oficial Subalterno da 1ª Bateria do 1º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (1ª/1º GACosM), Niterói, RJ.

Entrevista realizada no dia 14 de novembro de 2001.

Tenho o maior prazer e a honra de estar aqui prestando esta pequena colaboração e fornecendo certos dados que podem ser valiosos para o futuro, porque servem também para contestar muitos argumentos que os derrotados em 1964 e, depois, na luta armada (1968-1974) têm divulgado e que carecem totalmente de fundamento. Não sou o "dono da verdade", mas um militar que ama o seu Exército e que sempre procurou cumprir com as suas obrigações da melhor maneira possível. Aqueles que comigo serviram podem ratificar o que estou dizendo.

A minha vivência no Exército data de muitos anos porque o meu pai era militar, oficial do Exército, e o meu avô também participou, como voluntário, da Guerra do Paraguai. Tenho a carta patente dele até hoje (pergaminho) assinada por Dom Pedro II, o que me honra muito.

Coronel podia dizer o nome deles?

O meu pai era Orestes Cavalcanti e o meu avô era Clementino Pereira Passos Cavalcanti. Espero que esta minha contribuição pequena seja de real valia, porque a darei de bom grado e com muita sinceridade.

Depois do preâmbulo do Coronel Orestes, vamos perguntar ao nosso colaborador: que fatos gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e no seu desenvolvimento?

A respeito dos antecedentes da Revolução de 31 de Março de 1964 tenho a dizer que, nessa época, era 1º-Tenente de Artilharia, praticamente começando o oficialato. Servia na 1ª Bateria do 1º Grupo de Artilharia de Costa Motorizada, no Forte do Imbuí, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Em 26 de março de 1964, o então Major João Carlos Marques Henrique Netto, Comandante da organização militar, reuniu os oficiais e participou que a situação no País estava tensa e que poderia se degenerar em confronto armado entre simpatizantes de João Goulart e as forças democráticas do Exército Brasileiro. E decidiu que todos os oficiais e sargentos, exceto um sargento, que não gozava de sua confiança – ele foi depois alvo de um Inquérito Policial Militar, e, por coincidência, quem foi encarregado desse IPM fui eu mesmo – deveriam permanecer armados vinte e quatro horas por dia. Os oficiais ficariam acordados durante a noite e dormiriam, revezando-se, durante o dia. Não estava descartada a possibilidade de atacarmos a organização militar aquartelada no vizinho Forte Barão do Rio Branco, cujo comandante Major Queiroz, apoiado pelo Capitão Jacson, que era sabidamente comunista, tinha por norma tentar aliciar outros militares, inclusive intimidando seus comandados.

Ele ficava dando indiretas quando em conversa informal, mesmo na presença de funcionários civis do Forte, inclusive para os oficiais. Ele insinuava que aqueles

que não estivessem de acordo com ordens emanadas da Presidência da República, vindas de João Goulart, poderiam se dar muito mal.

Levaríamos nossas famílias para o Forte do Imbuí e lá constituiríamos um ponto forte de resistência a qualquer investida das forças comunistas. Ali, poderiam contar com um esquema militar na sublevação de organizações militares das Forças Armadas, contra aquele Governo irresponsável.

Quanto aos oficiais e praças, iniciamos uma preparação psicológica principalmente com os soldados, que foi intensificada quando da eclosão do Movimento de 31 de Março de 1964, em Minas Gerais. Nessa oportunidade, substituímos a Polícia do Exército na guarda e segurança do quartel-general da Infantaria Divisionária da 1ª Região e na 2ª Circunscrição do Serviço Militar, em Niterói, por ordem do General Lisboa, Comandante daquela Grande Unidade. Fizemos isso, porque o General Lisboa chegou lá e não gostou do apronto da tropa, embora fosse pessoal especializado para fazer guarda. A verdade é que ele depositava muita confiança na organização militar aquartelada no Forte do Imbuí, ele que era a maior patente hierárquica, naquela época, na guarnição de Niterói.

Esse alto padrão atingido pela nossa Bateria, muito devemos ao nosso Major João Carlos Marques Henrique, era um senhor Comandante, um homem querido, ele era o nosso líder, além de chefe.

Sou amigo dele até hoje, com muito prazer. Ele fez uma coisa muito inteligente, muito democrática: ele reuniu os oficiais da unidade para sabermos qual a atitude que iríamos adotar naquele momento de definições. Lógico que a decisão cabe ao chefe, mas como ele era um chefe voltado para o diálogo, ele ouviu a opinião de todos. Ele quis ouvir a opinião de todos, o que o deixou seguro de que todos estávamos prontos para cumprir as suas ordens, que sabíamos ser no sentido da total repulsa ao quadro de ódio e de insegurança criado por aquele Governo, visando, claramente, à comunização do País.

O Presidente João Goulart foi afastado porque traiu a confiança do povo e esteve prestes a deixar que fosse adotado, no País, o regime comunista, que escravizaria os brasileiros, tornando o Brasil mais um satélite da União das Repúblicas Socialista Soviéticas.

A Rússia era quem comandava todos os passos dos infelizes países que integravam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os alienígenas que estavam aqui no Governo muito se empenharam para alargar o poderio de Moscou com a incorporação à sua órbita da maior nação da América Latina. As Forças Armadas demoraram a interferir para depor o Presidente, apesar do quadro político e sócio-econômico caóticos plenamente configurado, onde as greves eram constantes, os

protestos de categorias eram diários, os alimentos de primeira necessidade começaram a faltar mesmo enfrentando-se filas imensas. As pessoas permaneciam nas filas durante toda a madrugada para conseguir um litro de leite.

As ameaças das guerrilhas rurais eram constantes, devido à organização das "Ligas Camponesas", enquanto, nas cidades, a guerrilha urbana começava a se desenhar, não só usando os "grupos dos onze", como também a massa estudantil que seguia a UNE, reforçada pelos operários, atiçados pelos sindicatos e pelas Confederações Nacionais dos Trabalhadores da Indústria, do Comércio, dos Transportes etc., coordenados pelo Comando Geral de Greve, transformado em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em agosto de 1962.

Tudo acontecia sob a complacência e o apoio velado do Presidente e com o incentivo ostensivo do cunhado Leonel de Moura Brizola. Como aconteceu com Kerenski, em 1917, na Rússia, eliminado pelo companheiro Lênin, tudo indicava que isso ocorreria no Brasil com Jango Goulart, o primeiro que seria eliminado com a implantação do regime comunista, porque ele não tinha liderança.

Vários estrangeiros estavam infiltrados, plantados na sociedade brasileira. Como exemplo, citamos o casal russo Sônia e Ivan, conhecidos, no Brasil, por Stela e Heinz, fazendo-se passar por alemães.

A Faculdade Nacional de Filosofia era sempre freqüentada por um senhor de idade, estrangeiro, que se dizia alemão e que todos os dias ia àquele educandário para jogar xadrez. Quando eclodiu o movimento revolucionário, ele desapareceu e ninguém até hoje sabe nada a respeito dele.

No dia 30 de março de 1964, véspera do Movimento 31 de Março de 1964, o estudante Antônio Carlos Silveira Alves foi ferido, acidentalmente, por um tiro quando recebia instrução de uso de arma de fogo dentro de uma das salas de aula da Faculdade Nacional de Filosofia, o que pode caracterizar bem que a revolução comunista se encontrava em andamento. No início do fato do tiro acidental, o membro do Partido Comunista e também aluno Antônio Carlos Faria Pinto Peixoto, que ministrava a instrução, se opôs a que o ferido recorresse a um hospital para que não denunciasse e não desse informações a respeito do assunto.

Só no dia seguinte é que ele foi atendido no Hospital Miguel Couto, sendo que correu um boato muito forte de que ele tinha morrido, sem ter sido atendido. Isso é prova suficiente que Alfredo Sirkis está errado ao dizer que tudo começou com a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto no restaurante do Calabouço no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968.

O calabouço era um núcleo tremendo de comunistas e mantinha ligação com a Faculdade Nacional de Filosofia, cuja atuação tinha um âmbito enorme, muito vasto,

alcançava vários pontos aqui do Rio de Janeiro, mantendo ligação permanente com várias outras faculdades.

Em alguns dias daquele ano, quando estava, no Rio, a serviço, assisti àquela turba de estudantes no Centro da Cidade, quebrando tudo por onde passavam. Inclusive as lojas comerciais que não tinham tido tempo de fechar as suas portas. Era uma multidão incontida, raivosa, verdadeiras hordas.

Voltando no tempo, a arregimentação na Faculdade Nacional de Filosofia se dava até mesmo antes do candidato à Faculdade se tornar aluno. No pré-vestibular, a quase totalidade dos professores pertencia à Organização de Base do Partido Comunista Brasileiro ou, no mínimo, fazia parte dos chamados aliados ou simpatizantes.

Eram gentis e prestativos com os freqüentadores do pré, oferecendo-lhes livros, fazendo favores pessoais etc., tudo com a finalidade de arregimentá-los para a Organização de Base do PCB na Faculdade Nacional de Filosofia.

Dentro das normas gerais de ação adotadas pelos comunistas num primeiro estágio, deviam procurar fazer com que o aluno quebrasse os seus vínculos com a família e por esse motivo o membro do partido comunista Pedro Celso Uchoa Cavalcante Neto, anterior inclusive ao inquérito da Faculdade Nacional de Filosofia, mas que levantamos na época, fundou o "clube da cueca" que nada mais era que um apartamento para encontros com a finalidade de alunos da Faculdade Nacional de Filosofia realizarem relações sexuais de acordo com quem estivesse lá disponível.

Alguns anos depois, quando aquele aluno comunista saiu da Faculdade, foi então criado pelo aluno membro do PCB (Partido Comunista Brasileiro), Antônio Carlos Faria Pinto Peixoto o "clube do amor livre", que funcionava de maneira idêntica ao "clube da cueca".

Outro tipo de arregimentação usada pela Organização de Base (OB) da Faculdade consistia no fato de alunos de melhor nível, de boa estampa, aqueles que eram extrovertidos, simpáticos convidavam os alunos do sexo oposto e que eram muitas vezes menos bonitos, não tão bem apessoados para assistirem reuniões da OB. Então, aqueles alunos ficavam enaltecidos com essa deferência e começavam assim a freqüentar aquelas reuniões da organização de base e à medida que o candidato a aluno ficava mais digno de confiança era levado a participar de reuniões de maior importância.

Tudo isso era muito atraente para o jovem, principalmente para as moças que estavam ávidas de liberdade "entre parênteses" sexual. Porque nós vivemos aqui numa metamorfose da nossa sociedade, num estágio em que essa condição de liberdade sexual foi colocada num patamar muito alto.

Havia informações na Faculdade para desenvolver uma técnica para fabricar líderes, isso era muito fácil. Eram instruções que vinham da Rússia, porque nós

pegamos na Faculdade Nacional de Filosofia muitos documentos vindos da Rússia com orientação do Partido Comunista russo.

Então uma das maneiras de se fazer líderes era essa de o aluno ouvir as aspirações de todos os alunos. Então, um queria que a Faculdade fosse pintada, outro queria que tivesse futebol após as aulas. Cada um queria uma coisa: que a cantina fosse melhorada etc. E aquele, que ia ser fabricado como líder, ouvia aquelas aspirações todas e, no momento oportuno, ele defendia aquilo tudo. E ficava simpático a todos porque os alunos diziam: "Puxa, ele falou nesse ponto que eu gosto, que eu achava que devia ser." Então, esse era um artifício que se usava para se fabricar líderes.

Isso tudo me foi possível conhecer porque estive de fevereiro de 1965 a janeiro de 1966 à disposição do Inquérito Policial Militar (IPM) da Faculdade Nacional de Filosofia.

Em 1966, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Popular (AP) entraram em acordo para dividir entre eles o comando dos diretórios estudantis das faculdades que pudessem ter representações de alunos. Nem todas as faculdades podiam ter representações, ter grêmios. Então entre essas que podiam ter grêmios, o PCB e a AP dividiram, ou seja, quem ia pertencer a um ou a outro.

A Faculdade Nacional de Filosofia naquela época mantinha ligações com vários outros elementos comunistas de outras faculdades como o restaurante do Calabouço e com o Ministério da Educação. Havia, por exemplo, uma aluna, Regina do Prado, que era secretária de finanças da organização de base...

De abril de 1969 a novembro de 1970, exerci as funções de Oficial de Informações (S2) do 2º Grupo de Canhões 90 Antiaéreo, em Quitaúna, Osasco, SP. Nessa época, inclusive, fui muito feliz na minha atuação como S2, porque indiquei, para a rede de informações do Exército, como provável área de guerrilha do desertor e traidor da Pátria, Capitão Carlos Lamarca, que servia no 4º RI, em Quitaúna, ao lado do meu quartel, a área de Sete Barras, Barra do Turvo e Registro. Isto veio a se confirmar depois.

De maio de 1971 a março 1973, fiquei à disposição do DOI/CODI do II Exército. Quero lembrar que a minha indicação e de mais dois companheiros foram as primeiras indicações nominais para o DOI/CODI do II Exército. Até então a indicação era quantitativa. Chegava no quartel a mensagem: Deveis providenciar a apresentação de um capitão... e a partir da indicação desses dois companheiros e a da minha, começaram a ser as indicações nominais. Porque na realidade aquela organização era de uma seriedade absoluta e havia a necessidade de que alguém quando fosse prestar o seu serviço ali tivesse o seu nome examinado sob vários ângulos, porque,

para o DOI/CODI, acontecia, às vezes, de irem oficiais ou sargentos e não permanecerem lá uma semana, sendo recambiados para a tropa de volta...

Não tinham as características necessárias, exigidas.

Quando cheguei lá, o nosso comandante me deu a opção de fazer o expediente de 24 por 48 horas ou então fazer oito horas diariamente de expediente. Ia cuidar da parte administrativa. Era o terceiro mais antigo da organização e fui com mais dois outros oficiais. Preferi, por uma conveniência pessoal, fazer o expediente de oito horas diariamente. Porém, não fui encaminhado para essa função administrativa. Foi um outro companheiro e fiquei como um dos três elementos que, na época, dava o serviço de oficial de permanência que, naquela época, também cumpria todas as missões, normalmente quando o expediente acabava tais como análise, investigações, prisões etc.

Desta maneira, foi que "levantei" vários elementos que foram presos por nós e que estavam completamente envolvidos, inclusive pertencentes a grupos de tiros etc., como foi o caso do Luís Merlino que era do POC (Partido Operário Comunista). Luís Merlino tinha chegado da França e estava em Santos, quando mandei uma das minhas equipes de busca e apreensão prendê-lo lá em Santos. Ele tentou, ainda, se evadir da sua casa pelos fundos, mas nós trabalhávamos muito bem. Era muito difícil fugir da mão da gente e ele foi preso nessa época. Mais tarde, infelizmente, segundo soube que ele veio a falecer, porque tentou fugir. Isso às vezes acontecia. Uma vez, um elemento que era de uma organização terrorista foi "cobrir um ponto", traduzindo: foi a um determinado lugar para se encontrar com outros terroristas e ele, apesar de estar algemado e com um agasalho cobrindo as algemas, se atirou embaixo de um caminhão e morreu em Pinheiros.

E houve uma exploração, logicamente, de que nós tínhamos matado o indivíduo. O motorista do caminhão diariamente ia ao DOI, porque estava preocupado em ter matado o rapaz. Sabíamos, tínhamos certeza absoluta, que ele não tinha culpa nenhuma, porque foi o rapaz que se jogou para não se entregar a ninguém.

Verdadeiro kamikaze.

É, foi um *kamikaze*. Foi um homem suicida mesmo. Então, para terminar essa primeira parte, queria dizer ainda que trabalhando no DOI, levantamos até a imprensa comunista daqui do Rio de Janeiro. Às vezes, tínhamos elementos em quatro estados do Brasil de uma só vez, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. São Paulo porque havia uma rede de comunicações, o que, aliás, acho que é muito saudável. Nos dias atuais, em que o narcotráfico domina, acho que devíamos ter um órgão central, uma espécie de DOI. Acabamos com o terrorismo no Brasil, doa a quem doer. Por isso, eles vivem falando em torturas, para justificar a

clamorosa derrota das numerosas organizações voltadas para a luta armada no confronto com os nossos DOI.

Exatamente. Hoje, estão aí os bandidos fazendo o que querem, porque não há uma coordenação.

Não há, infelizmente. Dei instrução de segurança graciosamente nas minhas horas de lazer, porque fazíamos parte da comunidade de Osasco, porque o quartel em que fui S2 estava em Quitaúna, local pertencente ao município de Osasco, 10º em arrecadação do País. Arrecadava mais do que muitas capitais do Brasil e Osasco era um barril de pólvora. Em colaboração com as indústrias de Osasco, dei instrução de segurança de manuseio de armas, fazia um perfil psicológico e mandava em envelope lacrado para o representante de uma das indústrias de Osasco. Mandava as informações que podia colher a respeito daqueles elementos de segurança, que eram muitos, que iam lá com a finalidade de ter instrução comigo.

E foi assim que descobri que tinha um sargento da Marinha, que havia sido expulso por subversão no Nordeste, e estava trabalhando como segurança de uma das grandes indústrias lá de Osasco, se não me engano a Braseixos ou a Cobrasma.

Creio que essas duas firmas pertenciam ao empresário Luiz Eulálio Bueno Vidigal, que foi Presidente da FIESP, de 1979 a 1982, quando lá servi. Não sei se ele continuou no cargo.

Eram firmas de grande porte.

De maio de 1979 a abril de 1980, fui Comandante do DOI da 5ª RM/DE, 5ª Região Militar e Divisão de Exército. Bom, aí o procedimento, o comportamento do DOI era completamente diferente do que fora em anos anteriores, quando prevaleciam as operações de informações, os confrontos com os terroristas. Então, ali, fazíamos mais o quê? Fazíamos mais era um trabalho de informações, algumas vezes infiltrando elementos no meio civil. Cheguei a alugar uma casa e fazer a mesma coisa que os comunistas faziam nos aparelhos. Colocavam dois terroristas, um homem e uma mulher para dar aquele aspecto de família etc. A mesma técnica usei lá em relação ao DOI, para obter informações e infiltrar-me na sociedade de Curitiba. Lamentavelmente, nessa época, não fiz muita ligação com outras cidades do Paraná e de Santa Catarina porque a nossa verba ficou curta... Era importante fazer essas viagens, ainda mais com a vivência que tinha nesse campo, a fim de manter um contato constante com os nossos companheiros na área de informações para eles nunca serem surpreendidos.

Aproveitei o dinheiro da verba que era destinada a combustível e a gastos com viagens e comecei a construir o muro nos fundos do DOI, porque até então não havia muro. Consegui, pelo menos, levar até mais da metade, porque havia uma enorme carência de dinheiro para qualquer tipo de melhoramento que quiséssemos

fazer. Sempre foi muito escassa a verba para o Exército, mas, nessa época, com os reflexos da segunda crise do petróleo, a coisa piorou sensivelmente.

A Revolução "cortou na própria carne" em todos os aspectos.

Tivemos o tempo todo carência de recursos. Então, de maio de 1979 a abril de 1980, quando fui comandante do DOI da 5ª RM/DE, não tenho muita coisa para falar a respeito, pois o ambiente já estava bem mais calmo, estava tudo sob controle. Fiz uma das viagens com uma das terroristas conhecida por Linda Taiá. Antes de ingressar na clandestinidade e no terrorismo, ela morava na Rua Cerqueira Daltro, em Cascadura. Ela se amasiou com Milton José Barbosa, radiotelegrafista da 1ª Região Militar, servindo no Quartel-General do Exército, onde estamos realizando esta entrevista. Ele recebeu ordem de Brasília para que a autoridade superior daqui – o Comandante do I Exército – detivesse determinados oficiais, por ligações feitas com organizações comunistas. E ele o que fez? Como ele era comunista também, avisou aos oficiais e caiu na clandestinidade adotando nome falso. Deixou a carreira e tudo em benefício dos princípios ideológicos que defendia.

Foi esse tipo de pessoal que enfrentamos, um pessoal obcecado, obstinado, onde a ideologia era colocada em primeiro lugar. O camarada deixava a profissão, deixava tudo, a família, pai, mãe impregnado pela ideologia que em nada se assemelhava aos princípios que norteiam a Pátria brasileira.

Mais tarde vou ter a oportunidade de me referir a esse tipo de problema: da quebra dos vínculos da pessoa com a família. Milton Barbosa, o sargento que caiu na clandestinidade, utilizou como um dos lugares para exercícios de tiro de arma portátil, a praia de Itaipuaçu, que naquela época, era muito deserta. Houve um tiroteio entre os seus quadros e o pessoal do DOI de São Paulo, do II Exército, e ele faleceu em decorrência desse tiroteio e aquela moça, Linda Taiá, que era professora primária, foi atingida por um disparo na altura do frontal, perdendo uma parte do osso. Ficou muito tempo presa conosco no DOI de São Paulo, depois se recuperou.

Inclusive quando foi presa, estava grávida e ela teve a criança lá dentro do DOI. Isso veio a desmentir os maus-tratos que muitos diziam que praticávamos contra as pessoas presas. Até a própria esposa do nosso comandante, do então Major Carlos Alberto Brilhante Ustra, ia lá dentro do xadrez, muitas vezes, para conversar com as moças que estavam presas e passeava com elas no pátio. Então, tinha todo esse tom de humanidade e que, infelizmente, os meios de divulgação do País jamais propalaram nada dessa natureza. Tínhamos que ter divulgado toda essa verdade, inclusive do DOI que não perdeu o seu lado humano, como estou relatando, apesar de ter enfrentado os mais perigosos terroristas, que foram os que atuaram em São Paulo, durante a Operação Bandeirante (OBAN).

Perguntaria ao nosso Coronel, quais as raízes da Revolução de 31 de Março?

No meu entender, as raízes do movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964 se reportam a um período anterior a 1922, ano da fundação do Partido Comunista Brasileiro. Então, tivemos a Revolução Russa em 1917, e de lá para cá surgiram os adeptos do comunismo, seduzidos por essa ideologia enganosa.

Tanto isso é verdade que quando caiu o Muro de Berlim, ficou bem caracterizado que a Alemanha Ocidental estava cem vezes à frente da Alemanha Oriental. Nunca, nunca, ninguém quis fugir da Ocidental para a Oriental. Sempre se pulava o muro para cá.

Como nunca vi ninguém fugir no mar bravio, com tubarões, em barcos frágeis, de algum país, só de Cuba. Somente em Cuba que o pessoal foge pelo mar, desesperado...

Arriscando a sua própria vida.

Como a mãe desse tal garoto que eles fazem tanta propaganda que morreu fugindo do regime. Somente de Cuba, alguém foge em barcos tão frágeis, sem nenhuma segurança, para tentar se ver livre?

Um grande risco de vida, porque aquela área do mar do Caribe é infestada de tubarões. Veja que regime maldito que leva as pessoas a arriscar tudo para se ver livre daquele inferno!

É uma região característica de abalos sísmicos, maremotos, terremotos.

Agora mesmo houve um terremoto em El Salvador. É uma região de abalos sísmicos, de terremotos, maremotos etc. Fugindo do inferno, o cara joga tudo e, felizmente, muita gente conseguiu chegar a Miami.

O Partido Comunista Brasileiro fez várias tentativas para implantar o comunismo no Brasil, principalmente nos anos de 1935 e 1964, e, mais a frente, em pleno período da Revolução de 1968 a 1974, ano em que as organizações comunistas, na sua grande maioria, já tinham sido derrotadas pela ação dos nossos DOI/CODI.

Em 1935, houve a primeira manifestação mais significativa para acabar com a democracia em nosso País – a Intentona Comunista. Em 1962, houve uma dissidência no PCB (Partido Comunista Brasileiro), sendo que o João Amazonas continuou no partido e o Maurício Grabois se afastou, fundando o Partido Comunista do Brasil (PC do B), dentro da linha chinesa.

Que é a linha da revolução armada.

A mais violenta linha que não aceita a via pacífica, mantida pelo PCB naquela época, ou seja, tomada do Poder, através da subversão, da agitação e da propaganda.

Muita gente se esquece de que a China quando se tornou comunista e quando a Rússia foi lá dizendo para eles lhe pedirem a bênção, o chinês disse: "Olha, quem

manda aqui na China somos nós." A China o que era? Era um conjunto de cidades afastadas umas da outras, onde havia pequenos reis que dispunham da vida e da morte de seus súditos. Mao Tsé-tung, muito inteligentemente, apelou para esse artifício – o comunismo. Para quê? Para unificar a China e aí veio essa revolução cultural etc., já bem difundida. Então, na China, o comunismo conseguiu a unificação de todos os chineses do continente em torno dessa ideologia, evidentemente a ferro e fogo. Não tenho dúvida de que foram cometidas muitas barbaridades em nome disso. Ficou de fora, apenas a China Nacionalista, hoje Taiwan.

Inclusive a própria implantação do comunismo na China, devemos lembrar, deu-se quando o país estava em plena Segunda Guerra Mundial e o comunista, ao invés de defender a sua pátria, a China, dentro do conflito mundial, ele se valeu do fato de o País estar em guerra, para "minar" e tomar o Poder, enquanto os chineses lutavam na Segunda Grande Guerra. O comunista não tem compromisso com o país, e sim com o sistema comunista internacional.

Exatamente.

A ideologia é internacional, eles são internacionalistas.

Eles se valeram do conflito mundial em que a China estava envolvida.

Mao Tsé-tung fez a coluna e foi agregando camponeses que não tinham outra opção, bem característico da técnica comunista de agir, adere na marra, como eles ameaçavam fazer por aqui, em 1963 e 1964.

Exatamente, como queriam fazer aqui no Brasil em 1964, provocando o caos. Quando a pessoa não tem para onde ir, nem como resistir aparece alguém acenando com uma única bandeira, que não admite contestação, bandeira do partido único, se apresentando como o dono da verdade e não deixando espaço para outra opção.

Além disso, como o Exército, as Forças Armadas chinesas estavam em ação, quando passava a coluna de Mao Tsé-tung, não havia quem defendesse o camponês, que era obrigado a aderir, porque senão aderisse, ele seria sacrificado e não havia ninguém para defendê-lo, porque o Exército regular estava em guerra.

Essas revoluções comunistas elas se fazem muito facilmente porque até fazendo uma blague, uma ironia, é só mandar as pessoas que são contra levantar o braço e põe no paredão. Aí, fica todo mundo favorável. Quem foi contra já morreu.

Então, em 1962, houve essa dissidência do PCB e o João Amazonas continuou no partido e o Maurício Grabois afastou-se, fundando o PC do B, de linha chinesa, que era a da luta armada. De 1966 para 1967, uma ala vermelha do PC do B organizou um grupo de guerrilha rural no Araguaia, em Chambioá, ao sul do Pará, neutralizada pelo Exército Brasileiro, em 1973 e 1974. Até disseram que as forças militares matavam todo mundo, mas o José Genoíno está vivo para provar o contrário.

Eles não gostam do Médici porque ele derrotou todos esses movimentos urbanos e rurais. A guerrilha derrotada no Brasil continua viva na Colômbia, separando o País em facções. E nós, felizmente, conseguimos eliminar esse movimento.

O movimento do Araguaia, descoberto em 1972, só foi totalmente derrotado pelo Exército Brasileiro em 1974. Esses partidos comunistas são engraçados, volta e meia, eles têm os rachas: o cara que explode tudo, diz que quer ser mais violento e outro que diz que não deve ser tanto. Eles vivem criando novos partidos, mas todos rezando na cartilha comunista.

Criaram o PCBR.

É, mas eles todos, em primeiro lugar, "se dão às mãos", pois é o objetivo deles. Depois, é que vem a briga "intestina" a briga interna.

Porque todos querem mandar.

Exatamente, então eles têm essa vaidade. Em 1968, o Mário Alves e outros dissidentes do PCB fundaram o PCBR que é o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Após a renúncia do Jânio Quadros, em 1961, com a ascensão de João Goulart ao Poder, ficou criado o caos no País, no primeiro trimestre de 1964, sobretudo em março, dando ensejo a uma situação favorável para que fosse estabelecido o comunismo.

É isso que ninguém diz. Dá a impressão de que o Brasil estava calmo, tranqüilo, e as Forças Armadas, então, se apoderaram do Governo, quando, na verdade, a situação era completamente oposta, com conflitos generalizados, quase que diários.

Ninguém produzia no País, anarquia geral, greves diárias em todos os pontos até nas padarias e, naquele momento, alguém teve que fazer alguma coisa quando chegou a um ponto de minar a disciplina dentro das Forças Armadas. Foi, aí, que eles se deram mal, quando as Forças Armadas não aceitaram aquilo, impulsionadas pelo povo, assustado com as afrontas às instituições.

Em resposta a tudo isso, surgiu o Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964, que foi uma conseqüência, não foi uma causa, pois a causa foi a existência de uma revolução em curso, em acelerado andamento.

A guerra fria, pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo ficou dividido politicamente em dois: democracia e comunismo. O comunismo intensificou suas ações de propaganda e domínio de vários países. Vimos a Hungria pedindo socorro ao mundo e ninguém socorreu, e ela foi comunizada. Eles entraram na Tchecoslováquia e em todos os países daquela área, criando a Cortina de Ferro, protegida pelo Pacto de Varsóvia.

Polônia, que fez a guerra contra os nazistas e antes do término do conflito já estava dominada por outro regime totalitário tão pernicioso como o que fora derrotado com a participação altiva dos poloneses.

A Polônia é a eterna sofredora. Digo isso porque a minha avó era polonesa, apesar de ter vindo com nove anos para o Brasil. Ela era, talvez, mais brasileira do que muitos brasileiros. Sofria na Polônia e sofreu mais tarde com essa incursão do comunismo no início da década de 1960 na direção do Brasil. O mapa mundial estava se tornando cada vez mais vermelho nessa época. Olhávamos para o mapa e víamos que ele estava sendo comunizado paulatinamente.

Sobre esse aspecto aqui abordado sobre o problema da Polônia, ouvimos, no Projeto anterior, um ex-combatente polonês que nos falou sobre a Segunda Guerra e sua participação como capitão do Exército. Quando terminou a guerra ele teve que fugir para a América, porque não pôde voltar para a Polônia. Ele participou da guerra contra o alemão, contra o italiano, contra o eixo, lutando pela democracia, e o País dele se comunizou, envolvido pela União Soviética, o que o obrigou a vir para a América do Sul. Imagine o que é um homem lutar, enfrentar uma guerra e depois não poder voltar para o seu país por vê-lo, de repente, nas mãos de Stálin.

Os analistas políticos da época, da Segunda Guerra Mundial, já estavam esperando que isso fosse acontecer. Depois da divisão do mundo, nessas duas facções, uma democrática e outra comunista. E as próprias cidades e povos que eram libertados corriam para o lado do Ocidente, fugindo do domínio soviético.

Exatamente a bipolaridade.

Com um dos pólos querendo aumentar o seu poder através do movimento comunista internacional, presente nos quatro continentes.

Gostaria de fazer um adendo ainda a respeito da Segunda Guerra Mundial: o Brasil como um País democrático, religioso, tinha que adotar medidas que sustassem as possibilidades de que ele e outros países da América do Sul fossem comunizados.

Porque, na realidade, não é querer ser prepotente, mas o Brasil é um País continente e tenho a impressão de que se descambasse para um lado, o mesmo aconteceria com toda a América do Sul.

Coronel, acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964, o que gostaria de acrescentar?

Anteriormente a 31 de março, o panorama político no País era desalentador. Jânio Quadros, eleito por grande maioria de votos, em sete meses de governo cometeu pecados capitais, condecorando com a Comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul Che Guevara – emissário encarregado de difundir o comunismo nos países sul-americanos

e, finalmente, renunciando em 25 de agosto de 1961. Foi uma nuvem de péssimo tempo que passou pelo Brasil. Infelizmente, esse pândego traiu o povo brasileiro. Foi votado maciçamente e traiu todos os ideais do Brasil: de liberdade, de democracia, de tudo que é bom e saudável.

As Forças Armadas garantiram a ordem no País após a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, permitindo a posse de Raniere Mazilli, que era o Presidente da Câmara dos Deputados. João Goulart que estava na China em visita após 13 dias, também teve a sua posse garantida pelas Forças Armadas, com a mudança do regime de presidencialista para parlamentarista, conferindo-lhe menos Poder, porque ele não era confiável e provou isso. Era muito pior do que se imaginava!

Coronel, havia de fato um clima de insatisfação contra o Governo de João Goulart?

Isso era quase que total. O novo Presidente João Goulart, despreparado e alvo de desconfiança por parte dos militares e das elites brasileiras, adotou procedimentos populistas. Lamentavelmente, nós militares, tivemos que atender aos anseios do povo e depô-lo, para trazer novamente a paz e a ordem ao nosso Brasil.

Falei em procedimentos populistas adotados pelo Presidente da República. Começou a surgir essa dupla pressão – do Governo, de cima para baixo, e dos movimentos sindicais e estudantis, de baixo para cima. Achatando o quê? A classe média que é o amortecedor da democracia e ela faz o papel do "capitão no corpo de tropa". Ela lida com o pessoal de maior e de menor categoria hierárquica, ela é o termômetro porque está no meio.

Exatamente, daí se chamar o capitão de oficial do círculo intermediário.

É por isso, exatamente! Muito bem chamado de oficiais intermediários que são do círculo dos capitães. Para o estabelecimento da incômoda situação política que João Goulart adotou, ele contava com a colaboração do seu cunhado, que é esse anarquista, que nós conhecemos, Leonel Brizola.

As greves cada vez eram mais constantes e começava a faltar alimentos para o povo, o racionamento alcançou índices maiores do que na Segunda Guerra Mundial. Quando terminou a Segunda Guerra Mundial eu era criança, mas não me lembro de faltar leite como faltava nessa época do Jango. Tinha que ficar durante a madrugada na fila, alternando com a minha sogra, para conseguir um litro de leite para as minhas crianças. Faltava feijão, arroz e outros gêneros alimentícios.

Por isso, insisto em dizer que hoje querem dizer que aquilo era um mar de rosas, mas, na verdade, faltava até leite para as crianças. Porque nada se produzia no País, sempre em greve, com os transportes sem funcionar, não deixavam o povo chegar ao local de trabalho.

Nada funcionava, era só greve, greve de tudo.

Greve em apoio a outras greves, greves de solidariedade, uma tremenda anarquia.

No campo, eram as "Ligas Camponesas", semelhante ao Movimento dos Sem Terra (MST), que vive invadindo fazendas e prédios públicos, fazendo tudo que querem, sem a menor reação das autoridades responsáveis.

Hoje o problema fica restrito a um grupo – o MST – que faz o que quer e não há punição para eles. A autoridade se omite, vergonhosamente. Naquela época, o grevismo era um fenômeno que envolvia todos os sindicatos, todas as categorias.

Era generalizado. Hoje é particularizado, é específico, obedece a ideologia comunista e que busca objetivos eminentemente políticos, usando um enorme grupo de infelizes inocentes úteis.

Exatamente, mas conta fundamentalmente, como naquela época, com o beneplácito do Governo.

Ahhh! Completamente.

Como viu a posição da Igreja com relação ao Governo Goulart?

Na verdade, o que aconteceu foi a participação, em 1964, da Igreja ativamente nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, cansada de tanta baderna, de tanta greve, ela comungava das mesmas idéias da grande maioria do povo brasileiro que pedia a intervenção das Forças Armadas.

Posteriormente, o que houve foi uma infiltração, uma importação de padres estrangeiros, terrível dentro da Igreja e dos seminários, padres que não tinham o menor compromisso com a consecução dos nossos objetivos nacionais, o que continua acontecendo hoje, elementos cujos interesses conflitam com os interesses do Brasil.

Em pouco tempo, aquilo que eles quiseram fazer com as Forças Armadas em 1964, fizeram com a Igreja logo depois. Apareceram figuras que justamente levaram a Igreja para outro caminho, como Helder Câmara, Evaristo Arns, os da chamada Igreja "progressista", "progressista" entre aspas, era a igreja da subversão e do apoio à luta armada, representada em sua maioria por estrangeiros, que continuam atuantes hoje, como são os tais freis, Beto e Boff, o primeiro grande amigo de Fidel Castro e o segundo um dos defensores da teologia da libertação, que mistura cristianismo com marxismo.

Até hoje, esses dois falsos religiosos continuam o seu trabalho de destruição da Igreja Católica...

Lembro-me de que a atuação da Igreja nos anos que se seguiram ao Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964, que a Igreja apoiou, tornou-se de contestação.

Aí vieram os "padres de passeata" que participavam das passeatas da mazorca, da anarquia de 1967 e 1968.

Eles faziam a contestação aos governos exercidos por militares na Presidência da República, valendo-se dos padres ditos progressistas e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que praticamente ensejaram o aparecimento da Ação Popular (AP) tida como comunismo católico, que foi exatamente fruto da infiltração dos comunistas na Igreja Católica.

O que se passava no meio militar, antes de 1964? Houve tentativa de criar cisões nos quadros das Forças Armadas?

Havia um descontentamento generalizado das Forças Armadas por parte de oficiais e sargentos pelos rumos que o Presidente impunha ou tentava impor ao País. Poucos oficiais e sargentos eram simpáticos ou solidários a João Goulart. O que havia era uma preocupação de uma parcela de militares com a obediência à Constituição, mas não mais com a intensidade de 1961. Somente na Marinha de Guerra, houve manifestações violentas favoráveis ao Presidente Goulart em face dos marinheiros usarem como veículo de agitação o Sindicato dos Marítimos para dar vazão à desordem e à insubordinação, o mesmo acontecendo com os fuzileiros navais incentivados pelo Comandante do Corpo, o pândego Almirante Aragão.

No Forte Barão do Rio Branco, em Niterói, o Major Queiroz, Comandante da organização militar, era comunista e contava com a simpatia do Capitão Jacson, que, como isso, tentava aliciar e intimidar alguns de seus oficiais para a causa deles.

Corria "a boca pequena" que o Comandante da Bateria de Artilharia de Macaé, também, era "comunista de carteirinha". E o Comandante do 4º Grupo de Canhões 90mm Antiaéreo (4º GCan 90), de Niterói, nutria uma forte simpatia pelo Governo, por motivo de amizade com João Goulart.

O Clube Militar e congêneres eram radicalmente contrários ao João Goulart. Todos já sabiam, desde 1961, que ele não seria capaz de governar o País, com o mínimo de aceitação, apenas as Forças Armadas aceitaram, por força da tese da legalidade, dar posse a Jango.

Quais os principais acontecimentos determinantes do desencadeamento da Revolução no dia 31 de março?

Os acontecimentos que provocaram a Revolução de 31 de Março de 1964 foram, principalmente, o comício na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, e a reunião realizada com os sargentos, no auditório do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, em 30 de março de 1964.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

A Marcha da Família com Deus pela a Liberdade, em 19 de março 1964, na Cidade de São Paulo, constituiu-se na maior manifestação popular havida até então no Brasil e reuniu uma multidão de cerca de um milhão de pessoas em defesa das instituições democráticas brasileiras e de repúdio ao comunismo.

Outras marchas, com o mesmo título e os mesmos propósitos, foram realizadas em outras cidades brasileiras e a mais expressiva foi a do Rio de Janeiro que reuniu mais de um milhão de pessoas em comemoração à queda do Governo Goulart. Para comprovação desses fatos, é suficiente recorrer aos jornais da época.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução?

As Forças Armadas são constituídas de pessoas do povo – são os brasileiros fardados, crentes em Deus, patriotas – que sempre fizeram, ao longo dos anos, defender os anseios do povo de respeito à democracia, à liberdade, à ordem e à lei. Tenho um colega que hoje é Coronel de Artilharia que foi engraxate na Central do Brasil. Queiram ou não os nossos inimigos "o Exército é o povo em armas".

O Exército é a Força Armada com o maior efetivo e se constitui na maior organização do Brasil, porque conta com unidades, distribuídas em todo território nacional.

Com um Batalhão – 8º Batalhão de Infantaria de Selva (8º BIS) – e mais de vinte pelotões na nossa linha de fronteira, permanece dando vida a muitos lugares onde começa o Brasil.

As Forças Armadas e, particularmente, o Exército, formam o braço forte que atenderam à vontade dos brasileiros desde 19 de abril de 1648, em Guararapes, no Brasil Colônia, derrotando e expulsando os holandeses de nosso território.

Havia uma Revolução em andamento no País, na década de 1960, de cunho comunista?

Pelo menos era o que dizia o próprio Luís Carlos Prestes – um dos maiores traidores da Pátria, cognominado pelos comunistas de o "cavalheiro da esperança". Durante os vários anos em que viveu na Rússia, ocupava uma casa de quatro quartos. Tinha a sua subsistência e da sua companheira garantidas, recebendo ordenado de Moscou e passagens de avião gratuitas. Tudo isso proporcionado pelos comunistas.

Ora! Sabíamos que, naquela época, em uma casa de quatro quartos na Rússia, deviam morar quatro famílias. Veja a credibilidade desse homem entre os marxistas–leninistas. Com as informações cedidas por Luís Carlos Prestes aos russos e à União Soviética, era fácil colocar informantes no Brasil a serviço do comunismo. Vimos isso há alguns anos, no *Globo Repórter*, só que ninguém mais parece que se

lembra disso. Tenho a fita gravada comigo sobre aquele casal comunista que era espião aqui no Brasil.

Nos seus cálculos, os comunistas estavam no Governo e buscavam o Poder a todo custo através da revolução que implantaria aqui a "ditadura do proletariado".

Inclusive, nessa própria fita, existe também uma entrevista com um major que é meu xará, Major Orestes, que fugiu de Cuba num avião e levou a família para os Estados Unidos. Ele dá uma entrevista nessa mesma fita. A fita está à disposição do Projeto.

Agradecemos a boa vontade.

Quando eclodiu o Movimento de 31 de Março de 1964, foram detidos vários chineses. Muita gente também não se lembra disso. Eles estavam de posse de muitos dólares e canetas-revólveres calibre 32. Estive com essas canetas na minha mão, na época que estava à disposição do inquérito policial militar da Faculdade Nacional de Filosofia e andava sempre em contato íntimo com o SNI e, através do SNI, cheguei a manusear essas canetas.

Eram canetas como essa aqui, como uma caneta comum. Tinha percursor que ficava travado, era do tipo dessa técnica que é usada com essas canetas multicores, que a gente abaixa uma e prende. Então, puxava-se como se fosse um gatilho ao chegar perto do sujeito para matá-lo. Servia para fazer a eliminação seletiva, atividade em que era muito usada. A pseudocaneta-tinteiro era muito empregada no terrorismo seletivo.

Quando eclodiu o Movimento de 31 de Março, estavam cheios de dólares e com essas canetas, e a única coisa que aconteceu na época é que eles foram expatriados, recambiados lá para a China, foram expulsos do nosso País.

Imagine esses camaradas agindo dessa forma em Cuba quando a revolução venceu – iriam todos para o paredão.

Exatamente, não tinha conversa.

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução?

Olha o Poder Legislativo não se opôs ao movimento armado e transformou-se em colégio eleitoral. O Presidente ainda se encontrava no País quando o Congresso declarou o cargo vago. Quer dizer que eles estavam de pleno acordo com a Revolução. Na época em que o Governo constituído optou por certas cassações de deputados e quando da adoção dos atos inconstitucionais, o Congresso já começou a se mostrar reacionário.

O Poder Judiciário, como estava antes da Revolução, permaneceu exatamente o mesmo, sendo que o Supremo Tribunal Federal nunca protestou contra as cassações

e outras medidas de exceção, traduzindo, com essa atitude, com esse consentimento, apoio à Revolução, conferindo-lhe legalidade institucional.

Como se portaram os sindicatos e entidades tachadas de esquerdistas logo após o início da Revolução?

As entidades tachadas de esquerdistas, como a UNE (União Nacional dos Estudantes), o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), o PUA (Pacto de Unidade e Ação), a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria), a CNTC (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio), logo após o início da Revolução de 31 de Março de 1964 ficaram desarticuladas durante algum tempo. Mas esse pessoal da esquerda, os comunistas, eles não param jamais de trabalhar, então, eles podem levar uma "solapada", uma derrota, mas eles buscam se reestruturar. Então, ficaram desarticulados, mas não foi por muito tempo.

Em fins de 1965 e em 1966, já estavam reestruturadas e organizadas algumas dessas entidades, a ponto de entrarem num acordo de dividir os diretórios acadêmicos das faculdades entre o Partido Comunista Brasileiro e a Ação Popular (AP).

O próprio professor Faria Góes, que era Brigadeiro Médico da Aeronáutica da reserva e Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia me disse: "O bloco democrático está muito bom e a eleição quem vai ganhar é o representante do bloco democrático." Ele acreditava nisso e eu o avisei...

Eu só o chamava de professor, que é muito honroso. Eu lhe disse: "Professor, quem vai ganhar lá na sua Faculdade é uma representante da Ação Popular, é Maria Olívia Chagas e Silva. Ela não precisava necessariamente ganhar a eleição para presidente. Nesses órgãos, havendo uma ou duas figuras para convencer as outras, é o bastante." Porque elas conduzem as outras. Não é preciso que um diretório tenha todos os seus elementos comunistas, basta um ou dois que o levem a adotar atitudes comunistas. Bastava, portanto, um ou dois, porque eles são extremamente atuantes. E, pelos menos, um, em cada diretório, era estudante profissional, principalmente a partir de 1968.

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, inclusive dos Estados Unidos?

Vou ser muito sintético porque desconheço qualquer auxílio externo. Trabalhei em informações durante muito tempo e jamais esbarrei com qualquer documento ostensivo ou sigiloso que fizesse referência a solicitação ou oferecimento de auxílio externo de qualquer tipo.

Desconheço, realmente, qualquer auxílio externo, em especial dos Estados Unidos, para o Movimento de 31 de Março de 1964. Poderia contar com a simpatia de outros países, mas foi um movimento genuinamente brasileiro.

A que atribuir o rápido desmoronamento do chamado esquema militar do Governo João Goulart?

O chamado esquema militar do governo federal não refletia a vontade popular. Ia de encontro ao espírito de paz e de liberdade que o nosso povo temia perder com a adoção do comunismo. Nesse tal esquema, havia carência de lideranças com alguma expressão.

Reinava entre os militares, principalmente entre os oficiais, uma insatisfação generalizada com os rumos políticos adotados por João Goulart.

Quanto ao aspecto chefia e liderança por parte dos oficiais, em especial das tropas do Exército da 4ª Região Militar, do II Exército e da AMAN, que estiveram na eminência de um combate, como é que o senhor aprecia esse aspecto?

O aspecto chefia e liderança por parte dos oficiais das tropas que fizeram a Revolução – forças da 4ª Região Militar, do II Exército e da AMAN – pôde ser bem apreciado, prevalecendo ali a razão, o bom senso e a coragem, características que sempre nortearam o comportamento dos militares brasileiros.

Conseguimos aqui no Brasil com uma "canetada" libertar os escravos, enquanto que, nos Estados Unidos, por exemplo, houve uma guerra fratricida de dez anos para conseguirem isso. Então, o nosso povo é isso e tivemos a adesão à Revolução sem ocorrer um disparo sequer.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

O Movimento de 31 de Março de 1964 foi uma manifestação sincera e definitiva de repúdio ao comunismo. A ideologia nacional sempre foi anticomunista em defesa dos direitos consignados na Constituição, de liberdade e de paz.

Se lembrarmos que o Brasil combateu a Alemanha com o seu nazismo, a Itália com o seu fascismo e não aceitou o integralismo, aqui internamente, ficam reforçados os ideais democráticos dos brasileiros, manifestados pela fração fardada do povo, que se chama Forças Armadas.

Como viu a atuação da imprensa em 1964? A chamada mídia apoiou o Movimento?

A mídia, liderada pela imprensa escrita, apoiou o Movimento integralmente. Se verificarmos os jornais da época, vamos encontrar uma infinidade de artigos apoiando, batendo palmas não só as Organizações Globo, como toda a imprensa de uma maneira geral. Rendendo loas a Revolução, mostrando que todos eles estavam de acordo em considerar a Revolução, com um grande feito realizado no nosso País.

Em seu entendimento, quais foram os benefícios que a Revolução trouxe para o País?

Aqueles que detêm o Poder hoje fazem questão absoluta de omitir os acertos da Revolução de 1964. Assim como de enfatizar os prejuízos que ela teria causado à Nação, dando vazão a um comportamento revanchista, vingativo e covarde, sob os auspícios de um patrulhamento ideológico injustificado.

Alinho como acertos principais da Revolução:

– ter evitado a comunização do Brasil;

– ter neutralizado e extinguido o terrorismo no País;

– a elevação do País a oitava economia do mundo, tirando-a da 48ª posição;

– a significativa redução da inflação;

– a ausência de desemprego;

– o restabelecimento de respeito a autoridade constituída;

– o aumento do PIB de cerca de US$ 78 bilhões em 1963, com 76 milhões de habitantes para US$ 270 bilhões em 1985, com 130 milhões de habitantes. Um aumento de US$ 1 mil para US$ 2 mil de renda *per capita*;

– a capacidade de geração de energia elétrica passou de seis megawatts para mais de quarenta;

– as rodovias federais pavimentadas passaram de 12 mil para 55 mil km.

– a indústria naval chegou a ser considerada uma das maiores do mundo, indicada por alguns como sendo a segunda entre todas;

– o crescimento com índices muito significativos da produção de petróleo e siderurgia;

– a pesquisa de fontes alternativas de energia, metanol e álcool;

– a adoção de um Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, para civis – FGTS;

– a criação do Banco Nacional da Habitação – BNH;

– a construção da Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói), anseio que remontava ao tempo do Império;

– a criação do Projeto Rondon e do Mobral;

– a construção da Rodovia Transamazônica que caiu no vazio por falta de visão de presidentes na dita Nova República, principalmente a partir de 1990.

O PIB praticamente quadruplicou, de 1963 para 1985. Todo mundo, inclusive os estrangeiros, falaram do milagre brasileiro e essa esquerda hipócrita não dá valor às nossas coisas. Ela tem inveja desse período!

Vale a pena repetir que a capacidade de geração de energia elétrica passou para mais de 40 MW. Se não houvesse esse impulso da energia elétrica no País provavelmente não hoje, mas já há muitos anos, estaríamos aqui com o racionamento de energia elétrica. As rodovias federais pavimentadas, volto a destacar, passa-

ram de 12 mil para 55 mil quilômetros. Há que ver o seguinte: quando saí Aspirante, a minha turma de Engenharia toda foi comemorar o seu aspirantado no mato. A turma toda de Engenharia foi servir no mato, fazer estrada para o Brasil onde não tinha o mínimo de conforto.

Temos que nos lembrar de que não é de hoje que grande parte das rodovias e até ferrovias do Brasil foram construídas pelo Exército Brasileiro.

Outro ponto, a indústria naval chegou a ser considerada uma das maiores do mundo. Esses estaleiros que estão fechados hoje, todos eles funcionavam e a pleno vapor. A indústria naval aqui chegou até ser indicada na época como sendo a segunda do mundo.

Vale destacar que a pesquisa de fontes alternativas de energia foi de extrema valia. O metanol ficou aqui também em estudo durante muito tempo e ficou a dúvida se adotaríamos o metanol ou o álcool. O metanol poderia até ser retirado do eucalipto mostrando que somos um País realmente abençoado pela natureza.

Enquanto nosso eucalipto fica adulto com dois, três anos de idade, lá na Suíça, por exemplo, um eucalipto para ficar adulto demora 16 anos. Então, temos aqui esse potencial todo energético para ser explorado.

No Brasil, ficou uma máquina, que tenho conhecimento, funcionando em Itapetininga, durante oito anos, mesclando metanol e óleo diesel, porque nada acontece por acaso. Esse programa de álcool, programa de metanol, não apareceu de uma hora para outra, isso aí é resultado de muito trabalho, é fruto de muitos anos de pesquisa.

A adoção do FGTS foi muito bom para os civis. A criação do Banco Nacional da Habitação, o BNH, que atendeu, de maneira adequada, a uma boa parcela da nossa população que pôde viver a realidade da casa própria.

É importantíssimo esse aspecto que beneficiou muita gente, inclusive o meu primeiro apartamento comprei através do BNH.

Moro numa casa também e tive o apoio do BNH para poder ser proprietário, porque era difícil realmente. Houve uma abertura muito grande para isso.

A construção da Ponte Presidente Costa e Silva que é a Ponte Rio-Niterói, anseio de cariocas e fluminenses que remontava ao tempo do Império. Enfrentei, muitas vezes, as barcaças de Niterói e era horrível. Agora, imaginem vocês, se não houvesse uma ponte Rio-Niterói, como é que seria essa situação aqui do Rio de Janeiro e Niterói, teríamos que continuar passando por Magé ou fazendo a travessia em barcas ou lanchas.

Quantas noites a gente passava em claro na fila para atravessar a baía.

Eram horas que a gente esperava a barcaça; ficava na fila dormindo.

Ficava na fila dormindo dentro do carrinho.

Isso mesmo. E passava horas e horas.

Felizmente, naquela época não havia assalto; se fosse hoje, ia ser todo mundo assaltado.

Naquela época não havia assalto.

Se fosse hoje, você não ia poder entrar na barca, porque não ia ter dinheiro para entrar, não é isso? Hoje é assim. É impunidade, é o bandido solto, não é isso?

É verdade. Outro ponto que alinhei também...

Direito humano é só para bandido hoje. E tem muito espertalhão ganhando um dinheirão por defender bandido!

É, exatamente. Um dos itens que gostaria de abordar se refere à ausência de desemprego. Havia muito emprego naquela época. Tivemos pleno emprego em 1972 e 1973.

A partir de 1990, outro ponto que nos preocupa se refere à Amazônia que foi relegada a plano muito secundário. No meu entender, a Amazônia precisa urgentemente ser ocupada por brasileiros. A Amazônia pede socorro: quer ser ocupada não por estrangeiros, mas por brasileiros, porque a Amazônia é nossa! A Amazônia pertence aos brasileiros. Esta é uma luta de todos, não só das Forças Armadas.

O Exército está, há quase quatrocentos anos, presente na Amazônia, com suas Unidades, sempre com muito pouco apoio, principalmente na faixa de fronteira. Quantas cidades no Brasil nasceram por causa de aglomerações que foram feitas em torno de organizações militares? Quantas cidades existem?

Mas a partir de 1990, como aqui se disse, a Amazônia foi abandonada.

Esses últimos governos só sabem demarcar reservas indígenas contínuas nas fronteiras, o que é extremamente condenável pelos reflexos negativos para o desenvolvimento e para a segurança nacional nessas áreas extremamente importantes do nosso território.

A política indigenista demonstra a incapacidade da Funai de resolver qualquer problema com seriedade...

Os revanchistas querem achincalhar a construção da estrada Transamazônica. Os governos de presidentes militares compreendiam a importância da Transamazônica. A partir de 1990, os governos vêm demonstrando que não entenderam o alcance da Transamazônica, que seria uma via de povoamento para a nossa Amazônia. Temos que tomar posse daquilo.

O Uti possidetis *foi válido no passado; é válido no presente e o será no futuro. A Bolívia ficou no Altiplano e perdeu mais da metade do seu território! Não há vácuo de poder, ensina a nossa Escola Superior de Guerra!*

É verdade.

Coronel Orestes, a Revolução cometeu erros? Em caso positivo, quais foram?

Como erros da Revolução, aponto, em primeiro lugar, permitir que o Brasil permanecesse muito tempo com presidentes militares. Seria politicamente melhor, se mais uma vez, os militares entregassem a Presidência da República a um civil, através de eleição direta ou indireta, e continuassem na sua posição de guardiãs da Pátria e da Constituição, o que poderia ter sido feito ao término do Governo Médici.

Segundo, a falta de comunicação e propaganda nos meios castrenses e de caráter geral para o povo. Terceiro, deixar de promover melhorias nas Forças Armadas, dando prioridade absoluta para o desenvolvimento, deixando a segurança em segundo plano, principalmente no Governo Geisel. As nossas organizações militares ainda usavam viaturas que fizeram a campanha da Itália, 35 anos após finda a Segunda Guerra Mundial. Teríamos que crescer muito mais na expressão militar do Poder Nacional. É sempre bom lembrar que as grandes potências do mundo mantêm as suas Forças Armadas estruturadas e atualizadas. Quarto, deixar de preparar melhor a juventude para o futuro com um trabalho mais convincente da necessidade de civismo, do culto à Pátria.

Isto é fundamental, como também, o equilíbrio entre as cinco expressões do Poder Nacional: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica.

Coronel, "os sucessos econômicos" obtidos pela a Revolução de 1964 durante a década de 1960 e, particularmente, durante a década de 1970, foram os maiores em toda a história do Brasil. Por que tudo isso não é lembrado, não é divulgado atualmente?

Na minha opinião, os chamados revanchistas demonstram um firme propósito em tentar desmoralizar os militares e solapar os seus direitos. São aqueles que não conseguiram comunizar o Brasil, devido à ação enérgica das Forças Armadas, mas se instalaram no Governo e nos meios de divulgação nacionais. Para eles, não seria conveniente ressaltar os sucessos econômicos como também as conquistas sociais da Revolução de 31 de Março. Eles preferem falar de torturas, esquecendo-se de que a maioria dos seus amigos terroristas foram torturadores confessos, até em filmes nacionais, como no que mostra a morte a coronhadas do Tenente da Polícia Militar/SP Alberto Mendes Júnior, amordaçado, para evitar o estampido dos tiros.

Como foi possível, no mundo conturbado pelas ações do movimento comunista internacional, ocorrer em nosso País, um quadro de progresso e crescimento econômico que chegou a ser conhecido por milagre brasileiro?

O milagre brasileiro ocorreu devido ao empenho e à honestidade dos presidentes militares cujo interesse primordial era o bem-estar da Nação, excluídas as

vaidades pessoais e o desejo de se promoverem. O oficial das Forças Armadas é um idealista com muito boa formação cívica, comprometido perante a Bandeira do Brasil de dar a vida pelo seu País.

O combate maior ao comunismo foi exercido principalmente pelos DOI, pelos Destacamentos de Operações e Informações, que aliviaram as organizações militares das constantes situações extraordinárias da tropa e permitiram tranqüilidade para que os governantes trabalhassem. A guerra dos combatentes sem fardas, entre legalistas e comunistas subversivos, ficou restrita aos órgãos de repressão e aos comunistas marginais, permitindo que o País continuasse a crescer.

A chamada "batalha da comunicação" social foi perdida pelos governos revolucionários ou estes deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de seus possíveis erros e excessos?

A chamada "batalha da comunicação" social foi perdida pelos governos revolucionários, com reflexos até os nossos dias, porque os mesmos deixaram de fazer a difusão dos seus acertos e a defesa de seus possíveis erros e excessos. Deveriam ser analisados, item por item, os acontecimentos ligados ao período revolucionário e, logo após, desencadeada a divulgação dos fatos em todo território nacional.

O que gostaria de nos dizer acerca de ações de guerrilha rural e de terrorismo, praticadas por extremistas comunistas?

Não sei se seria inteligente ou politicamente certo deixar de negociar a liberdade de embaixadores estrangeiros por comunistas, que eram atuantes, mas que estavam presos no momento da exigência da troca. É muito desagradável, incômodo, desumano, expor a vida de um inocente, mas os diplomatas que representam os seus países no estrangeiro, além das missões positivas de confraternizações e celebrações mútuas de acordos políticos, não deixam de ser informantes, para não dizer espiões, junto aos países onde estão oficialmente credenciados. Podemos, talvez, encará-los como se fossem combatentes burocráticos, porque fazem parte do contexto.

Quando do seqüestro do embaixador americano Charles Elbrik, eu era S2 do 2º GCan 90 AAe, aquartelado em Quitaúna, Osasco. Tive a oportunidade de externar a seguinte opinião a um dos oficiais da 2ª Divisão de Infantaria em São Paulo: "Se cedermos às exigências dos seqüestradores, a técnica irá se repetir." Como, de fato, aconteceu.

Lembro que existem países que não negociam com seqüestradores. Em relação a guerrilhas rurais, tivemos tempo para nos organizar, neutralizá-las e destruí-las.

Houve, durante o processo revolucionário, cerceamento das liberdades com prejuízo para a divulgação do pensamento de segmentos da sociedade brasileira. O que o senhor tem a declarar quanto a isso?

Durante o processo revolucionário chegou a haver uma tênue censura à imprensa, ao direito de expressão e a algumas manifestações artísticas. Todavia, estava muito longe de se comparar com a sistemática adotada durante a ditadura Vargas.

Esse emprego de "ditadura militar" está completamente malcolocado. Houve realmente uma ditadura, mas civil. Vivi ainda sob os auspícios da ditadura Vargas. Era criança, mas sei de muita coisa que aconteceu. Estive também na época da posse do Frondize, na Argentina, e vi como era a ditadura lá. Era um policiamento ostensivo nos restaurantes, ninguém levantava nem a cabeça quando estava comendo no refeitório. Esse era um ambiente de pavor, aqui não havia nada disso, o ambiente de pavor foi só para os terroristas.

"A cada ação corresponde uma reação igual e no sentido contrário."

É uma lei que não falha.

Houve até festivais de canções, uma porção de protestos...

Futebol no Maracanã, o Médici aplaudidíssimo pelas duas torcidas. Os esquerdistas derrotados escondem essa grande verdade.

Afirmo, que aqui nesse País não houve ditadura no período revolucionário iniciado em 1964. Ditadura só para os criminosos que, hoje, andam dando entrevistas, até na televisão, como na Rede Bandeirante, sorrindo, sobre os crimes que cometeram. Falando de como agiam no horário nobre. Em que ponto nós chegamos!...

Alguns críticos da Revolução alegam que a falta de canais para a manifestação dos opositores ao regime provocou a luta armada. Concorda com esse ponto de vista?

É uma afirmação completamente descabida. A luta armada incentivada por países comunistas, como Cuba, por exemplo, tinha a finalidade de desestabilizar o Governo, provocar o caos, promover insatisfação e causar pânico ao povo. Como o processo da revolução marxista-leninista tinha sido interrompido em 1964, os comunistas, não se conformando com a derrota, retornaram com a linha chinesa, que condenava a via pacífica e indicava a luta armada como única solução.

Hoje, os descontentes e frustrados, os chamados revanchistas instalados no Governo, atuantes na imprensa escrita, falada e televisada, nas manifestações artísticas de teatro, de música popular e outras, deturpam a história e bloqueiam os canais para as manifestações de descontentamento dos militares em geral e de civis patriotas. Nem por isso, os militares adotaram a luta armada ainda ou sequer fizeram alguma manifestação de força. As Forças Armadas não são monitoradas pelo exterior.

Coronel, hoje em dia, muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo", "golpe". O que o senhor pensa a respeito?

Os termos "ditadura militar", "anos de chumbo" e "golpe" são rótulos criados e divulgados pelos inconformados revanchistas com o fito de desmoralizar a Revolução e as Forças Armadas notadamente. Na óptica do povo, o Exército continua sendo a instituição mais confiável do País. Os comunistas não se conformam com a queda do Muro de Berlim, com o fim da Cortina de Ferro e por terem perdido a guerra por três vezes no Brasil: em 1935, em 1964 e no período da luta armada (1968-1974).

Durante a Revolução de 1964, fundamentalmente no período de 1968 a 1973, chamado pelos revanchistas de "anos de chumbo" cerca de duzentos brasileiros morreram no confronto com os terroristas comunistas.

Valendo-me do livro "A Grande Mentira", página 396, do General Agnaldo Del Nero Augusto, que dispensa apresentações, mostro, aqui, um relato, concernente à morte do Major José Júlio Toja Martinez Filho, que mostra um exemplo de como agiam os terroristas nos chamados "anos de chumbo".

Eles começaram mandando chumbo e, por isso, levaram chumbo.

"No início de abril, a Brigada Pára-Quedista recebeu a denúncia de que um casal de subversivos ocupava uma casa localizada na Rua Niquelândia, 23, em Campo Grande, RJ. Não desejando passar esse informe à 2ª Seção do I Exército sem o aprofundar, a 2ª Seção da Brigada decidiu montar uma *campana,* a fim de confirmá-lo.

No dia 2 de abril, uma equipe da 2ª Seção da Brigada, chefiada pelo Major Martinez, montou um esquema de vigilância sobre a residência. Por volta das 11 horas da noite, um casal chegou em um táxi, estacionando-o nas proximidades. A mulher ostentava uma volumosa barriga aparentando adiantado estado de gravidez.

Julgando que o casal nada tinha a ver com a subversão, Martinez iniciou a travessia da rua, a fim de solicitar ao casal que se afastasse daquela área. Impelido por seu conhecido sentimento de solidariedade, agia impulsivamente, na intenção de preservar a *senhora* de possíveis riscos: ela poderia ficar, a qualquer momento, no meio de um fogo cruzado.

Ato contínuo, da *barriga* formada por uma cesta para pão, com uma abertura para saque da arma ali escondida, a mulher retirou um revólver, matando instantaneamente o Major Martinez, sem qualquer chance de reação. O Capitão Parreira, ao sair em defesa do chefe da equipe, foi gravemente ferido por um tiro desferido pelo marido. Nesse momento, os demais componentes da equipe desencadearam cerrado tiroteio, causando a morte dos dois subversivos, que foram identificados como os militantes do MR-8 Mário de Souza Prata e sua amante Marilena Villas-Boas Pinto, ambos de alta periculosidade e responsáveis por uma extensa lista de atos terroris-

tas. No *aparelho* que ocupavam, foram encontrados armas, munição e explosivos, além de dezenas de levantamentos de bancos, supermercados, diplomatas estrangeiros e generais-de-exército.

O episódio mostrou como as pessoas que não estavam preparadas ou que ainda não acreditavam no *estado de guerra* podiam ser surpreendidas e mortas. A equipe que deveria estar coberta e abrigada acabou sofrendo duas baixas em um combate.

O Major José Júlio Toja Martinez Filho – o Zazá, como carinhosamente era chamado por seus colegas – acabara de concluir o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), onde por três anos, exatamente o período em que a guerra revolucionária se desenvolvera, estivera afastado desses problemas, em função da vida escolar bastante intensa. Na ECEME, as informações sobre a guerra revolucionária na época em curso eram genéricas e superficiais. Os estudos ali desenvolvidos eram orientados em particular para a guerrilha rural e feitos com base em casos vividos em outros países. As técnicas estudadas para o combate à guerrilha urbana, como a ocorrida na Argélia, de combate casa a casa, não se adequavam ao nosso caso.

Estagiário na Brigada Pára-Quedista, à qual não estava afeta a missão de combate direto à subversão, o Major Martinez não contava com elementos especializados em sua equipe. Não estava habituado à virulência da ação terrorista, que se tornava a cada dia mais violenta. Deixou viúva e quatro filhos, três meninas e um menino, a filha mais velha então com 11 anos de idade. O jornal *O Globo* de 5 de abril de 1971 relata o episódio.

Em uma inversão dos fatos, como vem ocorrendo de maneira sistemática no Brasil – o que só é compreensível no contexto de uma guerra psicopolítica –, hoje dão-se os nomes dos "heróis", Marilena e Mário Prata, respectivamente, aos DCE da Universidade Santa Úrsula e da Universidade Federal do Rio de Janeiro."

Ao tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagens de qualquer ordem?

As Forças Armadas jamais se aproveitaram da situação para auferir vantagens, nem foram, infelizmente, beneficiadas pelos presidentes militares que dispuseram de tempo suficiente para melhorar as Forças Armadas, inclusive a remuneração de seus quadros, mas o fizeram sempre muito modestamente.

De sua experiência pessoal, que avaliação o senhor faz dos vinte anos de governo da Revolução?

Os vinte anos de governos com presidentes militares tiveram um saldo muito positivo de uma maneira geral. O militar não faz uma carreira política para exercer a Presidência da República. Ele não vem subindo gradualmente postos da política

para chegar a Presidência da República, mas sim, através de estudo, da instrução dos seus quadros, Escola de Aperfeiçoamento, Curso de Altos Estudos Militares, Escola Superior de Guerra (ESG), que muita gente desconhece, e dos cargos que exerce até general de quatro estrelas.

Então, o militar se atualiza com os problemas do País, podendo exercer a Presidência da República mesmo não tendo feito uma carreira política.

A grande conquista desse período foi o restabelecimento do princípio da autoridade e houve um incentivo muito expressivo para que os brasileiros fossem mais honestos, através, inclusive, dos exemplos vivos dos generais presidentes.

Coronel, porque se verificou o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País?

O desengajamento dos ditos governos militares da condução política do País deveu-se pura e simplesmente ao fato de que os militares sempre consideraram que o Brasil deveria ser governado de acordo com a livre vontade do povo, na escolha do seu presidente, e a Revolução foi feita para se chegar a isso.

Houve, sobretudo, a partir de 1990, e existe, hoje, o chamado "revanchismo" por parte da imprensa, de políticos e de autoridades. O que o senhor tem a dizer de tudo isso e da Lei da Anistia?

O "revanchismo" é conseqüência da frustração, do ódio, do inconformismo e da compulsão que comunistas e ex-comunistas dispensam aos militares, porque foram estes que os alijaram dos seus inconfessáveis intentos, que se mostravam impatrióticos e nocivos ao nosso País.

A Lei da Anistia que se tornou unilateral, foi criada com a finalidade de cicatrizar as feridas causadas no tempo da luta do Estado contra as guerrilhas urbana e rural, de legalistas e democratas contra terroristas, internacionalistas-comunistas. Desde que foi criada, até hoje, a lei só tem beneficiado aos que foram marginais com vários deles ocupando cargos de chefia no Governo, em estatais etc., enquanto os legalistas são alvos constantes de patrulhamento ideológico e prejudicados sempre que aparecem oportunidades para os perdedores se vingarem.

O Governo, o Presidente, encaminha para a Inglaterra um coronel e uma organização não governamental daquele País, se liga com outra daqui e o Governo, em atitude de anuência àquele órgão externo, retira o nosso representante militar, como fez na Inglaterra. Quer dizer, há uma interferência direta nos nossos negócios internos. O Governo esquerdista do Brasil não pode se apequenar tanto, tem que saber que quem manda aqui dentro somos nós. Não podemos permitir que estrangeiros venham tomar decisões nos nossos negócios internos. Esta é a minha opinião.

Então, estão aí, perseguindo uma porção de gente, inclusive o próprio General Fayad, os coronéis Ustra e Avólio, todos excelentes, sobre quaisquer aspectos. Aqueles que foram revolucionários, que tiveram atuação, passaram a ser vítimas deste "revanchismo", sem cabimento, que está provocando o revide. Vamos ver até quando?!...

No livro "A Grande Mentira", já mencionado, o General Del Nero, foi extremamente feliz ao abordar a ação dos revanchistas contrários à Revolução de 1964 hoje em dia, mostrando, inclusive, como os jornais, no período revolucionário, nos defendiam e atacavam, concomitantemente, o terrorismo cruel e irresponsável:

Diz o General na página 374 de seu precioso livro:

"Tão persistente é a propaganda psicológica até hoje movida contra a Revolução que devem pairar dúvidas para os mais jovens sobre a real situação do País àquela época e como era entendida pela maioria da população. Melhor do que qualquer descrição nossa, fala por si o editorial do *Jornal do Brasil*, de 13 de junho de 1970, sob o título 'A Nação Afrontada', a seguir transcrito:

Mais um ato covarde de ação subversiva feriu o Brasil: o Embaixador da República Federal da Alemanha foi seqüestrado. E na emboscada que lhe armaram dois agentes federais tombaram, um sem vida e outro ferido; dois brasileiros. Toda a Nação se sente também atingida.

O manifesto em que se exprimem os agressores declara guerra a todos os brasileiros, ao advertir que doravante ninguém será poupado pela violência. Nós, que nos empenhamos para que o ódio nunca prevaleça, sob qualquer de suas numerosas práticas, não podemos calar uma repulsa que nos sufoca em indignação.

O Brasil, sob um Governo legítimo, progride a uma taxa que autoriza a confiança. A Nação prospera, os problemas são enfrentados com disposição, o País se desenvolve. Os níveis de produção e consumo são hoje mais elevados do que em qualquer tempo passado.

Uma expectativa política razoavelmente favorável encaminha a oportunidade democrática. Merecemos a democracia e a alcançaremos por nossos méritos, a despeito da íntima parcela de incendiados pelo ódio. A maciça maioria brasileira está voltada para o trabalho, a ordem e a esperança, que repele esta e qualquer outra prática de ódio e violência.

A decisão do Governo, dentro dos limites que inspiram a lei, em defesa das vítimas e para desagravar a honra nacional, contará com a adesão certa da opinião pública brasileira.

Somos, desde ontem, uma Nação afrontada por um ato que nos fere a todos. Somos noventa milhões desafiados em nossas disposições ordeiras e pacíficas por um grupo de fanáticos ensandecidos pela perda dos mais caros valores humanos.

Somos uma Nação silenciosa e infelicitada, mas digna e civilizada. Não abriremos mão desta dignidade e desta civilização."

Devo ressaltar que o General Del Nero, com base nesse valioso editorial do *Jornal do Brasil,* esgotou o assunto.

Como analisa hoje, Coronel Orestes, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

A guerra fria desenvolveu uma grande hostilidade entre os blocos democrático e comunista e, até hoje, ainda existem resquícios dessa época. Muitos comunistas no Brasil reformularam suas posições em face da queda do Muro de Berlim, enquanto outros continuam recalcitrantes e outros, ainda, fingem que acreditam numa ideologia, que não deu certo em lugar nenhum, porque lhes interessa mistificar.

Creio que o comunismo e o nazismo dificilmente vão desaparecer, talvez nunca, porque sempre contarão com alguns sonhadores, aproveitadores, loucos e até mesmo idealistas como seguidores. O Brasil, ainda, conta com vários comunistas e pseudocomunistas querendo impor ao País um regime totalitário de esquerda. As lideranças do MST são exemplos irrefutáveis desta verdade.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

O Exército Brasileiro, conta nos seus quadros com elementos de todos os Estados do Brasil. Desde Roraima, Amazonas e Amapá, até o Rio Grande do Sul. Na Força Terrestre, todos os brasileiros estão irmanados, mesmo tendo nascido em regiões as mais diversas, podendo ser de raças, credos, cores, ascendências e posições sociais diferentes.

O Exército tem um padrão de operosidade, patriotismo, dedicação, humildade, solidariedade humana, noção do cumprimento do dever e tradição que muito o engrandece. O Exército jamais se furta a cumprir com os seus deveres e é talvez a única instituição nacional, ao lado das outras Forças Armadas, que assume um compromisso, perante a nossa Bandeira, de dedicar-se ao serviço da Pátria com o sacrifício da própria vida.

O oficial, antes de galgar os postos mais elevados da hierarquia militar, passa por todas as tarefas e obrigações atinentes ao soldado, desde que ingressam nas escolas militares, até atingir o oficialato. Tanto os oficiais, como os sargentos, têm, na vida militar, uma contínua atualização de seus conhecimentos profissionais,

sendo obrigados a passar mesmo por escolas de aperfeiçoamento, de especialização e, no caso dos oficiais, de altos estudos.

Quem presta o serviço militar constata tudo isso e muito mais, divulgando para as suas famílias e a seus amigos o que é realmente a vida na caserna, daí, principalmente, a nossa aceitação junto à população.

Qual a sua mensagem final, Coronel Orestes, para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março?

Estou convicto de que os militares sempre se apresentarão bem todas as vezes que forem convocados para qualquer missão, por isso a absoluta maioria do povo brasileiro vem comprovando, em todas as pesquisas de opinião, que as Forças Armadas estão sempre ocupando uma invejável posição dentre as entidades pesquisadas de maior confiança.

Apesar disso, o mundo, via de regra, ama a Deus e ao soldado, mas, sobretudo, nos momentos de perigo. Passadas as dificuldades, esse mesmo mundo, muitas vezes, esquece de Deus e não lembra do soldado.

Mesmo sabendo desta realidade, convocados oficialmente ou não, por estrito dever de patriotismo, estaremos sempre prontos a atender aos anseios e às aspirações do povo, agrade ou não a quem quer que seja.

As nossas Forças Armadas sempre cumprirão sua missão constitucional e mais uma vez vamos ver a caravana passar, enquanto os cães ladram. As Forças Armadas são a última trincheira da Nação, difícil de ser afetada, pelos seus valores tradicionais, de patriotismo, de equilíbrio e de coragem, que sempre os mais antigos passam para os mais modernos.

Tenente-Coronel Reginaldo Pontes Bielinski

- Natural da Cidade de Governador Valadares–Minas Gerais, MG.
- Pertence à Turma de dezembro de 1959, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), quando foi declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Infantaria.
- Foi instrutor da Escola de Educação Física do Exército e do Centro de Estudos de Pessoal.
- Foi Comandante do 34º Batalhão de Infantaria de Selva (Macapá, AP).
- Possui os cursos de instrutor da Escola de Educação Física do Exército e de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
- É formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Minas Gerais.
- Em 1964, era 1º-Tenente, servindo no 12º Regimento de Infantaria (Belo Horizonte, MG).

Entrevista realizada no dia 20 de fevereiro de 2002.

Ao ser convidado para participar deste Projeto, que considero de suma importância, principalmente para as gerações futuras, vi que poderia colaborar efetivamente, já que a minha carreira no Exército, durante os meus trinta anos de serviço, coincidiu com o período imediatamente anterior à Revolução de 1964 e os vinte anos seguintes.

Como os fatos são resultantes de depoimentos, de documentos e da percepção que se tem dos acontecimentos, acredito que vivi muita coisa, e espero, com o meu relato, colaborar efetivamente com o Projeto.

Dando prosseguimento às atividades previstas, perguntamos ao Tenente-Coronel Bielinski o que poderia nos dizer acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964, o que se passava no meio militar, como era o ambiente nos quartéis naquela época?

Começo falando sobre 1954, que foi o período em que iniciei no Exército. Ingressei na Escola Preparatória de Cadetes, em Fortaleza, após um concurso de âmbito nacional – que é uma característica do Exército, que vai selecionar os seus integrantes em todo o território nacional verificando a capacidade intelectual, a sanidade física e mental, para preencher as vagas em suas escolas.

Esse é um detalhe que considero importante, porque os civis, a grande maioria dos civis, não percebem, não conhecem, o que se passa no Exército, como é formado o nosso Exército. Esse fato de selecionar os seus quadros em todo o território nacional dá uma grande confiabilidade ao nosso Exército, e o torna realmente nacional, porque há pessoas de todos os estados, de todas as cidades, não importando a sua origem social ou financeira, o importante é que ele tenha competência e que preencha as condições necessárias.

Quando ingressei na Escola Preparatória de Cadetes, em 1954, já tinha uma pequena noção do que se passava na política, porque meu pai era gaúcho e, como tal, gostava do Getúlio Vargas, e minha mãe, baiana, tinha simpatia pelo Carlos Lacerda. Então, eles sempre conversavam, às vezes até um pouco mais forte, e aquele conhecimento eu fui adquirindo, obtendo uma noção do que se passava, mas não havia um cunho ideológico naquilo. Na verdade, tanto o Getúlio, quanto o Carlos Lacerda, eram pessoas que falavam muito bem, transmitiam as suas idéias muito bem, e conquistavam os seus eleitores dessa forma.

Mas quando entrei em 1954, na Escola Preparatória, no dia 25 de agosto seria o Juramento à Bandeira, que infelizmente foi suspenso, porque, no dia 24 de agosto de 1954, Getúlio Vargas suicidou-se. Então, comecei a perceber que havia uma ligação muito forte entre o Exército e o que se passava na política, porque uma

simples solenidade de alunos da Escola Preparatória foi suspensa, porque o Presidente da República tinha se suicidado.

Observei, portanto, que qualquer coisa que acontecia no País, em termos nacionais, repercutia no Exército. Essa era a situação. Pelo menos o que posso adiantar é que havia uma ligação muito forte entre o Exército e os acontecimentos políticos.

O Juramento à Bandeira – para aqueles que entram no Exército – é uma data muito importante, porque ali ele assume o compromisso em defender a sua pátria, mesmo com o sacrifício da sua própria vida. Estávamos cientes daquilo, e querendo fazer aquele juramento. Mas havia também uma outra frustração, porque até então, o trote existia, acontecendo que os novatos – chamados "bichos" – sofriam o trote dos veteranos, que acabava no dia 24 de agosto. Infelizmente, com o suicídio do Getúlio Vargas, a solenidade foi adiada, e o trote continuou.

Depois da Escola Preparatória, fui para Academia Militar e, sinceramente, não lembro de nenhum acontecimento político, porque na Academia Militar não se tinha tempo; na verdade, o cadete tem muito pouco tempo – é estudar dia e noite para enfrentar as provas e se preparar para desempenhar corretamente as diversas funções a respeito das quais éramos examinados, inclusive em trabalhos variados, exercícios no terreno de longa duração e em manobras militares. Lembro-me apenas de que fiz uma guarda de honra para o Juscelino Kubitschek, que era então o nosso Presidente.

Depois que terminei a Academia Militar, que é uma escola que forma o oficial, que ensina, que mostra que ele vai comandar, que ele vai ser responsável por jovens, fui para a minha primeira Unidade: o 14º Regimento de Infantaria, em Recife, mais precisamente em Jaboatão.

Recebi o meu primeiro salário, morava no quartel, fazia algumas economias, a sociedade não era tão consumista, o carro nacional ainda não existia. Mas era também um ano eleitoral, em que os candidatos à Presidência eram o General Lott e o Jânio Quadros. E já havia um certo cunho ideológico, talvez em conseqüência da revolução havida em Cuba e com a debandada de Fidel Castro para a linha comunista. Então, já havia no quartel uma pequena discussão sobre os candidatos à Presidência.

Inclusive o General Lott, que era apoiado pelo João Goulart, adotou uma campanha populista, e esse tipo de campanha – apesar de ele ter sido um oficial de extrema honradez – pelo cunho populista, "respingou" nos quartéis, e acredito que teve conseqüências no futuro.

Coronel, na fase pré-revolucionária, como era o ambiente nos quartéis?

Depois de servir um ano no Recife, fui para a Vila Militar, servir no 1º Regimento de Infantaria – Regimento Sampaio, uma glória da Infantaria Brasileira, que

defendeu a liberdade, a democracia, na Europa, lutando contra o nazismo e o fascismo. É uma honra para o oficial de Infantaria servir no 1º Regimento de Infantaria.

Fui para lá, mas confesso que me decepcionei, em função da situação política do País, já que Jânio Quadros havia renunciado e quem ocuparia o lugar seria o Vice-Presidente João Goulart. Poucos historiadores comentam isso, a mídia muito menos, mas acredito que a frágil democracia brasileira sofreu um impacto muito forte naquela ocasião. Por quê?

Havia dois candidatos à Presidência – Jânio Quadros e o General Lott – e três candidatos à Vice-Presidência – João Goulart, Milton Campos e Fernando Ferrari. E, por incrível que pareça, o vice-presidente não era da chapa do presidente, foram eleições distintas. Tanto que, para presidente, votaram 10 milhões e 600 mil eleitores e, para vice-presidente, votaram 12 milhões e 300 e tantos mil, uma diferença de quase 2 milhões de votos. O vencedor para Presidente foi Jânio Quadros, que teve quase 6 milhões de votos, bem acima do General Lott, que teve pouco menos de 3 milhões de votos.

O João Goulart foi eleito com cerca de 4 milhões de votos – o Milton Campos teve quase isso e o Fernando Ferrai cerca de 2 milhões – ou seja o Vice-Presidente que foi eleito, João Goulart, não era da chapa do Presidente Jânio Quadros, pelo contrário, ele apoiava o General Lott, mas também não era da chapa do Lott. Então acredito que tenha havido uma barganha política. Pode-se ainda dizer que Ferrari tirou os votos que Milton Campos precisava para ganhar com folga a eleição. Vale ainda lembrar que o mineiro Juscelino não apoiou o mineiro Milton Campos em face de problemas partidários, outro fato que acabou por beneficiar João Goulart.

Quando Jânio Quadros renunciou, o que aconteceu? Pela legislação eleitoral assumiria João Goulart, então houve escaramuças, passamos pelo parlamentarismo, até que depois, num plebiscito muito dirigido, João Goulart conseguiu assumir a Presidência. Mas nos quartéis, como era visto isso?

No Regimento Sampaio, por exemplo, fiz guarda de honra para o João Goulart e para o Tancredo Neves, que estavam em campanha, e eu sinceramente tinha vergonha daquilo, porque o quartel estava sendo usado como apoio para políticos e eu achava que aquilo contaminava o Exército. As unidades da Vila Militar viviam sendo envolvidas na política. Então, foi um ano frustrante para mim e, na primeira oportunidade que tive, saí e fui cursar a Escola de Educação Física do Exército.

Havia, a seu ver, uma revolução em andamento, de cunho comunista, para mudança da ordem institucional no Brasil? O que o senhor acha disso?

Quando o João Goulart se tornou Presidente, com o fim do parlamentarismo, ele estava, digamos, com a "faca e o queijo na mão", mas o João Goulart nunca se

declarou um comunista. Ele era um homem vindo do trabalhismo, era um homem que sempre usou o cadáver de Getúlio Vargas como apoio político – aliás constantemente os nossos políticos fazem isso, aproveitam o cadáver de um outro para angariar simpatias e votos.

Mas ele, como não tinha o apoio da maioria, daqueles que tinham elegido o Jânio Quadros, procurou, inabilmente, prometer reformas que ele jamais poderia realizar, porque não teria apoio para isso. Primou por agir demagogicamente. A oposição lutava contra isso, e se instaurou o tumulto no País, quando então agentes do movimento comunista internacional se...

Infiltraram.

Já agiam dentro da guerra fria, com a conquista do Poder em Cuba, com a queda da Hungria, da Tchecoslováquia, um crescimento muito grande da Cortina de Ferro. E o Brasil oferecia condições políticas, por falta de firmeza de governo, para que os agentes começassem a atuar, nos sindicatos, e mesmo nas Forças Armadas. Mesmo nas Forças Armadas se começou uma tentativa de divisão, inclusive com os "respingos" da campanha do General Lott, tentando a divisão entre oficiais e praças. Então, a situação, não só nas Forças Armadas, mas também no País, pelas greves, pela diminuição da produção, da incerteza...

Da desordem.

A desordem imperava e a coisa foi num crescendo, resultado do conluio do Presidente da República, ministros e pelegos que dominavam os sindicatos, com o fito de implantar o caos total que levaria à tal república sindicalista comunista. Em 1962, eu estava cursando a Escola de Educação Física do Exército, não participava muito, mas sabia que os quartéis da Vila Militar estavam sempre de prontidão, se preparando para qualquer coisa mais grave. A situação era triste. Tanto é que, em 1963, quando terminei o curso de Educação Física, fui para Belo Horizonte, retornei à minha terra, porque tinha saído de lá criança e aproveitei a oportunidade para voltar. Mas a situação do País continuava cada vez pior, um verdadeiro caos em todos os sentidos.

O senhor acha que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março?

Em 1963, como disse, fui para Belo Horizonte, para o 12º Regimento de Infantaria. Por coincidência, o General Castello Branco tinha servido, como tenente, nessa Unidade. Vivi, nesse período, intensamente o que se passava, porque o mineiro dá uma importância muito acentuada à liberdade, provavelmente fruto de tudo que fizera Tiradentes. Além do mais, o mineiro era muito – e acredito que

continue a ser – religioso, principalmente a parte católica. Então, esse sentimento de liberdade e a religiosidade foram fatores muito importantes para que Minas Gerais fosse a origem, o início, para mudar aquela situação de pânico que o governo implantara no País.

Quando cheguei ao 12º Regimento de Infantaria, apresentei-me ao Comandante – Coronel Dióscoro Gonçalves do Vale – e falei a ele que eu queria passar os ensinamentos que tinha recebido na Escola de Educação Física, e ele me deu "carta branca". Pude, então, preparar a tropa, porque não existe combatente sem um bom preparo físico, e não existe espírito de corpo sem uma boa competição esportiva.

Fui feliz, e consegui preparar aquela tropa para aquele ano difícil – 1963 – e, no ano seguinte, dois batalhões do 12º Regimento de Infantaria participaram efetivamente da Revolução de 31 de Março, um indo para o Rio de Janeiro e o outro para Brasília. Foi uma situação difícil, marcada por sobreavisos e prontidões, com o conseqüente e inevitável desgaste físico e mental dos homens.

Mas, antes, quero só voltar um pouco, porque a situação no quartel já era de desconfiança entre oficiais e praças; a situação do País era tão envolvente que a desorganização política já estava dentro dos quartéis.

Já influenciava.

Influenciava os quartéis. Era um ambiente difícil, havia muita prontidão, eu tinha me casado em 1963, a minha mulher era do Rio, ficava em casa sozinha, havia ameaças contra a família de militares, então era uma preocupação muito grande.

Até que, finalmente, o General Humberto Castello Branco, então Chefe do Estado-Maior do Exército, publicamente, através de uma Diretriz, repudiava aquela situação. Infelizmente, o então Ministro da Guerra não tinha tomado nenhuma atitude, foi um omisso, talvez por sentir que devia seguir aquela Constituição, que, de uma forma ou de outra, nos legara um Presidente que não era da vontade do povo, mas tinha um aspecto legal. Com aquela brilhante Diretriz, passou a ser o nosso grande líder, o grande líder da Revolução de 31 de Março porque, a partir daí, a partir das orientações de sua Diretriz, começaram, com firmeza, as reações.

O Governador de Minas Gerais era o Magalhães Pinto, um político conciliador, mas que também rompeu com o poder central. No Rio de Janeiro, o Carlos Lacerda, anticomunista convicto, apoiado por oficiais das Forças Armadas no Rio de Janeiro, vinha reagindo, há tempo, em tom agressivo, o que levou o Governo Goulart a planejar a sua prisão.

O Comandante da 4ª Região Militar, com sede em Juiz de Fora, era o General Mourão Filho, e o Comandante da ID/4 (Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infan-

taria) o General Carlos Luís Guedes, que englobava os Regimentos de Infantaria: o 10º Regimento, em Juiz de Fora, o 11º, em São João Del Rey, e o 12º, em Belo Horizonte.

Em final de fevereiro, início de março de 1964, foi programada uma competição esportiva, extraordinária, entre os três regimentos, e foi realizada em São João Del Rey. Essa competição esportiva – ficamos depois sabendo – foi incluída no planejamento, já como uma primeira resposta, uma primeira reação, àquela situação – pois nada como uma competição esportiva para um congraçamento, e realmente isso houve em Minas Gerais. Foi uma preparação muito intensa, e eu contei com a colaboração de 16 oficiais saídos da Academia Militar em dezembro de 1963, os quais vieram a servir conosco.

As competições ensejaram um contato grande com aqueles jovens aspirantes, eu 1º-tenente, mas, de repente, me vi orientando aqueles jovens, tão confusos, naquele momento difícil, difícil para o militar, muito difícil pela preocupação enorme, com o Exército e com o País...

Inclusive, nessa época, a classe média já tinha se manifestado, bem como uma importante parcela do empresariado.

Sim. A outra reação, partindo da classe média, que tinha votado em peso no Jânio Quadros, e não admitia aquela situação, principalmente através da mulher, e com o apoio da Igreja, começaram as célebres Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Tudo naquele período, naquela época.

Naquele período pré-revolucionário.

Marchas organizadas e com muita gente. Naquela época, tínhamos 60 milhões de habitantes, mas houve marcha, a da Cidade de São Paulo, com a participação de 1 milhão de pessoas, uma coisa extraordinária.

Demonstrando a insatisfação do povo com aquela situação, tomando as ruas de João Goulart, como aconselhara o General Carlos Guedes.

A situação caótica, extremamente preocupante, levou o povo para as ruas. Então, esses oficiais, liderados pelos generais Mourão Filho e Carlos Guedes, com o apoio, no caso de Minas Gerais, do Governador Magalhães Pinto, resolveram colocar as tropas na estrada, motivados, ainda, pela reunião do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, onde a disciplina e a hierarquia foram achincalhadas pelo próprio Presidente da República João Goulart.

No dia 30 de março – não posso me esquecer, foi um dia muito importante na minha vida – o Comandante do 12º Regimento de Infantaria, o Coronel Dióscoro Gonçalves do Vale reuniu os seus oficiais e comunicou que pretendia marchar junto com as tropas da 4ª Região Militar contra aquela situação, e queria saber dos seus

oficiais com quem poderia contar. Ele colocou em termos de opção, explicando que era uma atitude revolucionária, que implicaria risco de carreira, risco da própria vida, risco da própria família. Então, aquela era uma opção que ele colocava para os oficiais fazerem.

A resposta dos oficiais foi de apoio, exceto dois capitães que não desejaram participar – não por questões ideológicas, porque, na verdade, o militar, ele é muito apegado à Constituição e aquilo significava romper o compromisso com a Constituição. Então, o Coronel Vale determinou que os Comandantes de Companhia fizessem o mesmo tipo de reunião com os graduados, e, também, apenas dois sargentos não desejaram participar.

Dois sargentos.

Dois sargentos. No dia 31 de março, saiu o 1º Batalhão do 12º Regimento de Infantaria, na direção de Juiz de Fora, para se juntar às tropas daquela cidade. E, logo depois, foi formado um grupamento tático, composto do 2º Batalhão do 12º Regimento de Infantaria, da Bateria do CPOR (Centro Preparatório de Oficiais da Reserva) de Belo Horizonte, da Polícia Militar de Minas Gerais, num total de cerca de 2 mil homens. Coube-me integrar esse grupamento tático, eu era Adjunto do S/4 do Batalhão (Chefe da 4ª Seção de Unidade).

O destino desse grupamento era...

Brasília. Fomos para Brasília e eu pertencia ao Escalão de Reconhecimento, encarregado da parte logística ao longo da rodovia. E eu não posso me esquecer do apoio popular. Ali é que se percebeu realmente como éramos recebidos ao longo daquela rodovia, pelo povo.

No deslocamento de Belo Horizonte para Brasília, o senhor recebeu esse forte apoio popular.

Eu e toda a tropa. O povo aplaudindo e incentivando. Como eu era do Escalão de Reconhecimento, chegava um pouco antes para medidas de caráter logístico, era quase carregado no colo, eram palmas, aplausos, pedidos para integrar aquela coluna de marcha, "vivas ao Exército", palavras de apoio irrestrito – "finalmente vamos acabar com essa baderna". Então, realmente, foi um espetáculo extremamente emocionante.

Existiam, inclusive, pessoas querendo integrar a coluna.

Exatamente.

É importante para ficar registrado.

Eram pedidos de voluntários, gente oferecendo a sua residência, organizações prontas a receber a tropa, para alimentá-la, uma manifestação espontânea. Isso então comprova que, realmente, o Exército, as Forças Armadas, enfim, atenderam ao chamamento do povo brasileiro, com certeza, não há nenhuma dúvida sobre isso.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, do Governo João Goulart, quando se desencadeou a Revolução?

Considero o Governo do senhor João Goulart um governo de balelas. Era muita promessa, reforma disso, reforma daquilo, ele sabia que não havia nenhuma condição política ou financeira, naquela situação, para as tais reformas. Aquele homem não agiu como Presidente. Transformou-se num agitador contumaz, um populista enganador. Da mesma forma, o seu esquema militar também era uma balela, uma grande balela, mas sempre houve empenho em mostrá-lo, a nós militares, como ameaçador.

A tropa, que marchava para interromper a baderna e o caos no País, pôde verificar claramente, pelas manifestações de apoio do povo que ela representava, realmente as aspirações nacionais. Isso vem muito ao encontro do que falei no início, quando se faz a seleção dos integrantes do Exército e são recrutadas pessoas de todo o Brasil: a nacionalidade está representada ali – não podemos esquecer nunca esse fato. É por isso que, no Exército, não há comandantes que mandam, há comandantes que comandam. Ele tem que estar em sintonia com sua gente para que realmente possa cumprir a sua missão, e isso é uma característica muito presente, uma peculiaridade sempre observada no Exército. Então, esse esquema militar de gabinete, realmente, não funcionou naquela época, nem funcionará nunca.

E o Congresso Nacional quando da eclosão do Movimento, qual foi a sua atitude?

Fui para Brasília integrando o grupamento tático, e lá fiquei cerca de quinze dias, até a posse do General Castello Branco. Qual foi a reação do nosso Congresso?

O Congresso percebeu claramente que tinha havido uma manifestação popular, uma manifestação do povo que queria uma mudança de governo. Ele estava demonstrando isto, claramente, através do apoio às Forças Armadas nas ruas, desde as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e a partir de 31 de Março incentivando as tropas que marchavam. Então, o Poder foi emanado do povo, e o Congresso, sabiamente, e politicamente, acatou de imediato, inclusive elegendo, como primeiro Presidente da Revolução, o General Castello Branco: o Poder emanara do povo, foi cumprida a vontade do povo.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união, a coesão, após a Revolução de 31 de Março de 1964?

Com certeza, porque, se havia alguns militares decisivamente engajados ao janguismo ou possuíam alguma ligação com o comunismo, eles foram afastados – tanto praças, quanto oficiais, que eram uma minoria, acho que muito pouca gente. O

que havia, realmente em alguns, era aquele apego à Constituição, em não sair da Constituição, mas, a partir do momento em que o General Castello Branco emitiu aquela Diretriz, ficou claro que o caminho do Exército era o da Revolução.

Robusteceu, portanto, a união, a coesão?

Certamente, pois, com a Revolução, foram afastados aqueles poucos militares que tinham alguma coisa de ideologia comunista ou estavam atrelados a Jango. Houve um compromisso de cunho moral, porque nos sentimos responsáveis pelo movimento armado, apesar de ficar comprovado, posteriormente, que os governos da Revolução foram integrados por civis, a maioria era de civis e, logo, logo, o Exército voltou à sua missão constitucional.

E o Movimento de 31 de Março de 1964 era baseado em alguma ideologia?

Por parte dos militares, tenho certeza de que não. Isso se deve à formação do militar. Em todas as escolas, em todos os níveis – de praças, de oficiais, de oficiais superiores, oficiais intermediários, todos, em quaisquer dos cursos nossos – a preocupação sempre foi com a educação integral, não só o preparo profissional, mas também o preparo moral, o preparo físico e o preparo psicológico.

Então, se torna realmente, o militar, um cidadão, um cidadão que sabe dar valor à ordem, dar valor ao progresso, que quer o desenvolvimento, nisso aí não há lugar para uma ideologia, porque – pelo menos as que conheço – todas elas são castradoras do pensamento e da liberdade, há sempre um "quê" que impede.

Então, um homem que tem uma educação integral não pode mais se submeter a ideologias, a não ser que seja mal orientado. Inclusive há até um detalhe que me passou: lembro-me de que, na década de 1960, havia um chamamento que os mais inteligentes deveriam aderir ao socialismo, ao marxismo, "os mais inteligentes", quer dizer, eles apelavam para tudo.

Inclusive tive alguns companheiros, realmente brilhantes, que balançaram, balançaram por causa desse chamamento, mas foi coisa de momento e viram logo que, por exemplo, ser comunista implica abdicar da liberdade, e qual a coisa mais importante da nossa vida? É a liberdade.

E a imprensa, a hoje chamada mídia, apoiou o Movimento na época?

Com certeza. Naquela época os jornais tinham uma influência muito grande, porque a televisão estava começando. Então, os grandes jornais apoiaram inteiramente antes e durante a eclosão da Revolução. *O Globo* apoiou a Revolução durante os vinte anos. *O Jornal do Brasil* nos primeiros dez anos. A revista do Clube Militar,

de março de 2001, foi uma edição histórica, apresentando os editoriais da imensa maioria dos jornais.

Isso está ali, à disposição de quem quiser pesquisar, realmente, o que a imprensa publicava – não só naquela época, mas durante os vinte anos – é só consultar a Biblioteca Nacional, que já há em filme todos esses jornais, e quem tiver a curiosidade ou, pelo menos, quiser saber a verdade, verificar os fatos, confirmar a veracidade do que estamos dizendo, não terá dificuldade.

Em Minas Gerais, lembro-me de que foi formada, na época, uma grande cadeia de emissoras de rádio. Não me lembro o nome completo se é esse, mas o locutor Dênio Moreira – Dênio com certeza – era uma pessoa de uma capacidade verbal impressionante, e ele esclarecia a situação e mostrava ao povo, contava o que estava acontecendo. Então, as Forças Armadas, o Exército em particular, em Minas Gerais, tiveram esse apoio completo, graças também à atuação dessa cadeia de emissoras de rádios.

No seu entender está correto o termo Revolução? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964?

Revolução, por definição, é quando se rompe com alguma coisa. Então, por definição, houve uma revolução. Mas no caso do militar, efetivamente – isso com certeza posso dizer –, porque ele rompeu com a Constituição, abriu mão da sua carreira, abriu mão da sua segurança pessoal, da sua vida e da sua família. Então ele se empenhou a fundo naquilo, jogou a sua vida naquele instigante empreendimento capaz de mudar aquela situação caótica que imperava em nosso País. E o que é mais importante ainda – para atender ao apelo patético do povo, revelando uma forte emoção, que sempre esteve mesclada ao impulso proveniente da razão.

Não tenho nenhuma dúvida de que houve uma revolução, para romper com aquela situação. Muitos hoje falam em golpe, acho que o golpe existiu quando foi feita aquela legislação eleitoral que permitiu que candidatos a presidente e vice-presidente não fossem da mesma chapa; ali é que foi o golpe que repercutiu quando o Jânio Quadros renunciou.

Ali talvez estivesse uma das origens da situação caótica do País.

Com certeza, acho que sim. A democracia no Brasil sempre foi muito tênue, muito frágil. Então, imagine eleger um Presidente, Jânio Quadros, com uma votação estrondosa...

Com uma campanha voltada para um determinado aspecto...

Voltada contra a corrupção – Juscelino mexeu com o Brasil, mas ficaram suspeitas de corrupção, a inflação veio também – então Jânio Quadros partiu na esteira

da moralidade, e o povo votou nele, principalmente por causa disso. João Goulart não tinha plataforma para Presidente.

Totalmente diferentes o Presidente e o Vice-Presidente, aí o Presidente renuncia...

Aí, se verifica que, quando foi feita aquela legislação, houve o golpe.

Coronel, no seu ponto de vista os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares? O senhor pode caracterizar essa diferença?

Acho que posso. Estava em Brasília aguardando a posse, a resolução do Congresso sobre os destinos do País. Na eleição, foi escolhido pelos senadores e deputados o General Castello Branco. O primeiro ato do General Castello Branco, antes de assumir a Presidência, foi passar para a reserva.

Para o militar, que conhece bem isso – o civil não percebe muito bem – ele estava sinalizando que deixava de ser militar da ativa para assumir um cargo político.

Importante que o senhor esteja dizendo isso, é bom esclarecer isso aí.

A visão do General Castello Branco – que na opinião de muitos foi o maior estadista brasileiro – nesse aspecto, principalmente nesse aspecto, ele estava ali dizendo que ia ser o Presidente dos brasileiros, ele não ia ser o Comandante dos brasileiros.

E todos os outros que o seguiram tomaram a mesma atitude e hoje, quando falam em ditadura, pergunto: "Mas como ditadura? Tivemos cinco presidentes com ciclo determinado, eleitos indiretamente pelo Congresso, ou seja, eleitos por senadores e deputados que foram escolhidos diretamente pelo povo."

Então, não houve governos militares, houve presidentes de origem militar, que a primeira coisa que faziam era tirar a farda, para demonstrar que eles estavam ali para ser Presidente dos brasileiros, e não o Comandante dos brasileiros.

Inclusive ele fez uma reestruturação na carreira nessa época.

Sim, foi bom lembrar isso, que estava deixando passar. A carreira militar – em 1961, 1962, 1963, 1964 – estava sofrendo forte impacto da situação do País. Os salários baixos, promoções demoradas, a carreira estava se desestruturando.

Então, uma das primeiras medidas, na área militar, do Presidente Castello Branco, foi reestruturar a carreira militar, criando uma situação melhor para que a carreira pudesse ser desenvolvida de forma profissional. Um ponto fundamental foi que ficou proibido, a partir daí, que o militar da ativa exercesse cargo político, ou cargo civil, que era uma norma até então comum. Castello fez uma reestruturação muito bem concebida, particularmente no que tange aos aspectos mencionados.

O Exército sempre teve, em todas as Constituições, uma missão definida, e acho que ele tem que continuar com a mesma missão, ele não pode se preocupar com política eleitoral, ou política partidária, porque isso vai descaracterizar a formação

do militar. A formação integral do militar é uma formação para todos os governos, não interessa qual seja o governo, o que interessa é que o governo cumpra a Constituição e a lei, porque cabe, internamente, ao Exército, às Forças Armadas, manter a lei e a ordem, para que o País possa trabalhar.

Então, o Presidente Castello Branco tomou essa medida, que foi seguida pelos governos que o sucederam e, hoje, a situação encontra-se perfeitamente definida para o militar. Aquele militar que quer se candidatar a algum cargo político se afasta, e vai ser político se quiser, nada o impede. Ele não pode ser, ao mesmo tempo, militar e político.

Coronel Bielinski, a mídia nesta última década, e aqueles que hoje detêm o Poder, fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia citar os principais acertos da Revolução?

Os acertos foram muitos, mas gostaria de citar um fato, na minha área, na minha especialidade, que é Educação Física e esporte. Vi um amigo, um companheiro – Capitão Cláudio Coutinho, infelizmente já falecido, prematuramente, foi meu companheiro na área de Educação Física, fomos Instrutores na Escola de Educação Física do Exército – que teve oportunidade de fazer um curso com o professor Cooper, Kenneth Cooper, nos Estados Unidos e, quando ele voltou, com esses conhecimentos que ele auferiu, foi chamado pela então Confederação Brasileira de Desportos (CBD) para integrar a comissão técnica da Seleção Brasileira que ia disputar a Copa de 1970, no México. E, conforme todos sabemos, aquela Copa teve um êxito extraordinário, principalmente na preparação física, que nos levou a enfrentar muito bem a altitude do México, que, até então, era um mito. E nós tivemos a melhor preparação física da Copa.

Isto teve muito a ver com o trabalho do Coutinho, junto com o Chirol, com o Parreira, que são também pessoas de muito valor. Mas com o êxito na Copa do Mundo, o que aconteceu? O método Cooper começou a se popularizar, livros foram editados, porque até então era difícil ver, nas ruas das cidades brasileiras, alguém correndo: quando se via alguém correndo, era militar.

E hoje, o que é que se vê? Por exemplo, vejo aqui, na Avenida Atlântica: há dias que você não consegue andar, tal é a quantidade de pessoas que passaram a se preocupar com o seu físico. E isso começou, com certeza, nesse trabalho oriundo do êxito na Copa do Mundo, em que o meu amigo Cláudio Coutinho – uma inteligência viva a serviço do esporte nacional – teve uma parcela considerável.

Uma outra coisa que eu gostaria de lembrar, referente à mídia, é que as televisões brasileiras – quase todas que estão aí – foram criadas no período em que os

chamados governos de origem militar estiveram no Poder. Então essa questão da mídia omitir os acertos, acho que merecia ser verificado. Por quê? Por que quando a mídia começa a omitir coisas boas e mostrar coisas ruins apenas, às vezes até sofismando, há algum problema na mídia. Por que não fazer uma CPI, já que está na moda, para saber por que é que a nossa mídia fica tão dependente de governos, inclusive do exterior, dos países ricos do mundo, tão dependente financeiramente, tão dependente ideologicamente. Por que essa minha preocupação? Acho que a democracia não se faz sem uma imprensa livre, não se faz mesmo. E a nossa imprensa, por problemas econômico-financeiros, tornou-se dependente de capitais que vêm do governo ou do exterior.

Há, o fenômeno do civilismo também.

Esse aspecto, ora lembrado, acho que deve ser considerado: a questão do civilismo. A história do Brasil conta que não foram poucas as manifestações de civilismo, ou seja, o civil, como ele constitui a maioria da população, quer também ter o poder. Então, há uma certa relutância quando o militar se candidata a um cargo, principalmente de Presidente da República.

Então, o que aconteceu foi o seguinte: como os governos estavam tendo sucesso – o Brasil começou a crescer economicamente de forma incrível, chegando a ser a oitava economia do mundo vindo lá da 48ª posição – muitos começaram a se preocupar com o que estava acontecendo, em vez de vibrar com aquele brilhante desempenho.

Exatamente. Passamos para o oitavo lugar dentre todas as economias.

E isso foi algum milagre? Acho que resultou de muito trabalho, competência e honestidade. Todos os governos da Revolução se cercaram de gente competente, e havia controle, o que é extremamente importante.

Voltando a essa parte do civilismo, isso teve muita influência também, porque alguns professores, religiosos, jornalistas, ideologicamente contaminados, um grupo pequeno, mas ativo, começou a pregar, começou a "bater nessa tecla" do civilismo e, com isso, inibiu a maioria desses profissionais, que são formadores de opinião – porque eles, particularmente, gostavam do crescimento – mas eles, para quem os ouvia, quem os via, quem os lia, eles não passavam isso – o fruto desse crescimento – como se aquilo fosse coisa de militar.

Basta ver que nos governos, em todos eles, a maioria dos ministérios eram constituídos por civis, os militares estavam nos quartéis, como se diz, há muito tempo. Então se perdeu essa oportunidade de desenvolver o povo; o País cresceu, mas o povo se desenvolveu pouco, porque ele não era informado, ou melhor, ele era desinformado sobre o que estava acontecendo. Dessa forma, esses tiveram uma influência muito grande nessa parte de comunicação, atuando para que o povo não se

aglutinasse em torno do fenômeno do crescimento, porque o desenvolvimento não depende só do governo, depende do povo, e o povo, quando quer, faz as coisas.

Veja o caso do recente racionamento de energia: qual foi o fator de êxito nessa campanha? Foi o povo, o povo é que quis, e, se o povo quiser, vai acabar com a dengue, e se não quiser, não vai acabar!

O senhor acha que foi necessária a criação dos Órgãos de Informações e Operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI), e também o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Essa é uma oportunidade para aqueles que não acreditam, ou não perceberam ainda que havia realmente uma tentativa de tomada de Poder – que começou com a posse de João Goulart – isso é flagrante. Quando os governos estavam tendo êxito na política econômica, na condução do País, o povo estava acreditando, tinha emprego, tinha perspectiva, tinha esperança, qual foi a linha que eles adotaram? A da luta armada. Cursos de guerrilha se intensificaram, vieram os seqüestros de embaixadores, assaltos a bancos, assassinatos de militares e de civis...

Tiveram apoio externo, inclusive para realização desses cursos de guerrilha.

Aliás é uma coisa que gostaria que me esclarecessem: como se consegue dinheiro para fazer o que fizeram? Porque é muito dinheiro, de onde veio esse dinheiro? Inclusive os brasileiros que se auto-exilaram, que saíram para dar aula na "Universidade disso, Universidade daquilo" e ficavam em Paris, com que dinheiro? Quem é que os apoiava? É uma pergunta que eu gostaria que me respondessem.

Então, quando começaram essas ações terroristas, houve uma reação, com um planejamento que considero magistral. Tanto é que essa luta armada durou pouco, por quê? Leis específicas, justiça militar, órgãos de informação, centralização das polícias. Então foram medidas que, tomadas, permitiram o combate ideal a esse tipo de crime, que é o terrorismo.

Medidas que foram tomadas, vale lembrar, para se contrapor a uma ação que eles iniciaram.

Foi uma reação.

Foi uma reação, exatamente.

Uma reação àquilo. E por que é que foi rápido? Por causa dessas medidas. Nós temos agora o exemplo nos Estados Unidos.

Nova Iorque.

Esse atentado terrorista em Nova Iorque. Quais foram as medidas que o governo americano tomou? Parecidíssimas com as que foram tomadas aqui, e, nas devidas proporções, são idênticas. Agora por que isso? Por causa do tipo de crime: o terro-

rismo é um crime terrível, são pessoas que matam e se matam, que torturam sempre que preciso, como fizeram covardemente, Lamarca e o seu bando, com relação ao Tenente Alberto Mendes Júnior, da Polícia Militar de São Paulo. Para não despertar atenção, amordaçado e morto a coronhadas na cabeça e, pasmem, puseram ainda em filme para os brasileiros verem!... São pessoas fanáticas. Então, contra elas, são necessárias medidas rápidas, imediatas, constantes e eficazes, para que realmente se possa debelar esse verdadeiro câncer. Isso nós conseguimos.

Quero aproveitar a oportunidade para relembrar que os companheiros que combateram esse tipo de crime constituíam parcela pequena das Forças Armadas e das Polícias. É hora de relembrar aqueles que lutaram, alguns vivos até hoje, porque vários morreram.

Muitos tombaram.

Então, quero aproveitar essa oportunidade e relembrar isso, para que nunca esqueçamos, e que fique na história que nós devemos a nossa liberdade a esses homens também.

Exatamente.

Civis e militares.

E hoje os terroristas ou suas famílias recebem polpudas indenizações, enquanto que muitos companheiros nossos e seus familiares estão aí completamente esquecidos.

O que está acontecendo é fácil de entender, porque aquela turma que tentou tomar o Poder naquela ocasião – e alguns estão aí, agora no Poder, vários galgaram cargos, chamados pelo atual Governo ou se elegendo – aquela gente tinha que amparar de alguma forma os outros, porque, senão, eles iam se voltar contra eles. Como está acontecendo agora com os terroristas chilenos, que resolveram vir atacar aqui.

Seqüestrar com todo o requinte de crueldade, de perversidade.

Esses são daquela época, era o pessoal de esquerda – chamado de esquerda – que tivemos que combater. Então, o que esses últimos governos fizeram aqui? "Vamos dar-lhes um substancial apoio financeiro, dar nome de rua, de monumento..., porque eles, também, nos ajudaram, direta ou indiretamente, a estar no Poder." Pena que os governos da Revolução de 1964 não tenham tratado melhor os próprios revolucionários, o que é lamentável sob todos os aspectos. Contaram com todos os meios para apoiar melhor aqueles que defenderam o Estado naquela época difícil, mas não o fizeram como deviam.

Coronel, hoje em dia muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a esse respeito?

A mídia, conforme falei anteriormente, é muito dependente, e acho que, de vez em quando, eles recebem aqueles bilhetinhos: "Olha, vamos falar mal daquilo,

ou vamos falar mal disso." Então, acho que é apenas uma saída, sem fundo de verdade, porque não há uma justificava para esse tipo de coisa a não ser as compensações financeiras, ou quem sabe, medo que o povo queira os militares de novo.

A imagem das Forças Armadas vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Conforme já foi falado ao longo dessa entrevista, o militar, pela sua formação, está no topo, no topo da sociedade, pela sua qualificação profissional obtida nos cursos que realiza, sempre com aquela preocupação da educação integral. Querem atribuir ao militar alguns erros cometidos por governos da Revolução: ele jamais vai ser atingido por esse tipo de propaganda, geralmente mentirosa, e o povo sabe disso. Porque o militar, como falei, pela formação e pela origem, é conhecido e reconhecido pelo povo.

Toda vez que o nosso povo precisou, estávamos ali, em apoio: a história mostra isso. Então, o povo vai sempre acreditar nas Forças Armadas, em particular no Exército, justamente pela maneira como tem sido e como é o Exército hoje, que continua trilhando seu caminho, o caminho indicado por Caxias, o caminho da ordem, da liberdade, da magnanimidade e do perdão. Isso é devido a quê? À formação do militar.

Nunca vai se modificar isso, mesmo que façam força, e nós estamos saindo desse período difícil com muita inteligência, com muita firmeza, com muita habilidade, porque o militar é muito bem preparado.

Coronel, finalmente, o senhor gostaria de aduzir algo mais acerca da Revolução de 1964 que devesse ficar registrado aqui para o nosso Projeto de História Oral do Exército? Lembro-me de que o senhor em 1964, no 30/31 de março, estava em Belo Horizonte e saiu no destacamento precursor da coluna que se dirigia para Brasília não é? O senhor lembrou que, na época, já estava casado, recém-casado.

No início dessa entrevista falei que os fatos se comprovam através de testemunhas, de documentos e na percepção daqueles fatos. Tenho um documento que escrevi no dia 30 de março de 1964.

Por favor, gostaríamos de ouvir.

Isso aqui são folhas de uma agenda que tinha na minha Seção de Educação Física, em que eu anotava coisas inerentes à minha atividade. Mas antes de ler, não posso deixar também de fazer uma homenagem à mulher, à mulher brasileira, à mulher mineira no caso, específico daquele 31 de março, pela sua coragem, pela

sua fé, pela sua noção de família, foi muito importante para que nós pudéssemos ser vitoriosos em nossa Revolução.

Então, gostaria de ler, respondendo à sua pergunta, o que escrevi – a minha letra estava bem diferente – há quase quarenta anos.

O senhor escreveu no dia 30 de março?

30 de março de 1964.

"Esta é uma data importantíssima. Aqui registro não um fato relacionado com a educação física, e sim os fatos da tomada de posição do 12º Regimento de Infantaria face à conjuntura política do País.

Hoje pela manhã, o Coronel Vale, nosso Comandante, nos revelou sua decisão de apoiar o movimento da 4ª Região Militar em defesa da ordem. Foi, sem dúvida, uma decisão difícil, porém acertada, abalizada, convicta, e, tenho certeza, ditada pela vontade de Deus.

Já não poderíamos esperar mais. Sei, agora, que amanhã poderei contar a meu filho, que está para nascer, que seu pai estava totalmente integrado no dispositivo que tentaria dar a esta Pátria querida a paz que tanto merece.

Não sei se seremos os vitoriosos. Sei, porém – e tenho a consciência tranqüila e muita fé em Deus – que jamais vestirei um verde-oliva ultrajado, descorado, sem honra. O sangue dos meus pais tão queridos ferve em minhas veias. Não negarei jamais a fibra que deles herdei. Assim quero que seja meu filho. Não há ódio em mim, há um desejo imenso em ver este Brasil sempre livre. A minha esposa peço a Deus que a proteja, a ela, que tanto amo, e a meu filho que nascerá livre."

Esse é um documento escrito no dia 30 de março de 1964 pelo então Tenente Bielinski. Nessa época, a idade do senhor era...

Em 1964, tinha 27 anos.

Mostra o sentimento de um jovem militar, naquela época em que ocorreu o Movimento de 31 de Março de 1964. O senhor extravasa, nesse documento, aquela angústia que estava sentindo, vendo o País em situação tão caótica. Parabéns, Coronel, e muito obrigado.

Eu é que agradeço.